



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**OS FRUTOS DA RESISTÊNCIA: sindicalismo e luta dos assalariados da
fruticultura irrigada no Submédio São Francisco**

Guilherme José Mota Silva

CAMPINA GRANDE/PB

2016

Guilherme José Mota Silva

**OS FRUTOS DA RESISTÊNCIA: sindicalismo e luta dos assalariados da
fruticultura irrigada no Submédio São Francisco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG) como exame intermediário para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais, sob orientação da **Prof^a. Dr^a. Marilda Menezes**, e coorientação do **Prof. Dr. Roberto Veras de Oliveira**.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento, Ruralidades e Políticas Públicas.

CAMPINA GRANDE/PB

2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586f

Silva, Guilherme José Mota.

Os frutos da resistência : sindicalismo e luta dos assalariados da fruticultura irrigada no Submédio São Francisco / Guilherme José Mota Silva. - Campina Grande, 2016.

220 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

"Orientação: Profa. Dra. Marilda Menezes e Prof. Dr. Roberto Veras de Oliveira.

Referências.

1. Assalariamento rural. 2. Fruticultura irrigada. 3. Resistência. 4. Sindicalismo. I. Menezes, Marilda. II. Oliveira, Roberto Veras de. III. Título.

CDU 316.344.23(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

GUILHERME JOSÉ MOTA SILVA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 02/08/2016

Prof^a Dr^a Marilda Aparecida de Menezes (Orientadora)

Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira (Coorientador)

Prof. Dr^a. Ramonildes Alves Gomes

Prof. Dr. José Fernando Souto Jr.

Este trabalho é dedicado à todos os assalariados rurais da fruticultura irrigada do Submédio São Francisco que, apesar de não serem reconhecidos, são os verdadeiros produtores das riquezas dessa região.

À Ivone (em memória).

AGRADECIMENTOS

A dinâmica do trabalho acadêmico por vezes nos impõe à solidão refletida na tela de um computador e a valorização do individualismo, como se nossos títulos ou status científico fossem frutos apenas da nossa competência individual. Escrevo estes agradecimentos por ter ciência de que o trabalho aqui apresentado é fruto de um esforço coletivo, da disponibilidade, interesse e dedicação de diversas pessoas.

Primeiramente, agradeço à Camilla Almeida por todo o amor que compartilhamos nos últimos seis anos e pela possibilidade de me fazer ver o mundo de maneira melhor. Sem compartilhar da sua dedicação acadêmica, disciplina e ânsia por conhecimento, certamente esse trabalho não teria a mesma qualidade.

À professora Marilda Menezes por ter aceitado a missão de orientar essa dissertação e enriquecê-la partilhando conosco uma perspectiva analítica enriquecedora. Agradeço, também pela sensibilidade diante das dificuldades inerentes a esse processo, fazendo com que a academia se tornasse um espaço mais humano e agradável.

Ao professor Roberto Vêras pela oportunidade de sua orientação e pelo conhecimento compartilhado nos últimos anos. Agradeço por sua criticidade, comprometimento e vocação acadêmica que são inspiradores para todos.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos sem a qual não seria possível ter saído de casa para cursar o mestrado e realizar esta pesquisa.

Aos colegas e professores dos grupos de pesquisa TDEPP e LAEPT pela possibilidade de trocar experiências e aprendizados ao longo do mestrado. Registro um agradecimento especial ao professor Mário Ladosky com quem pude dividir enriquecedores momentos de diálogo.

Ao PPGCS/UFCG em especial ao seu corpo docente com quem pude continuar apreendendo a tarefa de tornar-me um sociólogo. Agradeço ainda a presteza de Claudiana e Rinaldo em suas atividades na secretaria do programa.

Aos colegas da Pós-Graduação pelos momentos de grande aprendizado e por quem fomos recebidos com grande cordialidade na Paraíba. Registro um agradecimento especial a Eugênio, Ana Márcia, Thelma, Mariana e Mércia pela amizade, pelos favores e pela acolhida.

Às bancas dos exames intermediários de qualificação. As contribuições críticas das professoras Ramonildes Alves, Ghislaine Duque, e dos professores Octávio Maza e Mário Ladosky foram fundamentais para o melhor desenvolvimento desse trabalho.

Aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Petrolina e Juazeiro que abriram suas portas e acervos viabilizando a realização dessa pesquisa. Agradeço especialmente à Graça Rosa (STR-Petrolina) e a Zezinho (STR-Juazeiro) pela disponibilidade em ajudar em diversos momentos da pesquisa.

À Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Juazeiro (CPT), especialmente a Marina Rocha e a Domingos Rocha pelas entrevistas e disponibilidade do acervo documental da Comissão.

Aos técnicos agrícolas, gestores e empresários que abriram as portas das unidades produtivas e nos possibilitaram compreender as dinâmicas de trabalho na fruticultura irrigada do SMSF.

Ao grupo de estudos ETC pela disponibilidade do acervo, estrutura e espaço físico que tornaram mais fáceis à elaboração dessa dissertação. Agradeço também a amizade e contribuições críticas dos professores Fernando Souto Jr. e Nilton de Almeida.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras que dedicaram um pouco de sua atenção e tempo conversando, concedendo entrevista e apresentando para a gente a sua realidade. As histórias e a cordialidade dos trabalhadores foram de grande estímulo durante o processo de elaboração dessa dissertação.

Por fim, agradeço a Rizeth Duarte, minha mãe, pela sua dedicação e esforço em transformar em realidade as minhas aspirações.

“Os homens, que sabem enxertar as árvores e fazem fecundas e fortes as sementes, não encontram meios para deixar a gente esfaimada comer seus produtos. Homens que criaram frutas novas para o mundo não sabem criar um sistema pelo qual suas frutas possam ser comidas”.

(John Steinbeck – As Vinhas da Ira)

RESUMO

Este trabalho objetiva refletir sobre as ações políticas elaboradas pelos trabalhadores assalariados rurais da fruticultura irrigada no Submédio Vale do São Francisco - SMSF. Propomos a análise não apenas das dinâmicas e ações institucionalizadas no âmbito dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, mas consideramos também os processos e as relações sociais que se forjam além dos espaços e do discurso institucional, atentando nesse sentido para estratégias políticas elaboradas diante das experiências cotidianas dos trabalhadores. Inicialmente partimos a nossa análise dos processos socio-históricos que viabilizaram e influenciam as dinâmicas produtivas da fruticultura irrigada, atentando para as especificidades das relações de trabalho atreladas a uma produção orientada para o mercado externo. Dessa forma, observamos que a dinâmica de trabalho está baseada em um modelo onde prevalece um elevado grau de especialização, controle, intensidade e é demarcada pela sazonalidade. Em seguida observamos como tais processos informam e abrem possibilidades para as estratégias políticas de que lançam os trabalhadores. Diante disso, as reflexões centrais desse trabalho baseiam-se nas práticas cotidianas de resistência explícitas ou ocultas, institucionalizadas ou não. Analisamos ações que vão desde estratégias como amarrar serviço, burlar fiscalização até práticas mais institucionalizadas no espaço sindical, como a negociação coletiva de trabalho e greves. Consideramos ainda que essas ações se informam mutuamente, se articulam e abrem possibilidades para tanto para política sindical, como para o empoderamento e reconhecimento de direitos pelos trabalhadores. Adotamos uma metodologia de análise qualitativa, dando ênfase aos documentos acessados nos acervos dos sindicatos, bem como os arquivos de jornais impressos e virtuais locais. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com trabalhadores, diretores, delegados e assessores sindicais, bem como pesquisa de campo.

Palavras-chave: Assalariamento rural, fruticultura irrigada, resistência, sindicalismo.

ABSTRACT

This project has as its objective to reflect on political actions elaborated by the employees of the irrigated fruit-growing companies within the area of the Sao Francisco Valley. We propose the analysis not only of the dynamics and of the formal actions which relate to the Rural Workers Union, but we consider also the process and the social relations which build beyond its space and formal speech, paying close attention in a sense to political strategies elaborated based on the daily experiences of the employees. Initially, we based our analysis on social-historical projects which enabled and influenced the dynamic production of irrigated fruit-growing, attending to the specifics of work relations linked to a production purposeful to the international market. In this matter, we observed that the work dynamics are based upon a model that prevails an elevated degree of specialization, control, intensity, and is characterized by the seasonality. Further more, we observe how such procedures inform and present possibilities for the political strategies which are presented by the employees. Thereof, the main reflections of such thesis are based on the daily resistance manners being those explicit or concealed, institutionalized or not. We seek to analyse actions such as strategies to tie services, bob inspections, and even actions more institutionalized within the trade union; such as collective negotiation of labor manners and strikes. We also take into consideration that such actions mutually trade information, articulate, and present possibilities so much for the political union as for the empowerment and recognition of rights for the employees. We've adopted a methodology of qualitative analysis, giving emphasis to the documents accessed within the libraries of the unions, also within printed news paper articles and virtual spaces. Besides these, we conducted semi-structured interviews with employees, directors, delegates, and union workers, as well as field work.

Key words: Rural wage, irrigated fruit, resistance, trade unionism.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AGROVALE – Agroindústrias do Vale do São Francisco
- BNB – Banco do Nordeste do Brasil
- BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento
- CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CAI – Complexo Agroindustrial
- CAJ – Cooperativa Agrícola de Juazeiro
- CAC - Cooperativa Agrícola Cotia
- CCT – Convenção Coletiva de Trabalho
- CEASA - Centro de Abastecimento Agroalimentar
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- CHESF – Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco
- CICA NORTE - Companhia Industrial de Conservas Alimentícias
- CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
- CONTAC – Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPATSA – Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- CVSF – Comissão Vale do São Francisco
- DENOCs – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
- DINC - Distrito de Irrigação Nilo Coelho
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- DRT – Delegacia Regional do Trabalho
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FACEPE – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Pernambuco

FAMESF – Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco

FAO – Food Agricultural Organization

FETAG – Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura

FETAG BA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia

FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

GEIDA - Grupo de Estudos Integrados de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola

GISF - Grupo de Irrigação do São Francisco

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PAM – Produção Agrícola Municipal

PCB – Partido Comunista do Brasil

PDAN - Programa de Desenvolvimento da Agroindústria no Nordeste

PDET - Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho

PIN - Programa de Irrigação do Nordeste

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD - Programa Nacional de Desenvolvimento das Nações Unidas

PRONI - Programa Nacional de Irrigação

PROINE - Programa de Irrigação do Nordeste

PROVALE - Programa Especial para o Vale do São Francisco

PSD – Partido Social Democrático

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior

SENIR - Secretaria Nacional de Irrigação

SINE - Sistema Nacional de Empregos

SINTAGRO – Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Agrícola, Agroindustriais e Agropecuárias dos Municípios de Juazeiro, Curaçá, Casa Nova, Sobradinho e Sento Sé - BA

SMSF – Submédio São Francisco

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste

SUVALE – Superintendência do Vale do São Francisco

UDN – União Democrática Nacional

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco

VALEEXPORT – Associação dos Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco

LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS

	Página
Figura 01 – Etapas dos ciclos produtivos da uva e da manga	92
Figura 02 – Selos de certificação comuns entre as empresas do SMSF	113
Fotografia 01– Local destinado para descanso e refeição dos trabalhadores	103
Fotografia 02– Local destinado para descanso e refeição dos trabalhadores	103
Fotografia 03 - Local destinado a refeição dos trabalhadores	104
Fotografia 04 - Local destinado a refeição dos trabalhadores	104
Fotografia 05 – Posto Asa Branca local de arregimentação de mão de obra em Petrolina	117
Fotografia 06 – Mercado do Produtor local de arregimentação de mão de obra em Juazeiro	117
Fotografia 07 – Trabalhadoras diaristas debulhando feijão após não conseguir serviço	118
Fotografia 08 – Banca de bebidas	119
Fotografia 09 – Trabalhadores diaristas embarcando em uma van	120
Fotografia 10 – Trabalhadores paralisados na empresa Terra do Sol	153
Fotografia 11 - Trabalhadores definem paralisação na empresa Agrivale	158
Fotografia 12 - Trabalhadores definem paralisação na empresa Agrivale	158
Fotografia 13 - Trabalhadores paralisados na empresa Agrivale	158
Fotografia 14 - Trabalhadores paralisados na empresa Agrivale	158
Fotografia 15 – Transporte dos trabalhadores e local para descanso e refeições	169
Fotografia 16 – Transporte dos trabalhadores e local para descanso e refeições	169
Fotografia 17 – Fiscalização DRT nas empresas fruticultoras	170
Fotografia 28 – Fiscalização DRT nas empresas fruticultoras	170
Fotografias 19 – Reunião do STR-Petrolina com delegados e delegadas sindicais	168
Fotografias 20 – Delegados sindicais no Seminário de Construção de Pauta da CCT 2016	191
Fotografia 21 – Atividade de “roço aéreo” em uma grande fazenda de uva	194
Fotografia 22 – Panfletos de divulgação das assembleias do STR-Petrolina para aprovação de pauta da CCT	195
Fotografia 23 – Mesa de negociação da XXIII Convenção Coletiva de Trabalho da Hortifruticultura do SMSF	197
Fotografia 24 – Panfleto informativo elaborado pelos sindicatos após primeira rodada de negociação da CCT 2016	201
Fotografia 25 – Cartilhas informativas das cláusulas negociadas nas Convenções Coletivas	203

LISTA DE TABELAS E QUADROS

	Página
Tabela 01 – Área dos perímetros públicos de irrigação no polo Petrolina (PE)-Juazeiro (BA)	46
Tabela 02 – Paralisações dos trabalhadores entre Dez/2014 e Mar/2016	151
Tabela 03 – Reajuste salarial estabelecido na CCT em comparação com INPC-IBGE Brasil 1994 - 2016	174
Quadro 01 – Ocupação do perímetro irrigado Senador Nilo Coelho	72
Quadro 02 – Projetos públicos de irrigação no Submédio São Francisco	78
Quadro 03 - Calendário de importações de uva dos Estados Unidos e União Europeia	81
Quadro 04 - Calendário de importações de manga dos Estados Unidos e União Europeia	82
Quadro 05 - Produção e exportação de uva do SMSF entre 2010 e 2014	84
Quadro 06 - Produção e exportação de uva do SMSF entre 2010 e 2014	84
Quadro 07 – Atividades realizadas no ciclo produtivo da uva	95
Quadro 08 - Metas de produção por atividade e variedade de uva	106

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
Gráfico 01 - Evolução do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de Juazeiro e Petrolina (1985 – 2014)	77
Gráfico 02 – Evolução da área plantada de manga e uva em hectares no SMSF	79
Gráfico 03 - Admissões e desligamentos de trabalhadores na agricultura nas microrregiões de Juazeiro e Petrolina no ano de 2014	86
Gráfico 04 – Contratações de trabalhadores na agricultura nas microrregiões de Juazeiro e Petrolina, por sexo (2014)	88

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	18
O Lócus da pesquisa	19
Metodologia	22
Organização da dissertação	25
CAPÍTULO I - DESENVOLVIMENTO PARA QUÊ? E PARA QUEM? AS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO DO SMSF	27
1.1. Apresentação do capítulo	27
1.2. Um breve histórico da região até os anos 1940	28
1.3. A CVSF e o início da intervenção estatal planejada: o início da irrigação e expropriação	31
1.4. Criação da SUDENE: transformações no Nordeste e no SMSF	35
1.4.1. A atuação da SUDENE no SMSF	40
1.5. A criação da CODEVASF e o completo giro de orientação política para irrigação	43
1.6. Desapropriação, exclusão e proletarização: a implantação dos perímetros irrigados e a Barragem de Sobradinho	48
1.7. Consolidação do complexo agroindustrial, crise do Estado e Fruticultura irrigada	58
1.8. Considerações do capítulo	66
CAPÍTULO II - O TRABALHO NA FRUTICULTURA IRRIGADA DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO: ENTRE AS DINÂMICAS DO LOCAL E DO GLOBAL	67
2.1. Apresentação do Capítulo	67
2.2. O trabalho enquanto processo de produção de valor na fruticultura irrigada	68
2.3. As unidades produtivas	71
2.4. Constituição e dinâmica do mercado de trabalho formal	74
2.5. As características do trabalho na fruticultura	79
2.6. O trabalho nas distintas etapas do ciclo produtivo da manga e da uva	91
2.7. Condições de trabalho	100
2.9. Flexibilização de jornadas e direitos	109
2.10. Os selos de certificação e as dinâmicas de controle sobre o trabalho	112
2.11. Trabalho “avulso”, o ápice da precariedade do trabalho no SMSF	116

2.12. Considerações do Capítulo	122
CAPÍTULO III A NEGOCIAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO E AS FORMAS COTIADIANAS DE RESISTÊNCIA DOS ASSALARIADOS RURAIS	124
3.1. Apresentação do capítulo	124
3.2. O processo de trabalho como negociação: a perspectiva de Michael Burawoy	125
3.3. As resistências cotidianas dos trabalhadores: contribuições de James Scott	129
3.4. As formas de resistência e negociação do trabalho na fruticultura irrigada	135
3.4.1. A negociação do processo produtivo e as formas cotidianas de resistência à intensificação	135
3.4.2. Resistências ocultas: a burla da fiscalização e outras questões	145
3.4.3. Outras práticas de resistência e a interseção com a dinâmica institucional	150
3.5. Considerações do capítulo	160
CAPÍTULO IV - SINDICALISMO E A LUTA DOS TRABALHADORES NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO	161
4.1 Apresentação do capítulo	161
4.2 O processo de construção de uma política sindical para os trabalhadores rurais da fruticultura	162
4.3 As estratégias de luta pelo caminho institucional	172
4.3.1 A convenção coletiva de Trabalho	172
4.3.2 Os delegados sindicais como parte preponderante para construção da política sindical	175
4.3.3 A participação em outros espaços institucionais	178
4.3.4 Ações políticas mais radicais: paradeiros e greves	180
4.4 A construção da convenção coletiva de 2016	187
4.5 Considerações do capítulo	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
LISTA DE ENTREVISTADOS	208
REPORTAGENS DE JORNAIS E REVISTAS	209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	211
ANEXO I	218

INTRODUÇÃO

Este texto é fruto de reflexões e discussões realizadas ao longo dos últimos cinco anos de pesquisa sobre a ação coletiva e o movimento sindical dos trabalhadores assalariados da fruticultura irrigada na região do Submédio São Francisco (SMSF), tendo as problematizações iniciadas ainda enquanto estudante de graduação e bolsista de iniciação científica (PIBIC) vinculado aos projetos do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Pernambuco (FACEPE).

Entretanto, tais questões, frutos desse acúmulo, têm passado por um processo de reorientação a partir do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG) e dos proveitosos debates realizados no âmbito do Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP/UFCG) e no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho (LAEPT/UFPB).

Dessa forma, o problema que orientou a pesquisa que deu origem a esta dissertação surgiu, ao mesmo tempo, como consequência e continuidade de pesquisas e reflexões anteriores. Nas pesquisas de iniciação científica e que deram origem ao trabalho de conclusão de curso de graduação em ciências sociais na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) nos dedicamos à análise da ação política dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) de Juazeiro-BA e de Petrolina-PE junto aos trabalhadores e trabalhadoras assalariadas rurais da fruticultura irrigada.

Cabe ressaltar que ao longo de todas as pesquisas realizadas durante a graduação, bem como nesta pesquisa de mestrado contei com a parceria de Camilla Almeida, também mestranda em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFCG. Em sua pesquisa de mestrado¹ Camilla dedica-se a analisar os processos de construção da política sindical para/pelas trabalhadoras assalariadas rurais da fruticultura irrigada. Boa parte das atividades de campo, entrevistas e reflexões desta pesquisa contaram com a contribuição desta pesquisadora.

Para esta pesquisa de mestrado a proposta foi de ampliar o foco de análise, refletindo não apenas sobre as dinâmicas e ações políticas institucionalizadas no âmbito do sindicato,

¹ SILVA, Camilla de Almeida. “O QUE A GENTE QUER PRA UM, A GENTE QUER PRO OUTRO”: Uma análise sobre as questões de gênero e a agenda política dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na fruticultura irrigada do polo Petrolina/PE-Juazeiro/BA. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. 2016.

mas considerando os processos e as relações sociais que se forjam além do espaço institucional. Atentando, principalmente, para se, e como tais dinâmicas se informam mutuamente.

Nesse sentido, a problemática se localiza na análise dos processos de elaboração das ações coletivas dos trabalhadores atentando para a interação entre as práticas institucionalizadas no espaço dos STRs e as dinâmicas que se originam nas experiências dos próprios trabalhadores, fora dos espaços institucionais.

Em termos mais específicos, o problema da pesquisa se expressa na seguinte formulação: como a construção das ações coletivas e das práticas de resistência dos trabalhadores assalariados rurais da fruticultura irrigada se constituem a partir de uma interação e articulação entre os processos sociais que emergem da institucionalidade sindical com processos sociais que partem dos próprios trabalhadores?

É impossível, entretanto, tentar compreender tais processos e relações sociais desatrelados do contexto mais amplo em que estão inseridos. Dessa forma, não podemos negligenciar, por um lado, toda a dinâmica do capitalismo local e global que informa a produção de frutas no SMSF e, por outro lado, devemos também perceber todo o acúmulo histórico dos trabalhadores assalariados junto aos STRs da região, por onde desde a década de 1980 atuam politicamente.

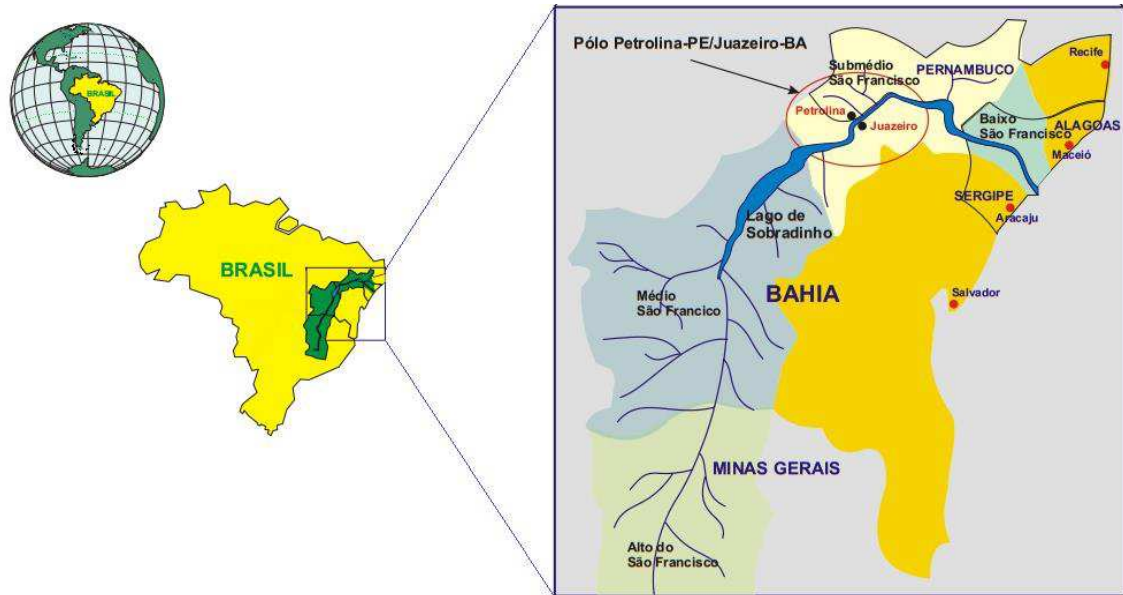
Diante disso, destacamos que apesar de no primeiro capítulo resgatarmos bibliograficamente o contexto inicial da intervenção estatal nesta região, nosso recorte cronológico para esta pesquisa está demarcado no período entre o final da década de 1980 e até o ano de 2015, quando foi realizada a pesquisa de campo.

O Lócus da pesquisa

O lócus de análise e observação deste trabalho é o polo de fruticultura irrigada de Petrolina/PE - Juazeiro/BA², uma área que está localizada na região Submédica da Bacia do Rio São Francisco, no semiárido nordestino, e concentra uma população de 742.759 habitantes, de acordo com os dados do Censo/IBGE 2013, em uma área de 35.436,857 Km².

² O Polo Petrolina/PE-Juazeiro/BA compõe a Região Administrativa de Desenvolvimento Econômico (RIDE) Petrolina – Juazeiro, e é formado por um total de oito municípios, entre os quais Casa Nova, Curaçá, Sobradinho e Juazeiro, na Bahia, e Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco.

Mapa 1: Localização do Polo Petrolina/PE-Juazeiro/BA



Fonte: Silva, 2001.

A localidade, marcada pela aridez dos solos e pelas chuvas escassas e regulares (a média anual é de 350 mm^3) está entre os principais produtores nacionais de frutas frescas para exportação, respondendo por quase 5% do valor total da produção frutícola brasileira (PAM-IBGE, 2013).

Dentre os principais cultivos nos perímetros irrigados da região destacam-se as produções de coco, melão, acerola, banana, goiaba e, principalmente, manga e uva de mesa. Cerca de 15% da produção de manga e uva é destinada para exportação o que representa, respectivamente, 67,5% e 99,8% das exportações nacionais. (SECEX, 2014).

Os principais mercados consumidores internacionais das frutas do SMSF são países europeus e os Estados Unidos. A União Europeia consome 80% da uva e 65% da manga exportadas pelo SMSF, 15% da uva e 30% da manga vão para os Estados Unidos e os 5% restantes vão para o Canadá, países da Ásia, da América do Sul e Oriente Médio (VALEXPORT, 2013).

O acesso à água em abundância e a regularidade das condições climáticas são, sem dúvidas, fenômenos preponderantes para o desempenho da região na produção frutícola. Mas, se por um lado as condições naturais são preponderantes para o dinamismo econômico da região, por outro é inegável o papel do Estado em estimular esse desenvolvimento.

³ Os dados encontram-se especificados no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do São Francisco – Pernambuco, 2011.

As políticas desenvolvimentistas começaram a surgir na região ainda nos anos 1940, vinculadas sobretudo às ações do Estado. A partir de então, foram criadas uma série de órgãos públicos destinados à promoção do desenvolvimento, a exemplo da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), em 1945, e da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 1948.

Diante desse contexto de modernização da estrutura produtiva e ampliação do dinamismo econômico estimulado pelo Estado, que continuou em expansão ao longo da segunda metade do século XX, as relações de trabalho experimentam uma série de modificações em sua dinâmica produtiva, vivenciadas a partir da construção dos perímetros públicos de irrigação e com a emergência da agroindústria entre os anos 1970 e 1980, e apenas depois, nos anos 1990, da fruticultura irrigada.

Assim, foram inauguradas novas dinâmicas de exploração da força de trabalho, não só através do assalariamento em empresas rurais/agrícolas, mas também a partir da intensificação do trabalho e de um maior controle sobre os trabalhadores, que até então vivenciavam relações de trabalho vinculadas à pecuária e à agricultura familiar e de subsistência em áreas de sequeiro e vazantes ao longo do leito do rio.

Junto ao processo de expansão da fruticultura irrigada e, em consequência disso, do assalariamento rural, deu-se início também a atuação política dos trabalhadores rurais através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) da região, representando avanços não apenas do ponto de vista da inserção dos trabalhadores ao mundo dos direitos, mas sobretudo, às condições dignas de vida e trabalho.

Entretanto, apesar de efetiva e de ter acúmulos históricos, a dinâmica sindical não expressa, necessariamente, toda ação política dos assalariados da fruticultura. Nem mesmo a convenção coletiva de trabalho, negociada desde o início dos anos 1990, dá conta de regular todas as contradições que se apresentam no processo de trabalho cada vez mais intenso e rigidamente controlado.

É nesse sentido que apresentamos como problemática deste trabalho a necessidade de lançar o olhar também para os processos, relações sociais e ações políticas que se forjam fora da política sindical institucionalizada.

Metodologia

As experiências de pesquisas na região foram preponderantes para os resultados alcançados por esta pesquisa de mestrado. As entrevistas com dirigentes sindicais, representantes do ministério do trabalho, militantes e funcionários dos STRs de Petrolina, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, realizadas entre os anos de 2010 e 2013 nos possibilitaram muito mais do que apreender sobre a política sindical e a convenção coletiva do SMSF. As atividades enquanto bolsista PIBIC permitiram que nós refletíssemos sobre o exercício da pesquisa, a nossa abordagem metodológica e, principalmente, sobre as questões que orientavam a nossa investigação.

Dessa forma, após quatro anos estudando a política sindical dos assalariados rurais da fruticultura irrigada nos pareceu necessário transpor o discurso sindical, dialogar com os trabalhadores que não estão necessariamente vinculados a toda estrutura institucional que compõe o sindicato. Essa mudança parcial de foco nos possibilita compreender a ação política dos trabalhadores para além do espaço institucional sem perder de vista todo o acúmulo e consciência de classe que são forjados também no espaço sindical.

Transpor o discurso sindical ou minimamente nos desvencilhar da imagem do sindicato para alcançar os trabalhadores em seus locais de trabalho, sem dúvidas, não foi um exercício fácil, principalmente porque os sindicatos apresentam-se como nossos melhores intermediários no acesso às fazendas produtoras de manga e uva da região.

Em geral, as empresas frutícolas, sobretudo as de grande porte, possuem uma vasta estrutura organizacional, e ter acesso ao campo onde as atividades de trabalho são realizadas não é simples, demanda um contato prévio, uma boa justificativa para a pesquisa de campo e principalmente a simpatia e compreensão dos gestores da importância do trabalho acadêmico.

Portanto, foi sempre muito difícil acessar os espaços de trabalho através dos empresários, gestores ou funcionários das empresas. Quando aconteceu, o acesso foi sempre de maneira superficial, com pouco ou nenhum contato com os trabalhadores de modo a não atrapalhar suas atividades.

Por outro lado, através de garantia estabelecida na CCT, os sindicatos possuem livre acesso às empresas nos intervalos destinados às refeições. Diante disso, o STR de Petrolina instituiu a prática de realizar atividades de campo e trabalho de base em ao menos uma empresa todos os dias. Acompanhamos por algumas vezes esse trabalho do sindicato e neste

momento pudemos não apenas conhecer a estrutura produtiva das maiores fazendas frutícolas da região, como também estabelecer contatos iniciais com os trabalhadores e trabalhadoras.

O acesso aos trabalhadores a partir dos Sindicatos na medida em que nos ajudou, apresentou-se também como uma limitação preliminar. A necessidade de desvincular a imagem inicial de pesquisador vinculado ao sindicato foi sempre presente nas entrevistas realizadas com os trabalhadores, que na maioria das vezes aconteceram em suas próprias residências.

As entrevistas realizadas privilegiaram o diálogo com trabalhadores assalariados que ocupam a função de delegado sindical, entretanto trabalhadores não sindicalizados também foram entrevistados. Além dos trabalhadores, entrevistamos também sindicalistas, funcionários dos sindicatos e representantes empresariais.

Ao todo, entre os meses de maio de 2015 e janeiro de 2016, foram realizadas 20 entrevistas. Dentre estas, 07 com trabalhadores rurais (entre os quais 04 delegados sindicais), 08 com sindicalistas, funcionários dos STRs de Juazeiro e Petrolina, e membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Juazeiro-BA; além de 04 entrevistas com produtores, exportadores, técnicos agrícolas e funcionários do setor de gestão de pessoas de uma empresa de grande porte na cidade de Petrolina/PE.

Todas as entrevistas realizadas foram semi-estruturadas e seguiram um roteiro previamente estabelecido. Além das entrevistas, foram realizadas também atividades de campo que consistiram em visitas constantes aos sindicatos, às empresas produtoras de manga e uva, além de idas periódicas aos espaços de arregimentação de trabalho informal.

As atividades de campo nos STRs de Juazeiro e Petrolina e na CPT foram facilitadas pelo contato prévio já existente com os militantes e dirigentes sindicais. O acesso ao acervo documental desses espaços foi de grande valia, pudemos fazer cópias de atas de assembleias, reuniões e atividades das organizações e compreender um pouco o funcionamento e a construção política das instituições.

Nesse sentido, participamos ainda de assembleias do STR de Petrolina, reuniões de formação com todos os delegados sindicais e do XXII Seminário Regional de construção de pauta para a convenção coletiva unificada. O seminário contou com representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), das Federações de Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG-BA) e de Pernambuco (FETAPE), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), diretores sindicais e cerca de 150 delegados sindicais dos STRs de Juazeiro, Casas Nova,

Sobradinho, Abaré e Sento Sé, Curaçá, Petrolina, Lagoa Grande, Sta. M^a da Boa Vista e Belém do São Francisco.

Como atividade de campo realizamos também, durante duas semanas, visitas periódicas ao Mercado do Produtor, em Juazeiro/BA, e ao Posto Asa Branca, na cidade de Petrolina/PE. Estes locais são conhecidos como pontos de contratação de trabalho “avulso”, por diária.

Nas primeiras visitas à estes espaços, onde os trabalhadores se reúnem diariamente a espera dos intermediadores de mão de obra, percebemos que seria muito difícil o diálogo, apesar de chegarmos juntamente com os trabalhadores por volta das 05:00 horas da manhã. Isso se dava em decorrência de diálogos sempre monossilábicos, com muita desconfiança e pouco interesse em manter contato. O fluxo intenso de pessoas, a dificuldade de encontrar os mesmos trabalhadores a cada novo dia e a necessidade de interromper a conversa para conquistar uma possível vaga em uma turma prestes a se formar, foram constantes.

Diante desse problema, resolvemos testar um método mais direto de contato com os trabalhadores, que não necessitasse de grande aproximação e que pudesse ser objetivo e rápido, respeitando o tempo que eles podiam nos conceder. Dessa forma, optamos por testar o uso de questionários como forma de acessar os trabalhadores e a partir das perguntas e temas previamente estabelecidos desenvolvemos e aprofundamos a conversa em temas específicos.

Ao total aplicamos 31 questionários, com trabalhadores de diferentes perfis, e por diversas vezes acessamos mais de um trabalhador por questionário, pois a curiosidade sobre a nossa presença ocasionava a formação de pequenos grupos ao nosso entorno.

Dessa forma e, sobretudo, por conta do tamanho da amostragem, os resultados não apresentam possibilidade de generalização ou trato estatístico, contudo a estratégia foi bastante eficiente e durante essas duas semanas pudemos ter acesso e tentar compreender a dinâmica de trabalho nesses espaços.

A pesquisa teve continuidade com o processo de construção da Convenção Coletiva de Trabalho 2016-2017, entre os meses de setembro de 2015 e janeiro de 2016. As atividades tiveram início com o XXII Seminário Regional para a construção das pautas do movimento, realizado no Hotel Grande Rio, em Juazeiro/BA entre os dias 28 e 29 de setembro.

Nesse Seminário a construção da pauta é realizada conjuntamente entre os sindicatos de Juazeiro, Casa Nova, Abaré, Curaçá, Sento Sé e Sobradinho, na Bahia; e, Petrolina, Belém do São Francisco, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco.

Após a construção das pautas, esse processo teve sequência com a realização de reuniões entre sindicatos e delegados/as sindicais de sua base e assembleias para a aprovação da pauta. Participamos de algumas dessas reuniões junto ao STTR Petrolina, anotando, observando, e principalmente, conversando com pessoas que tivemos contato ao longo da pesquisa. As conversas informais foram essenciais para centrarmos uma análise crítica sobre o problema de pesquisa.

No mês de janeiro acompanhamos a XXII negociação coletiva entre representantes de trabalhadores/as rurais e patronato em Petrolina/PE, entre os dias 12 e 15 de janeiro (primeira rodada de negociações) e posteriormente entre os dias 27 e 29, encerrando por fim as atividades de pesquisa.

Ainda como recurso metodológico realizamos o acompanhamento constante das páginas virtuais e sítios na internet dos sindicatos de trabalhadores rurais e dos dirigentes sindicais, bem como compartilhamos informações e interagimos virtualmente em grupos e fóruns dos trabalhadores assalariados rurais no aplicativo WhatsApp e na rede social Facebook.

Organização da dissertação

Esta dissertação foi organizada em quatro capítulos, além de uma introdução e considerações. No primeiro capítulo refletimos sobre o lócus da pesquisa problematizando o processo de intervenção e investimento estatal no SMSF para a constituição de polo produtor de alimentos a partir da agricultura irrigada. Pensar sobre esse processo é também pensar como as dinâmicas entre o urbano e rural, o local e o global, o industrial e o agrícola se estabelecem nesta região, pensando os processos de modernização da agricultura e suas consequências sócio espaciais.

No segundo capítulo, proponho uma análise do trabalho na fruticultura irrigada do SMSF, observando a consolidação e dinâmica do mercado de trabalho vinculado à produção de frutas em grande escala para exportação, atentando também às características desse trabalho e dos trabalhadores e as influências do mercado internacional sobre a dinâmica local. A proposta desse capítulo é subsidiar a reflexão para os capítulos subsequente de forma a compreender como a ação política dos trabalhadores se referenciam, ou não, nas contradições vivenciadas a partir do trabalho.

O capítulo de número três se detém sobre a análise das estratégias de resistência públicas e ocultas de que lançam mão os trabalhadores. Observamos a partir de quais discursos e mecanismos os trabalhadores elaboram formas de resistir aos processos de intensificação e controle do trabalho. Neste capítulo tentamos demonstrar também como as práticas de resistência cotidiana dos trabalhadores se articulam com as estratégias de luta pelos espaços institucionais.

Por fim, no quarto e último capítulo dessa dissertação, propomos uma discussão centrada nas ações políticas institucionais de que lançam mão os trabalhadores. Voltamos a nossa análise para o processo de elaboração da política sindical buscando perceber como os acúmulos institucionais se relacionam às experiências vivenciadas nos locais de trabalho.

CAPÍTULO I

DESENVOLVIMENTO PARA QUÊ? E PARA QUEM? AS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO DO SMSF

1.1. Apresentação do capítulo

O Submédio São Francisco (SMSF) não se tornou a maior região exportadora de frutas do Brasil por acaso. Não seria injusto iniciar este trabalho parafraseando Heródoto e dizer que Petrolina e Juazeiro são dádivas do Rio São Francisco, porém restringir a explicação do atual dinamismo econômico desta região apenas às questões naturais também não nos parece coerente.

Nesse sentido, a proposta deste capítulo é tentar visualizar quais processos sociais possibilitaram a consolidação do SMSF enquanto região produtora e exportadora de frutas, atentando para as contradições e disputas que se estabelecem em torno da adoção do atual modelo de desenvolvimento e buscando perceber como as dinâmicas e relações sociais que se apresentam na atualidade estão referenciadas a partir de processos anteriores.

Consideramos que a história econômica e social do SMSF pode ser dividida em três fases: uma primeira que vai desde o início do seu processo de colonização até meados do século XX. Neste período o povoamento da região ainda era bastante disperso e a economia girava em torno de uma agropecuária tradicional voltada quase que exclusivamente para a subsistência.

O segundo período, que demarcamos entre as décadas de 1950 e 1980, corresponde ao início da intervenção do Estado nesta região. Na segunda metade do século XX o SMSF recebeu um forte aporte financeiro e institucional estatal, garantindo investimentos para implantação de uma agricultura irrigada e consolidando na região toda uma infraestrutura de comunicação e transportes. A premissa que fundamentou tais investimentos foi a da modernização agrícola, estruturando-se no SMSF um polo agroindustrial.

O momento atual que consideramos ter seu início demarcado em meados da década de 1980 se caracteriza justamente pelo fim das atividades do complexo agroindustrial e pela

modificação do padrão de financiamento do Estado da produção irrigada. Nesse contexto de retração dos investimentos estatais é que se expande a fruticultura irrigada e paralelamente consolida-se um mercado de trabalho vinculado a esta atividade.

A partir disso observamos que o Estado teve papel preponderante nas transformações econômicas e sociais do SMSF, quer seja através de investimentos públicos diretos, quer seja com a atração de capital de outras regiões. Ressaltamos, entretanto, que não consideramos o Estado como um bloco homogêneo no delineamento de suas políticas e nesse sentido, compreendemos que o projeto político para o desenvolvimento do SMSF sempre esteve em disputa entre distintos atores. Cabe demarcar, porém, que boa parte dos investimentos públicos realizados na região aconteceu durante o período autoritário da ditadura civil militar.

Dessa forma, destacamos o caráter autoritário das intervenções estatais nesta região. Alicerçadas numa concepção de modernização agrícola as políticas implantadas no SMSF, além de terem sido impostas, privilegiaram um tipo de agricultura e um perfil de produtor distinto das populações tradicionais da região.

1.2. Um breve histórico da região até os anos 1940

A colonização do Vale do São Francisco, assim como de boa parte do interior do Brasil, ocorreu como consequência da expansão da pecuária. A manutenção da atividade agroexportadora, que se expandiu no litoral nordestino a partir da segunda metade do século XVI, demandava não apenas grande quantidade de alimento, como também a utilização dos animais para tração nos engenhos de cana.

Inviabilizada a coexistência da produção agrícola e a pecuária em um mesmo espaço, os rebanhos foram afastados das faixas litorâneas, e seguindo o leito dos rios foram adentrando e promovendo o povoamento do interior através das instalações dos currais.

A concentração populacional nos pontos do litoral onde se desenvolvia a cultura da cana-de-açúcar criou a necessidade de conquista das áreas do interior, onde os índios foram dominados, desenvolvendo-se a pecuária. Com isso se impedia os ataques dos nativos aos estabelecimentos portugueses e se produzia animais de tração, de carne e couro para o abastecimento dos engenhos açucareiros. Sendo o São Francisco um rio perene, foi o eixo da penetração dos colonizadores para o interior e da implantação das fazendas de criação. Daí o desenvolvimento, na bacia deste rio, da pecuária de várias espécies de animais bovinos, asininos, equinos, suínos, caprinos e ovinos, sendo os bovinos o rebanho economicamente mais importante. Os currais, fazendas de criação de gado, logo se estenderam pelo seu vale e pelos seus afluentes e disseminaram um povoamento pouco denso, em pequenos grupos que se dedicavam à pecuária [...] ao lado de uma agricultura de subsistência, de milho, mandioca, feijão e etc., em que utilizavam técnicas indígenas (ANDRADE, 1984, p.44).

Juntamente com os rebanhos seguiam também alguns poucos homens. A pecuária não requeria grande quantidade de recursos e mão de obra, as atividades nos currais eram quase em totalidade exercidas pelos vaqueiros. Além disso, a produção agrícola nesses espaços era praticamente restrita a subsistência, e feita de maneira bastante rudimentar, ficando a cargo dos beiradeiros que produziam uma pequena variedade de culturas nas áreas úmidas na beira do rio. Vaqueiros e beiradeiros foram, portanto, os principais agentes do povoamento dessa região⁴.

A pecuária realizada no sistema extensivo promoveu a consolidação de uma estrutura agrária concentradora de terras. A propriedade era restrita àqueles que detinham grande poder político. Mesmo após o fim do período colonial e a consolidação do país como república as consequências desse processo de colonização e de medidas como a Lei de Terras, de 1850, garantiram a reprodução de uma estrutura agrária excludente.

Dessa forma, boa parte dos vaqueiros e beiradeiros que realizaram as primeiras ocupações na região não possuíam a propriedade da terra, mas apenas o direito de posse e trabalho para subsistência nesses espaços. Essa condição foi perpetuada para as seguintes gerações, o que acarretou grande ônus para esses trabalhadores nos contextos de desapropriação promovidos pelo estado, como discutiremos a seguir.

Com o predomínio da pecuária a agricultura se desenvolveu historicamente na região do Submédio São Francisco como atividade secundária, visando apenas à garantia de subsistências dos homens e mulheres dedicados ao trabalho com bovinos. Até a década de 1950 a agricultura se desenvolveu nesta região como atividade subsidiária ao gado.

As atividades agrícolas eram reduzidas ao mínimo indispensável a uma população pobre, pouco numerosa e dispersa. Para cultivar os alimentos básicos – milho, feijão e mandioca assim como o algodão – cercavam com varas de pau-a-pique, com cactáceas e, em algumas áreas, com pedras, pequenos trechos que, após a colheita, eram abertos para que os animais se alimentassem com restolho das plantações. Criava-se desse modo um sistema em que, ao lado da pecuária, desenvolviam-se culturas chamadas “de chuva”, porque implantadas no período de mais intensa precipitação pluviométrica, em que a agricultura crescia em função do interesse da pecuária e em que o grande proprietário, pecuarista por excelência, fornecia a terra aos agricultores sem terras a fim de que eles a cultivassem recebendo com renda a “palha”, isto é, o restolho das culturas. (ANDRADE, 1980, p. 39).

⁴Cabe enfatizar que esse processo de colonização do interior se fez também dizimando e colonizando as comunidades indígenas que habitavam a região. Estudiosos presumem que os índios Cariris que ocupavam essa região alojando-se nos lugares mais férteis às margens do Rio Opara.

Dois tipos de agricultura se desenvolviam na região, as que dependiam da chuva e aquela realizada nas margens do rio. Estas, devido às poucas chuvas e os longos períodos de seca, eram as atividades agrícolas mais desenvolvidas na região do Vale do São Francisco.

Se por um lado a agricultura que se desenvolvia nas terras secas dependia das condições climáticas, sobretudo da chuva, por outro a agricultura de vazante dependia dos períodos de variação da vazão do rio. Após os períodos de cheia do rio os agricultores cultivavam de maneira bastante rudimentar culturas como milho, feijão, abóbora e mandioca.

Os métodos de cultivo empregados na agricultura, nesse período, ainda se assemelhavam ao dos indígenas. Não havia seleção de sementes, não estavam difundidas técnicas de controle de pragas, não havia um padrão de qualidade satisfatório e a produtividade era muito pequena. Os instrumentos de trabalho eram bastante primários: a enxada, o machado e o facão eram os mais difundidos. O cultivo se circunscrevia ao ciclo natural das chuvas e das enchentes do rio [São Francisco]. As culturas de vazante, ou seja, aquelas desenvolvidas aproveitando-se as estreitas faixas das margens do rio umedecidas nos períodos de cheia propiciavam uma parte da produção de milho, feijão, mandioca e alguns legumes como abóbora e batata-doce. Nas terras onde as águas do rio não alcançavam durante as cheias e nas caatingas, plantava-se além das culturas destinadas ao auto-abastecimento, a mamona e o algodão (GONÇALVES, 1997, p. 169).

A ausência de técnicas apropriadas e a pouca racionalidade dedicada a esses processos fazia com que quase inexistissem excedentes. O pouco que sobrava era comercializado nas feiras locais. A fruticultura também já existia mesmo que de maneira incipiente na região. O cultivo de manga, goiaba, banana, seriguela, umbu era realizado basicamente para consumo próprio e venda nas feiras, sendo colhidas as frutas sempre em sua época de maturação.

A prática da irrigação só foi registrada, no Submédio São Francisco, nos primeiros anos do século XX, ainda de maneira pontual, bastante restrita e por incentivos do governo do Estado da Bahia. Em 1900, foi criada, em Juazeiro, uma repartição estadual com finalidades agrícolas, depois denominada de Horto Florestal de Juazeiro, já nesse período a repartição utilizava-se de irrigação para manter seus campos de videira (RIBEIRO, 2005).

Seguindo a experiência realizada em Juazeiro outros campos de irrigação também foram instalados pelos governos estaduais nas cidades de Sento Sé, Petrolina e no vale do Salitre, já na década de 1940. Esses campos de irrigação possuíam cerca de 250 hectares irrigados e foram construídos com a proposta de difundir novas culturas e métodos de produção agrícola na região (ZARUR, 1947 *apud* GONÇALVES, 1997).

Além de pontuais, essas iniciativas não tiveram capacidade de transformar a realidade agrícola da região, conforme aponta Gonçalves (1997):

As culturas desenvolvidas nesses campos não estimulavam os agricultores. Elas, além de não se inserirem na tradição local, não conseguiam oferecer alternativa de ganho imediato em face da inexistência de um mercado que lhes desse vazão. Imagine a idéia de plantar uva em uma região onde a maioria das pessoas não tinha sequer um pé de limão em seus sítios e, além do mais, o produto era visto como algo exótico, coisa de outro mundo (GONÇALVES, 1997, p. 129).

Apesar de ser uma prática milenar, a da irrigação teve início no Submédio São Francisco de maneira bastante incipiente, para além das áreas experimentais estimuladas pelos governos, alguns fazendeiros dedicados à agricultura começaram a irrigar suas terras através de cata ventos e rodas d'água, já na primeira metade do século XX. Em grande medida essas experiências eram frustradas seja pela dificuldade de bombeamento e condução da água, ou pela inexperiência com culturas não tradicionais.

Apesar da utilização de irrigação para agricultura nessa região não ser uma prática recente, data ainda no início do século XX, para alcançar os padrões atuais de irrigação e produção agrícola foram necessários grandes investimentos por parte do Estado. A partir da segunda metade do século XX, o Estado brasileiro passou a investir em infraestrutura (eletrificação rural, canais de irrigação, estações de bombeamento, estradas e aeroporto para escoamento da produção), assistência técnica e pesquisa e atração de capital de outras regiões do país, transformando assim a realidade produtiva e a organização social desta região.

1.3. A CVSF e o início da intervenção estatal planejada: o início da irrigação e expropriação

A partir da década de 1940 a atenção destinada pelo Estado brasileiro à região do Vale do São Francisco transformou-se consideravelmente. Desde o período imperial até meados do século XX a preocupação dos sucessivos governos nacionais com esta região restringiu-se a questões relacionadas à regularização da navegação.

Com a utilização do Rio São Francisco durante a 2ª Guerra Mundial, como via de comunicação interna, sendo transportadas tropas e munições do Sul para algumas regiões militares importantes do Nordeste; e diante do problema energético vivenciado pelo país no processo de industrialização, a partir da década de 1940 o Estado brasileiro atentou para o potencial hidroelétrico do São Francisco (MAGALHÃES, 1991).

Contudo, somente em 1946, com a promulgação da nova Constituição Federal, pós-ditadura varguista, que a intervenção do Estado brasileiro no Vale do São Francisco passa a ter um caráter planejado. As disposições transitórias da carta magna apontam para a

necessidade do aproveitamento do potencial econômico do Rio São Francisco. A legislação garante ainda dotação orçamentária não inferior a 1% das receitas tributárias do país para o desenvolvimento do potencial econômico do rio. Conforme o texto de lei:

Art. 29 – O Governo Federal fica obrigado dentro de um prazo de vinte anos, a contar da data da promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a um por cento de suas rendas tributárias (BRASIL, 1946).

A partir dessa normativa, no ano de 1948, foi criada a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF). O órgão, vinculado ao governo federal, tinha como atribuição organizar e submeter para aprovação do Congresso Nacional o plano geral de aproveitamento do rio São Francisco visando à regularização do seu curso, melhor distribuição das águas, utilização do potencial hidrelétrico, fomento da indústria e da agricultura, desenvolvimento da irrigação, modernização dos transportes, além da assistência à exploração das riquezas do rio.

As considerações sobre a intervenção estatal no Vale do São Francisco contidas na Constituição de 1946 e na lei de criação da CVFS, em 1948, foram fruto de intensos debates entre os deputados na assembleia legislativa constituinte. As discussões diziam respeito à forma que a intervenção estatal tomaria e estava demarcada por duas correntes políticas distintas, conforme anuncia Andrade (1984):

Nos debates travados no parlamento e na imprensa no período 1945-48, observa-se a existência de duas correntes distintas a encarar os objetivos da política são-franciscana; uma, comprometida com uma visão social do problema, pensava em organizar um programa de desenvolvimento que equilibrasse os interesses nacionais e locais, com a implantação de programas que elevasse o rendimento dos recursos explorados e que beneficiasse a população do vale; outra corrente, eminentemente capitalista, procurava facilitar o crescimento econômico da bacia do São Francisco em função do interesse de grandes empresas dos centros mais dinâmicos do país que desejavam ampliar os seus negócios esquecendo ou colocando em segundo plano os interesses da população local (ANDRADE, 1984, p. 45-46).

Destacavam-se entre essas duas correntes o deputado baiano, pelo PCB, Carlos Marighella, defendendo que antes de qualquer benefício às terras deveriam ser desapropriadas e distribuídas entre a população, garantindo que a intervenção estatal não beneficiasse apenas os mais poderosos; e os deputados que compunham a aliança liberal-democrática no congresso a época, composta pela UDN e pelo PSD, dentre eles chamava atenção a atuação do deputado Manoel Novaes, também eleito pela Bahia, e membro da UDN.

Diante da composição do congresso nacional, que tinha maioria composta por deputados do PSD e da UDN, e dos rumos que tomou o Estado brasileiro nas décadas seguintes é evidente que a corrente que apostava na intervenção estatal, como meio de

viabilizar o crescimento do Vale do São Francisco a partir da inserção de investimentos externos e da emergência de uma agricultura moderna, nos moldes capitalista, saiu exitosa.

Cabe enfatizar que todo o debate em torno da criação da CVSF aconteceu no âmbito do congresso nacional e do governo federal, excluindo-se, portanto, a opinião das populações locais diretamente influenciadas pelas políticas que seriam implementadas.

O planejamento dos investimentos estatais nesta região desde então acontece de maneira bastante centralizada e, portanto, autoritária, sem diálogo e preocupação com a inclusão social, econômica e política dos sujeitos mais pauperizados. Essa característica se perpetua ao longo do processo de intervenção estatal na região.

A CVSF começou a funcionar em 1948 e dentre as suas incumbências constou a de planejar o desenvolvimento da irrigação no rio São Francisco. Através dos trabalhos da comissão foram iniciados os estudos de viabilidade para a construção de perímetros públicos de irrigação ao longo do rio. Na região do Submédio São Francisco, além dos estudos de viabilidade técnica para a irrigação, houve também iniciativas de pesquisa e apoio técnico aos produtores por meio dos técnicos agrícolas.

As primeiras iniciativas de pesquisa e apoio técnico para as culturas irrigadas na região datam do início da década de 50, por meio da CVSF. Com a chegada do técnico português, José Cabral de Noronha, em 1952, iniciou-se a introdução de práticas de cultivo mais racionais com o uso de fertilizantes e controle de doenças, entre outras práticas (SILVA, 2001, p. 75).

A atuação da Comissão desde o seu início estava orientada ao estímulo de práticas agropecuárias mais racionalizadas com melhor aproveitamento da água e introdução de agroquímicos, demarcando a constituição de uma forma “moderna” de trabalhar no campo, distinta das formas tradicionais de cultivo e criação que os habitantes da região praticavam.

Para isso a CVSF criou e manteve postos de serviço e estações experimentais com função de orientar os agricultores, difundir métodos e técnicas e demonstrar a viabilidade da agricultura irrigada. A irrigação se apresentava como principal meta CVSF, e tinha como finalidade gerar empregos e conseqüentemente conter a imigração dos nordestinos para o sudeste do país.

Além da importação de técnicos agrícolas, construção de postos de serviço e estações experimentais, a CVSF iniciou também um processo de popularização do acesso às motobombas e, posteriormente, as eletrobombas, introduzindo novas práticas de irrigação e o plantio de novas culturas.

Nesse período a expansão do cultivo de cebola marcou o início das transformações agrícolas no Submédio São Francisco, atribuindo importância à agricultura que até então era tratada como algo secundário, devido à pecuária.

A introdução do cultivo de cebola na década de 1940 foi muito importante para a modificação da visão da agricultura, ainda que tal cultivo tenha se circunscrito a pequenas e isoladas áreas. Alguns comerciantes do Submédio São Francisco descobriram nela um produto de fácil comercialização e de perspectivas lucrativas. Não obstante os riscos econômicos em função da variação dos preços, da vulnerabilidade a doenças e das dificuldades de transporte da região, alguns proprietários de terra acabaram atraídos pelo cultivo da cebola por enxergarem nessa atividade possibilidade de lucratividade. Os comerciantes forneciam as sementes e algum outro meio necessário ao cultivo, além de precária orientação, e se comprometiam com a comercialização do produto (GONÇALVES, 1997, p. 130).

Os baixos níveis de recursos técnicos empregados, somados a mão de obra barata e disponível, possibilitou que a produção de cebola fosse altamente rentável para alguns fazendeiros e médios proprietários rurais. Ao longo da década de 1950, a produção de cebola expandiu consideravelmente na região, chegando inclusive a despertar a atenção dos técnicos da Comissão para a necessidade de diversificar a produção, como afirma Pierson (1972):

Em 1959 foi ainda tão grande a superprodução de cebolas em função dos mercados disponíveis, que a Comissão do Vale do São Francisco ameaçou reduzir a ajuda aos agricultores locais a menos que fosse acelerada a diversificação da produção (PIERSON, 1972, p.486).

A produção de cebola representou um marco na consolidação da agricultura irrigada no Submédio São Francisco, entretanto ficou restrita a alguns municípios do sertão pernambucano. Os fazendeiros, sobretudo da Bahia, apresentaram grande resistências às transformações propostas pela Comissão e, em sua maioria, permaneceram aferrados às suas tradições e práticas junto à pecuária extensiva.

A CVSF encontrou grande dificuldade de cumprir a meta de expandir a agricultura irrigada na região. A atuação da Comissão, na década de 1950, não conseguiu elevar a produtividade e nem promover uma diversificação da produção, que, de uma maneira geral, manteve-se praticamente limitada às mesmas atividades e culturas, com exceção do cultivo da cebola.

Essa dificuldade foi acarretada tanto pela resistência dos habitantes locais, como também pelo fato da Comissão ter sido capturada pelos políticos da região e ter funcionado, em grande medida, para suprir seus interesses eleitorais. Diante de seus vastos objetivos a CVSF encerrou suas atividades antes do prazo previsto e sob investigação por suspeita de corrupção.

O primeiro grande plano global, para cuja execução foi criada em 1948 a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), alcançou resultados apenas medíocres. Com recursos financeiros de 1% da renda tributária da União, a CVSF tinha um prazo de vinte anos para mexer na estrutura retardada da região, executando serviços de regularização do rio, navegação, eletrificação, transportes, comunicação, saneamento, educação, saúde e assistência, fomento a produção agropecuária, reflorestamento, irrigação e colonização.

Alguns pontos do programa - tão vastos quanto o subdesenvolvimento do vale - foram tocados, em parte. Outros não chegaram sequer a ser iniciados. Inoperante, transformada em cabides de empregos e num paraíso de incríveis negociatas, não chegou a completar seus vinte anos. As obras mais importantes que deixou: uma barragem (Três Marias) e um processo (corrupção) na Justiça (REVISTA REALIDADE, MARÇO 1972).

A Comissão é representativa dos primeiros esforços do Estado brasileiro em intervir de maneira planejada na região, e apesar de ter apresentado resultados muito aquém dos vultosos recursos a que teve acesso, os dezenove anos de atuação da CVSF foram necessários para consolidação de uma base necessária à modernização da região. As intervenções da CVSF garantiram uma infraestrutura básica para alguns municípios do vale, como aponta Damiani:

A infraestrutura básica incluía estradas, escolas, postos de saúde, além de redes de energia elétrica instaladas em pequenas cidades construídas como resultado das pressões das elites locais de todo o Vale do Rio São Francisco a CVSF construiu 1.900 km de estradas, 50 pequenos aeroportos, mais de 120 projetos de abastecimento de água, 14 usinas elétricas com uma produção total de 408.000 KW, e 2.700 km de linha de transmissão (DAMIANI, 2003, p.08).

A partir de 1967 a Comissão do Vale do São Francisco deu lugar a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), que atuando de maneira articulada com a Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), intensificou os investimentos para consolidação da agricultura irrigada em Petrolina e Juazeiro.

1.4. Criação da SUDENE: transformações no Nordeste e no SMSF

Após as ações desarticuladas e pouco eficientes promovidas pela CVSF a atuação da SUDENE representou um marco no processo de intervenção estatal no SMSF. A criação da SUDENE viabilizou uma atuação mais articulada e eficiente do Estado nesta região, mobilizando distintas instituições como a SUVALE, que posteriormente transformou-se na CODEVASF, Banco do Nordeste, Embrapa em torno de um projeto amplo de consolidação da agricultura irrigada na região.

A SUDENE foi criada em 1959, após as considerações e diagnósticos elaborados no âmbito do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que funcionou por dois anos sob a coordenação de Celso Furtado. A superintendência tinha como missão apresentar uma solução para discrepância da economia nordestina diante da pujança industrial do Centro-Sul do país.

O estudo elaborado pelo GTDN, que serviu como base para a fundação e atuação inicial da SUDENE, apresenta as diretrizes para uma política de desenvolvimento para o Nordeste. As intervenções propostas no plano podem ser sintetizadas em quatro categorias: industrialização; transformação da agricultura na faixa úmida; transformação da economia no semiárido e deslocamento da fronteira agrícola (Diniz, 2009). Essas categorias evidenciam que a base de uma política de desenvolvimento para o Nordeste estava centrada na ação modernizadora promovida pelo Estado, tal processo não aconteceria, entretanto, sem uma articulação com o capital privado.

As linhas de ação contidas no relatório do grupo de trabalho foram ampliadas no I Plano Diretor preparado pela SUDENE, para o período 1961-1963. Assumindo uma postura de planejamento e expandindo os horizontes da intervenção estatal da SUDENE, as medidas apresentadas no I Plano Diretor vão desde aspectos como infraestrutura, reestruturação agrícola, colonização, desenvolvimento industrial; até questões como saúde pública, educação, levantamentos cartográficos, entre outros aspectos (DINIZ, 2009).

A criação da SUDENE representou a construção de uma política unificada para o desenvolvimento do Nordeste. Para tanto, Furtado acreditava ser necessário uma forte reforma administrativa visando à construção de um aparato burocrático capaz de intervir de maneira planejada e eficaz na região.

Definidos os objetivos, deixará de haver multiplicidade de políticas no Nordeste: Uma do DNOCS e outra da CVSF; Uma DNER e outra do DNEF; finalmente tantas políticas quanto são os órgãos do Governo Federal que operam na região, todos crescendo vegetativamente, repetindo coisas que fizeram no passado, bem ou mal, na medida de que puderam, e quase todos com enormes dificuldades principalmente porque não podem ver o problema no seu todo. Sem visão global do problema e, portanto, incapacitados para resolvê-los. [...] A ideia básica, por conseguinte, é a de que o governo terá uma só política de desenvolvimento em relação ao Nordeste. Para este fim a SUDENE deverá congrega os dirigentes das agências governamentais mais importantes na área, coordenando os planos de todas elas, a serem feitos em cooperação com os técnicos do órgão integrador (FURTADO, 1959, p. 122).

A SUDENE consolidava a instituição de uma estrutura administrativa capaz de intervir no processo de integração da economia nordestina à economia nacional. Através da

atuação da superintendência pretendia-se oferecer as condições estruturais necessárias para exploração das potencialidades econômicas da região.

Ainda que de maneira dependente do Estado e baseado nos investimentos de capitais do Centro-Sul, as taxas de crescimento do Nordeste entre 1960 e 1980 evidenciam o dinamismo econômico da região e demonstram que a atuação da SUDENE foi eficaz no processo de integração do Nordeste à economia nacional (OLIVEIRA, 1987; ARAÚJO, 2002; GUIMARÃES NETO, 1997).

Tal processo promoveu a reorganização da divisão regional do trabalho no país, cabendo ao Nordeste a produção de bens intermediários, basicamente, a produção de insumos para a indústria do Sudeste. Evidenciando o local periférico que coube a região nesse processo de integração.

De uma periferia no interior da economia capitalista mundial, como o conjunto do Brasil, o Nordeste transformou-se em um espaço periférico no interior da economia nacional (GUIMARÃES NETO, 1997, p. 56).

Obviamente a atuação da SUDENE no Nordeste não foi homogênea, nem do ponto de vista da sua orientação política, tampouco nas distintas sub-regiões e estados. No tocante ao primeiro aspecto, Oliveira (1987), observando o contexto político da região na década de 1950, argumenta que além da integração do Nordeste à economia nacional, a criação da SUDENE estava associada à contenção das forças populares, que naquele momento reivindicavam a superação das estruturas de dominação. O maior exemplo desse processo seriam as Ligas Camponesas e seu movimento de contestação da estrutura agrária e das elites dominantes em Pernambuco e na Paraíba.

Diante da perda de hegemonia da burguesia regional, fazia-se necessária a intervenção do Estado criando condições para a instalação da burguesia industrial nacional, promovendo assim rompimento das estruturas tradicionais de poder e contribuindo para a contenção das forças populares.

O conflito de classes que aparece sob as roupagens de conflitos regionais ou dos 'desequilíbrios regionais' chegará à exacerbação cujo resultado mais imediato é a intervenção planejada do Estado no Nordeste, ou a SUDENE. A burguesia industrial do Centro-Sul, caminhando rapidamente para a hegemonia, não tem escolha: é preciso submeter às classes populares do Nordeste ao seu tacão, mas numa situação em que suas próprias bases, seu 'populismo', começam a entrar em declínio, ela não atacará diretamente as classes populares do Nordeste, num movimento que visava evitar a confluência das forças populares em escala nacional: submeterá primeiramente a sua irmã gêmea no Nordeste, a própria burguesia industrial regional (OLIVEIRA, 1987, p. 113).

A contenção das forças populares do Nordeste se faz justamente no movimento de substituição da burguesia regional pela burguesia industrial nacional. Esse movimento, que é apresentado no discurso oficial como modernizador, conserva o local de submissão das classes populares, apesar de romper com as estruturas tradicionais de poder e modificar os atores em seus contextos de hegemonia.

Apesar disso, Oliveira (1987) considera que até a deflagração do golpe civil-militar de 1964, a orientação política do projeto implementado pela SUDENE esteve em disputa entre setores do capital internacional associados à burguesia do Centro-Sul, à burguesia industrial nordestina, às oligarquias agrárias e as forças populares da região.

Se do ponto de vista político a atuação da SUDENE foi disputada por distintos atores, no tocante à intervenção técnica e ao projeto de desenvolvimento da região, também houve disputa. Vêras de Oliveira (2014), a partir de Gomes e Vergolino (1995), aponta que o novo espaço econômico que se consolida no Nordeste pode ser dividido em quatro sub-regiões:

A primeira reúne às áreas metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza, onde se concentrou maior parte dos grandes projetos industriais. [...] A segunda abrange a Zona da Mata, incluindo a costa oriental e quase todo o Maranhão. Nesta destaca-se a agroindústria sucroalcooleira, além do cacau na Bahia, e do babaçu e madeira, no Maranhão, além do turismo (emergente) e uma base industrial e de serviços (nas capitais não metropolitanas). A terceira corresponde ao Semiárido, onde historicamente se concentrou uma economia de baixa produtividade, baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência. [...] A quarta compreende os principais polos de irrigação, onde desponta uma agroindústria moderna, com destaque para área do Açúcar no Rio Grande do Norte, de Cordeiras do São Francisco, na Bahia e do Sertão do São Francisco, em Pernambuco, onde os produtos cultivados são destinados majoritariamente para o mercado extra regional (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2014, p.70).

As sub-regiões demarcadas acima evidenciam, por um lado, o caráter planejado da intervenção da SUDENE, que levou em consideração critérios técnicos e as possibilidades políticas para implantação de seus projetos. De outra perspectiva, podemos observar também como as intervenções foram pontuais e não representaram um processo homogêneo de integração econômica e desenvolvimento da região.

O caráter de enclave se manifesta quando observadas as manchas de dinamismo criadas na região coexistindo ao lado de sub-regiões estagnadas, bolsões de pobreza e desigualdade ou “áreas de resistência à mudança”, como aponta Araújo (2002). Entretanto, algumas análises consideram que o caráter de polo ou arranjo produtivo local, não representa necessariamente um enclave, pois conseguem irradiar dinamismo, complexificando e multiplicando suas influências nas regiões que estão inseridos (GOMES; VERGOLINO, 1995).

O polo Petrolina-Juazeiro representa fielmente a complexidade desse processo. Desde a década de 1960, a região tem ampliado seu dinamismo econômico tendo como atividade preponderante a produção de frutas frescas para exportação, atrelado a isso se consolidou na região toda uma rede de prestadores de serviço, comércio especializado, assistência técnica e pesquisa, espaços de beneficiamento, o que necessariamente irradia e multiplica os efeitos da atividade principal desenvolvida. A fruticultura irrigada do SMSF movimentava anualmente cifras em torno de US\$ 800 milhões de dólares.

Apesar disso, ao lado de tanto dinamismo econômico coexistem comunidades que vivem ainda condições precárias, sem acesso a terra, a água e outros direitos básicos. Os baixos índices de desenvolvimento humano das cidades que compõem o SMSF são reveladores dessa dinâmica, excetuando-se Juazeiro e Sobradinho na Bahia, e Petrolina e Orocó, no estado de Pernambuco, todos os demais municípios que integram a região do Submédio São Francisco possuem IDH abaixo de 0,600, o que é considerado baixo pelo Programa Nacional de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD)⁵.

A coexistência de áreas dinâmicas ao lado de áreas “estagnadas”, antes de ser uma contradição, ou evidência da incapacidade de multiplicação e distribuição de riqueza, desse modelo de desenvolvimento, é uma condição necessária para o funcionamento da lógica de acumulação capitalista. Atentando para algumas dinâmicas típicas da relação de trabalho no SMSF percebemos o quanto esse modelo produtivo funcionaliza as condições de vida degradantes dos trabalhadores.

Um exemplo desse processo se revela no fato de que trabalhadores, por não terem acesso à água, deixam de produzir nas suas próprias terras ou de familiares para trabalhar como assalariados nas empresas de manga e uva em áreas irrigadas. Tal dinâmica é bastante recorrente, diversos trabalhadores, com quem tivemos contato, revelaram que retornam para trabalhar em suas terras, a partir de dezembro, ou seja, após o período da safra, que é justamente quando se inicia o ciclo de chuvas na região.

Leite (2013) também destaca esse processo a partir da fala do sindicalista e trabalhador rural Juvenilson:

Meu sogro tinha uma terra aqui em Santana e nunca teve condições de irrigar. Plantava só na época de inverno, uma cultura tradicional, mas aí as coisas foram

⁵Segundo os dados do IDHM calculados a partir do Censo Demográfico do IBGE de 2010 os índices de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios que compõem o SMSF são respectivamente: Casa Nova (0,570), Curaçá (0,581), Sobradinho (0,631) e Juazeiro (0,677), no estado da Bahia, e Santa M^a da Boa Vista (0,590), Lagoa Grande (0,597), Orocó (0,610) e Petrolina (0,697), em Pernambuco.

ficando difícil, então ele foi para a empresa, trabalhar com uva (Juvenilson, líder sindical, entrevista concedida a Leite (2013), em 15 de dezembro de 2012).

Essa dinâmica se reproduz em diversos dos assentamentos de reforma agrária existentes na região, onde assentados deixam de produzir em suas terras por falta de água ou assistência. Até mesmo nos perímetros irrigados, onde o acesso à água não é um problema, alguns colonos da agricultura familiar dedicam-se ao trabalho assalariado diante da ausência de assistência técnica e dos altos custos de produção.

1.4.1. A atuação da SUDENE no SMSF

Analisando especificamente a atuação da SUDENE na região do SMSF dois aspectos nos chamam atenção: o primeiro refere-se à forma como os relatórios iniciais e estudos da superintendência concebem um plano de irrigação para o semiárido orientado para a estabilização da oferta de alimentos e minimização dos efeitos das secas. Ao longo da atuação da SUDENE e diante das transformações políticas vivenciadas pelo país, esta orientação inicial vai dando lugar a um projeto de agricultura irrigada de perfil empresarial.

O segundo aspecto que se destaca está relacionado ao planejamento e a busca por uma atuação eficiente, onde as ações desenvolvidas pela superintendência fossem necessariamente amparadas em criteriosas avaliações técnicas, econômicas e sociais. Nesse sentido, não cabia meramente transpor as experiências de áreas irrigadas em outros países ou regiões, mas analisar a viabilidade da irrigação no Nordeste.

O estudo elaborado pelo GTDN, “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste”, publicado em 1959, já enfatiza as bases da intervenção no tocante a irrigação. A agricultura irrigada era concebida sublinhando a sua função social. As terras irrigadas com recursos públicos seriam "destinadas a um fim social, isto é, a dar estabilidade à oferta de alimentos nas regiões afetadas pelas secas" (FURTADOa, 1959).

Nesse contexto, entretanto, não se poderia perder de vista que a instabilidade da oferta de alimentos diante dos cíclicos períodos de seca não era o único problema vivenciado na região semiárida. O estudo do GTDN chama atenção também para necessidade de incrementar a economia da região integrando a produção agropecuária ao mercado de forma a superar a produção restrita a subsistência e garantir circulação econômica.

Sendo a produção de alimentos o elemento mais frágil da economia da região semi-árida. Pode parecer que o problema se resume em criar uma oferta estável de alimento, seja com base na irrigação, seja com base na abertura de novas áreas úmidas na periferia do polígono. Sem embargo, a questão não se limita à

instabilidade da oferta de alimentos. O seu aspecto mais importante reside no fato de que grande parte da produção de alimentos não se integra no mercado. Para que a população pudesse comprar alimentos provenientes de zonas irrigadas ou de outras fontes será preciso, primeiro, dispor do necessário poder de compra, isto é, de uma renda monetária (FURTADO, 1959, p. 71).

A intervenção nesse sentido não foi concebida como mera modernização das forças produtivas, mas dizia respeito necessariamente a consolidação de novas relações de produção.

A questão da viabilidade técnica também é explicitada nesse relatório inicial que estrutura as bases de atuação da SUDENE. Dentre as diretrizes apresentadas no estudo, recomenda-se a instalação de um grupo de trabalho de alto nível que se dedique a reconsiderar a política federal de combate às secas e indique prioridades quanto às formas de gestão e aproveitamento das águas.

A ideia de constituição de um grupo de trabalho e da necessidade de estudos técnicos também é reafirmada no I Plano Diretor da SUDENE (1961 - 1963), elaborado em 1960. No tocante à irrigação no Submédio São Francisco o órgão considera que era necessário um estudo completo dos recursos naturais e das potencialidades do solo para a região.

O conhecimento real das possibilidades de irrigação, na zona do Sub-médio São Francisco, depende ainda de um inventário completo de seus recursos naturais, especialmente no que se refere às aptidões do solo. Com efeito, os estudos de caráter geral, efetuados até agora naquela zona, deixam entrever que as condições pedológicas são determinante decisivo da viabilidade técnica da grande irrigação, constituindo possivelmente seu fator limitante mais sério [...] Antes de chegar ao estágio de elaborar projetos de grande irrigação é necessário realizar um programa de estudos geológicos, hidrológicos, agrônômicos e sociológicos, para os quais o governo brasileiro solicitou e obteve a cooperação do Fundo Especial das Nações Unidas (SUDENE, 1966 [1960]).

Ainda no ano de 1960, a SUDENE constituiu o Grupo de Irrigação do São Francisco (GISF), com o objetivo de estudar a viabilidade da irrigação no SMSF. A sede do GISF situava-se em Petrolina e Juazeiro e dispunha de uma grande estrutura de escritórios, estações experimentais e um completo laboratório para análise de solos e águas.

O grupo de estudo contou ainda com a colaboração técnica e financeira das Nações Unidas, através da FAO (*Food and Agriculture Organization*). As atividades de análise foram divididas em três etapas: uma inicial de análise técnica da viabilidade dos recursos naturais para irrigação em grande escala; uma segunda etapa, condicionada aos resultados da primeira, que correspondeu à avaliação de viabilidade econômica dos projetos passíveis de se realizar; e a última fase de elaboração de um programa de irrigação em grande escala (SUDENE, 1966 [1960]).

Os resultados dos trabalhos iniciais do GISF foram explicitados já no II Plano Diretor da SUDENE (1963 – 1965):

O vasto programa de pesquisas possibilitou, no primeiro semestre de 1962, concluir o reconhecimento de solos numa área de 26.000 km², com vistas à determinação da viabilidade física da irrigação. Essa viabilidade ficou evidenciada em relação à cerca de 500.000 hectares, nos estados de Pernambuco e Bahia, dos quais 160.000 com boas possibilidades e o restante apenas sofríveis. A conclusão da primeira fase foi, assim, promissora, passando-se imediatamente à segunda, mais importante e complexa, cujo objetivo é determinar a viabilidade econômica da irrigação na área selecionada através da execução de projetos pilotos, e de acordo com os resultados preparar projetos definitivos de irrigação (SUDENE, 1966 [1962]).

Como os resultados da primeira fase do estudo demonstraram-se satisfatórios, as expectativas apresentadas no II Plano Diretor foram positivas, prevendo inclusive o início da segunda fase do estudo com o estabelecimento de um Laboratório Vivo de Irrigação, a partir de 1963.

Nos anos de 1963 e 1964, foram instaladas duas estações experimentais, nos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, onde seriam implantados, respectivamente, o Projeto Piloto de Bebedouro e o Perímetro Irrigado de Mandacaru (SILVA, 2001, p. 77).

O III Plano Diretor da SUDENE (1966 – 1968), publicado em 1965, apesar de não trazer nenhum dado novo com relação aos estudos de viabilidade técnica e econômica desenvolvidos pelo GISF, traz elementos de uma nova perspectiva da superintendência com relação à irrigação. No relatório enfatiza-se a necessidade de transformação de mentalidade dos habitantes da região, que apesar de já estarem dedicados a atividades da agropecuária, deveriam a partir da irrigação em larga escala desenvolver a mentalidade do “irrigante”.

Enfatiza-se também no III Plano a relação que produção de alimentos e atividades de pastoril nas áreas irrigadas deverá manter com indústrias de transformação de produtos agropecuários. Essa perspectiva de integração entre atividades agropecuárias e industriais, que não apareciam nas diretrizes iniciais, aparecerá com maior ênfase a partir da década de 1970.

Em 1968 a SUDENE publicou seu quarto e último plano diretor, referente às atividades propostas para os anos entre 1969 e 1973. Neste documento se apresenta a projeção para a terceira fase dos estudos iniciados pelo GISF, que corresponderia justamente à elaboração e implantação dos projetos de irrigação. Ainda em nível experimental e com a característica de Projetos Pilotos a SUDENE propõe a implantação, em parceria financeira e técnica com a SUVALE, do Projeto Piloto Bebedouro, em Petrolina, e do Projeto Piloto Favela, que depois foi denominado Mandacaru, em Juazeiro.

O Grupo de Irrigação do São Francisco culminou suas atividades em 1968, quando deu origem ao Grupo de Estudos Integrados de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola (GEIDA), que já não estava mais vinculado à SUDENE, e sim ao Ministério do Interior. O GEIDA tinha como objetivo estudar as possibilidades da irrigação numa perspectiva nacional.

Os estudos elaborados no GEIDA determinaram a viabilidade técnico-econômica de 73 projetos (62 localizados no Nordeste) e traçou as diretrizes de uma política de irrigação que deu base ao Plano Nacional de Irrigação (HEINZE, 2003). Dentre estas diretrizes está presente uma que representa um marco na orientação da política de irrigação implantada no Nordeste, a concepção de lotes empresariais nos perímetros públicos de irrigação.

A orientação política inicial que vislumbra a constituição de áreas irrigadas com fim social visando à segurança alimentar na região semiárida dá lugar a uma visão empresarial, calcada necessariamente no estímulo à iniciativa capitalista.

1.5. A criação da CODEVASF e o completo giro de orientação política para irrigação

O processo político vivenciado pelo Brasil com a ditadura civil militar foi crucial para a mudança de perspectiva da política nacional de estímulo a irrigação a partir da segunda metade da década de 1960. Se no III e IV planos diretores da SUDENE já estão presentes indícios dessa mudança, a partir da década de 1970 esse movimento fica ainda mais evidente.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 – 1979), anunciado pelo governo do General Ernesto Geisel, traz à tona a perspectiva da modernização agrícola como estratégia do governo para a agropecuária nacional. A compreensão era de que a agricultura e a agropecuária deveriam desempenhar um novo papel na estratégia nacional de desenvolvimento. “Efetivando a vocação do Brasil como fornecedor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados” (II PND, 1974, p. 26).

Como estratégia para o desenvolvimento do país se consolida a ideia de modernizar e dotar de bases empresariais o setor agropecuário, através da implantação de disseminação da empresa rural, com apoio financeiro e fiscal do governo; da expansão e utilização de insumos modernos; da disseminação de novas tecnologias para o campo; da expansão da agroindústria, e da consolidação de programas públicos de pesquisa e experimentação agrícola, através de empresas públicas como EMBRAPA e da EMBRATER (II PND, 1974).

Nesse contexto foram criados diversos programas destinados ao estímulo à modernização agrícola no Nordeste e que dedicavam atenção especial ao Vale do São

Francisco. Destaca-se entre eles, o Programa de Irrigação do Nordeste (PIN), Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE) e o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria no Nordeste (PDAN), todos visando à dotação de recursos para iniciativas de modernização e intervenções na infraestrutura da região.

O Estado exerceu, portanto, um papel preponderante na transformação econômica do SMSF. Além da infraestrutura dos canais de irrigação e dos estudos de viabilidade técnica, existiram diversos outros investimentos estatais, tanto em obras como a construção de rodovias pavimentadas facilitando o transporte de cargas e passageiros entre a região e as demais localidades do Nordeste; os investimentos em energia elétrica, com destaque para a construção das hidrelétricas de Sobradinho e Paulo Afonso; e não menos importante os investimentos em liberação de crédito para atração do setor privado que foram executados principalmente pelo Banco do Nordeste e contavam com recursos do Fundo de Investimentos no Nordeste (FINOR) (ORTEGA; SOBEL, 2010).

Ortega e Sobel (2010) distinguem em três categorias as formas de atuação que norteavam os investimentos públicos no Polo Petrolina/Juazeiro: i) os investimentos em infraestrutura, onde se enquadram as iniciativas em infraestrutura urbana, infraestrutura de transportes, de telecomunicações e energéticas; ii) Os investimentos em irrigação contemplando as estruturas produtivas dos perímetros públicos de irrigação; iii) E por fim as políticas de incentivos financeiros e fiscais ao setor privado.

Caberia ainda o apontamento de mais uma categoria dentre as estabelecidas por Ortega e Sobel (2010), que seriam os investimentos em ciência e tecnologias para viabilidade da agricultura irrigada no Submédio São Francisco. Nesse sentido cabe destacar a instalação do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido (CPATSA), da Embrapa, a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF) que posteriormente tornou-se campus da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), além das iniciativas de pesquisa desenvolvidas pela CODEVASF e da recente criação da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

A década de 1970 foi o período no qual foram assentados os investimentos estruturantes para a expansão da agricultura irrigada no SMSF. Nesse período se demarca também a substituição da SUVALE pela Companhia para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) que tinha como objetivo o aproveitamento dos recursos de água e solo do Vale do São Francisco para fins agrícola, agropecuários e agroindustriais. Conforme o texto da lei de sua fundação:

A CODEVASF tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo do Vale do São Francisco, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, promovendo o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários, podendo, para esse efeito, coordenar ou executar, diretamente ou mediante contratação, obras de infraestrutura, particularmente de captação de águas para fins de irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, conforme Plano Diretor, em articulação com os órgãos federais competentes. (BRASIL, LEI 6.088, 16 de Julho de 1974).

A CODEVASF foi fundada em 1974 a partir da perspectiva de modernização agrícola defendida pelo governo militar. A sua organização enquanto empresa pública destinada à viabilização do aproveitamento dos recursos naturais do Vale do São Francisco através da iniciativa privada trás uma nova perspectiva com relação ao investimento estatal. A ideia da rentabilidade e retorno financeiro da produção agropecuária passa a ser percebida de forma mais criteriosa. Nesse novo contexto, a função social da agricultura irrigada como possibilidade de acesso a terra, a água e segurança alimentar entra em conflito com o ideal da empresa agrícola e dos distritos agroindustriais.

Assim, contando com grande aporte de recursos do Tesouro Nacional e de empréstimos externos, a CODEVASF realizou um trabalho de grande envergadura na região. Ela passou a desempenhar um papel relevante, como responsável por todas as fases de execução dos projetos públicos de irrigação que iam desde os estudos de viabilidade técnica e econômica até o funcionamento. É a partir de então, que toma impulso a implementação dos demais perímetros públicos de irrigação do SMSF, que irão entrar em funcionamento na década seguinte, todos localizados no entorno dos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA (SILVA, 2001, p. 82).

Ao todo, foram construídos sob gestão da CODEVASF, e em parceria com outras instituições federais, doze perímetros públicos de irrigação no Submédio São Francisco, além de outros dois que ainda encontram-se em fase de implantação. Esses perímetros públicos representam uma área irrigada de 59.259 hectares e a geração de 50.992 empregos diretos e 76.745 empregos indiretos, segundo estimativas da CODEVASF⁶.

Dos doze perímetros implantados e geridos pela CODEVASF no Submédio São Francisco, sete estão localizados no polo Petrolina-Juazeiro, correspondendo a uma área irrigada de 48.605 hectares. Cabe chamar atenção para o fato de que 60% dessa área está ocupada por empresas agrícolas. Conforme tabela 01:

⁶ Dados da CODEVASF. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos> Acesso em: março de 2016.

Tabela 01 – Área dos perímetros públicos de irrigação no polo Petrolina (PE)-Juazeiro (BA)

Perímetro Irrigado	Área Familiar (ha)	Área empresarial (ha)	Área Total (ha)
Bebedouro (PE)	1.034	858	1.892
Senador Nilo Coelho (PE)	12.520	6.043	18.563
Mandacaru (BA)	399	51	450
Salitre (BA)	1.684	3.415	5.099
Tourão (BA)	189	14.048	14237
Curaçá (BA)	1.818	2.386	4.204
Maniçoba (BA)	1.781	2.379	4.160
Total:	18.885	29.180	48.605

Fonte: CODEVASF, 2016.

Esses dados podem ainda estar subestimados. Diante dos altos custos de produção e da ausência de assistência técnica observamos a dificuldade de inserção competitiva dos agricultores familiares na dinâmica do mercado e uma tendência à expansão das áreas empresariais sobre aquelas destinadas à agricultura familiar.

Isso decorre, sobretudo, pelo fato de que apesar dos projetos dos perímetros públicos de irrigação terem sido concebidos com áreas destinadas à agricultura familiar e vislumbrando a integração econômica destes, na execução dos projetos essa mentalidade foi abandonada.

Brito (1995) aponta que após o período inicial de construção dos perímetros não foi dada atenção necessária aos colonos, que receberam apenas os lotes e os equipamentos necessários para irrigação, sem qualquer acompanhamento técnico e financeiro. Diante dos altos custos de manutenção dos perímetros a partir das tarifas de água e energia, e da ausência de capital técnico a produção nas áreas de agricultura familiar tornam-se pouco rentáveis.

Tal processo tornou-se ainda mais intenso a partir de meados da década de 1980 quando o Estado adotou a política de emancipação das áreas públicas irrigadas, repassando a gestão dos perímetros para os próprios colonos e as empresas agrícolas. Esse processo significou o abandono total do princípio social da atuação estatal nos perímetros.

Além destes fatores, é importante também frisar que a forma de concessão das terras pelo Estado para os colonos possibilitava certa flexibilidade possibilitando que estes negociassem seus lotes quando fosse conveniente.

Esse processo de expansão das áreas empresariais sobre aquelas destinadas aos colonos da agricultura familiar acaba sendo compreendido, pelos órgãos de implantação e gestão dos perímetros, como uma “seleção natural” do mercado, onde apenas os produtores mais competentes, capacitados ou dedicados permanecerão nas áreas irrigadas.

Nas áreas de colonização, o aumento das vendas de lotes é visto como um processo de ‘seleção natural’, que estaria afastando apenas os colonos ineficientes. Existiram,

porém outros motivos que levam o colono a vender seu lote: dificuldade de comercialização, inadimplência junto ao banco ou junto ao órgão executor do projeto. Os novos adquirentes dos lotes precisam comprovar capacidade financeira, mas nada os obriga a preencher os requisitos de serem trabalhadores rurais, não possuem outro imóvel, etc... Num desvirtuamento do sentido original dos projetos de colonização. O resultado é movimento de concentração da propriedade nos perímetros, disfarçada de 'testas de ferro' (BLOCH, 1996, p. 32).

O modelo de ocupação dos perímetros irrigados adotado pela CODEVASF é, portanto, significativo dessa nova perspectiva política com relação à irrigação no Nordeste, e mais especificamente no SMSF. O privilégio dado às culturas mais rentáveis e à lógica empresarial ficam evidentes quando analisados as áreas ocupadas, condições de produção e a assistência técnica destinada aos colonos.

Nos anos 50, a CVSF difundia a irrigação entre os pequenos agricultores ribeirinhos. Mais tarde, a SUVALE privilegiou a colonização em perímetros públicos selecionados. A CODEVASF mudou de rumo e passou a dar prioridade à iniciativa privada (BLOCH, 1996, p. 22).

A rentabilidade da produção nos perímetros passa a ser fator preponderante para ocupação das áreas irrigadas. Dessa forma, esperando um retorno financeiro dos investimentos públicos, a CODEVASF tende a privilegiar os grupos empresariais mais capacitados técnica e financeiramente. Surge atrelado a esse processo uma iniciativa privada extremamente dependente da ação estatal, seja do ponto de vista de infraestrutura para produção, quer seja no tocante ao financiamento.

Tendo sido organizada como uma empresa, a CODEVASF visa, naturalmente, à obtenção de lucros, o que faz com que dê maior atenção, em seus projetos, à ação dos grupos empresariais do que à localização de colonos, que são alistados dentre os próprios trabalhadores locais, muitas vezes habitantes das áreas desapropriadas. Desaparece assim a prioridade que devia ser dada ao social para facilitar a acumulação de capital, beneficiando grupos econômicos que muitas vezes dispõem de grandes áreas (ANDRADE, 1980, p. 103).

Aos trabalhadores que foram desapropriados para instalação dos perímetros irrigados, e aquelas que nem mesmo possuíam acesso a terra, restou, diante desse modelo excludente, a proletarização. Desapropriados ou excluídos do acesso aos meios de produção sobrou aos trabalhadores à inserção a partir do assalariamento rural.

Gonçalves (1997) enfatiza como os vastos recursos públicos utilizados para irrigação no SMSF contemplou um modelo econômico concentrador de renda e que excluiu boa parte da população local.

A linha política que orientou as ações governamentais modernizantes seguiu em sentido inverso. Contemplou um modelo econômico que excluía a massa dos habitantes do Submédio São Francisco e privilegiou um reduzidíssimo número de pessoas recrutadas entre os quadros da elite. Além disso, não elevou efetivamente o padrão de vida da população e desarticulou o universo cultural da gente. Isso porque

se pretendia aqui uma modernização que, além de alijar a população, desprezava muitas das potencialidades e as práticas do lugar (GONÇALVES, 1997, p. 197).

A estratégia de desenvolvimento para a região adotada pela CODEVASF promoveu também uma modificação no padrão da agricultura. As culturas tradicionalmente praticadas pela população local foram sistematicamente substituídas por culturas com alto valor comercial, como melão, melancia, cebola tomate.

1.6. Desapropriação, exclusão e proletarização: a implantação dos perímetros irrigados e a Barragem de Sobradinho

A expropriação dos trabalhadores é também outra marca dos processos de modernização agrícola e da intervenção autoritária do Estado no SMSF. A construção da barragem de Sobradinho e a implantação dos diversos perímetros de irrigação na região foram responsáveis pela expulsão de milhares de pessoas de suas terras e meios de produção.

A construção da barragem de Sobradinho, em 1979, promoveu um impacto sem precedentes na região, inundando uma área de 4.214km², que correspondia às cidades de Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado. Estima-se que mais de 72 mil pessoas foram desalojadas.

Com a construção da barragem, viabilizou-se, por sua vez, a implantação dos perímetros irrigados na região, com a ampliação do fornecimento de energia e a regularização do nível do rio. A implantação das áreas irrigadas se fez, portanto, a partir da desapropriação.

A implementação da ação do governo, tanto diretamente criando infraestrutura para a irrigação dos projetos instalados, como indiretamente através de financiamentos a particulares, fez com que a agricultura irrigada passasse a ocupar os espaços que eram exclusivos do criatório, nas faixas das caatingas que se situavam a certa proximidade do rio, e aí provocou uma valorização significativa da terra. Acentue-se que essas terras eram essencialmente ocupadas por pequenos e médios criadores envolvidos na pecuária extensiva, seguindo ainda os mesmos métodos de trabalho gerados no período colonial e com rendimentos bastante pequenos, e que não possuíam a propriedade da terra, mas tão-somente a sua posse. [...] Quando a política de expansão agrícola do governo federal fez-se realidade, foram eles transformados em suas primeiras vítimas, pois foi sobre suas terras que os projetos do governo, sob a direção da CODEVASF, instalaram-se. Por ação da CODEVASF, foram desapropriados da forma mais brutal, com argumentos enganosos que prometiam prosperidade, progresso, etc., e quando isso não bastava, formas de pressão as mais diferentes possíveis eram empregadas (GONÇALVES, 1997, p. 154).

A expulsão dos trabalhadores de suas terras aconteceu, portanto, a montante e a jusante da barragem. Se por um lado parte da população foi expropriada por conta da inundação causada na construção da barragem, pelo outro os tradicionais produtores e

criadores das áreas próximas ao rio foram expulsos para dar lugar à agricultura irrigada. Causas distintas, mas uma mesma justificava: a modernidade como progresso.

Nas áreas em que são implantados programas de irrigação, aproveitando a construção de grandes barragens, como Sobradinho [...] as melhores terras agrícolas, situadas a montante da barragem, são inundadas e os agricultores transferidos após receberem pequenas indenizações (logo consumidas pela falta de trabalho e pela inflação), ficam desempregados e sem opção de trabalho permanente. Nas áreas a jusante, onde devem ser desenvolvidos os projetos de irrigação, os posseiros são indenizados e expulsos para as cidades próximas como primeira etapa para uma migração maior, e a área, após a implantação dos canais de irrigação, das estradas de acesso e de outras benfeitorias, passa a ser explorada por sociedades anônimas de acionistas do Sudeste e do próprio Nordeste, dedicando-se a culturas comerciais mais rentáveis, como frutas, uvas e pastagens, beneficiando assim os grandes grupos econômicos em detrimento da população rural que, pauperizada, sem acesso à terra, migra (ANDRADE, 1980, p. 226).

A barragem de Sobradinho teve sua construção iniciada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) em 1973. Os estudos de viabilidade técnica foram suficientes para viabilizar a construção do grande projeto que promoveu drásticas consequências socioambientais. O lago formado pelo represamento das águas pela barragem é o segundo maior lago artificial do mundo e ao consolidar a profecia popular de que o sertão viraria mar, submergiu quatro cidades, inúmeras propriedades, histórias de vida e vínculos identitários.

As mais de 12 mil famílias desapropriadas pela construção da barragem foram indenizadas de maneira questionável e realocadas para outros espaços, rompendo com seus laços de identidade. O tamanho do impacto social causado pela barragem deixa evidente a negligência na avaliação dos critérios socioambientais e o autoritarismo do Estado com as populações ribeirinhas.

A CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco -, aproveitando-se da desorganização e do despreparo político da população e da falta de responsabilidade de suas lideranças, tomou por devolutas todas as terras que seriam alagadas e decidiu que indenizaria apenas as benfeitorias, sendo os seus próprios funcionários aqueles que avaliariam os valores das mesmas. Como as benfeitorias construídas por nossos caatingueiros não passavam de construções bastante simples, esses valores eram bastante insignificantes. Saíram de suas terras sem eira e nem beira, carregando os cacarecos na cabeça. De repente, toda uma população perdia o seu espaço e tinha seus vínculos de relacionamento social destroçados. Os moradores das cidades foram transplantados para cidades construídas na borda do lago, cidades essas que não respeitavam o padrão de cultura daquela gente, com ruas e casas padronizadas ao gosto dos engenheiros e dos arquitetos que as planejaram sem levar em conta os modos do povo. A população rural, a que mais sofreu, foi esparramada por locais diferentes, perdendo de vez os vínculos de vizinhança, uns sendo transplantados para áreas do município de Bom Jesus da Lapa (Serra do Ramalho) e outros espalhados ao longo da borda do lago. (GONÇALVES, 1997, p. 166).

Apesar de ter sua operação iniciadas apenas no final da década de 1970, os técnicos que trabalhavam na construção da barragem passaram um longo período num processo de

convencimento da população ribeirinha para que estes aceitassem a desapropriação e realojamento de maneira pacífica. Marina Rocha, natural da comunidade de Riacho Grande que fazia parte antiga cidade Casa Nova, relatou esse processo em entrevista:

Desde o início dos anos 1970 eles começavam já visitar as famílias, todo mundo. Andar carro no lugar que nós não tinha carro, o carro aparecia. Quando foi em 1978 foi que fecharam as comportas, mas foi um processo. A vida inteira desse pessoal lá enchendo o saco para que as pessoas aceitassem de forma pacífica a barragem de sobradinho (Marina Rocha, 57 anos. Entrevista realizada em Juazeiro/BA, 09 de junho de 2015).

Não bastasse todo o impacto causado pela chegada de forasteiros representando o Estado nas comunidades rurais, os técnicos que buscavam convencer as famílias a abandonarem as suas casas e propriedades utilizavam as mais diversas estratégias de convencimento. Aproveitando-se do estranhamento e da simplicidade das comunidades prometiam melhores condições e fartura alimentar. Como narra Domingos Rocha, líder sindical e colaborador dos movimentos sociais, que foi realojado pelas obras da barragem quando tinha 11 anos.

Em 1976, eu já tinha onze anos de idade, ainda morando na ilha onde eu nasci ali, a gente foi obrigado a sair pra ir pra Bom Jesus da Lapa, né? Construção da barragem. Lá foi muito complicado no Projeto Serra do Ramalho. Primeiro a CHESF apareceu com essas histórias que ia ser bom lá, tinha mostrado uns filmes assim, um caroço de feijão enorme, disse que um caroço dava para alimentar um... Eu me lembro dessas histórias... Uma família, tal. Mas é porque eles usavam filme na época em zoom, né? Aumentava o zoom. Então era uma coisa mesmo para enganar o povo, e muita gente caiu nessa história (Domingos Rocha, 51 anos. Entrevista realizada em Juazeiro/BA, 09 de junho de 2015).

As condições prometidas para persuadir as pessoas a deixarem suas casas não se concretizaram quando as quase mil famílias deslocadas das áreas rurais inundadas foram assentadas no Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho, localizado a cerca de 700 quilômetros dos municípios submergidos pela represa.

Pesquisador: Mas onde vocês foram reassentados?

D.R.: Lá no Projeto Serra do Ramalho. Mas só lá tinha... Uma casa, mais a roça, na época era área de sequeiro, né? Você só plantava se chovesse. E aí deu uma escassez de chuva na época... Foi muito difícil. Aí eu tenho que dizer aqui que nós passamos muita necessidade, fome mesmo, né? Terminou falecendo um irmão meu lá. (...) As pessoas de idade não resistiam também. Os velhinhos morriam, né? Porque era mesmo naquele momento que se fala na questão do genocídio, né? Lembro disso. E o governo militar, na época era o governo militar, então foi muito difícil. Conseguimos ficar onze meses, ninguém aguentou mais, aí voltamos.

Pesquisador: A comunidade foi também? Teus vizinhos da época?

D.R.: Alguns vizinhos... Foram alguns. Mas da região saiu muita gente.

Pesquisador: Cada um foi pra um lugar diferente?

D.R.: É, foram para as agrovilas. Que eram as agrovilas três, quatro, cinco, seis. Tinha até a agrovila nove, né? Eu me lembro disso, então nunca ia todo mundo pro mesmo, eles misturavam, porque aí dificultava ainda mais (Domingos Rocha, 51 anos. Entrevista realizada em Juazeiro/BA, 09 de junho de 2015).

A narrativa de Domingos é ilustrativa da maneira como Estado tratou o processo de desapropriação e assentamento das famílias atingidas pela construção. Inevitavelmente muitos dos assentados não conseguiram viver de maneira digna nas terras recebidas e abandonaram os projetos de colonização.

Com a inundação sobrevinda em 1977, muitas famílias tiveram que se retirar ou ser retiradas, perdendo lavouras e grande parte dos animais sem que fossem indenizadas. São numerosas também aquelas que, transferidas para a serra do Ramalho, vendo-se abandonadas, sem assistência e isoladas de sua comunidade (não localizaram nas agrovilas os grupos oriundos das mesmas comunidades), regressaram para a beira do lago, criando verdadeira situação de convulsão na área desapropriada pela Chesf (ANDRADE, 1980, p. 98).

A desarticulação das comunidades, o rompimento dos vínculos sociais anteriormente estabelecidos foi umas das consequências da ausência de uma preocupação social com relação aos projetos de assentamento. Isso provocou, dentre outras coisas, uma maior dificuldade de organização entre as famílias reassentadas.

Cabe destacar que nem todas as comunidades atingidas pela barragem aceitaram as propostas de desapropriação apresentadas pela CHESF. Muitos resistiram ao processo, não aceitaram abandonar suas propriedades e migrar para outro local. O autoritarismo estatal, entretanto, não levou em consideração a opinião dessas comunidades e diante da chegada das águas elas foram obrigadas a migrar.

O pessoal ocupa essa área [comunidade de Areia Grande] desde 1860, nossos antepassados. Com a barragem sobradinho chegou uma proposta pro pessoal sair para Bom Jesus da Lapa, né, naquele projeto Serra do Ramalho, mas o pessoal... A primeira resistência da comunidade foi essa de não aceitar ir pra Serra do Ramalho. Aí o pessoal não aceitou e resolveu ficar na borda do lago, apenas afastou as casas e a roça (Marina Rocha, 57 anos. Entrevista realizada em Juazeiro/BA, 09 de junho de 2015).

Essas experiências de resistência foram fundamentais para o processo de organização dos trabalhadores rurais no SMSF. A Diocese de Juazeiro, através do trabalho do Bispo Dom José Rodrigues, teve um papel preponderante na organização e defesa desses trabalhadores. Os acúmulos e experiências desse processo influenciaram sobremaneira na organização dos assalariados rurais da fruticultura nas décadas seguintes.

Lygia Sigaud (1992), analisando os impactos na vida dos camponeses dos processos de inundação de territórios em decorrência das políticas estatais de geração de energia

elétrica, observa as alternativas facultadas pela CHESF para os habitantes da região que viria a ser inundada pelo lago da barragem de Sobradinho.

Instados num primeiro momento a abandonar a área do reservatório e a realizar o que se poderia denominar uma administração individual de seu próprio destino, algumas centenas de camponeses efetivamente o fizeram, mas a maioria permaneceu nos povoados durante o período de obras civis, até o enchimento do lago. Pressionada pelo Banco Mundial (que financiava a obra) a prover uma solução "coletiva" e, portanto, a administrar a reinserção da população no território, a CHESF oferece aos camponeses uma alternativa num Projeto de Colonização localizado a 700 km de onde viviam e distante do São Francisco. Referidos como eram ao rio e tendo, desde o início, expressado que era sua intenção prosseguir perto de sua margem, os camponeses recusaram essa segunda "solução". Assim, às vésperas do avanço das águas, a Companhia se vê às voltas com a necessidade de providenciar "núcleos de reassentamento", termo utilizado para nomear os povoados por ela construídos, e de instalar a população na borda do lago, a terceira "solução" e aquela que contemplou o maior número de pessoas (SIGAUD, 1992, p. 5).

Se recusar a abandonar as suas casas foi a forma que parte da população local encontrou para resistir ao processo autoritário de construção da barragem de Sobradinho. Dos processos de resistência dos habitantes tradicionais dessa região que renasceram, na borda do lago, as cidades e comunidades que foram inundadas.

Evidentemente, mesmo não estando longe do rio, a vida das populações ribeirinhas não foi mais a mesma. As consequências da construção da barragem acarretaram problemas tanto sociais quanto ambientais. Do ponto de vista ecológico, a não realização de desmatamento prévio na área que seria inundada e nem a construção de escadas para que os peixes superassem o novo obstáculo gerado pela barragem teve grande repercussão na fauna ribeirinha e, conseqüentemente, na pesca (ANDRADE, 1984).

Do ponto de vista social, os impactos também foram vários. Além de todo processo de desapropriação e remanejamento da população local das áreas que foram inundadas, as melhores terras agrícolas da região, onde se praticava a agricultura de vazante, também ficaram submersas; a pesca foi em grande medida inviabilizada; a navegação foi prejudicada, pois as tradicionais embarcações de fundo chato e boca aberta não conseguiam viajar diante das ondas causadas pela construção do lago (ANDRADE, 1984; GONÇALVES, 1997).

Não podemos deixar de mencionar, também, os problemas sociais em torno do abrupto crescimento populacional da cidade de Sobradinho, várias famílias migraram para a cidade atraídas pela possibilidade de emprego na construção da barragem. Sem qualquer planejamento e infraestrutura urbana a cidade não comportou todo esse crescimento populacional, ficando a situação ainda mais complicada com a finalização das obras e a redução dos níveis de ocupação.

A jusante da barragem os impactos também foram grandes. O primeiro deles foi a inviabilização dos tradicionais métodos de agricultura. A agricultura de vazante realizada nas margens do rio seguia o ciclo natural das enchentes e baixas do nível da água. Diante do represamento ocasionado com a construção da barragem, as alterações do nível passaram a seguir a necessidade humana de produção de energia e o nível da água passou a variar de acordo com a abertura e fechamento das comportas.

Com o represamento das águas, as terras a margem ficaram menos férteis, boa parte do húmus ficava concentrado no lago. A destruição das plantações por inundações também não foi um fenômeno raro.

Se, por um lado, a construção da barragem inviabilizou a agricultura tradicional, por outro permitiu a implantação das áreas irrigadas, diante da ampliação do fornecimento de energia, do controle do nível do rio e da abundância no fornecimento das águas com o represamento.

A implantação dos perímetros irrigados promoveu um outro processo de desapropriação e desapossamento de terras na região, tão problemático quanto o causado pela construção da barragem. Com a viabilidade técnica e econômica garantida pelos estudos da SUDENE, coube a CODEVASF a missão de desapropriar as áreas para a construção da infraestrutura necessária a irrigação e o loteamento das áreas para posterior ocupação por empresas e colonos.

Boa parte dessas áreas desapropriadas era ocupada por agricultores familiares dedicados a produção em área de sequeiro ou trabalhadores dedicados à criação de animais, basicamente caprinos.

A implementação da ação do governo, tanto diretamente criando infraestrutura para a irrigação dos projetos instalados, como indiretamente através de financiamentos a particulares, fez com que a agricultura irrigada passasse a ocupar os espaços que eram exclusivos do criatório, nas faixas das caatingas que se situavam a certa proximidade do rio, e aí provocou uma valorização significativa da terra. Acentue-se que essas terras eram essencialmente ocupadas por pequenos e médios criadores envolvidos na pecuária extensiva, seguindo ainda os esmos métodos de trabalho gerado no período colonial e com rendimentos bastante pequenos, e que não possuíam a propriedade da terra, mas tão-somente a sua posse. Alguns sequer possuíam documentos que lhes dessem legitimidade sobre a área ocupada. E mesmo aqueles que os possuíam não estavam seguros, já que legalmente eram detentores apenas do direito de posse (GONÇALVES, 1997, p. 209).

Esse processo de implantação das áreas irrigadas atingiu diretamente as famílias que tradicionalmente se dedicavam à agricultura na região, tanto aquelas que ocupavam as áreas que foram desapropriadas para implantação dos perímetros irrigados, como também aquelas

que tinham suas terras localizadas próximo as áreas beneficiadas, pois com a intervenção houve um intenso processo de valorização das áreas.

Diante das relações sociais que se estabeleceram nessa região desde o processo de colonização poucos eram os trabalhadores que possuíam o título de propriedade das suas terras, boa parte eram posseiros, moradores, parceiros e não possuindo meios de comprovar a posse da terra não foram devidamente indenizados.

De acordo com a CODEVASF aquela gente não tinha a propriedade da terra e por isso esta não podia ser objeto de indenização, mas tão-somente as benfeitorias, que eram nada mais que uma casa rústica, uma cacimba, um tanque, um curral, um cercado para palma e um pequeno roçado construído com varas ou galhos. Em face dessa realidade, dá bem para concluirmos os valores pagos pelas indenizações (GONÇALVES, 1997, p. 154).

Sigaud (1979), analisando a dinâmica de expropriação dos moradores dos engenhos de cana de açúcar, na Zona da Mata pernambucana, nos ajuda a pensar como esse processo de expropriação se efetiva também quando se estabelece em relação aos sujeitos que não possuem e nem nunca possuíam os meios de produção.

Não se pode falar, portanto, em expropriação da propriedade dos meios de produção de posseiros, moradores, parceiros, trabalhadores que viviam distintas relações de produção e que tiravam sua subsistência da terra, pois estes sempre foram expropriados, ou seja, jamais foram proprietários dos meios de produção. A análise de Sigaud (1979) nos permite observar esse processo como uma expropriação que se realiza pelo despojamento das relações sociais que lhes garantia subsistência.

Os poucos proprietários que possuíam o título da terra, ou outra forma de comprovar a propriedade, foram mais bem indenizados e ficaram com a promessa da CODEVASF de ter prioridade no posterior processo de ocupação das terras irrigadas. Por sua vez, “posseiros, moradores, agregados, comodatários, parceiros, e até mesmo filhos de proprietários que viviam na área desapropriada, além de não receberem indenização pela terra perdida, ainda ficam em segundo plano, mesmo nessa preferência legal”. (GRAZIANO DA SILVA, 1988, p. 113).

Entretanto, a ocupação das terras dos perímetros públicos não atendeu a expectativa desses produtores. Inicialmente porque no processo de colonização dos perímetros privilegiou-se aqueles produtores dotados de maior capacidade técnica e que demonstrassem adequação com as práticas modernas de agricultura. Houve, portanto, uma opção pela agricultura empresarial e nos espaços destinados a agricultura familiar prezou-se por superar os modos e culturas tradicionalmente praticados na região.

A desapropriação das terras marginais ao São Francisco e aos seus afluentes para programas agrícolas não tem consultado os interesses dos agricultores que vivem na área – os posseiros – mas os interesses das empresas, que subsidiadas pelos estados, através de mecanismos como o FINOR, e gozando de fácil acesso aos bancos, realizam empreendimentos de maior porte, quase sempre utilizando mão-de-obra barata e pouco numerosa. Daí o agravamento da questão social, de vez que que são desapropriados tantos os agricultores que se situavam a montante das barragens e tiveram suas terras inundadas, como os que se situavam a jusante e tiveram as terras desapropriadas para os grandes empreendimentos agrícolas (ANDRADE, 1984, p. 47).

Algumas exigências consideradas para ocupação ainda dos lotes experimentais do projeto Bebedouro, primeiro projeto de irrigação a funcionar na região, são reveladoras do perfil de irrigante que estava sendo selecionado. A Revista Realidade, do mês de março de 1972, apresenta um dado emblemático sobre a ocupação deste perímetro:

Quando foi iniciada, em 1969, a seleção dos parceiros que deveriam ocupar os primeiros dezesseis lotes irrigados, apresentaram-se milhares de candidatos. Uma verdadeira corrida de pequenos agricultores esperançosos de um novo milagre sertanejo. As exigências para tal prêmio eram extremamente rigorosas. E só por condições de saúde foram eliminados 587 candidatos. Doenças mais comuns: malária, verminose, varíola, doença de Chagas (REVISTA REALIDADE, MARÇO DE 1972, p. 90).

Os agricultores selecionados deveriam responder não meramente a critérios de sua relação anterior com a terra ou experiência com a agricultura, na verdade essa era apenas uma característica que colaboravam para o acesso aos lotes irrigados. Outros critérios eram grau de escolaridade, assimilação de técnicas mais sofisticadas de agricultura e comportamento comunitário (BRITO, 1995).

Além disso, as áreas destinadas aos lotes familiares foram distribuídas a partir de interesses políticos, selecionando, por vezes, pessoas alheias à agricultura e não considerando a real necessidade dos beneficiados (GONÇALVES, 1997; BRITO, 1995).

Aqueles que por ventura conseguiram acessar os lotes de produção familiar tiveram grande dificuldade para produzir com qualidade e capacidade de competir no mercado. O processo de venda ou arrendamento de lotes não foi algo raro, como já mencionado no tópico anterior.

Após a instalação dos perímetros públicos, a maioria dos colonos assentados não conseguiu manter-se a frente em seus empreendimentos, muitos venderam seus lotes e acabaram transformando-se em empregados nos próprios perímetros; outros migraram para grandes centros urbanos. Uma série de fatores são apontados para explicar tal fato, como por exemplo, as dificuldades de acesso ao crédito rural para pequenos produtores. Assim, sem os recursos necessários para a compra de sementes, preparo da terra ou aquisição de equipamentos de irrigação, a situação dos colonos vê-se agravada. As constantes inovações nos métodos utilizados para irrigar otimizam a prática agrícola para uma minoria de produtores. Ao lado disso, somam-se os problemas com escoamento da produção local; os colonos sujeitam-se aos

atravessadores, enquanto médios e grandes empresários tem a possibilidade de encontrar melhores compradores para suas mercadorias (RAMOS, 2001, p. 108).

O modelo de desenvolvimento adotado nesse processo desapropriou e excluiu boa parte da população local que se dedicava a agricultura. A lógica de ocupação dos perímetros irrigados privilegiou a agricultura empresarial e quando possibilitou o acesso aos lotes destinados à agricultura familiar não atendeu os reais necessitados ou os manteve ainda atrelados aos grandes empreendimentos industriais.

Com um projeto de desenvolvimento que não se preocupava com a inclusão social e promovia um processo de expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores ampliaram-se os conflitos na região. Esses conflitos diziam respeito não apenas as situações de desapropriação e desapossamento, como também pela restrição do uso da água que corria nos canais de irrigação. Como relata Marina Rocha:

M.R.: A barragem e os projetos de irrigação. Havia muito conflito, aqui na região de Juazeiro, na região ali do Nilo Coelho [Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho], já chegando em Casa Nova, teve muitos conflitos porque começava a desapropriação das áreas, a entrada nas áreas para implantação dos projetos de irrigação.

Pesquisador: E na época eles prometiam ou a ideia era mandar pra Serra do Ramalho, em Bom Jesus?

M. R.: Nessa hora era vender, comprar a terra e as pessoas automaticamente servirem de empregado. Teve muitos conflitos por água porque quando os projetos foram construídos as pessoas pensavam que aquela água eles podiam utilizar, e não podia! Então quem usava daquela água era ladrão de água, da água dos canais de irrigação. Então houve muitos conflitos por água também nessa época. Era uma seca braba, foi nesse período aí que teve a seca também. [...] os trabalhadores, quando tinha a seca, eles viam para a beira do rio, na beira do rio procurar água e comida pros animais e aí plantar de vazante, e aí que também tinha os conflitos na beira do rio (Marina Rocha, 57 anos. Entrevista realizada em Juazeiro/BA, 09 de junho de 2015).

A Igreja católica teve também papel preponderante na defesa e organização desses trabalhadores. Em um período de grande repressão e autoritarismo as pastorais e comunidade eclesiais de bases, da diocese de Juazeiro, funcionaram como abrigo e espaço de organização da classe trabalhadora.

Os bispos de Juazeiro, de Petrolina e de Propriá, entre outros, vem se destacando na luta em defesa dos pequenos proprietários, dos agricultores, sem conseguir, porém resultados mais sólidos, de vez que a grande empresa avança, consolidando fortuna para os grandes grupos econômicos e empobrecendo a população, criando desajustamentos sociais marcantes (ANDRADE, 1980, p. 226).

Outro aspecto que cabe ressaltar da entrevista concedida por Marina Rocha é a proletarização como saída para os trabalhadores desapropriados tanto pela construção da barragem, como pela implantação dos projetos de irrigação. Os processos de desapropriação e

desapossamento foram cruciais para a expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores e liberação de proletariado livre, como afirma Marx, em “A Assim Chamada Acumulação Primitiva” (MARX, 2013).

Cabe demarcar, como bem destaca Palmeira (1989), que não se pode pensar esse processo de desapropriação como “mera adequação funcional antecipatória a uma posterior proletarização”. Apesar de poder viabilizar a formação de proletariado, com a ruptura de seu vínculo inicial com a terra, a expropriação não garante fatalmente a proletarização.

A expropriação, assim concebida, não implica, necessariamente, em proletarização. Ainda que ela possa ser condição para a oferta dos "braços dóceis de um proletariado livre", a que se refere Marx (1950, p. 174) à indústria ou à agricultura *moderna*, não se trata de uma fatalidade. Ela pode viabilizar a formação de um proletariado mas, por si só, não o produz. Assim, a expulsão dos camponeses do interior das grandes propriedades não impediu que os pequenos produtores entre 1940 e 1988 aumentassem em número mais que qualquer outra categoria de trabalhador rural [...] Mas o que é importante reter é que, sendo um processo que envolve luta a expropriação não tem um resultado certo e, em determinadas circunstâncias, a ruptura das relações sociais tradicionais é a condição mesma para que o trabalhador dependente transforme-se num camponês autônomo, mesmo que, em condições precárias e por pouco tempo; como também, por paradoxal que possa parecer que o acesso à propriedade de uma parcela de terra pode ser, muitas vezes, não a preliminar da expropriação, como no caso anterior, mas a expressão dela própria, ao implicar na liquidação da possibilidade de acesso do novo proprietário à mata, à lenha, à água, a pastos de utilização coletiva, etc (PALMEIRA, 1989, p. 91).

Para Palmeira (1989) a proletarização, portanto, nem sempre se apresenta como um efeito do processo de modernização. Porém, na presente análise com relação ao SMSF não conseguimos observar alternativa aos expropriados pelo processo de modernização agrícola.

Na condição de não ter acesso a terra, a recursos técnicos, diante da privação do rio, do acesso à água e da desarticulação das maneiras tradicionais de produzir a duas saídas restaram a esses trabalhadores foram: a migração para as áreas e espaços de trabalho urbano e o assalariamento na moderna agricultura irrigada.

Os que resistiram aos processos de desapropriação e desapossamento persistem como agricultores familiares, produzindo, majoritariamente, para o consumo de subsistência ou comercialização nas pequenas feiras da região. Não raramente, no período de safra da fruticultura empresarial, esses agricultores familiares deixam suas terras temporariamente para trabalhar de maneira assalariada.

Não podemos falar, portanto em aniquilamento da agricultura familiar, porém se faz necessário destacar todo o processo de expropriação e, portanto, de exclusão social, atrelado à implantação desse modelo de desenvolvimento pautado pela agricultura irrigada empresarial. Contraditoriamente os milhares de postos de trabalho abertos pela fruticultura irrigada

empresarial são propalados pelas elites políticas locais como o aspecto inclusivo desse modelo de desenvolvimento.

1.7. Consolidação do complexo agroindustrial, crise do Estado e Fruticultura irrigada

Arelado à estratégia de desenvolvimento baseada na consolidação de uma produção agrícola de alto valor comercial, a partir de meados da década de 1970, o Estado brasileiro começou a estimular a consolidação de um Complexo Agroindustrial Industrial nesta região. Arelando assim a produção irrigada à indústria de beneficiamento de produtos agrícolas.

A concepção estatal de modernização agrícola, ou industrialização da agricultura, se efetiva, portanto, no SMSF com a consolidação de um CAI que integra, a partir dos financiamentos públicos, os setores produtores de insumos, a agricultura e os setores de beneficiamento dos produtos agrícolas. Longe de ser uma política específica para região, o Estado brasileiro concebeu e estimulou a modernização agrícola como modelo econômico a ser adotado para agropecuária nacional.

A formação dos complexos agroindustriais (CAIs) nos anos 70 se deu a partir da integração intersetorial entre três elementos básicos: as indústrias que produzem para agricultura, a agricultura (moderna) propriamente dita e as agroindústrias processadoras, todas premiadas com fortes incentivos de políticas governamentais específicos (fundos de financiamento para determinadas atividades agroindustriais, programas de apoio a certos produtos agrícolas, crédito para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos modernos, etc) (KAGEYAMA, 1990 *apud* GRAZIANO DA SILVA, 1993, p. 02).

No Nordeste, o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) teve papel preponderante para atração de capitais do Centro-Sul do país com vistas a investir na industrialização da região. Através do FINOR instalaram-se no SMSF as maiores empresas processadoras de tomate do Brasil: Companhia Industrial de Conservas Alimentícias (CICA NORTE S.A) e a Companhia Industrial e Mercantil Paoletti S.A.(Etti Nordeste Industrial S.A.), além da AGROVALE, uma agroindústria dedicada à produção de açúcar e etanol.

Com isso, boa parte da produção agrícola realizada no espaço dos perímetros públicos de irrigação estava destinada ao abastecimento das empresas de beneficiamento de tomate na região. Estimulados pela facilidade de venda, a produção de tomate cresceu significativamente entre na década de 1980, como demonstra Leite (2013):

A década de 80 foi a fase de produção de tomate na região de Juazeiro e Petrolina. Os dados do censo agropecuário do IBGE indicam que no ano de 1980 a região possuía 1.245 hectares de área colhida de tomate, passando, segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE), para 7.907 hectares de área colhida no

ano de 1990. Houve um aumento de 535% em área colhida neste intervalo de 10 anos, motivada pelo surgimento das indústrias de processamento de tomates que foram implantadas nesta região (LEITE, 2013, p. 64).

Dois fatores, entretanto, contribuíram para que o CAI de beneficiamento de tomate não se consolidasse por um longo período de tempo na região. O primeiro diz respeito à crise de superprodução. O aumento da produção no SMSF, aliado ao surgimento de outras regiões produtoras, levaram a um processo de desvalorização e a inviabilidade da produção do tomate industrial (RAMOS, 2001).

Outro fator que agravou a crise na produção de tomates na região foi aparecimento de pragas e doenças promovendo a redução da produtividade. A reportagem “Traça Devora 50% do Lucro do Tomaticultor”, publicada no Jornal Folha de São Paulo traz em número o tamanho do prejuízo causado pela praga da Mosca Branca.

A safra de tomate na região do Submédio Vale do São Francisco na divisa da Bahia como Pernambuco, deve somar 200 mil toneladas, metade do esperado. A quebra foi causada pela traça *Scrobipalpula Absoluta*, uma minúscula lagarta que neste ano se proliferou devido à longa estiagem e temperaturas mais altas que a média. Foi o pior ataque desde 81, quando a praga foi detectada pela primeira vez na região, a principal produtora de tomate rasteiro (processado pelas indústrias) no país (FOLHA DE SÃO PAULO, 1989).

Ao longo da década de 1990 a produção de tomate, que superava as 300 mil toneladas na década de 1980, foi decrescendo obtendo apenas 100 mil toneladas em 1996, e chegando ao ponto de inviabilizar a produção com as 40 mil toneladas produzidas em 1999, ano do encerramento das atividades do Grupo Cica Norte no SMSF (JORNAL DO COMÉRCIO, 2000).

Se por um lado, os problemas fitossanitários foram cruciais para a derrocada do complexo agroindustrial, por outro lado o momento político e econômico vivenciado pelo país também contribuiu para a decadência da produção de tomate na região.

A crise que atinge o Estado brasileiro de meados da década de 1980 até meados de 1990, afeta diretamente o modelo agroindustrial que se constrói no Submédio São Francisco. Com a retração do financiamento estatal, que até então tinha sido propulsor do desenvolvimento da agricultura irrigada da região, os produtores foram obrigados a nortear seus plantios para produção de culturas economicamente mais rentáveis, a exemplos da fruticultura.

A crise do Estado e do padrão de financiamento para a agricultura, com conseqüente retirada das políticas de apoio e fomento diferenciado à produção agrícola, os altos custos da irrigação e a falta de recursos nos órgãos da administração para manutenção dos perímetros e apoio aos irrigantes, impuseram a necessidade de imprimir aos projetos uma lógica de maximização dos lucros por hectare irrigado.

As culturas tradicionais, mesmo aquelas de valor comercial elevado ou de processamento industrial - cebola, melão, melancia, tomate e pimentão – que constituíam a base produtiva da pequena produção irrigada, não respondiam positivamente em termos de rentabilidade econômica. Com isso, reduzem-se as chances de sucesso daquelas culturas e as oportunidades de cultivos para a pequena produção, configurando-se uma crise que começa a se estabelecer nos perímetros públicos no final dos anos 80, para se aprofundar durante a década seguinte (SILVA, 2001, p. 92).

A redução das políticas de apoio e fomento a agricultura, somadas a falta de manutenção dos perímetros irrigados e aos altos custos da irrigação levaram os agricultores a uma lógica de maximização de lucros por hectare. Para isso, foi necessário substituir as culturas tradicionais, até mesmo àquelas voltadas à agroindústria, por culturas de maior rentabilidade econômica (SILVA, 2009).

Diante disso, ainda em meados da década de 1980, a CODEVASF convidou a Cooperativa Agrícola Cotia (CAC) para colonizar lotes dos perímetros públicos de irrigação⁷. Dotada de experiência *know-how* com exportação de café, soja, maçã e melão em seus diversos escritórios espalhados pelo país a CAC instalou cerca de 30 cooperados no perímetro irrigado de Curaçá, com o objetivo de produzir tomate, melão e uva para exportação (LEITE, 2013).

A iniciativa da CODEVASF demarcava um aprofundamento na política de favorecimento a uma agricultura empresarial, que estivesse atenta ao mercado. É a partir desse contexto que começa a se desenvolver no SMSF uma fruticultura destinada para exportação. Rocha et al. (2008) aponta que o polo Petrolina-Juazeiro despontou, já em 1984, como o maior exportador brasileiro de melão.

Entretanto, com o surgimento de outras regiões produtoras de melão com maior competitividade econômica e melhor qualidade, a exemplo de Mossoró-RN, a produção de melão do SMSF não conseguiu suprir seus custos. Esse processo obrigou a CAC e a CODEVASF a investir em outras culturas, nesse contexto a produção de manga e uva da região começa a despontar como alternativa.

A política nacional de irrigação também sofreu modificações a partir de 1985. Foram aprovados o Programa Nacional de Irrigação (PRONI) e Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), que visavam à ampliação das áreas irrigadas no Nordeste e repactuavam as

⁷“A Cotia foi uma cooperativa fundada em São Paulo, na década de 20, com inicialmente 70 imigrantes japoneses. Na década de 50, a Cotia contava com 5.000 membros e tinha se estabelecido no país por meio de um sistema de grupos de produtores, chamados de colônias, por todo o Brasil. Já na década de 70, a Cooperativa chegou a ter 200 escritórios espalhados pelo país, um deles em Juazeiro – BA e um escritório próprio para comercialização das frutas em Roterdã, na Holanda, até a cooperativa falir em 1994” (SOUZA; AMATO NETO, 2007, p. 12).

responsabilidades do poder público e da iniciativa privada no desenvolvimento dos projetos de irrigação, restringindo-se ao poder público à execução das obras coletivas de grande expressão e infraestrutura.

Somado a isso, em 1990, foi criada a Secretaria Nacional de Irrigação (SENIR). A partir desse momento a política do Governo Federal concede maior ênfase aos aspectos econômicos dos projetos, buscando garantir maior estabilidade aos investimentos dos agentes privados (HEINZE, 2002).

As novas orientações da política de irrigação tentaram promover também a emancipação dos perímetros irrigados, ou seja, que a administração, operação e manutenção das áreas comuns passassem a ser realizadas por associações de colonos e empresários. De acordo com Sobel (2006) essa medida possuía duas razões básicas: compatibilizar a administração dos perímetros às restrições orçamentárias do país e ampliar a eficiência dos perímetros.

A ausência de uma cultura associativista retardou esse processo. Diante do modelo autoritário que foi adotado pelo Estado durante a implantação dos perímetros e do paternalismo do poder público na manutenção dessas áreas, os produtores locais não possuíam uma cultura organizacional consolidada para dar conta dessa nova forma de gestão. As primeiras associações de produtores surgiram nesse período não por iniciativa dos produtores, mas por imposição do governo (SOBEL; 2006).

Evidentemente os colonos da agricultura familiar foram os que mais sofreram com esse processo. Tanto por não possuírem até esse momento espaços de organização e representação dos interesses coletivos, como também pela ampliação dos custos de produção diante da restrição da assistência técnica anteriormente fornecida por técnicos da CODEVASF e pelo aumento das tarifas de manutenção dos perímetros. O processo de emancipação dos perímetros representou o fim da preocupação social na política do Estado com relação às áreas irrigadas.

Cabe observar que diante do contexto de crise econômica que impõe a emancipação dos perímetros públicos acarreta também uma nova organização produtiva da agricultura irrigada do Submédio São Francisco. A necessidade de ampliação de lucros para manutenção dos custos de perímetros abriu espaço para a fruticultura irrigada, que passou a ocupar o lugar das culturas de ciclos curtos nas áreas irrigadas. Essas mudanças levaram a um processo de exclusão de grande parte dos produtores, além de um processo de concentração de terras nas

mãos daqueles que estavam mais capacitados técnica e financeiramente para a atividade frutícola.

As consequências dessa crise são diversas para a atividade agrícola irrigada, para os agricultores e para a economia da região. Enquanto a agricultura de ciclo curto definha nos perímetros irrigados, contraditoriamente, a fruticultura avança e se expande rapidamente na região. Registra-se nessa transição um intenso processo de diferenciação e exclusão de agricultores, que se manifesta por uma sucessão da posse da terra (os lotes dos perímetros) e dos empreendimentos, resultando, assim, numa “seleção natural” e na mudança completa do perfil dos irrigantes que passa a ser determinado, principalmente, pelas capacidades técnica e de investimento na atividade frutícola (SILVA, 2001, p. 92).

A Fruticultura promove então um processo de reestruturação da agricultura irrigada no Submédio São Francisco, que aparece através da modificação no perfil dos produtores, da introdução de novas tecnologias de produção e, principalmente, da modificação da estrutura agrária.

Apesar da crise orçamentaria vivenciada pelo país e da consolidação de uma política neoliberal, os produtores que se consolidaram enquanto mais capacitados técnica e economicamente continuam a acessar os recursos públicos, seja através das estruturas de irrigação instaladas pelo governo federal, das pesquisas e tecnologias viabilizadas da Embrapa Semiárido e demais instituições públicas de pesquisa e, principalmente, com financiamento público para aquisição de terras e investimentos na produção.

As empresas que começam a se instalar na região, principalmente a partir da metade da década de 80, foram, decisivamente, as responsáveis pela arrancada da fruticultura no polo Petrolina/Juazeiro. Contando com os incentivos financeiros e fiscais do FINOR, por intermédio do BNB e da SUDENE, grupos empresariais adquiriram grandes extensões de terras nas proximidades do rio São Francisco ou nas áreas disponibilizadas pela CODEVASF que eram destinadas às empresas, dentro dos perímetros públicos (SILVA, 2001, p. 107).

O Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) foi fundamental para a atração de capitais externos a região. Diante das condições naturais favoráveis, de toda a infraestrutura para irrigação e escoamento da produção montada pelo Estado e dos incentivos financeiros e fiscais estabelecidos vários grupos nacionais e internacionais instalaram no SMSF.

Terras baratas, novas variedades de frutas e a ampliação do aeroporto de Petrolina estão tornando o Vale do São Francisco mais atraente aos olhos do agribusiness mundial. A região, que é favorecida pelo clima seco, água de boa qualidade, solos profundos e férteis, vem atraindo investidores de várias partes do mundo. [...] A rede francesa Carrefour tem investimentos de R\$ 25 milhões na região, devendo inaugurar em outubro seu terceiro empreendimento agrícola no Vale do São Francisco: a fazenda Orgânica do Vale, em Petrolina - município que conta com outro empreendimento do grupo, a Fazenda Vale das Uvas. A terceira fazenda da rede, a Agropecuária Labrunier, fica em Casa Nova, no lado baiano do Vale. [...] O grupo Silvio Santos é outro que descobriu a região. Por meio do Finor, Fundo de Investimento Nordeste administrado pela Sudene, o grupo destinou 18% do seu imposto de renda, cerca de R\$ 3 milhões, para a Frutivita, do empresário Eduardo

Maciel. Em troca, recebe 100% das ações preferenciais. A Frutivita investiu R\$ 10 milhões e deve colher mil toneladas de manga e uva no ano 2000. 'Com a ampliação da pista do aeroporto, nossos produtos chegarão frescos a Inglaterra, Alemanha, Holanda, Escandinávia e França', diz Maciel. (GAZETA MERCANTIL, 1999).

A situação econômica do país que justificou a redução dos investimentos públicos nos perímetros irrigados, reduzindo a assistência aos colonos familiares e impondo o processo de emancipação, parece não ter afetado os mecanismos de financiamento para empresas privadas. A matéria do *Jornal do Comércio*, "Incentivos viabilizam a fruticultura irrigada no Vale do São Francisco", evidencia o quanto o capital privado foi beneficiado pelo financiamento público ao longo das décadas de 1980 e 1990.

A expansão econômica da fruticultura no Vale do São Francisco, que já ocupa 100 mil hectares irrigados, atrai um número cada vez maior de empresas à Região. Boa parte desses projetos recebe direta ou indiretamente incentivos da Sudene. Nos últimos 15 anos a autarquia financiou várias empresas de fruticultura e vitivinícolas espalhadas nos municípios de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande. E estão sendo esperados novos investimentos para os próximos anos. Os que agregam técnicas avançadas de produção e pesquisa levam vantagem. É que com as mudanças no Finor, têm mais chances os empreendimentos com este perfil. Pelo menos três empresas implantadas com incentivos do Finor espelham essa tendência e surpreendem pelos elevados níveis de produtividade: a Guararapes Agrícola Agropecuária, Timbaúba Agrícola S.A. e a Orgânica do Vale. Pertencentes ao grupo Queiroz Galvão, as duas primeiras estão há mais de cinco anos no mercado, com uma produção anual estimada em 3,5 mil toneladas de mangas e 1,7 mil toneladas de uvas. Juntas, receberam R\$ 7,9 milhões do Finor (*JORNAL DO COMÉRCIO*, 2000).

Fica evidente, portanto, o quanto a extinção da finalidade social dos perímetros foi estabelecida por uma orientação política neoliberal e não apenas pela questão econômica. A população local que tradicionalmente esteve vinculada a agropecuária foi sendo excluída ao longo de todo processo de implantação da agricultura irrigada no SMSF, esse processo chegou ao auge na segunda metade década 1980, justamente quando a fruticultura irrigada desponta como alternativa rentável para a manutenção dos perímetros.

O acesso aos recursos públicos pelos grandes grupos empresariais se justifica diante das expectativas de que a produção frutícola conseguisse inserção no mercado externo contribuindo dessa forma na geração de divisas e ajudando a superação da crise. Contudo, a organização dos produtores através de associações e cooperativas agrícolas possibilitou um potencial político de negociação, representação e inserção de seus interesses diante dos órgãos públicos e instancias governamentais.

Nos últimos vinte anos, várias outras organizações foram criadas pelos diversos agentes envolvidos na atividade frutícola do pólo Petrolina/Juazeiro. Entre elas, deve-se mencionar a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), que antecedeu a Cooperativa Agrícola de Juazeiro (CAJ) e a associação denominada Agro-Aliança, ambas de grande importância na comercialização de frutas. Em meados dos anos

oitenta, surgiu a Valexport, que, atualmente, se destaca como a principal entidade de representação dos interesses na fruticultura da região. Ultimamente, novas formas de organização estão surgindo, onde se destacam aquelas que foram criadas sob os auspícios da Valexport, outras que surgem como iniciativas de grupos de produtores independentes e aquelas que despontam do movimento dos trabalhadores rurais na região (SILVA, 2001, p. 124).

Também, através dessas organizações os produtores articularam a representação dos seus interesses no sentido de alcançar a inserção no mercado externo. Ainda, no final da década de 1980 aconteceram as primeiras exportações de manga e uva do Vale do São Francisco. Sendo estas em quantidades reduzidas, porém, suficientes para despertar o interesse dos grandes empresários, que perceberam, também, a necessidade de uma maior organização para que pudessem competir no mercado externo (SILVA, 2009).

Desde então, a articulação econômica dos produtores tem viabilizado o acesso ao mercado externo e a produção de frutas para exportação *in natura* se consolidou como o segmento mais dinâmico da agricultura irrigada no SMSF. O crescimento das exportações foi possibilitado também pela capacidade de manejo da produção que passou a ter a colheita orientada de acordo com as janelas de mercado. Com o controle da irrigação e previsibilidade das chuvas foi possível orientar a produção para os períodos no quais as frutas dos demais produtores mundiais não estão no mercado.

A consolidação de novos padrões de consumo baseados em práticas saudáveis também foi um elemento facilitador do acesso das frutas frescas ao mercado internacional. Segundo Cavalcanti (2003), a inserção de gêneros alimentícios exóticos nas dietas, principalmente vinculados a práticas saudáveis, a exemplo das frutas frescas, está relacionada à cultura do consumo e ao estabelecimento de novos padrões estéticos.

As frutas frescas se destacam entre os produtos associados aos novos padrões de consumo. Os instrumentos da cultura de consumo, a propaganda, a mídia, o novo padrão estético dos corpos e os frequentes resultados de pesquisa sobre as consequências do consumo e estilos de vida, são determinantes na criação de novas necessidades e produtos para estratos privilegiados da população. Por esses instrumentos, padrões alimentares são modificados e multiplicam-se as variedades de alimentos frescos, disponíveis durante todo o ano. A dieta *naturaliza-se*. Há maior demanda por alimentos frescos, exóticos, produzidos de acordo com certos requerimentos ecológicos e fitossanitários que passam a atuar como barreiras que se interpõem ao suposto padrão de livre comércio (CAVALCANTI, 2003, p. 05).

Entretanto a orientação da produção ao mercado externo insere também novos padrões de qualidade que modificam, inclusive, as relações e as formas de gestão do trabalho. A exigência do mercado externo por determinados padrões de qualidade se expressam, principalmente, nos aspectos estéticos do produto e nas condições fitossanitárias de produção.

Essas exigências são garantidas através selos de certificação internacional que garantem que a produção é gerenciada sob determinados padrões (CAVALCANTI, 2003).

Esses setores mais direcionados à exportação tendem a se ajustar a requisitos e cuidados especiais quanto aos aspectos fitossanitários e de apresentação de produtos os quais, nesse contexto, podem implicar novos tipos de exploração do trabalho, que surgem segundo as novas formas de gestão, flexibilização do trabalho e estabelecimento de novas parcerias, pré-requisitos para a competitividade nas condições atuais de mercado. É importante assinalar que a adaptação da produção aos novos ritmos e espaços que se ampliam com a abertura de mercados e com os novos acordos de integração regional entre países, requer relações entre capital e trabalho redefinidas; isso significa uma participação coletiva dos distintos atores nas diferentes fases do processo produtivo e, ainda mais, uma responsabilidade coletiva na qualidade final do produto. Perseguir um padrão de qualidade significa coordenar e organizar eficientemente tempo, conhecimento, tecnologia e recursos humanos (CAVALCANTI, 1997, p. 85).

Do ponto de vista das relações de trabalho se impõem novas dinâmicas, tanto na gestão do trabalho com a necessidade de um trabalho especializado e inserção de tecnologias específicas para cada fase da produção, como também do ponto de vista da fiscalização e intensificação. A constante fiscalização do trabalho para garantia do cumprimento dos padrões de apresentação dos produtos é algo frequente, principalmente na viticultura. A intensificação do trabalho é também constante, sobretudo diante da necessidade do cumprimento de prazos e de que as frutas cheguem prontas para o consumo nas gôndolas das redes de supermercados internacionais.

A modernização produtiva vivenciada nos perímetros públicos de irrigação a partir da década de 1980, ao abrir espaço para fruticultura, inaugurou também novas dinâmicas de exploração da força de trabalho. Cabe, portanto, problematizar essa relação entre capital e trabalho no contexto concentrador de renda, implícito na orientação política desenvolvimentista adotada pelo Estado.

1.8. Considerações do capítulo

A intervenção do Estado transformou completamente a organização social e econômica do SMSF. Ao adotar um modelo econômico que privilegiou um padrão de agricultura e perfil de produtor distinto do tradicionalmente estabelecido na região, excluiu boa parte da população local.

O caráter excludente do modelo adotado fica evidente não apenas pelos processos de desapropriação e desapossamento promovidos com a construção da Barragem de Sobradinho e dos perímetros irrigados, mas também diante da opção pela agricultura irrigada empresarial como vetor de desenvolvimento para a região.

Se não podemos generalizar e considerar a proletarianização como um efeito perverso ou uma adequação funcional ao processo de modernização agrícola, como atenta Palmeira (1989), visualizamos que no SMSF não restaram muitas alternativas para a subsistência da população local.

Não desconsideramos aqueles que ainda resistem ante as intempéries naturais praticando a agropecuária de maneira tradicional nas áreas de sequeiro ou os outros que também resistem nas áreas irrigadas produzindo muitas vezes sem a devida assistência técnica e de maneira pouco competitiva. Contudo, voltaremos nossa atenção para os que inseriram nesse sistema a partir do assalariamento rural.

CAPÍTULO II

O TRABALHO NA FRUTICULTURA IRRIGADA DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO: ENTRE AS DINÂMICAS DO LOCAL E DO GLOBAL

2.1. Apresentação do Capítulo

O presente capítulo busca problematizar como a dinâmica capitalista de exploração do trabalho se desenvolve na fruticultura irrigada e, portanto, a partir de quais dinâmicas se efetivam os processos de produção e expropriação de valor. Tal questão aparece como ponto elementar para o posterior entendimento das práticas de resistência forjadas pelos trabalhadores.

A proposta desse capítulo é tentar compreender as influências do processo de modernização agrícola e da consolidação de um polo fruticultor voltado à produção de frutas para a exportação sobre relações de trabalho que se estabelecem na agricultura irrigada do SMSF. Dessa forma, voltaremos nossa análise para a compreensão das atividades do processo produtivo da manga e da uva na agricultura irrigada, percebendo como essas atividades são também condicionadas pelas demandas e dinâmica do mercado internacional.

As discussões realizadas no capítulo anterior são fundamentais para compreendermos as transformações das forças produtivas e das relações sociais no Submédio São Francisco. É, principalmente, a partir da intervenção modernizadora do Estado nesta região que as atuais dinâmicas de trabalho tornam-se possíveis.

Dessa forma, buscamos compreender a partir de quais processos e relações a dinâmica do capitalismo global torna funcional a produção, no semiárido nordestino, de frutas frescas destinada à exportação.

Não pretendemos construir, com a análise aqui realizada, uma explicação estrutural totalizante para o processo de trabalho. Concebemos, inclusive, que este é também fruto de negociação e que os trabalhadores são sujeitos ativos nessa dinâmica. Apenas visamos identificar como os processos globais condicionam as dinâmicas locais de produção no SMSF.

Portanto, as explicações apresentadas servem para subsidiar as análises posteriores, onde pretendemos discutir justamente como os trabalhadores agem e transformam tais “condicionamentos estruturais” do processo de trabalho.

2.2. O trabalho enquanto processo de produção de valor na fruticultura irrigada

Lançamos o olhar sobre o trabalho a partir de duas perspectivas. Uma analítica que concebe o trabalho como um processo fundamental para compreensão das dinâmicas de reprodução social. Nesse sentido, analisar o processo de trabalho na fruticultura irrigada do SMSF, a partir dessa perspectiva, é pensar como relações sociais específicas se integram, reproduzem e resistem ao sistema capitalista.

Outra perspectiva, parte da concepção clássica marxista que entende trabalho como um processo onde o homem apropria-se da natureza afim de transformá-la em algo que concebe idealmente e que lhe é necessariamente útil.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2014, p. 327).

Ao passo que o homem trabalha transformando a natureza, transforma, concomitantemente, a si mesmo. Ao trabalhar satisfaz as suas necessidades humanas e sociais, de acordo com o modo de produção em que está inserido. Nesse sentido, o trabalho revela-se não apenas como relação individual entre homem e natureza, que se explica a partir de elementos técnicos, mas, principalmente, como relação social determinada a partir de um momento social e histórico concreto.

No capitalismo, a separação entre o homem e os meios necessários à sua reprodução material, transforma a força de trabalho, ou seja, o trabalho enquanto potencialidade em mercadoria. Por sua vez, o objetivo do trabalho deixa de ser a mera produção de valores de uso, tornando-se, agora, a produção de valores de troca, ou seja, a produção e reprodução do capital. E nesse sentido, cabe atentar para o fato de que apenas o trabalho humano gera valor.

O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo possibilitou a ampliação da apropriação do homem sobre a natureza, transformando o modo, o tempo e a intensidade das

formas de produzir e as das relações sociais. O trabalho industrial é expressão clara da forma moderna de domínio do homem sobre a natureza e das relações sociais que emergem com o capitalismo.

Entretanto, apesar do domínio do capital sobre a natureza ter sido largamente ampliado a partir do modo de produção capitalista, se faz necessário refletir sobre esse domínio para além do espaço industrial. Pensar o trabalho rural, ou melhor dizendo, a produção agrícola na era moderna, nos faz problematizar um elemento central na tese que aponta para o domínio irrestrito do homem sobre a natureza, no capitalismo.

Os avanços científicos e tecnológicos ampliaram as formas de intervir no meio natural, de agregar valor à produção agrícola, de adaptar os processos produtivos às condições naturais e climáticas, de controlar e estreitar o tempo natural/biológico de produção. Entretanto, ainda são as condições naturais que determinam o momento de ação do trabalho.

Como é sabido, ao contrário da indústria, a produção agrícola tem como uma das suas principais características a descontinuidade da ação do trabalho humano no seu interior devido à sua dependência para com os fenômenos naturais. Tanto o ritmo biológico do ciclo de crescimento das plantas quanto os fatores climáticos do local de produção determinam a forma de ação do trabalho. Além de o processo produtivo possuir datas pré-determinadas de início e término, condicionadas pelos fatores supra, ocorre que ele não pode ser interrompido pelo exclusivo arbítrio social. Dada a natureza sequencial das etapas produtivas e a dispensa do trabalho humano para algumas delas, a produção agrícola assume uma singularidade que não permite o pleno controle externo das suas atividades. A rigidez desta ordem sequencial limita, inclusive, o próprio alcance do progresso técnico no setor (MARTINS, 2006, p. 167).

Pensar o trabalho na fruticultura irrigada a partir dessa perspectiva é refletir sobre o trabalho num contexto onde o processo agrícola é extremamente condicionado por intervenções técnicas e científicas, mas que ainda assim o trabalho permanece atrelado ao ritmo biológico de produção da planta. Porém, o ritmo biológico da planta é também socialmente condicionado na medida em que as datas de início e fim do ciclo produtivo são programadas de acordo com a dinâmica do mercado.

A produção agropecuária possui uma singularidade ao não ceder total domínio do capital sobre a natureza. A dinâmica capitalista pode manter relações intrínsecas com o processo produtivo agrícola, por vezes até subordiná-lo, entretanto, o trabalho, ou seja, o processo de produzir valor, nesse setor, ainda, terá condicionantes tanto com relação às condições do meio ambiente quanto do ciclo e natureza dos seres vivos, seja plantas ou animais.

O papel do homem na produção agropecuária consiste em fornecer aos organismos vivos as condições que mais favoreçam o seu desenvolvimento, para depois colher a massa de matéria nutritiva produzida. Mas o essencial dessa operação, isto é, a produção dessa matéria nova, é realizado pelos próprios organismos vivos (VEIGA, 1991, p. 177).

Não podemos, diante disso, subjugar o papel do trabalho na produção agrícola. Ao “fornecer aos organismos as condições que mais favoreçam o seu desenvolvimento” o trabalho humano valoriza o resultado do processo biológico, e nesse sentido se faz essencial na dinâmica de produção capitalista. A transformação da matéria prima em mercadoria não decorre exclusivamente do trabalho humano, mas de uma relação entre este e os processos biológicos.

Dentro desse contexto de produção agrícola capitalista surge o entrave que se caracteriza pela disfunção entre tempo de trabalho e tempo de produção. Em alguns setores da produção agrícola essa disfunção é superada com a mecanização de determinadas etapas do processo produtivo, substituindo trabalho vivo por trabalho morto, e homens por máquinas.

Entretanto, o capitalismo revela particularidades locais em seu processo de desenvolvimento e a mecanização da agricultura não foi tomada como única saída para a disfunção entre tempo de trabalho e tempo de produção. Outras relações tornam-se funcionais ao capitalismo, o exemplo mais evidente disso é como determinadas produções agrícolas se apropriam do trabalho sazonal.

No SMSF a mecanização da produção é bastante restrita, o trabalho humano, em grande medida sazonal⁸, é ainda essencial no processo de valorização da mercadoria. As atividades de cuidado para produção de um fruto impecável, sem marcas, com tamanho e cor bem definidos e com um aspecto quase artificial revelam o quanto o trabalho humano vivo é essencial e, por ora insubstituível, no processo de valorização desse fruto.

However, whilst various agricultural sectors have experienced rapid mechanization, table grape production is relatively resistant to these tendencies due to a combination of the relative complexity of work and rising quality requirements. Indicative here is the difference in numbers of operations performed between farms producing for different marketing destinations (SELWYN, 2011, p. 768).⁹

⁸ A ampliação da contratação de mão de obra na produção irrigada de manga e uva amplia-se, justamente, nos períodos que antecedem a abertura das janelas de exportação. A maior demanda de mão de obra acontece nas etapas de trato, colheita, e pós-colheita. Isso faz com que em determinados períodos do ano as empresas fruticultoras cheguem a dobrar o quantitativo de trabalhadores. Analisaremos mais detalhadamente essa dinâmica ao longo desse capítulo.

⁹ No entanto, embora vários setores agrícolas tenham experimentado uma rápida mecanização, a produção de uva de mesa é relativamente resistente a estas tendências, devido a uma combinação de relativa complexidade do trabalho e do aumento dos requisitos de qualidade. O indicativo aqui é a diferença no número de operações realizadas entre a produção para diferentes destinos de mercado (SELWYN, 2011, tradução nossa).

O trabalho humano é, portanto, o que valoriza a produção das frutas enquanto mercadoria. A atenção e o cuidado dedicado, principalmente pelas mulheres, nas atividades do processo produtivo agregam valor ao resultado do processo biológico. Dessa forma, o trabalho vivo se faz ainda essencial para a reprodução capitalista nesse setor.

A produção de frutas no semiárido brasileiro para consumo na Europa e Estados Unidos encontra na redução dos custos de reprodução da força de trabalho e na flexibilização de direitos a maneira de tornar-se viável. A redução dos custos de produção às custas da flexibilização e descumprimento de direitos, do rebaixamento dos custos de reprodução social da força de trabalho através de contratações sazonais, e da exploração a partir da intensificação do trabalho são alternativas criadas ante a inviabilidade de mecanização da produção.

2.3. As unidades produtivas

As áreas irrigadas do SMSF foram implementadas, preponderantemente, pelo poder público. Os perímetros públicos de irrigação da região, conforme apontamos anteriormente, começaram a ser implementados ainda na década de 1960, e expandiram, consideravelmente, no final da década de 1970, através da atuação da CODEVASF.

A partir da década de 1980 foram estimuladas também a implantação de áreas privadas de irrigação, através de financiamentos públicos. No ano de 1982, foi instituído o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR) que possuía como meta o financiamento de equipamentos de irrigação para produtores e cooperativas rurais. Além do PROFIR foi instituído em 1984, o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) que, dentre outras diretrizes, estimulava a constituição de áreas privadas de irrigação a partir de financiamentos públicos.

Atualmente, além das áreas de irrigação privada, existem sete perímetros públicos de irrigação em funcionamento sob cogestão da CODEVASF no polo Petrolina/Juazeiro. Desde meados da década de 1980 a CODEVASF tem tentado, com grande dificuldade, implementar políticas de cogestão dessas áreas irrigadas, repassando responsabilidades para os produtores que ocupam os perímetros (SILVA, 2001; ORTEGA; SOBEL, 2010; DAMIANI, 2003).

A ocupação dos perímetros públicos de irrigação implantados pela CODEVASF seguiu uma lógica de distribuição de lotes destinados a empresas e lotes reservados para

colonos, ou seja, para ocupação de produtores familiares, em geral, reassentados. Processo que aconteceu com grandes contrassensos, como visto no capítulo anterior.

Tomando como referência o Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho, o maior e mais bem sucedido dos perímetros irrigados da CODEVASF, observamos que os lotes são considerados empresariais a partir de 7,1 hectares sendo divididos entre pequenas e médias empresas que ocupam lotes entre 7,1 e 50 hectares e grandes empresas que ocupam áreas maiores de 50 hectares. Os lotes com áreas até 7,00 ha são considerados lotes de produção familiar. Segundo o Distrito de Irrigação Nilo Coelho (DINC) a ocupação do perímetro é a seguinte:

Quadro 01 – Ocupação do perímetro irrigado Senador Nilo Coelho

Categoria	Número	Área	Área média
Grandes empresas	47	6.139,10 ha	Acima de 50 ha
Pequenas e médias empresas	309	5.231,35 ha	De 7,10 a 50 ha
Produção familiar	1.961	11.634,41ha	Até 7 ha

Fonte: DINC, 2015

Os dados de ocupação do perímetro irrigado Senador Nilo Coelho apontam para uma distribuição bastante equitativa da área entre lotes empresariais e lotes destinados a agricultura familiar. Entretanto, nas visitas de campo realizadas tanto nas áreas empresariais como nas áreas de produção familiar percebemos que a capacidade produtiva da agricultura familiar é bastante limitada, devido aos altos custos das tarifas de água e energia e da quase inexistente assistência técnica. Por outro lado, observamos também uma dinâmica de expansão das áreas empresariais sobre as áreas destinadas aos produtores familiares.

Quando observamos a ocupação das áreas irrigadas do SMSF com relação às culturas da manga e da uva percebemos que a atividade nesse setor é, em grande medida, realizada por empresas. Apesar da agricultura familiar representar cerca de 75% do número de estabelecimentos rurais da região, eles possuem menos de 20% da área cultivada com uva; por sua vez as grandes, médias e pequenas empresas que correspondem a 25% dos estabelecimentos, mas possuem 80% da área cultivada com uva na região (ARAÚJO et. al, 2009 *apud* LEITE, 2013).

Existe também uma grande distinção entre as pequenas, médias e grandes empresas, sobretudo com relação aos mercados para o qual a produção é destinada e a origem do capital investido. As maiores empresas da fruticultura irrigada do SMSF estão vinculadas a grandes

grupos financeiros nacionais, como por exemplo, os grupos Queiroz Galvão, Newton Cardoso, Sílvio Santos e internacionais, a exemplo do Grupo JD, vinculado a Carrefour, e do Grupo Univeg. Por sua vez, as médias e pequenas empresas possuem investidores regionais e locais.

Com relação aos mercados alcançados por esses produtores percebemos que as grandes empresas orientam suas produções majoritariamente para o mercado externo. Os médios produtores através de “cooperativas” e associações de produtores conseguem também inserir suas produções no mercado externo, entretanto, em geral, possuem áreas produtivas que suprem o mercado interno ao longo de todo o ano. As pequenas empresas direcionam a produção para o mercado interno distribuindo através de redes de supermercados ou das centrais varejistas de distribuição de alimentos.

Ao analisar as exportações de uvas desta região, percebe-se que a maioria das uvas exportadas é proveniente de grandes empresas, que utilizam determinadas estratégias de produção para planejar o processo de produção para atingir determinados períodos de baixa oferta de uvas, principalmente no mercado europeu e americano. Já os pequenos produtores de uvas direcionam a grande maioria de sua produção para o mercado interno, principalmente para os grandes supermercados da região e de outros estados do Brasil. Já as médias fazendas de uvas distribuem a sua produção tanto para o mercado interno quanto o mercado externo (LEITE, 2013, p. 158).

Indicamos, portanto, que neste capítulo a nossa análise dedicará maior atenção ao processo e relações de trabalho que se estabelecem nas grandes empresas fruticultoras. Tomaremos em alguns pontos a dinâmica de trabalho nas pequenas e médias fazendas como contraponto as relações de trabalho das áreas de produção destinadas à exportação. Apontamos ainda que a opção por privilegiar as grandes fazendas se dá por estas demandarem um maior número de mão de obra e, portanto, possibilitar alguma capacidade de generalização de nossa observação.

Como nota, apontamos que a relação entre agronegócio e latifúndio na agricultura irrigada do SMSF merece certa atenção em estudos posteriores. Percebemos em nossas atividades de campo que pequenas áreas, com menos de 15 ha irrigados, podem ser altamente rentáveis a partir de altos investimentos técnicos e financeiros. Não negamos com isso a urgente necessidade de democratização do acesso à terra e água no semiárido nordestino, mas observamos como esses pequenos empresários tornam-se referência para a agricultura familiar, que por sua vez não conseguem ter a mesma eficiência produtiva diante da ausência de apoio técnico e financeiro.

2.4. Constituição e dinâmica do mercado de trabalho formal

A intervenção estatal no Submédio São Francisco e a consolidação do polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA como região produtora e exportadora de frutas teve como um dos principais reflexos a expansão da contratação de mão de obra e a constituição de um mercado de trabalho com características específicas, demarcado pela sazonalidade e informalidade.

As estimativas com relação à contratação de mão de obra na fruticultura irrigada são bastante incertas e os números disponíveis seja a partir de dados oficiais ou daqueles disponibilizados através de pesquisas acadêmicas revelam fragilidades metodológicas e distorções consideráveis.

A imprecisão dos números disponíveis, ou mesmo a sua indisponibilidade, para o entendimento do tamanho da força de trabalho não é apenas um problema de ordem metodológica. A ausência de técnicas e métodos de pesquisa claros que permitam aferir esse dado com maior precisão é também um problema de ordem teórica. O entendimento das questões relacionadas à força de trabalho prescinde de problematização sobre os contratos de trabalho, o recrutamento e a sazonalidade da contratação, que aumenta a fragmentação do contingente de trabalhadores entre formais e informais, permanentes e temporários, estáveis e precários (SILVA; ALMEIDA; SOUTO JR, 2015).

Não se pode deixar de levar em consideração que a informalidade no assalariamento rural é um problema nacional. A maior parte dos trabalhadores assalariados rurais brasileiros encontram-se em situação de trabalho informal, ou ilegal, sem qualquer proteção legal garantida pelo vínculo formal de emprego. Segundo o Dieese, dos 4 milhões de assalariados rurais ocupado no Brasil, em 2013, 2,4 milhões (59,4%) encontravam-se empregados sem carteira de trabalho assinada. (DIEESE, 2014).

Na bibliografia que se dedica a reflexão sobre as dinâmicas produtivas do SMSF encontramos diversas referências ao quantitativo de trabalhadores vinculados a fruticultura irrigada na região. Cavalcanti, ainda no anos 1990, revela a dificuldade de aferir o tamanho da força de trabalho devido à ausência de dados objetivos e informações oficiais quanto ao número de trabalhadores empregados na fruticultura (CAVALCANTI, 1997).

A autora estima, a partir de relatórios oficiais, que em meados da década de 1990, o número de trabalhadores diretamente vinculados à produção frutícola, em Petrolina e Juazeiro, estava entre 20 mil e 30 mil. Cavalcanti (1997) afirma ainda que estes números certamente são subestimados e destaca dois fatores característicos do processo de produção de

frutas no SMSF que não podem, ainda hoje, serem perdidos de vista: “às formas precárias de recrutamento e remuneração da mão-de-obra” e, em segundo lugar, a sazonalidade na contratação.

Didier Bloch (1996), também em meados da década de 1990, aponta um número bem superior ao levantado por Cavalcanti, afirmando que 94 mil empregos diretos foram gerados pela irrigação no SMSF. Entretanto, o pesquisador francês não discrimina quantos desses empregos estariam vinculados à fruticultura.

Damiani (1999), apresenta uma afirmação mais precisa com relação ao quantitativo dos trabalhadores empregados na agricultura irrigada em Petrolina e Juazeiro. Segundo o autor:

By 1996, irrigated agriculture in Petrolina-Juazeiro employed nearly 40,000 wage workers (30% of the rural labor force in the region), out of which 29,000 (72%) worked in the two main non-traditional export crops (NTECs), namely table grapes and mango. An unusually high proportion of 60% of the labor force directly involved in agricultural production was permanent and 40% of it comprised women (DAMIANI, 1999, p.02)¹⁰.

Damiani é também mais preciso com relação ao perfil desses trabalhadores, afirmando que as culturas da manga e da uva de mesa empregavam 29 mil trabalhadores, e que entre estes apenas 60% possuíam contratos permanentes, sendo à força de trabalho temporária composta basicamente por mulheres.

A partir de dados obtidos através do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Petrolina e da delegacia regional do trabalho (DRT), Ben Selwyn estima que, em meados do ano 2000, o número de trabalhadores empregados apenas no cultivo da uva já passava de 50 mil trabalhadores (SELWYN, 2011).

Outros pesquisadores também apresentam dados obtidos através do STTR de Petrolina. A exemplo de Silva (2001) que afirma:

De acordo com as informações prestadas pelo presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Petrolina, estima-se em 60 mil o número de trabalhadores rurais ocupados na atividade frutícola no pólo Petrolina/Juazeiro. Destes, apenas 25 mil são permanentes e 35 mil são trabalhadores temporários. Desse total de trabalhadores, 50% deles, ou seja, 30 mil têm carteira assinada e apenas 10 mil são sindicalizados (SILVA, 2001, p. 232).

¹⁰Em 1996, a agricultura irrigada em Petrolina- Juazeiro empregava cerca de 40.000 trabalhadores assalariados (30% da força de trabalho rural na região), dos quais 29.000 (72%) trabalhavam nas duas principais culturas não tradicionais de exportação (NTECs), ou seja uva de mesa e manga. Uma elevada proporção de 60% da força de trabalho que estava diretamente envolvida na produção agrícola era permanente e 40% dela composta por mulheres (DAMIANI, 1999, tradução nossa).

Silva (2013) afirma, desta vez com base em dados do Censo Agropecuário de 2006, que 62.100 pessoas estavam ocupadas em atividades agropecuárias nos municípios que compõem a região do Submédio São Francisco. Deste quantitativo de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias 70% eram homens e 30% eram mulheres.

Com relação aos empregos gerados diretamente pela fruticultura, Silva (2013) aponta que no mesmo período havia um contingente de 36.600 pessoas empregadas nestes estabelecimentos rurais. A fruticultura responderia, portanto, por um total de 59% de todos os empregos gerados em atividades agropecuárias no SMSF.

Observamos, portanto, a dificuldade de aferir um número que traga maior clareza para o entendimento da composição da força de trabalho na fruticultura do SMSF, tanto no que diz respeito ao trabalho formal quanto ao informal, que, segundo estimativas, responde pela maioria das contratações em épocas de colheita.

A Associação dos Produtores e Exportadores de Hortifrutigrangeiros e Derivados do Vale do São Francisco (VALEXPOR), principal representante dos interesses dos produtores e exportadores de frutas do SMSF, apresenta também dados sobre o emprego na região. Segundo a associação “estima-se que são gerados em média dois empregos por hectare irrigado, gerando um total de 240.000 empregos diretos e 960.000 empregos indiretos” (VALEXPOR, 2014, p.03).

Estes números também defendidos por outros representantes de produtores, a exemplo da Câmara de Fruticultura da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Juazeiro, segundo Silva (2013) assegura a existência de 240 mil trabalhadores distribuídos entre os perímetros públicos e os projetos privados em Petrolina e Juazeiro (SILVA, 2013, p. 103).

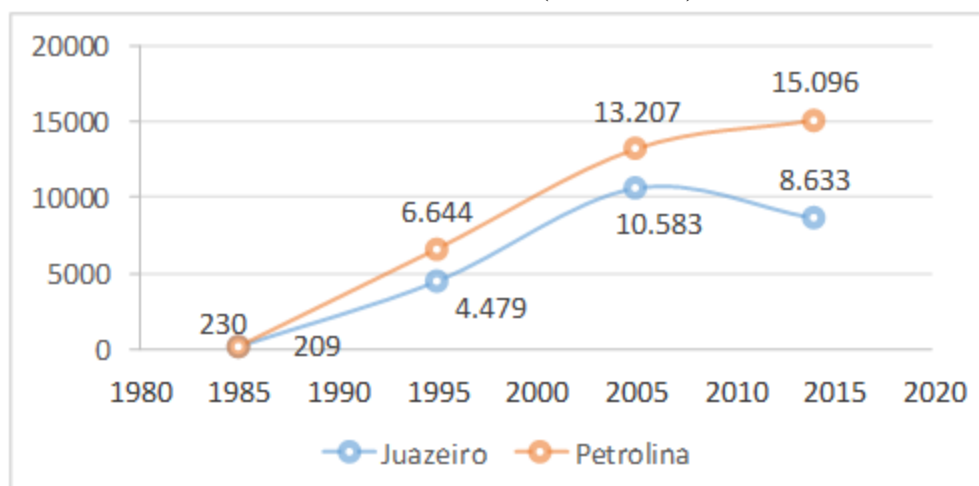
Entretanto, apesar de representarem dados estimados pelas principais organizações de produtores da região e de serem amplamente divulgados na imprensa local e nacional, tais números muito provavelmente estão superestimados, pois levam em consideração uma média alta de emprego por hectare diante das culturas produzidas e consideram que os 120 mil hectares irrigados na região estão em plena produção.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) apresenta também uma estimativa quanto aos empregos gerados nos perímetros públicos sob sua gestão. A CODEVASF estima que os nove perímetros públicos de irrigação, em pleno funcionamento no Submédio São Francisco, geram mais de 54.300 empregos diretos e cerca de 80.000 empregos indiretos (CODEVASF, 2015).

Outra tentativa de compreensão do tamanho da força de trabalho no SMSF é a utilização dos dados estatísticos oficiais, por exemplo, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). No entanto, a utilização desses dados estatísticos não é suficiente para compreendermos o quadro real da fruticultura, pois esses levantamentos tratam apenas do mercado formal de trabalho. Não sendo assim possível compreender a extensão real do trabalho informal no Vale do São Francisco.

No entanto a análise atenta dos dados aponta para algumas informações interessantes sobre a força de trabalho. Quando passamos a analisar os dados oficiais nas microrregiões de Juazeiro e Petrolina percebemos a expansão do emprego formal a partir de meados da década de 1980. Os dados da RAIS vinculados ao Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) assinalam a consolidação de um mercado de trabalho formal, conforme o gráfico:

Gráfico 01 - Evolução do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de Juazeiro e Petrolina (1985 – 2014)



Fonte: RAIS/PDET, 2014

Entre os anos de 1985 e 2014 os vínculos formais de emprego, no setor da agropecuária, registrados na RAIS variaram significativamente nas microrregiões de Juazeiro e Petrolina, passando de 209 empregos formais para 8.633, na microrregião de Juazeiro, e de 230 para 15.096 vínculos formais de emprego nos municípios que compõem a microrregião de Petrolina.

Esses dados, contudo, apresentam uma subestimação dos postos de emprego formal criados pela fruticultura irrigada, pois a base de dado da RAIS leva em consideração os

vínculos ativos no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que a produção do SMSF encontra-se no período de entressafra, após fechamento da janela internacional de exportação.

Observamos também que a evolução do número de empregos formais no SMSF está intimamente vinculada à expansão da atividade frutícola empresarial na região, sobretudo a expansão do cultivo de manga e uva.

No quadro 02, podemos perceber que os principais perímetros públicos de irrigação em funcionamento no SMSF iniciaram sua operação ainda no início dos anos 1980, com exceção da segunda etapa do Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho que foi implantado apenas em meados da década de 1990.

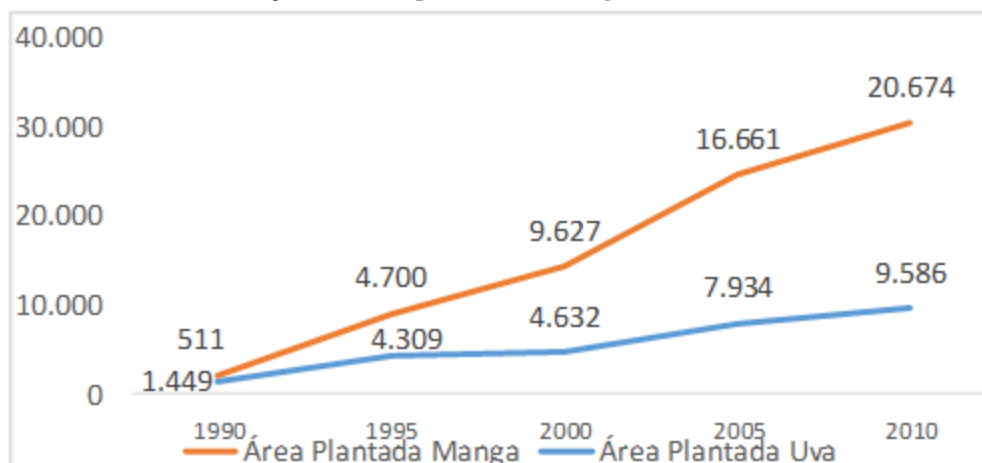
Quadro 02 – Projetos públicos de irrigação no Submédio São Francisco

PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO	INICIO DE OPERAÇÃO	ÁREA IMPLANTADA (ha)
Bebedouro	Petrolina-PE	1968	1968	1.892
Mandacaru	Juazeiro-BA	1971/72	1971	450
Maniçoba	Juazeiro-BA	1975/81	1980	4.160
Curaçá	Juazeiro-BA	1975/79	1980	4.204
Tourão	Juazeiro-BA	1977/79	1979	14.237
Nilo Coelho	Petrolina-PE e Casa Nova –BA	1979/96	1984	23.043
Brígida	Orocó	-	1994	1.435
Salitre I	Juazeiro-BA	-	1998	5.099
Fulgêncio	Sta. M ^a da Boa Vista	-	1998	4.716

Fonte: Silva, 2001, p.83 / CODEVASF, 2015.

Em 1985, quando boa parte dos perímetros públicos de irrigação já estava em funcionamento, o número de empregos formais apresentado pela RAIS ainda era pequeno, não passando de 500 empregos em ambas as microrregiões. A partir da década de 1990 o número de postos de trabalho começa a expandir, concomitante a expansão da atividade frutícola na região, conforme o gráfico 02:

Gráfico 02 – Evolução da área plantada de manga e uva em hectares no SMSF



Fonte: PAM/IBGE, 1990-2010

A partir do gráfico 02 percebemos como a expansão do número de postos de trabalho formal, no setor da agropecuária, está intimamente vinculada à ampliação das áreas cultivadas com manga e uva, principais culturas produzidas na região. Dessa forma, a consolidação de um mercado de trabalho em torno da agricultura irrigada está vinculada à expansão da fruticultura na região e as dinâmicas de exportação para o mercado externo.

Não podemos deixar de levar em consideração que a ampliação dos vínculos formais de trabalho na fruticultura irrigada se dá também pela atuação política dos trabalhadores através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região. A partir do final da década de 1980 os SRT's do polo Petrolina/Juazeiro passam a desenvolver uma política sindical mais atenta aos assalariados da fruticultura irrigada, inclusive cobrando do poder público uma maior atuação e fiscalização quanto às condições de trabalho desses espaços produtivos (SOUTO JR; SILVA; LIMA, 2012).

2.5. As características do trabalho na fruticultura

Os ciclos naturais das plantas frutíferas possuem relações direta com as condições e estações climáticas. Temperatura, incidência dos raios solares, períodos chuvosos são fatores essenciais no desenvolvimento natural de uma fruteira, a possibilidade de controlar, ainda que parcialmente, tais variáveis permitem ao homem manejar sua produção de acordo com suas necessidades.

O manejo da água, através da irrigação, a regularidade climática da região e a manipulação dos ciclos produtivos das plantas, através de agroquímicos, possibilitam ao

SMSF uma dinâmica produtiva bastante diferenciada. A agricultura irrigada empresarial por mais que não consiga subordinar completamente a natureza ao processo capitalista, impõe transformações ao tempo biológico natural e condiciona a produção à lógica econômica. As frutas do SMSF são produzidas de acordo com a lógica do mercado, garantindo que os períodos de colheita se estabeleçam justamente nos momentos mais favoráveis economicamente, ou seja, nos períodos onde a oferta desses itens é escassa no mercado global.

Com a ampla possibilidade de controle sobre os processos produtivos, a seleção dos mercados em que os produtos serão colocados segue uma completa lógica econômica. Não apenas do ponto de vista da oferta e demanda de mercado, mas também dos padrões fitosanitários e estéticos. Nesse sentido, produzir um fruto que respeite certos padrões de qualidade permite a sua inserção em mercados mais rentáveis.

Em condições naturais o plantio da videira, cultura típica de regiões de clima temperado, no semiárido seria completamente inviável. A ausência de inverno, de chuvas e insumos naturais adequados tornaria impossível o desenvolvimento da cultura da uva em pleno o sertão.

Entretanto, a modernização e incremento técnico dos processos produtivos transformaram as adversidades em potencialidades; a ausência de chuvas é perfeita para o controle e dosagem da água através de métodos de irrigação, a falta das baixas temperaturas de inverno ou de insumos naturais são supridas com o uso de agroquímicos que simulam na planta os processos biológicos que em outros contextos são realizados naturalmente.

Ou seja, a partir da definição da data de aplicação de alguns agroquímicos que coloca a planta em “descanso” nos períodos de entressafra, e da poda de produção (procedimento que somado a aplicação de outros agroquímicos “quebram” a dormência da planta) é possível definir a data exata da colheita. Respeitando-se um período de cerca de 40 dias de descanso da planta e o ciclo de produção que leva entre 100 e 120 dias, a depender da espécie de uva, sabe-se exatamente o dia que determinado parreiral estará em processo de colheita.

Obviamente, não é possível subordinar diversos outros elementos naturais que também condicionam o bom desenvolvimento do fruto, mas o controle atento e um trabalho minucioso garante que a ação de chuvas inesperadas, excesso de luminosidade, pragas, fungos e pássaros sejam contornadas.

É essa a dinâmica que caracteriza o trabalho na fruticultura irrigada. O trabalho permanece atrelado ao ritmo biológico de produção da planta, ou seja, o período entre 100 e

120 dias deve ser respeitado para o bom desenvolvimento do fruto. Porém a data de colheita é previamente determinada de acordo com as necessidades econômicas e os mercados que serão acessados. Além disso, a produção é ao longo de todo o ciclo monitorada e valorizada pelo trabalho humano.

É diante dessa capacidade de controle do ritmo biológico das plantas que a produção e a demanda por mão de obra se estabelece no SMSF. Portanto, a primeira condicionante analisada pelo empresariado é qual mercado consumidor pretende-se alcançar com determinada produção.

Levando-se em consideração que com o período de descanso de 40 dias somados aos 120 dias de seu ciclo produtivo, uma videira pode dar frutos mais de duas vezes por ano. As produções são orientadas tanto para o mercado interno, como para os períodos de janela comercial com o mercado externo. O mesmo processo acontece com o cultivo da manga, que alcança o estágio de maturação ideal para colheita do fruto cerca de 110 dias após a floração, podendo também ser colhida por duas vezes em um mesmo ano.

O período em que a produção de manga e uva está em baixa no restante do mundo e sua oferta é restrita nos mercados internacionais é sempre visado pelos produtores do SMSF. Essas janelas de mercado são anuais e estão atreladas as capacidade produtivas dos principais concorrentes brasileiros em inserir seu produto no mercado internacional, sobretudo nos mercados dos Estados Unidos e União Europeia e acordos comerciais internacionais.

No caso da uva, os concorrentes brasileiros são: Chile e África do Sul no hemisfério sul, Estados Unidos e Itália no hemisfério norte. Os países que disputam o mercado de exportação de manga com o Brasil são basicamente, México e alguns países produtores da América Central no hemisfério norte, além da África do Sul, Equador e Peru no hemisfério sul.

Quadro 03 - Calendário de importações de uva dos Estados Unidos e União Europeia

País Exportador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Chile												
África do Sul												
Itália												
EUA												
Brasil												

Fonte: Freshinfo, 2012; Nachreiner et al., 2013 / Dados organizados pelo autor.

Conforme o quadro 03, dois períodos são utilizados para exportação das uvas produzidas no SMSF. Uma primeira janela que se dá logo após o encerramento das exportações do Chile e da África do Sul, entre os meses de abril e maio. Por ser bastante curta, tendo em vista que ainda em maio os Estados Unidos iniciam sua produção e exportação, e também levando em consideração as eventuais chuvas que acontecem nesses meses o que aumenta os riscos para a colheita, essa janela é pouco aproveitada pelos exportadores nacionais.

A exportação de uva do SMSF é praticamente toda direcionada para o segundo momento, nos meses de setembro e outubro, quando a Itália está encerrando seu período produtivo e as uvas do EUA já não se encontram mais no mercado, essa janela fecha-se na medida em que se inicia a produção e exportação de uvas da África do Sul e do Chile.

Quadro 04 - Calendário de importações de manga dos Estados Unidos e União Europeia

País Exportador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Países da Am. Central												
África do Sul												
Israel												
Equador/Peru												
México												
Brasil												

Fonte: Freshinfo, 2012; Nachreiner et al., 2013 / Dados organizados pelo autor.

A janela de exportação da manga é um pouco mais longa, em relação à da uva, sobretudo porque as mangas do SMSF são colocadas no mercado estadunidense e europeu em períodos diferentes. A partir de agosto, com o fim da produção mexicana, e até meados de novembro, o Brasil exporta para os Estados Unidos. Nos meses de novembro e dezembro as frutas brasileiras são direcionadas para o mercado consumidor europeu.

Além disso, o Brasil também exporta manga para Europa nos três primeiros meses do ano, contudo numa proporção bem menor com relação ao segundo semestre, principalmente por conta da boa cotação dos preços da manga no mercado interno.

As janelas de exportação seguem também normas estabelecidas a partir de acordos comerciais internacionais, nesse sentido, elas possuem certa regularidade e período determinados a partir também da redução da carga tributária. Conforme nos foi explicado pela

gerente da Maxx, escritório comercial vinculado à empresa alemã importadora de frutas Kölla Hamburg.

A gente tem que respeitar a janela de comercialização de lá. Por exemplo, a gente não pode entrar na janela do Chile, aí o imposto que a uva do Brasil paga é maior porque você tá atravessando a janela do outro. A gente começa a mandar aqui em setembro a uva, vende lá, mais ou menos, começa a vender em outubro, porque eles seguram a uva também pra época de fim de ano. Isso é uma questão de venda lá. Muda um pouco com os anos, mas sempre no início de setembro. Semana trinta e oito, trinta e nove. A gente se guia por semana também. Até semana, mais ou menos, cinquenta (Thaysa Amorim, 26 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, em 28 de maio de 2015).

Em geral, essas exportações acontecem por transporte portuário. Por conta dos custos com o frete terrestre e a logística do porto os exportadores do SMSF optam por utilizar o porto de Salvador, exceto em algumas operações especiais onde toda a logística de transporte é realizada pelo comprador que pode optar por outros portos. As cargas normalmente seguem de Salvador para o porto de Roterdã, na Holanda, onde as tarifas tributárias são menores com relação aos demais portos europeus.

Esse transporte leva em média 30 dias entre o carregamento no SMSF até o destino final. Entretanto, algumas variedades de uva resistem até 60 dias em perfeitas condições se bem estocadas e refrigeradas, nesse sentido o tempo que a uva levará para chegar aos consumidores nos supermercados dependerá da logística do comprador.

Além do transporte portuário, entre os meses de setembro e outubro, o aeroporto de Petrolina opera, semanalmente, dois voos cargueiros da empresa de transporte de cargas aéreas, Cargolux. O transporte aéreo garante agilidade ao processo, em cerca de quatro dias os produtos já estão disponíveis nos supermercados europeus. Isso possibilita que as frutas sejam enviadas diretamente para consumo sem procedimentos específicos de estocagem. Contudo, os custos operacionais do transporte aumentam consideravelmente, segundo informações da mesma gerente comercial, os custos com o transporte aéreo encarecem em cerca de R\$ 5,00 o quilo da uva.

Os contratos de exportação são estabelecidos com grandes redes varejistas, que possuem filiais e parceiros comerciais em toda Europa, a exemplo dos grupos Carrefour, Tesco, Aldi, Edeka. Os exportadores estabelecem contratos com essas grandes para fornecimento semanal de uma quantidade mínima de containers ao longo dos dois meses de janela de mercado. A distribuição entre os países europeus e as redes de supermercado fica a cargo dos compradores.

Apesar de responder por 99,8% da exportação de uva e 67,5% das exportações brasileiras de manga (SECEX, 2014), grande parte da manga e da uva produzidas no SMSF são consumidas pelo mercado interno. Apenas cerca de 15% da produção de manga e uva é destinada à exportação.

Quadro 05 - Produção e exportação de uva do SMSF entre 2010 e 2014

	Petrolina/PE	Juazeiro/BA	Vale do São Francisco	Exportação (t)	Consumo Interno	Exportação
2010	188.480 t	77.309 t	265.789 t	59.620 t	77,57%	22,43%
2011	201.980 t	64.335 t	266.315 t	58.433 t	78,06%	21,94%
2012	213.790 t	61.565 t	275.355 t	51.952 t	81,14%	18,86%
2013	222.884 t	52.077 t	274.961 t	43.043 t	84,35%	15,65%

Fonte: SECEX, 2015; PAM/IBGE, 2014.

Quadro 06 - Produção e exportação de uva do SMSF entre 2010 e 2014

	Petrolina/PE	Juazeiro/BA	Vale do São Francisco	Exportação (t)	Consumo Interno	Exportação
2010	168.925 t	266.128 t	435.053 t	85.390 t	82,56%	17,44%
2011	189.402 t	263.995 t	453.397 t	82.562 t	81,80%	18,20%
2012	207.532 t	270.471 t	478.003 t	87.839 t	81,63%	18,37%
2013	207.560 t	257.080 t	464.640 t	75.915 t	83,66%	16,33%

Fonte: SECEX, 2015; PAM/IBGE, 2014.

Os quadros 05 e 06 mostram que grande parte da produção de manga e uva do SMSF são consumidas no mercado interno, inclusive, quando acompanhamos o desenvolvimento das exportações nos últimos quatro anos observamos que ela tem diminuído, não apenas em números relativos, mas também em números absolutos.

Parte dessa dinâmica se explica pelo contexto de crise internacional vivenciado a partir do segundo semestre do ano de 2008, e mais incisivamente a partir de 2009. As cotações dos preços da manga e uva diminuíram diante da redução de demanda do mercado internacional. Essa tendência manteve-se nos últimos anos. Entretanto, diante das atuais variações cambiais e valorização do dólar, o empresariado local teve as vendas para o mercado internacional significativamente ampliadas no ano de 2015.

Essa estratégia de comercialização no mercado local é frequentemente utilizada pelos produtores do Vale do São Francisco quando seus produtos estão fora do

padrão de qualidade internacional ou os preços não compensam. A participação nesses mercados depende igualmente de conjunturas nacionais, regionais, globais. As condições de produção, a variabilidade das demandas, assim como as crises de mercado, influenciam fortemente as relações entre produtores e distribuidores e as estratégias usadas pelos outros atores envolvidos na cadeia (CAVALCANTI; DIAS, 2015, p. 284).

O elevado custo com transporte, além do alto padrão de qualidade exigido para comercialização no mercado internacional, faz com que a produção de manga e uva para exportação seja um investimento de risco. Dessa forma, os produtores mantêm-se atentos às dinâmicas econômicas, avaliando em qual mercado é mais compensador comercializar as frutas em produção.

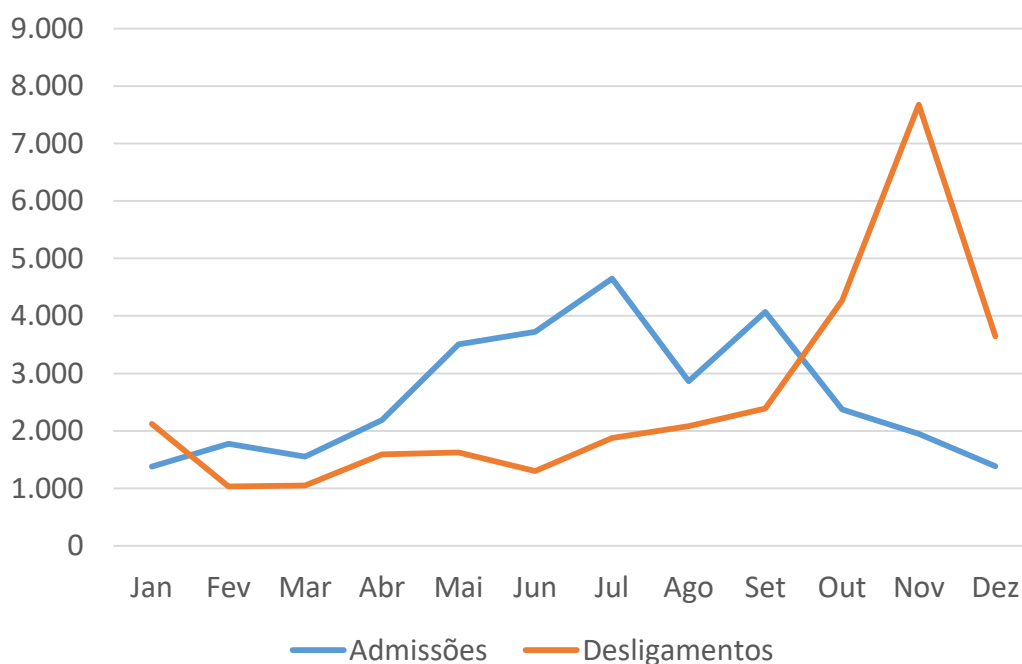
Cabe observar que a produção da região manteve-se estável nos últimos anos, chegando a ampliar seu quantitativo entre 2010 e 2012, ou seja, apesar da redução dos números de exportação, o mercado interno absorveu em boa medida a produção do SMSF. Nesse sentido, cabe observar também que apesar da dinâmica de crise internacional, esse período foi marcado pela ampliação do poder de consumo do brasileiro, passando a fazer parte da dieta alimentar das classes com menor poder aquisitivo alguns novos itens, a exemplo da uva. Com a atual crise econômica vivenciada no Brasil e a variação no preço do dólar, os produtores estão novamente orientando suas exportações para o mercado externo.

Outro ponto a se considerar é que apenas as grandes empresas fruticulturas e os médios produtores associados em cooperativas conseguem acessar o mercado externo, tanto pelas dificuldades burocráticas e de transporte, como também pelas exigências dos mercados internacionais. Dessa forma, a produção de manga e uva dos pequenos lotes empresariais, ou dos colonos dos projetos de irrigação, é completamente direcionada para o mercado interno.

Com relação à dinâmica e contratação do trabalho, as grandes empresas fruticultoras, que chegam a possuir fazendas com áreas superiores a 200 hectares em plena produção, são sem dúvida as que possuem maior demanda de mão de obra, possuindo, em determinados períodos, como por exemplo, a colheita, mais de cinco mil funcionários contratados.

Dessa forma, apesar de grande parte da produção do SMSF ser consumida pelo mercado interno, em grande medida a dinâmica do mercado de trabalho e a própria lógica do trabalho, são baseadas com relação ao mercado externo e os períodos de exportação. Observamos isso, sobretudo, a partir das análises dos dados mensais de emprego formal, divulgados pelo Programa de Disseminação de Estatísticas do Emprego (PDET) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Gráfico 03 - Admissões e desligamentos de trabalhadores na agricultura nas microrregiões de Juazeiro e Petrolina no ano de 2014



Fonte: CAGED, 2014.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego faz o acompanhamento mensal das admissões e desligamentos dos empregos formais no Brasil. No gráfico 3, observamos a dinâmica do mercado de trabalho formal na agropecuária nas microrregiões de Juazeiro e Petrolina, ao longo do ano de 2014.

Com relação às admissões, podemos perceber que elas começam a ampliar a partir do mês de maio, alcançando seu auge em julho e tendo novamente uma ascensão no mês de setembro. Essa dinâmica foi observada na análise dos dados dos últimos cinco anos, não sendo, portanto, específica do ano de 2014.

Com relação aos desligamentos, observamos que eles crescem significativamente no mês de novembro, alcançando quase 8 mil demissões e encerramentos de contratos, neste mês no ano de 2014. Entre o final do mês de outubro e início de novembro se encerra a safra da uva no SMSF, o que explica a ampliação do número de postos de trabalho encerrados nos últimos meses de cada ano.

Por sua vez, a ampliação das contratações entre os meses de maio e julho possui também relação direta com o período de safra da uva, destinada à exportação nos meses de setembro e outubro. Os meses que antecedem a janela de exportação, ou seja, que antecedem

o período de colheita são os períodos onde o processo produtivo da uva mais demanda mão de obra. A elevação nas contratações que acontecem no mês de setembro, está vinculada ao processo de colheita e ao trabalho nos *packing houses*, que são galpões destinados à higienização, seleção e empacotamento dos frutos.

A política de contratação das empresas é estabelecida a partir de divulgação nos meios de comunicação, no Sistema Nacional de Empregos (SINE) e nas agências de arregimentação de mão de obra, além disso é estimulada também a contratação por indicação de trabalhadores efetivos criando-se assim vínculos de confiança e responsabilidade entre os trabalhadores.

Pela fazenda ser grande também, sempre tem muita gente. Então, você abre uma seleção, “tem tantas pessoas”. Fora a divulgação nas agências, que eles tem contato com rádios, TV, com os blogs, aí com essa divulgação, né? E fora isso é muito forte o boca a boca aqui, né? Eu indico meu irmão, meu primo, meu sobrinho, meu tio, meu pai, minha mãe. A gente tem famílias trabalhando também. [...] A gente acha interessante por isso, eu vou indicar é meu irmão, então você termina ficando assim, meio que “responsável”, “indiquei ele, faça um bom trabalho também, porque eu te indiquei”. Ou “próximo ano eu quero voltar”, então eu quero fazer um bom trabalho, pra eu trabalhar no próximo ano (Alisson Carvalho, 31 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 01 de outubro de 2015).

As empresas privilegiam contratar funcionários que já trabalharam em safras anteriores, atentando para aqueles que, eventualmente, não desempenharam as funções conforme o esperado ou motivaram algum conflito. Essas contratações se estabelecem a partir de um diálogo com os fiscais de campo, que possuem maior contato com os trabalhadores e indicam os que não devem ser contratos.

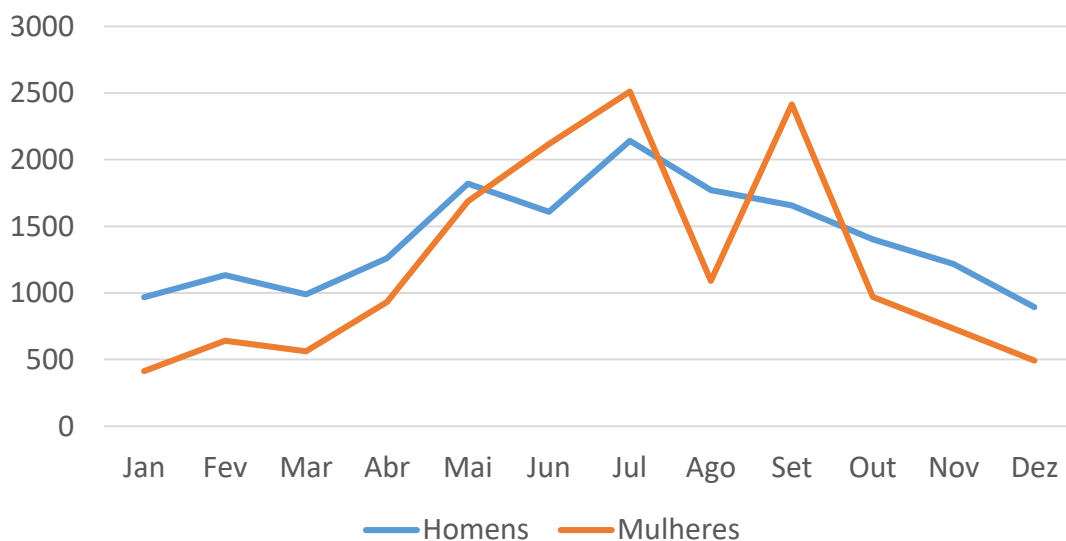
A contratação por indicação e suas consequências aparecem também nos discursos dos trabalhadores:

Tem a questão de contratar por informação, indicação... Como as empresas que trabalho mesmo, dificilmente uma pessoa chega lá e diz: “moço tem emprego aqui?”. Tem que ser uma pessoa lá de dentro que indique. Que aí no caso a responsabilidade fica em quem indicou pra qualquer coisa de errado (Daniel Araújo Saldanha, 34 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 05 de agosto de 2015).

Com essa política de contratação por indicação se estabelece além de uma relação de confiança entre a empresa e trabalhador, também um vínculo de responsabilidade do veterano sobre o que acaba de ingressar na empresa. Como já observado por Brandão (1964) essa política de contratação se estabelece também como mecanismo de controle sobre os trabalhadores.

Desagregando os dados do CAGED por sexo, identificamos também que nos meses em há a expansão dos postos de trabalho, ela acontece, preponderantemente, devido à contratação de mão de obra feminina, conforme o gráfico 04:

Gráfico 04 – Contratações de trabalhadores na agricultura nas microrregiões de Juazeiro e Petrolina, por sexo (2014)



Fonte: CAGED, 2014.

Quando discriminado por sexo, os dados de contratação revelam ainda uma outra dinâmica. Nos meses em que se expande a arregimentação de trabalho, o número de mulheres contratadas é superior ao de homens, revelando que a participação feminina nesse mercado de trabalho, apesar de expressiva do ponto de vista quantitativo, se limita a algumas etapas do processo produtivo, como já haviam adiantado alguns autores (DAMIANI, 1999; SILVA, 2001 e 2013; SELWYN, 2009 e 2010; CAVALCANTI, 1997).

Entre o período de maio a julho a contratação feminina se dá devido a algumas etapas específicas do processo produtivo, tais como: seleção de ramos, seleção de cachos, pinicado e raleio¹¹. Essas trabalhadoras permanecem nas fazendas com vínculos de trabalho temporário entre quatro e cinco meses, garantindo que continuem a trabalhar ainda no período de colheita e empacotamento do fruto, entre os meses de setembro e outubro.

O processo de produção da uva leva em torno de 17 semanas, em média 120 dias, porém as etapas que mais demandam mão de obra feminina, que são as atividades de seleção de cachos e de bagas, começam a acontecer apenas a partir da sexta semana. Estando o início da colheita programada para setembro, essas atividades deverão acontecer a partir do mês de meados do mês de junho.

¹¹O trabalho na produção de uva de mesa se baseia num processo de seleções (de galhos, ramos, gemas e bagas) que garantem a otimização do consumo dos nutrientes pela planta, portanto as primeiras etapas do ciclo produtivo são fundamentais para a garantia da qualidade do fruto que será colhido. A atenção e “cuidado” do trabalho feminino são, assim essenciais nesse processo. O pinicado é uma primeira seleção das bagas que deverão permanecer no cacho da uva, já o raleio é a seleção final e aprimoramento estético do cacho.

Entretanto, diante da dinâmica do mercado e da demanda de uma mão de obra com experiência de trabalho, as empresas tendem a iniciar os processos de contratação já no mês de abril, intensificando a partir de maio.

O perfil de trabalhador que a gente busca é que já tenha trabalhado ou com manga ou com uva. Com experiência. E a gente sempre encontra aqui na região, tem bastante. Justamente por conta da safra a gente tem uma oferta maior. [...]Tem contratação nesse período em Abril. Maio e junho realmente se contrata um grupo maior. Mulheres, nesse período tem muita opção. Aí contratando agora você escolhe mais. Você abre uma seleção de quinhentas pessoas, você seleciona, tem dois mil e quinhentas pessoas pra você entrevistar. Agora vai passando-se o tempo. Nesse período agora [outubro] se a gente abrir uma seleção já fica mais difícil de ter. Tem pessoas no mercado, mas você vai encontrar gente sem experiência, com menos experiência de trabalho realmente (Alisson Carvalho, 31 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 01 de outubro de 2015).

A demanda por uma mão de obra com experiência faz com que as empresas antecipem o período de contratação das trabalhadoras e com isso remanejem essas mulheres para atividades que anteriormente eram realizadas exclusivamente por homens, a exemplo da “desbrota” que consiste na seleção dos brotos que devem frutificar.

Eles contratam várias mulheres e colocam elas nessa atividade de “desbrota”, que é uma etapa antes da amarração, já pra segurar também ela, porque é um período de safra, e a maioria das empresas tá contratando e buscando principalmente os profissionais que já conhece na área. E aí eles seguram, contrata cem mulheres e vai botar na “desbrota” em vez de contratar cinquenta homens e cinquenta mulheres. Ele contrata cem, porque segura. Na hora que fez a “desbrota”, que nós vem na amarração, aí vem logo o dedinho que é com as mulher. Se não tiver as mulheres quando vier o dedinho, ele vai ter que contratar onde? Se elas já estão indo pra outra empresa. Ai se previne com isso (Daniel Araújo Saldanha, 34 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 05 de agosto de 2015).

O outro pico de contratação que se dá no mês de setembro possui relação direta com o período de funcionamento, com maior intensidade, dos *packing houses*, nesse sentido a mão de obra feminina que é contratada no mês de setembro é direcionada para atividades como higienização, seleção e empacotamento das frutas.

Mulher é um pouco mais cuidadosa no trato com a uva mesmo. Mas homem é mais no amarrão, fertirrigação e na peletização dentro do *packing*, porque pra ficar pegando peso e puxar... [...] e o papel de gênero tem que tá lá... (Thaysa Amorim, 26 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 28 de maio de 2015).

A contratação de mulheres é justificada pelos empresários diante da necessidade de um trato delicado e cuidadoso com a uva, nesse sentido habilidades como “delicadeza” e “sensibilidade”, associadas ao universo feminino, aparecem como o principal argumento para contratação. Esse discurso é também reproduzido entre trabalhadores(as) e sindicalistas, apontando essa condição da mão de obra feminina como fundamental para o assalariamento das mulheres.

A mulher é mais sensível, tem uma sensibilidade diferente. Tem homem que se pegar num cacho, ele arranca ele. Ele vem da enxada, vem do picarete, na hora que ele pegar no cacho pra fazer assim nele, oh?! Ele faz é puxar (Daniel Araújo Saldanha, 34 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 05 de agosto de 2015).

A “qualificação” do trabalho feminino, amparada em habilidades “naturais” como a “delicadeza” e a “sensibilidade”, também é associada à esfera reprodutiva e, portanto, não possui prestígio e status de qualificação para o mundo do trabalho. Assim, quando muito, a “qualificação feminina” é classificada apenas como “qualidade feminina” e mesmo que sejam vantajosas para o processo produtivo, não se traduz como carreira, e tampouco está imbuída de acréscimo salarial (KERGOAT, 1989).

Dessa forma, quase a totalidade da mão de obra feminina contratada está vinculada ao trabalho na viticultura. Por sua vez, nas áreas de cultivo da manga se prioriza a contratação masculina, pois sendo a manga um fruto mais resistente e “grosseiro” as qualidades atribuídas ao trabalho feminino não aparecem como necessárias ao trabalho. Além disso, o trabalho masculino é justificado por se tratar de um fruto mais pesado que demanda muita força para o transporte dos contentores no momento da colheita.

É diferente da manga. A manga, você cortou, jogou alí no contentor, então é aquela coisa mais grosseira. Tirando a... Não sei se é panícula que chama, que fica batendo o cacho de flor para sair aquela sequinha, para cair a metade. Mas no caso da uva tem que ser mais delicada, não pode ser pegada como se tivesse pegando um cacho de flor de manga, né? (Maria Joelma. Entrevista realizada em Petrolina/PE, em 2013).

Com relação ao cultivo de manga, a contratação de mulheres se dá basicamente para trabalho nos *packing houses* onde são necessários alguns cuidados específicos com o fruto no momento de sua higienização, evitando que o látex expelido pela manga manche a sua casca, e no empacotamento onde se exige que os frutos tenham um mesmo padrão estético e sejam padronizados quanto ao peso e tamanho.

Dessa forma, sendo o trabalho feminino qualificado para apenas algumas etapas do processo produtivo, percebemos que o regime de trabalho permanente tende a priorizar a contratação de homens. Essa mão de obra masculina é aproveitada durante todo o ano tanto para a execução de serviços especializados, que requerem o uso de instrumentos de trabalho e máquinas, como para a fertirrigação, poda, amarrio e condução de tratores e também os serviços associados ao uso da força física como a preparação de covas, levantamento de mourão e estrutura para os parreirais, além do trabalho com a enxada e a estrovena na capinagem e preparação do solo (SILVA; SILVA, 2015).

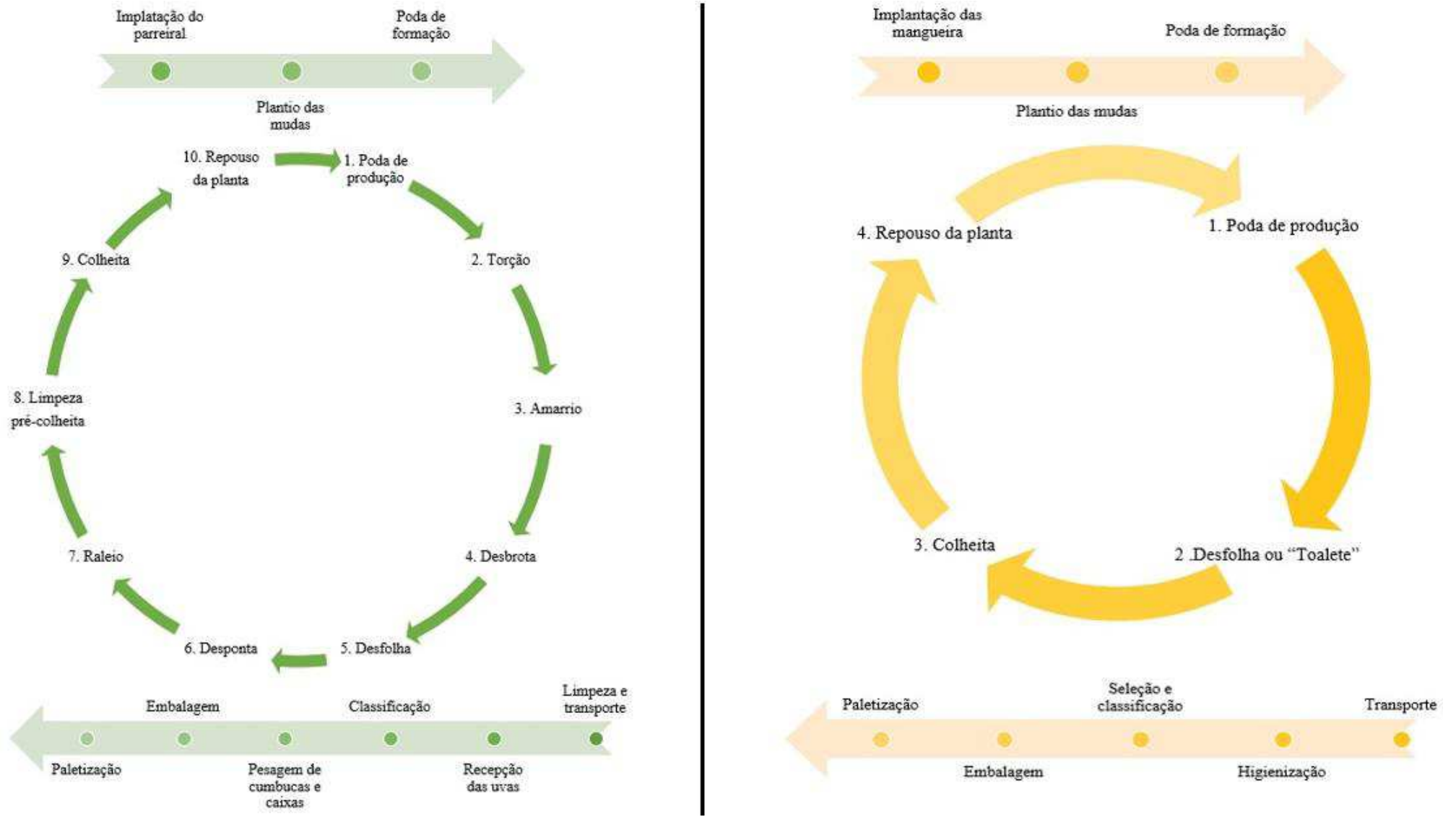
Diante disso, observamos que apesar dos frutos exportados corresponderem a apenas 20% da manga e uva produzidas no SMSF, a dinâmica de contratação e desligamento, e as relações de trabalho estão intimamente relacionadas com as demandas internacionais. Percebemos, por exemplo, como os períodos de expansão da contratação de mão de obra coincidem aos períodos de exportação, como o perfil dos trabalhadores contratados está vinculado as exigências de qualidade e estética do consumidor internacional, e, além disso, como as relações de trabalho, o controle, intensidade, flexibilização de jornada e direitos estão também vinculadas a esse processo.

2.6. O trabalho nas distintas etapas do ciclo produtivo da manga e da uva

Por se tratar de culturas perenes algumas atividades do processo produtivo da manga e da uva são realizadas apenas uma única vez, a exemplo de estruturação do solo, plantio e podas de formação. A produção da mangueira se inicia após quatro anos do plantio, chegando a um estágio de plena produção a partir do sexto ano e alcançando a sua vida útil num período de 20 anos. A videira, por sua vez, inicia seu ciclo produtivo a partir de ano após o plantio e possui uma vida útil de 15 anos.

A realização do trabalho nas culturas da manga e, principalmente, da uva exigem uma certa especialização e conhecimento do trabalhador. O trabalho na viticultura do SMSF se caracteriza pelo criterioso processo de seleção realizado ao longo do desenvolvimento do fruto. A definição da quantidade e da qualidade dos cachos de uvas que serão colhidos se dá logo nas etapas iniciais do ciclo produtivo, onde os trabalhadores devem estar atentos para perceber quais galhos e brotos devem ser preservados e quais deverão ser eliminados.

Figura 01 – Etapas dos ciclos produtivos da uva e da manga



Fonte: Dados organizados pelo autor a partir de entrevistas com técnicos agrícolas

- Ciclo produtivo da uva

Etapas de pré-produção:

As etapas de pré-produção correspondem às atividades de preparo do solo, implantação da estrutura do parreiral, plantio, manutenção e poda de formação das mudas. Essas atividades são realizadas geralmente por funcionários efetivos da empresa ou por funcionários contratados como “avulsos” que recebem por empreita. A mão de obra empregada nas etapas de pré-produção é preponderantemente masculina.

Preparo do solo e implantação do parreiral:

O preparo do solo é feito sob supervisão técnica e visa melhorar as condições do terreno para melhor enraizamento das plantas. Através do uso de máquinas é feito todo o manejo do solo aumentando a sua areação, a capacidade de infiltração da água e reduzindo sua resistência. O manejo do solo é feito também durante todo o processo de produtivo, entretanto de maneira pontual visando apenas controlar o crescimento da vegetação natural, nesses momentos ele feito a partir do uso de enxadas.

A produção de uvas de mesa é feita a partir de uma estrutura que garanta o bom desenvolvimento do fruto com acesso adequado a água e radiação solar e que, além disso, garanta o fácil manuseio do cacho. A estrutura do parreiral é, portanto, montada a partir de um sistema de mourões, estacas e arames que servirão de fios condutores para os galhos da videira.

Os mourões delimitam os espaços das ruas e são instalados no entorno de toda a área cultivada, as estacas seguem as linhas dos mourões e estabelecem uma distância mínima entre as plantas, os arames são conduzidos por sobre os mourões e as estacas formando uma rede que dará suporte a videira. Essa estrutura é chamada de latada.

Plantio e poda de produção:

A etapa de plantio também é realizada sob acompanhamento técnico. O uso de técnicas de enxertia é muito comum na região, sobretudo, para garantir um desenvolvimento mais rápido e saudável da planta. As variedades de uva mais plantadas no SMSF são: Red Globe, Itália, Benitaka e Brasil. Entretanto, constantemente existe a inserção de novas

espécies com maior aceitação no mercado ou melhor adaptação as condições locais de produção.

O plantio é a única atividade da fase de pré-produção que é realizada tanto por homens como por mulheres, entretanto como geralmente ele é feito no período de entressafra o número de mulheres empregadas nas fazendas é sempre reduzido.

O período após o plantio e até o desenvolvimento da planta requer muito cuidado e atenção, sobretudo no controle de aplicação de defensivos agrícolas, evitando pragas como formigas e fungos, e no acompanhamento do crescimento da planta ao longo da estrutura.

A condução da planta através da “latada” é garantida a partir da poda de formação. O objetivo da poda de formação é garantir que a planta se desenvolva ao longo da estrutura de arame montada para dar suporte ao parreiral.

Etapas do ciclo produtivo:

O ciclo produtivo da videira acontece entre 100 e 120 dias, intercalados com períodos de repouso da planta que duram cerca de 40 dias. Por ser um fruto não climatérico, ou seja, que o processo de amadurecimento do fruto acontece apenas enquanto ligado à planta, não amadurecendo após colheita, o processo produtivo da uva é bastante criterioso para que no momento de colheita ela tenha, além do padrão estético, um grau brix, ou seja, nível de açúcar adequado.

Nesse sentido, o que demarca o trabalho produtivo na uva é sem dúvida as atividades de seleção. Ao longo do desenvolvimento da planta são selecionados os melhores galhos e ramos numa primeira poda, os brotos que possuem cachos, bem como os cachos mais fortes e as bagas mais bonitas.

Nesse processo de seleção uma grande quantidade de frutos, ou possíveis frutos, são descartados em busca de um equilíbrio entre quantidade e qualidade. A ideia é que os frutos e as bagas que não obedecem ao padrão do mercado não continuem na planta disputando seiva e nutrientes com os frutos selecionados.

O trabalho ao longo do processo produtivo é realizado por homens e mulheres, entretanto, quando as atividades realizadas envolvem o uso de tecnologias, mesmo que rústicas, ou exigem maior força física são realizadas por homens. As mulheres são contratadas para as etapas que exigem trato direto com o fruto como a seleção de cachos, de bagas e a colheita.

No quadro 07 estão descritas, sequencialmente, cada umas das atividades realizadas ao longo do ciclo produtivo da uva. Fotografias que ilustram as atividades estão no anexo I.

Quadro 07 – Atividades realizadas no ciclo produtivo da uva

Atividade	Em que consiste	Por quem é realizada
Poda de produção	Eliminação do excesso de ramos e galhos, retirando-se todos aqueles que são considerados fracos, imaturos, doentes, ou que estejam mal posicionadas.	Homens
Torção	Esta etapa consiste na torção dos ramos de forma manual no sentido de estimular o surgimento dos brotos a partir da “quebra da dormência” da planta.	Homens
Eliminação de brotos “desbrota”	O intuito é selecionar os brotos, eliminando aqueles que não irão se desenvolver adequadamente ou não possuem cachos.	Homens e mulheres
Eliminação de gavinhas “desgavinhamento”	Consiste na retirada de gavinhas. Geralmente feita por mulheres, mas muito pouco realizada nas espécies atualmente cultivadas.	Homens e mulheres
Amarrio	Consiste em amarrar (grampear) os ramos fixando as brotações aos arames do sistema de condução logo após a poda e repetindo-se a operação à medida que as plantas forem crescendo. Essa atividade busca garantir que a planta cresça de forma ordenada e é repetida entre duas e quatro vezes. O amarrio é realizado com o tapene, uma espécie de grampeador.	Homens
Desfolha	A desfolha consiste em retirar ou afastar as folhas que estejam cobrindo os cachos, e é feita, geralmente, quando o cacho da uva já está formado.	Homens e mulheres
Raleio	O raleio é uma atividade manual que tem como principal objetivo desbaste de bagas por cacho. O raleio acontece, normalmente, em duas etapas: <p style="text-align: center;">a) Pinicado ou Dedinho</p> O pinicado é um tipo de raleio realizado manualmente com a ponta dos dedos quando a planta já está florida <p style="text-align: center;">b) Raleio com tesoura</p> Esta etapa é realizada com o auxílio de uma tesoura específica de lâminas estreitas e compridas, nessa etapa se inicia a moldagem do cacho com a eliminação de bagas pequenas, pouco desenvolvidas ou danificadas.	Mulheres Mulheres
Limpeza pré-colheita	Atividade feita com o objetivo de retirar bagas podres, bagas com danos mecânicos, cicatrizes, tudo que venha a ser defeito no packing.	Mulheres
Colheita	Na colheita as/os trabalhadoras/es cortam os cachos de uva com o auxílio de uma tesoura (a mesma tesoura utilizada no raleio), ao mesmo tempo em que executam uma última etapa de limpeza e seleção dos cachos.	Mulheres

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir de entrevistas com técnicos agrícolas.

Outras atividades também são realizadas concomitantemente com as que compõem o ciclo produtivo. Atividades como aplicação de agroquímico, hormônios, e nutrientes são realizadas durante todo o processo produtivo. Além das tarefas como a limpeza do solo para controle da vegetação natural, com o uso de enxadas e estrovenga, e o roço aéreo atividade de controle do crescimento dos galhos sobre a latada, também são realizadas ao durante todo o processo.

Etapas de pós-produção ou pós-colheita:

As atividades posteriores a colheita são basicamente aquelas de transporte, higienização, classificação, etiquetagem e embalagem dos frutos. Essas tarefas não são realizadas uniformemente nas distintas unidades produtivas, pois nem todas as fazendas, em geral somente as de maior porte, possuem *packing houses* ou outros espaços adequados para a realização desses processos.

Visitamos pequenas unidades produtivas onde os produtos eram comercializados logo após colhidos, ainda em contentores plásticos, sem qualquer processo de higienização ou empacotamento. Algumas associações de empresários possuem *packing houses*, ficando as etapas de pós-colheita a cargo da associação. Além disso, existem ainda empresas especializadas no comércio de frutas para o mercado interno que funcionam como “atravessadores” comprando as frutas de fazendas específicas, realizando todo o processo de seleção, etiquetagem e empacotamento, e repassando para o mercado.

São várias empresas e comerciantes que adquirem as frutas junto aos fruticultores na região e procedem o processo de seleção, classificação, etiquetagem e embalagem para venda aos atacadistas, supermercados e pequenos varejistas. Em alguns casos, são esses agentes que gestiam a colheita das frutas que compram, contratando mão de obra externa para, em seguida, proceder as etapas de transporte, manuseio pós-colheita e atribuir uma marca própria aos produtos, que serão levados ao mercado. Tratam-se, normalmente, de agentes da intermediação que dispoem de infraestrutura de transporte e de embalagem, estabelecem contratos com pequenas redes de supermercados, varejistas e casas comerciais especializadas, passando a abastecer diversos pontos localizadas no Nordeste e em outras regiões do país (SILVA, 2000, p.09).

As etapas de pós-colheita empregam um número considerável de mulheres, principalmente, nas atividades de higienização, classificação e empacotamento. Os homens são empregados nos processos de transporte e paletização das frutas já embaladas.

Os processos de higienização e classificação acontecem de maneira bastante rigorosa, as frutas passam por alguns processos de limpeza afim de serem retirados todos os ramos e bagas imperfeitas que ainda tenham restado nos cachos e são lavadas eliminando os vestígios

de agrotóxicos e poeira. Após a lavagem as frutas são classificadas de acordo com o tamanho dos cachos, coloração, grau brix e peso.

Há ainda a etapa final de etiquetagem e embalagem. Estas atividades são orientadas de acordo com o mercado consumidor, devendo conter nas etiquetas a data de colheita, códigos dos selos de certificação e especificações da fruta como cor, tamanho e variedade. As embalagens também são diferenciadas para cada mercado, variando entre caixas de papel, sacos plásticos, ou cumbucas plásticas.

As etapas de pós-colheita são realizadas em um ritmo fabril, tipicamente fordista, todo o processo é realizado através de esteiras que conduzem as frutas até às trabalhadoras que realizam as atividades em etapas sequenciais. O ritmo é ditado pela esteira, o controle sobre os corpos, roupas, postura, tempo de trabalho são intensos.

- Ciclo produtivo da manga

Etapas de pré-produção:

Manejo do solo, plantio e poda de formação:

Diferentemente das videiras o plantio da manga não necessita de uma estrutura artificial para suporte, o que torna mais simples a implantação das mangueiras, necessitando apenas de alguns cuidados como o manejo do solo e uma distribuição adequada das plantas na área reservada. O manejo do solo é realizado a partir do uso de arados mecânicos de forma a arejar e melhorar os processos de absorção de água no terreno. A distribuição das mangueiras deve respeitar um espaçamento mínimo evitando que exista entre elas uma competição por água e nutrientes.

O plantio das mudas é realizado em covas médias, e após esse procedimento é necessário um cuidado especial com a planta para protegê-la de fungos e outras pragas. Além disso, é realizado também ao redor do caule uma cobertura de serragem de madeira para evitar aquecimento e perda de umidade do solo.

A poda de formação é realizada com o sentido de orientar o desenvolvimento da planta, de forma a distribuir os ramos e galhos de maneira balanceada entre a copa da árvore, garantindo assim que a planta cresça de maneira robusta e equilibrada. Esse procedimento é realizado cerca de 6 vezes até que seja iniciado o ciclo produtivo.

Etapas de produção:

Poda de produção:

As podas de produção são aquelas realizadas ao longo de todo o ciclo produtivo da planta. Essas atividades variam de acordo as especificidades do desenvolvimento de cada umas das árvores, entretanto as podas realizadas ao longo do ciclo produtivo têm o objetivo de eliminar o excesso de galho no centro da planta, melhorando a sua iluminação, corrigir a arquitetura da copa e garantir um espaçamento adequado entre as plantas. As podas geralmente são realizadas com tesouras específicas para essa finalidade ou facões.

Desfolha ou “toalete”:

A desfolha é uma atividade que acontece ao longo do desenvolvimento do fruto. Essa etapa é onde se tem a maior preocupação com o padrão estético da fruta que será colhida. A atividade de desfolha ou “toalete” consiste, basicamente, em retirar os galhos e folhas que circundam o fruto evitando assim possíveis danos na casca da fruta e garantindo uma iluminação.

A radiação solar é fundamental no processo de coloração da manga, portanto no processo de desfolha é tomado um grande cuidado para que os frutos recebam uma incidência adequada de iluminação, garantindo assim um certo padrão nos frutos. É comum, ao longo desse processo, que os frutos que estão localizados em áreas que recebem grande incidência solar sejam embebidos de cal, que age como protetor solar para as frutas.

Colheita e transporte:

A colheita é um processo que exige um maior cuidado com relação ao fruto, apesar de não se comparar ao trato com a uva, é essencial a atenção nessa atividade para evitar possíveis manchas ou danos no fruto. O cuidado nesse momento é, principalmente, para evitar que látex expelido pela fruta manche a sua casca ou entre em contato com outros frutos.

Os frutos são colhidos com auxílio de tesouras e vara com cesto, quando não estão em uma acessível. Já no momento de colheita as mangas são separadas em contentores de acordo com o tamanho. As frutas que eventualmente tiverem algum derramamento de látex são também ser colocadas em local separado.

Apesar da maior parte da mão de obra empregada na cultura da manga ser masculina, nas atividades de desfolha e colheita percebemos que existe também a participação feminina. Em geral, quando empregadas na colheita as mulheres trabalham com tesoura colhendo os frutos mais baixos. Percebemos também que como este é um trabalho que não requer especialização, ou maiores conhecimentos técnicos, muitos empresários optam por contratar trabalhadores “avulsos”, pagando a remuneração por diária ou prestação de serviço.

Após colhidas e separadas por tamanho em contentores plásticos as frutas são transportadas com auxílio de tratores para os processos de higienização e empacotamento nos *packing houses*. Assim como nas produções de uva, esse procedimento não é homogêneo em todas as unidades produtivas, existindo empresas que não possuem *packing* e comercializam seus frutos diretamente após a colheita.

Etapas de pós-produção ou pós colheita:

Higienização e seleção:

A etapa de pós-colheita reúne as atividades mais criteriosas do trabalho com a manga, e não por acaso, é o momento onde são empregadas o maior número de mulheres. Assim que chegam ao *Packing house* as frutas passam por um processo de seleção sendo distribuída de acordo com os padrões de qualidade de cada mercado consumidor. No processo de higienização além da lavagem o fruto deve passar por distintos procedimentos fitossanitários a depender do destino de envio.

Segundo a Embrapa (2010), caso os frutos sejam destinados para Europa e Canadá eles devem ser passar por um controle de fungo que é realizado com a imersão dos frutos em água a 52°C, durante cinco minutos. Se o destino da produção for para o Japão ou Estados Unidos este fruto deverá passar pelo tratamento para controle da mosca da fruta passando por um processo de choque térmico entre a imersão em água aquecida e água fria.

Após a higienização e o tratamento fitossanitário a manga ainda deve passar pelo processo de aplicação de cera de carnaúba, sendo posteriormente lustrada com uma escova, ficando esteticamente bonita e brilhosa.

Classificação e embalagem:

As frutas devem ser classificadas e separadas de acordo com o peso e tamanho, em geral os frutos destinados à exportação são aqueles mais bonitos e de peso e tamanho

mediano. Os frutos grandes são destinados ao mercado interno, pois, segundo explicação dos trabalhadores, o tamanho da fruta atesta que o desenvolvimento não aconteceu de maneira natural e sim a partir do uso excessivo de agrotóxicos.

Após classificados os frutos são embalados, seguindo também um processo bastante criterioso. As mangas devem ser embaladas de forma a não serem danificadas durante o transporte, mas também de uma maneira homogênea de acordo com a qualidade e o tamanho. Os frutos que ficam por cima no processo de embalagem devem, necessariamente, ser representativo de todo o conteúdo da caixa, sob pena de atritos comerciais.

Depois de embaladas as caixas são etiquetadas com identificação comercial, origem, destino e demais credenciais das certificações. Após todo esse processo os frutos são colocados em câmaras frias até serem transportados para os containers, em todo esse processo a temperatura do local de armazenagem não pode ser superior aos 13°C.

2.7. Condições de trabalho

O trabalho na fruticultura irrigada é bastante cansativo, e em alguns aspectos chega a ser degradante. As atividades no processo produtivo da cultura da manga exigem grande esforço físico e atenção no manuseio dos instrumentos de trabalho. Na uva, o trabalho também exige grande esforço físico e acontece sob condições ergonômicas inadequadas. Além disso, o trabalho na fruticultura é realizado no campo, a céu aberto ou em baixo de parreirais sob temperaturas bastante elevadas e pouca ventilação.

A maioria das atividades realizadas sob um parreiral é cansativa. Em muitas operações os trabalhadores são obrigados a permanecer, a maior parte do tempo, com os braços acima dos ombros e a cabeça inclinada para cima, realizando poda, raleio, desbrota, desfolha etc. Para isso é necessário trabalhadores jovens com saúde para realizar uma carga de trabalho altamente repetitiva (LEITE, 2013, p. 198).

Os relatos de doenças e dores ocasionadas pelo processo de trabalho foram frequentes em nossas atividades de pesquisa, e chamavam atenção, principalmente, para o esforço físico realizado durante as distintas atividades do processo produtivo. Trabalhar cotidianamente com dores no corpo faz parte do processo de trabalho na fruticultura.

A: Gerou uma bursite, né? [o trabalho na uva] Aí quando dói aqui, começa estralar o braço. Eu vou caminhando assim. Ela vem pra aqui [aponta para a mão], entendeu? Hoje eu estou bem, graças a Deus, também esse remédio que a médica de lá do postinho passou pra mim e eu tomei. Dói, ainda... Dói a mão... Você sabe, né? bursite dói o tempo todinho. Um dia desse... Tu lembra meus pés, como era que estava, doendo, inchado? O médico pensava que era eu que tinha torcido o pé, mas não é, era a dor da bursite que desce, né? Por conta do movimento...

G: Pelo fato de usar bota o dia todo, incha o pé...

Pesquisador: Então o mais frequente mesmo é...

A.: É as mãos e a coluna... Os olhos, tem muitos, muitos... Eu acho que a maioria do problema do pessoal do Vale aqui, de coluna é o trabalho. Você não vai trabalhar em pé o dia todinho assim, você faz assim, você faz assim, você se escora... Porque não aguenta ficar numa posição só, você ficar reta (Aparecida e Gabriela. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 08 de junho de 2015).

Além das consequências de um trabalho pesado, realizado em precárias condições ergonômicas e sem o devido cuidado, por parte das empresas, com a saúde do trabalhador, são frequentes também os relatos de intoxicação pelo contato com agrotóxicos. Todos os trabalhadores que entrevistamos relataram já ter sentido algum mal estar ou reação pelo contato direto com o agrotóxico na realização das atividades.

As mulheres que na maior parte de suas atividades estão em contato direto com os frutos, acabam sendo as mais afetadas nesses casos. As intoxicações acontecem, principalmente, diante do recorrente desrespeito às normas técnicas de aplicação e controle do uso de agrotóxico.

Exemplo lá, tem três bandeiras. É a verde, a amarela e a vermelha. A verde, se você chegar no parreiral e tiver a bandeira verde tá tudo liberado, né? Tá tudo ok. Se tiver amarela não pode entrar nem lactantes, que é as que tão amamentando, nem as grávidas. No caso das que tão amamentando, o leite prejudica o neném, no caso das grávidas prejudica o feto. E se tiver vermelho, cai fora. Ninguém pode entrar. Mas isso aí eles não respeitam. É só aquela praxe (Iranilda Caetano, 32 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 23 de maio de 2015).

As burlas dos mecanismos de controle e ao desrespeito das normas técnicas de segurança do trabalho são preponderantes para os casos de intoxicação e reação ao uso de produtos químicos na fruticultura. Apontamos ainda que apesar de ser menos frequente nas grandes empresas, por diversas vezes ao longo da pesquisa ouvimos relatos sobre fazendas que não forneciam equipamento de proteção individual, sobretudo para os trabalhadores diaristas.

E é muito chata essa questão de veneno. Existe uma lei que obrigou a sinalizar a área em que foi pulverizado. E aí eu volto pro Ministério [Ministério do Trabalho] não está atuando nas áreas. Essa lei não é botada em prática, o trabalhador chega e fiscal: “vai ter que ralar aqui.”, aí bota as mulheres. As mulheres não viram placa nenhuma aí vão ralar (Daniel Araújo Saldanha, 34 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 05 de agosto de 2015).

Apesar de constantes os relatos de intoxicação por agrotóxicos, o número de casos dessa natureza, nos registros da secretaria municipal de saúde, é subnotificado. Conforme Bedor et al. (2009):

A notificação de intoxicação por agrotóxicos está estabelecida no Sistema Nacional de Agravos Notificados – SINAN. No entanto, encontra-se incipiente na rede de saúde dos municípios da região. Segundo a Secretaria de Vigilância Sanitária, de

2001- 2006 foram registrados apenas 59 casos de intoxicação por agrotóxicos em Petrolina, sendo em primeiro lugar por tentativa de suicídio e em segundo por acidentes de trabalho, contaminação acidental e ingestão de alimentos contaminados. A subnotificação é causada pelos seguintes fatos: o agricultor com sinais de intoxicação não procura o serviço de saúde; falta de conhecimento das equipes de saúde sobre os sinais e sintomas de intoxicação crônica; confusão com outras patologias; falta de diagnóstico e, acrescentamos, por falta de registro. [...] O efeito cumulativo da exposição crônica pode significar danos irreparáveis e incapacidade permanente para o trabalho (BEDOR et al., 2009, p. 47).

O acesso precário ao sistema público de saúde nos locais de moradia desses trabalhadores é um fator a ser considerado diante das subnotificações sobre intoxicação nos registros oficiais. Por outro lado, quando a assistência médica é assegurada a partir do local de trabalho também não existe interesse por parte do patronato em diagnosticar a intoxicação por agrotóxico.

Para além dos graves efeitos imediatos da intoxicação por agrotóxicos, o potencial carcinogênico dos agrotóxicos utilizados nas culturas da uva e da manga também chamam atenção. Bedor (2008) aponta que boa parte dos agrotóxicos utilizados na agricultura irrigada do SMSF são extremamente tóxicos ao ser humano e perigosos ao meio ambiente, além disso, cerca de 77% desses agrotóxicos possuem potencial carcinogênico, o que coloca os trabalhadores rurais em situação de grande vulnerabilidade.

Além de agrotóxicos, diversos outros agroquímicos com baixo potencial de intoxicação são utilizados na produção de manga e uva. O ácido giberélico, que funciona como regulador de crescimento, é aplicado em larga escala ao longo de todo o ciclo produtivo. Nas nossas atividades de campo, precisamos por diversas vezes a sua aplicação através de pulverização mecânica.

Os trabalhadores alegam, entretanto, que apesar de ser pouco tóxico o ácido giberélico provoca irritações nos olhos e na pele, além de outras reações. Alguns trabalhadores relataram também que os técnicos agrícolas afirmam estar realizando a aplicação de giberalina enquanto, na verdade, aplicam outros agrotóxicos.

Principalmente onde não tem delegado sindical, tá lá o pessoal trabalhando aí entra o trator e fica aplicando às vezes um produto lá, um veneno que ninguém nem sabe o que é, e chuvejando nas pessoas [...] Eu mesmo já aconteceu comigo, de eu está trabalhando, não nessa [atual empresa], mas teve uma que estava trabalhando acho que no raleio e estavam aplicando eu não sei nem o que era, dizendo que era giberalina, que eu não sei bem, tem tanto produto que eles aplicam que você não sabe nem o que é [...] e começou a chuvejar ali batendo em mim, batendo em mim, e aí eu disse ao menino: “ei ó tá aplicando veneno, eu não sei nem o que é que estão aplicando aí e está chuvejando aqui na gente..” ele disse: “não, é giberalina!” e eu sei que negócio de giberalina aplicando lá eu acabei depois de uns certos dias meu

corpo estava cheio de caroço, fui pro posto aí médico passou uns remédio e tudo (Magda Alane, 27 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 09 de julho de 2015).

O uso irrestrito de agrotóxicos e os relatos de intoxicação por parte dos trabalhadores são, sem dúvidas, representativo das condições de precariedade que se estabelecem, atualmente, nas relações de trabalho da fruticultura. Não por acaso tem sido, ainda que com grande dificuldade, um tema debatido nos espaços construídos pelo movimento sindical e pelos movimentos sociais da região.

Além das questões ergonômicas e do uso abusivo de agrotóxicos, outras questões relacionadas às condições de trabalho são temas cotidianos dos trabalhadores e estão na agenda sindical. Dentre outras pautas, uma das principais reivindicações dos trabalhadores no início da década de 1990, quando se estabeleceu a primeira negociação da convenção coletiva de trabalho, era a demanda por estruturas adequadas para refeição e banheiros nos locais de trabalho.

Nas visitas que realizamos nas fazendas e pelos relatos que nos foi passado por sindicalistas e trabalhadores, essa demanda já foi, em grande medida, solucionada existindo, principalmente nas grandes empresas, pontos de apoio destinados para refeição e descanso, além de banheiros. Entretanto, condições precárias persistem nas fazendas de menor porte ou menos acessíveis à fiscalização.

Encontramos nos acervos dos sindicatos materiais com denúncias feitas à Delegacia Regional do Trabalho e fotografias demonstrando as precárias condições de trabalho encontradas em algumas empresas fruticultoras. Apesar da ação sindical, em algumas empresas os trabalhadores são submetidos a condições degradantes de trabalho, sendo inclusive, consideradas como condição análoga ao trabalho escravo¹².

Fotografias 01 e 02 – Local destinado para descanso e refeição dos trabalhadores



Fonte: Acervo do STTR Petrolina, 2007.

¹² Informação obtida através de reportagem na mídia: “Empresa de manga é autuada por trabalho escravo em Petrolina”, G1 portal de notícias, em 02 de julho de 2014.

Fotografias 03 e 04 - Local destinado a refeição dos trabalhadores



Fotos: Camilla Almeida, 2015.

2.8. Redução dos custos com mão de obra e intensificação do trabalho

A produção de frutas para exportação no SMSF possui alta rentabilidade, sobretudo devido ao valor agregado que os frutos produzidos possuem, o que faz compensar os altos custos de transporte e logística para acessar mercados consumidores externos. Entretanto, esse valor agregado só é alcançado ao cumprirem-se os padrões de qualidade pré-estabelecidos.

Dessa forma, ainda que rentável, para conseguir adequar-se aos padrões de qualidade internacional as empresas fruticultoras da região demandam uma quantidade considerável de mão de obra. Isso reflete nos custos de produção e nas estratégias de gestão do trabalho para redução desses custos.

Dados da Embrapa (2010) e do Anuário da Agricultura Brasileira (Agrianual, 2012) apontam que os custos com mão de obra na manga e na uva representam respectivamente 38% e 55% dos custos totais de produção, isso levando em consideração os anos em que as plantas encontram-se em seu auge de produtividade.

Diante disso, percebe-se que para alcançar os padrões de qualidade exigidos pelo mercado externo e os índices de produtividade é necessário um grande custo de mão de obra. Por sua vez, buscando rebaixar os custos e otimizar a rentabilidade da mão de obra as empresas instituem formas de gestão do trabalho que pressupõe um maior controle sobre o ritmo e intensidade das atividades produtivas, sobretudo daquelas realizadas manualmente.

Analisando o trabalho no processo produtivo da uva, Leite (2013) aponta que dentre os custos realizados com mão de obra, as etapas de releio e pinicado são atividades mais onerosas, representado 28% e 16% dos custos com mão de obra. Essas etapas são realizadas

preponderantemente por mulheres e correspondem justamente às atividades de formação e aperfeiçoamento do cacho.

Como forma de estimular uma maior produtividade do trabalhador, as empresas estabelecem metas de produção diária que devem ser alcançadas pelos trabalhadores. Esse sistema de metas é largamente aplicado, entretanto conforme apontado por Selwyn (2007) e Leite (2013), varia de acordo com cada empresa e, principalmente, com a atividade e as espécies de fruto que é cultivado.

O sistema de metas pode, inclusive, variar dentro de uma mesma empresa de acordo com a espécie de uva na área produzida. Por exemplo, existem espécies de uva onde as bagas são mais próximas e o tamanho do cacho é menor, esse formato dificulta atividades como o raleio e o pinicado e, portanto, o sistema de meta e as quantidades exigidas são diferenciados com relação a outras espécies em que os cachos são mais arejados.

Entretanto, a partir das entrevistas percebemos, basicamente, dois tipos de metas: uma meta de produção diária que não está atrelada a qualquer bonificação pecuniária, mas que deve ser alcançada pelos trabalhadores, e um outro tipo de meta que está vinculado ao pagamento por produção.

Tem dois tipos de produção, tem aquela produção que você não vai ganhar nada só terminou ali e fuga. Que aí a gente diz: “dê uma produção pra gente ir pra casa cedo”. Aquele que você terminou e tá livre para ir pra casa, pra descansar. [...] E tem a outra que é a questão do dinheiro, né, você faz tantos cachos por dia, faz tantas plantas e o que fizer passando daquela meta você vai ganhar um extra. [...] Isso fica cansativo porque você acaba puxando muito, por que além de você fazer aquela meta que eles impõem ali, e que já é alta, aí você quer ganhar uma coisa a mais você vai fazer ali por fora. Muitas vezes a pessoa desiste, prefere trabalhar o dia todo normal porque as vezes é muito cansativo (Magda Alane, 27 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 09 de julho de 2015).

Apesar de possuírem contratos de trabalho que estabelecem uma jornada de trabalho de 44 horas semanais, reafirmada inclusive na cláusula 41^a da convenção coletiva de trabalho, e não regularmente qualquer tipo de índice de produtividade, as empresas estabelecem metas diárias para atividades como poda, amarrão, desbrota, pinicado, raleio e colheita.

Nos casos em que essas metas não estão atreladas a qualquer tipo de adicional salarial, os trabalhadores as cumprem diante da pressão exercida pelos fiscais de campo e também pelo receio de serem vistos como preguiçosos ou incapazes e dessa forma não terem seus contratos prorrogados ou não serem empregados pelas empresas nas próximas safras.

Além disso, o estabelecimento das metas possibilita que o trabalhador encerre a sua jornada de trabalho mais cedo e possa descansar, tendo em vista que o transporte entre a

fazenda e a residência dos trabalhadores é realizado pela empresa e só acontece ao fim da jornada de trabalho. Além disso, intensificar as atividades no período da manhã garante que o trabalho seja mais leve, ou nem aconteça, no período da tarde quando o sol e o calor é muito mais intenso.

Existe também a prática de estabelecer metas vinculadas a ganhos salariais. Dessa forma, são estabelecidas metas diárias para as atividades e a cada planta, galho ou cacho que a meta for ultrapassada o trabalhador recebe uma bonificação.

Tem empresa que dá essas gratificações já pra incentivar o trabalhador a produzir mais, né? Vamos supor que ele tivesse com cem trabalhadores só batendo a meta do dia e ele reduzisse isso para setenta e dá o prêmio de produtividade ele vai ter setenta trabalhador produzindo pelos cem, e isso existe, é exatamente o incentivo. Inclusive tem um ex-delegado que é conhecido meu lá, ele me disse ontem: “eu recebi mil e quatrocentos e cinquenta reais!”, mas ele chega cinco e meia na empresa e trabalha as vezes até a noite, mas ele já é “coroa”, sabe? E ele está se esforçando bastante para bater essas metas (Daniel Araújo Saldanha, 34 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 05 de agosto de 2015).

Em nossas entrevistas e atividades percebemos que os trabalhadores a partir do trabalho por meta conseguem auferir salários bem superiores ao piso da categoria, que atualmente é de R\$ 816, 00 estabelecido na convenção coletiva de 2015. Por várias vezes conhecemos trabalhadores que alcançavam remunerações entre 30% e 40% superiores ao piso salarial da categoria. Os trabalhadores aproveitam o período de safra para ampliar seus rendimentos, entretanto isso acontece à custa de grande esforço físico.

Leite (2013) apresenta um quadro com valores médios das metas exigidas por uma empresa produtora de uva para exportação em Juazeiro:

Quadro 08 - Metas de produção por atividade e variedade de uva

ATIVIDADE	META DE PRODUÇÃO			
	Itália	Red Globe	Sugraone	Thompson
Poda	60 plantas	100 plantas	120 plantas	100 plantas
Amarrio Seco	250 plantas	300 plantas	320 plantas	225 plantas
Quebra de Dormência	300 plantas	300 plantas	480 plantas	300 plantas
1ª Desbrota	100 plantas	75 plantas	320 plantas	50 plantas
2ª Desbrota	180 plantas	125 plantas	80 plantas	88 plantas
1º Amarrio Verde	60 plantas	125 plantas	200 plantas	75 plantas
Livramento de cachos	95 plantas	150 plantas	160 plantas	150 plantas
Pinicado	–	–	–	700 cachos
Despenca	600 cachos	855 cachos	–	–
Raleio	–	–	600 cachos	–
2º Amarrio Verde	72 plantas	–	–	150 plantas
Repasse de Pinicado	–	–	–	1.250 cachos
Repasse de Despenca	1.200 cachos	1.500 cachos	–	–
Colheita	2.000 cachos	3.000 cachos	2.000 cachos	2.500 cachos

Fonte: LEITE, p. 211; 2013

As metas aparecem, portanto como objetivos mínimos diários, sendo a remuneração adicional estabelecida por cada unidade produzida que supere meta. Observamos que os valores estabelecidos para algumas atividades são extremamente altos e exigem grande esforço dos trabalhadores para serem alcançados, como, por exemplo, o pinicado ou raleio de mais de 600 cachos por dia.

Além disso, a remuneração adicional, em geral, é calculada unitariamente a partir do preço da diária, ou de outro valor estabelecido pelo gerente de campo ou técnico agrícola. Nesse sentido, levando em consideração que o valor da diária de um trabalhador rural é R\$ 27,20 e tomando uma situação hipotética onde o trabalhador tem como meta diária ralear 600 cachos de uva, cada cacho que ralear além dos 600 lhe renderá R\$0,045. Ou seja, caso ele raleie 100 cachos acima da meta, seu ganho diário será apenas de R\$ 4,50.

Quando esse valor unitário é estabelecido de maneira arbitrária pelos superiores e em um valor inferior ao calculado a partir da diária, os ganhos dos trabalhadores tornam-se ainda menores. Como no caso relatado por Daniel, delegado sindical do STR de Petrolina:

A intenção de toda empresa é produzir mais com menos trabalhador. Mais mão de obra com menos trabalhador, e a busca é essa e com isso o trabalhador sofre. Eles tem uma questão também de prêmio produtividade. Só que não se paga como deve, não se paga como deve, tipo, se eu tenho uma meta de 27 plantas que é em torno da diária que está hoje, 27 plantas por dia, aí vai sair em torno de um real né, cada planta. Se eu fizer 54? Eu teria outra diária, mas eu não tenho uma diária, tenho meia diária. Então, nisso o trabalhador é lesado. Ele não paga a produtividade como deveria (Daniel Araújo Saldanha, 34 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 05 de agosto de 2015).

Os trabalhadores perdem, portanto, o controle sobre a sua produtividade quando não sabem exatamente o valor específico para a produção que ultrapassa a meta diária. Além disso, como a remuneração é mensal, os cálculos dos ganhos se tornam ainda mais difíceis. Isso levanta a suspeita entre os trabalhadores de estarem sendo lesados, contudo raros são os casos de contestação desses valores por parte dos trabalhadores, isso se deve, sobretudo, pelo medo de alguma represália. Entretanto, encontramos também casos como o de Daniel que diante da sua função de delegado sindical, exige da empresa um melhor controle sobre o sistema de metas.

Aquele cálculo que não bate em minhas contas, jamais! Que se eu produzi o dobro eu tenho que ganhar o dobro. E o que eu quero exigir do gerente é uma tabela de preço para você vá ralear um cacho e saber quanto você vai ganhar. Se eu raleie 20 cachos a 30 centavos cada um eu vou ter seis reais. [...] Eu sei que eu fiz três mil cachos durante quinze dias, mas quanto vale cada cacho? Quanto eu vou ter? O trabalhador só vai saber isso no final do mês e é aí onde o trabalhador pode e é lesado (Daniel Araújo Saldanha, 34 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 05 de agosto de 2015).

Outro fator que foge do controle dos trabalhadores é o cálculo daquilo que é produzido diariamente. Quando se trata de atividades como amarrão e poda, em que a unidade de cálculo é por planta, a contagem é mais fácil, entretanto quando se trata das atividades que são desenvolvidas no próprio cacho, a contagem se torna um pouco mais complicada. Apesar de se tentar manter uma quantidade padrão de cachos por planta, os trabalhadores precisam ficar bastante atentos para contabilizar a sua produção.

Além dos fiscais de campo que acompanham grupos de em média dez trabalhadores, algumas empresas possuem ainda fiscais designados para contar, ao final de cada turno, a produtividade de cada trabalhador e avaliar se algum serviço deve ser refeito.

Percebemos como o sistema de metas aplicado pelas empresas representa um forte processo de ampliação da intensidade do trabalho, aumentando os lucros empresariais a partir da aplicação de mais trabalho num mesmo período de tempo.

Tomamos como intensidade do trabalho a ideia apresentada por Dal Rosso (2015):

Chamamos de intensificação os processos de quaisquer natureza que resultam em um maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou qualitativamente os resultados. Em síntese, mais trabalho (DAL ROSSO, 2015, p. 23).

A partir da definição colocada por Dal Rosso, podemos perceber como as dinâmicas de intensificação do trabalho dizem respeito não apenas a ampliação do dispêndio das capacidades físicas, mas podem estar relacionadas também à intensificação do uso das capacidades afetivas e cognitivas dos trabalhadores.

Atentamos ainda para o fato de que a intensificação não se traduz apenas do ponto de vista quantitativo, mas também diz respeito à elevação qualitativa da atividade realizada. Nesse sentido não podemos perder de vista que a intensificação do trabalho na fruticultura corresponde a esses dois fatos, pois a manutenção do padrão de qualidade é fundamental para comercialização do fruto, como observa Cavalcanti (1997; 2003; 2015).

Ao fim e ao cabo, os sistemas de metas estabelecidos pelas empresas revelam como as dinâmicas de exploração capitalista se estabelecem a partir de contextos de precarização do trabalho aproveitando-se da desregulação do trabalho e das fragilidades dos contratos sazonais. O sistema de metas garante, a partir da expansão da mais-valia absoluta, a rentabilidade da produção.

2.9. Flexibilização de jornadas e direitos

Compreendemos a flexibilização como um dos aspectos das dinâmicas de trabalho que se instalam, a partir da década de 1970, frente a um processo de reestruturação global da produção e diante das necessárias transformações dos modelos tayloristas e fordistas até então vigentes. As atuais dinâmicas de trabalho inserem em um contexto de acumulação flexível do capital e revelam-se em grande medida como formas de precarização do trabalho.

Dentre as distintas formas de flexibilização pode-se destacar a salarial, de horário, a organizativa. Para Antunes (2008):

A flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.), dentre tantas outras formas de precarização da força de trabalho (ANTUNES, 2008, p. 06).

Na fruticultura irrigada a flexibilização também aparece como dinâmica marcante. A expansão da contratação no período de safra evidencia que grande parte dos trabalhadores assalariados nas produções de manga e uva exercem outras atividades profissionais durante a entressafra, no primeiro semestre do ano.

Alguns trabalhadores, inclusive, possuem, propriedades rurais ou são filhos de agricultores e como juntamente com encerramento da safra se inicia o período de chuvas no sertão, a partir da segunda quinzena de dezembro, esses trabalhadores retornam para produzir em suas terras.

Evidenciamos com isso que a contratação temporária se torna funcional a dinâmica de trabalho exigida pela fruticultura. Diante de um grande contingente de mão de obra disponível e da ampliação da demanda em apenas alguns períodos específicos do ano as empresas optam por realizar contratos de safra com os trabalhadores.

Olhe, se você quiser dados exatos, a gente dar uma verificada, mas hoje a gente tá em torno de 1.300. Geralmente a gente tá ficando com 700 pessoas, isso o ano inteiro, né? Aí a gente vai contratar de 600 a 700 pessoas pra safra (Alisson Carvalho, 31 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, dia 01 de outubro de 2015).

Utilizando-se de contratos por tempo determinado, as grandes empresas chegam a dobrar o seu quadro de funcionários no período de safra. Contratos de trabalho por safra ou

contratos de experiência garantem às empresas a disponibilidade da mão de obra e o rebaixamento dos seus custos com encargos trabalhistas.

Os trabalhadores, sobretudo as mulheres, combinam a suas vidas profissionais entre o trabalho assalariado agrícola no período de safra e atividades urbanas, como o trabalho doméstico, nos períodos de entressafra.

Os empregadores utilizam os contratos de safra ou de experiência como forma de reduzir os custos com encargos trabalhistas e de fazer uma melhor gestão do quantitativo de mão de obra, podendo no período de entressafra reduzir o quadro de trabalhadores.

O contrato de safra é regulamentado por lei¹³ e corresponde a uma espécie de contrato de trabalho por tempo determinado. Neste caso, a legislação regulamenta em termos pouco objetivos o tempo de duração do contrato que pode ser celebrado, de acordo com as necessidades do empregador, diante das variações estacionais da atividade agrária, ou seja, no período entre as atividades de preparo do solo para cultivo e a colheita.

No caso da fruticultura irrigada onde ciclo produtivo não está necessariamente vinculado aos períodos estacionais à possibilidade de utilização do contrato safra pode ser ainda ampliada. Em qualquer período do ano uma empresa pode iniciar o preparo do solo para plantio de determinada área e ao mesmo tempo estar realizando a colheita em outra área, ou realizar mais de uma safra ao longo do ano.

Diante disso, desde o ano de 2010, através da negociação da convenção coletiva de trabalho, os sindicatos juntamente com os representantes empresariais, tem buscado encontrar formas de regulamentar a utilização do contrato de safra na fruticultura irrigada. Na convenção coletiva negociada para o ano de 2016 ficou estabelecido que o prazo de duração do contrato safra não pode ser inferior a trinta dias, podendo esse ser prorrogado por até cinco meses.

A principal diferença, em termos legais, do contrato de safra para um contrato por tempo indeterminado é que neste o trabalhador tem direito à multa do fundo de garantia e ao aviso prévio em caso de demissão, além também do acesso ao seguro desemprego. Direitos que o trabalhador safrista não possui.

Além de restringir o acesso a direitos, os contratos por determinado, como o contrato de safra, representam uma situação de grande instabilidade para os trabalhadores, contribuindo para situações de exploração e assédio.

¹³ Lei que regulamenta o contrato de safra é a Lei Nº 5.889, de 8 de junho de 1973.

A maioria dos trabalhadores só trabalha mais nesse período de safra, no entressafra quem fica é os efetivos. Aí você pega uma safra, 30 dias de experiência, aí vai para 60, 90 até 150 dias. Só que qualquer descuido que você der, você está na rua, aí o trabalhador fica com medo (Daniel Araújo Saldanha, 34 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 05 de agosto de 2015).

Não raro foram os relatos dos trabalhadores que afirmavam a necessidade de cumprir metas, realizar horas extras, sob pena de não terem seus contratos renovados ou não serem contratados nas próximas safras.

Enquanto você faz um. Alguém que é contrato faz a metade de um, no dia. Aí é aquela coisa, resistência de trabalho há muito dos efetivos. Porque nós, que somos contratados, a gente precisa manter um ritmo, a gente precisa manter, né? Aquele... aquela coisa, onde a gente tem que fazer o nosso trabalho bem trabalhado porque daqui a três meses a gente vai precisar de novo, e se a gente não suar, mostrar trabalho, eles não chamam, não (Iranilda Caetano, 32 anos. Entrevista realizada em Petrolina, 23 de maio de 2015).

Dessa forma, além de ser viável do ponto de vista da redução de encargos trabalhistas, os contratos por tempo determinado realizados pelas empresas fruticultoras ampliam ainda o domínio sobre os trabalhadores, pois aumentam a possibilidade de exploração do trabalho a partir da instabilidade no emprego.

A flexibilidade das jornadas também é outra marca do trabalho na fruticultura irrigada. Apesar de forte pressão dos sindicatos, as grandes empresas instituem banco de horas, sistemas de compensação de jornada, que possibilitam a ampliação das jornadas diárias sem o devido pagamento de horas extras.

Dessa forma, com a utilização do banco de horas, até o início do período de colheita os trabalhadores folgam aos sábados, e compensam essas folgas com horas extras e jornadas de oito horas aos sábados a partir do mês de setembro, quando inicia a colheita.

A utilização desse sistema de compensação de jornadas já foi pauta de diversas mobilizações, paralisações e greves entre os trabalhadores, entretanto ainda assim o sistema prevalece em algumas empresas. Os trabalhadores, em geral, queixam-se da impossibilidade de ampliar seus rendimentos devido ao não pagamento das horas extras e principalmente por não ter um dia de folga durante a semana para resolver suas questões pessoais em horário comercial.

Outras empresas realizam o pagamento de hora extra, entretanto a utilizam de maneira irregular, ultrapassando, inclusive, o limite legal da jornada diária de dez horas. Os trabalhadores, apesar de reconhecerem o desgaste e a intensidade do trabalho, apontam

também que é no período da colheita que se pode aumentar os ganhos salariais. Como nos relatou Magda:

Pegava de sete, aí tinha o horário pro almoço, depois voltava de novo, parava cinco horas, aí quando estava no período da colheita que era quando a gente trabalhava mais a gente ia até oito horas da noite... Por que é aquela questão, o salário é pouco do trabalhador rural, mas a chance da gente, acho que a palavra é essa, a chance, a chance da gente ganhar um pouquinho a mais é quando tem assim no tempo da colheita, se for uma empresa que exporte pra fora, é no tempo da colheita (Magda Alane, 27 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 09 de julho de 2015).

Cabe chamar atenção para o fato de que além da ampliação das jornadas com o banco de horas ou a realização de horas extras, esse trabalho acontece sob grande intensidade com o estabelecimento de altas metas de produtividade. No espaço dos *Packing Houses*, a jornada é também ampliada e intensificada. Nesses galpões de higienização e empacotamento de frutas a dinâmica de trabalho é típica do padrão fordista, onde o ritmo do trabalho é ditado pelas esteiras de produção.

A flexibilização das jornadas através do banco de horas, ou a sua expansão irrestrita através das horas extras ilegais somadas a fragilidade do vínculo de trabalho instável, e ao ritmo intenso do trabalho no período de colheita revelam a precarização do trabalho na fruticultura irrigada e os mecanismos de controle e exploração que tornam rentáveis a produção de frutas no semiárido brasileiro para consumo na Europa e Estados Unidos.

2.10. Os selos de certificação e as dinâmicas de controle sobre o trabalho

A preocupação com a qualidade dos alimentos, com o respeito às legislações trabalhistas e o meio ambiente criou novos nichos de mercado, com um novo perfil de consumidor que valoriza e exige produtos mais saudáveis, produzidos com responsabilidade social e ambiental.

Diante dos novos padrões alimentares que são estabelecidos para esse mercado consumidor, as frutas frescas ganham importância e são valorizadas como representantes de um estilo de vida saudável. É justamente para esse público que as frutas produzidas para exportação no SMSF são direcionadas.

Esses padrões de qualidade, de respeito às normas de segurança alimentar e responsabilidade socioambiental são assegurados a partir das certificações, como apontam Cavalcanti e Dias (2015):

O controle sobre as mercadorias produzidas se materializa por meio das certificações, que agem como um passador e rótulo para o reconhecimento dos

produtos ou para o seu rechaço nas gôndolas dos supermercados mundiais. Os padrões de qualidade determinados para a obtenção dos selos variam conforme os compradores e estão na dependência de convenções e auditorias várias. Não sem razão, um produtor de frutas, por exemplo, deve ter o conhecimento prévio do local, do comprador, do distribuidor ou da instituição de destino da sua mercadoria (CAVALCANTI; DIAS, 2015, p. 283).

Os selos das certificadoras inserem uma nova lógica de controle sobre a produção e comercialização. O controle não se estabelece mais apenas pelo respeito às normas legais no âmbito de cada país, mas agora através de empresas privadas internacionais de certificação. Tais empresas realizam anualmente auditorias nas fazendas produtoras de frutas para assegurar o respeito às normas de produção. Essa garantia chega aos consumidores, portanto, através dos selos dessas certificações.

Figura 02 – Selos de certificação comuns entre as empresas do SMSF



Fonte: Google Imagens

Bezerra (2012) cita quatro tipos de certificações privadas, que são: a) certificações de empresas individuais: Tesco Nature's Choice; Garantia de Origem Carrefour; Field to fork Marks & Spencer; Albert Heijn BV; b) certificações coletivas nacionais: Assured Food Standards (UK); British Retail Consortium Global Standard; Freedom Food (UK); c) certificações coletivas internacionais: International Food Standard; Safe Quality Food e; Global GAP; e d) as certificações com o selo do Comércio Justo (Fair Trade) e também de produtos orgânicos.

As certificações mais comuns entre as empresas fruticultoras do SMSF são aquelas vinculadas a grandes redes de supermercados como, por exemplo, os grupos TESCO, Carrefour e Walmart e certificações coletivas internacionais, principalmente a Global GAP.

O que se exige de qualquer fruta é Global G.A.P., que é uma obrigação que o produtor tem que ter pra comercializar qualquer coisa na Zona do Euro. O Global G.A.P., ele abrange, como é? Boas práticas... Manual de boas práticas. Que nada mais é que a legislação brasileira, não vai tá nada ali que não tenha na legislação. É muito difícil pra um pequeno produtor ter esse certificado por causa do valor monetário, e também por causa das exigências. É realmente, é muita coisa. Mas grandes empresas, dá pra fazer super bem, não tem problema. Assim, o sindicato bate em cima, o ministério bate em cima, então você tem que andar na linha. Tem que ter esse Global pra vender. Tem outras certificações, que é a Ética, que aí você ganha um valor comercial um pouco maior porque você tem a Ética. Tem certificações diretamente de supermercados, a *Walmart* tem a certificação dela, que aí a gente faz a separada. Ela é muito diferente da Global, porque ela foca mais em questão de segurança. (Thaysa Amorim, 26 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, em 28 de maio de 2015).

A certificação Global GAP aparece como requisito mínimo para se acessar o mercado europeu. A não existência da certificação representa uma barreira à exportação, tendo em vista que as empresas que realizam as compras das frutas junto aos produtores têm como orientação comprar apenas de estabelecimentos que possuam essa certificação, garantindo assim que os produtos comercializados seguem os critérios de boas práticas.

Em geral as normas exigidas por essas certificações levam em consideração itens relacionados à segurança alimentar e normas fitossanitárias, boas práticas ambientais e boas relações de trabalho. Como aponta Bezerra (2012):

Os auditores ao realizarem a inspeção para emitir a certificação GLOBAL G.A.P devem seguir uma ampla lista de exigências contidas nos pontos de controle. Do total de 234 pontos de controle utilizados nas auditorias do Global G.A.P, 117 são vinculados à segurança alimentar, 50 ao meio ambiente e biodiversidade, 46 ao controle da rastreabilidade e 21 relacionam-se diretamente ao bem estar dos trabalhadores. Na prática, o cumprimento às regras do GLOBALG.A.P significa a necessidade de realizar investimentos vultosos nas fazendas para adequar toda a infraestrutura de packing house, o treinamento dos trabalhadores, o controle de pesticidas, entre outros (BEZERRA, 2012, p. 193).

Fica evidente que a preocupação central das certificações encontra-se em questões vinculadas a segurança alimentar. Bezerra (2012) aponta ainda que os pontos de controle que atendem as normas sociais e relação com o meio ambiente aparecem como orientações e não como normas obrigatórias. Diante disso, as questões relacionadas às boas práticas de trabalho tornam-se secundárias no contexto de controle das certificações.

Além disso, nas entrevistas realizadas com os trabalhadores foram recorrentes os relatos sobre burla desses processos de auditoria, como, por exemplo, orientações de respostas

que deveriam ser dadas pelos trabalhadores, bem como o uso de equipamentos de proteção e condições de trabalho que não são empregados cotidianamente.

Que não é verdade! Exemplo mesmo, lá eles falam da certificação que tem uma parte lá que é... acho que é a “*RainForest Alliance*”, que o símbolo dele é um sapinho, né? Uma rã! Eles falam muito... nessa parte aí, falam muito de agrotóxicos. Exemplo lá, tem três bandeiras. É a verde, a amarela e a vermelha. Mas isso aí eles não respeitam. É só aquela praxe. Aí outra coisa... Eles falam muito sobre a higienização, mentira! Não pode fumar embaixo do parreiral, porque aquilo alí é fruto, é alimento, é consumo. Tudo que alí pega no fruto, já estraga, já contamina. E mulher fuma, mulher tosse, mulher trabalha com o cabelão, aquela coisa, engancha fio nos cachos, que eu já vi. Enfim, aquela coisa que só é praxe, é só mentira. Aí essa semana mesmo foi toda de reunião lá com a gente orientando pra tipo que vai ter certificação, né? Aí os auditores já vão vir, aí chegam lá no meio pode ser eu, qualquer colega que tiver lá, vai perguntar uma coisa, e aí a gente vai responder o que eles instruíram a gente a responder, porque na verdade eles dizem: “não mintam!” Mas é assim, assim, assim.. Aquele não mintam, sabe? Que é pra dizer, mintam que é assim.. E não é! Hoje mesmo virou um reboque de trator, e o gerente que se diz respeitar as leis trabalhistas e os direitos humanos, igualdade pra todos, pegou o cara... Tudo bem que ele não virou porque ele quis... Ele poderia ter se machucado, até mesmo morrido, e ele demitiu o cara na hora. Isso não é coisa que se faça. Tem muitas coisa que é só fachada. Só mentira. (Iranilda Caetano, 32 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 23 de maio de 2015).

As certificações tornam-se elementos de grandes contradições nas relações produtivas. Além de excluir boa parte dos produtores que não possuem condições de cumprir as exigências das normas de controle instituídas, do ponto de vista das relações sociais no local de trabalho elas são constantemente desconsideradas, servindo apenas como mecanismo de controle do trabalho para garantia do cumprimento de normas fitossanitárias que, não raramente, também são negligenciadas.

Portanto, longe de representar a garantia de boas relações de trabalho, as normas das certificações representam a ampliação do controle sobre os corpos e as atividades realizadas pelos trabalhadores, como forma de garantir que os produtos não sejam contaminados e apresentem os padrões estéticos necessários.

As grandes exigências com relação às questões fitossanitárias e o alto padrão de qualidade trazem reflexos diretos na dinâmica do trabalho. O primeiro deles é a ampliação significativa da contratação de mulheres sobre o pretexto destas serem mais cuidadosas, delicada e “naturalmente” mais competentes nos trabalhos manuais.

Outro aspecto é o da intensificação das formas de controle e fiscalização do trabalho. Diante das exigências externas os trabalhadores realizam suas atividades sobre uma constante

fiscalização que se dá também sobre os seus corpos, por exemplo, as unhas devem estar cortadas, uso de esmalte é proibido, cabelos devem estar sempre presos, como relata Edileuza:

Eles vem e olha. Olha as unhas da gente, olha se está usando brinco, olha se está usando base, não pode não... Não pode ficar com um fio de cabelo de fora, é um controle... Tem isso aí é porque dizem que uma época encontraram um anel que viajou dentro das uvas. [risos] Aí muita gente briga para não cortar as unhas, porque não pode ir com a unha grande, desse tamanho aqui eles já mandam cortar, tem que deixar na carne mesmo, chega dói os dedos. Não pode está com unha grande. Aí quando eles chegam vão diretamente olhar para unhas da gente, olha para os pés para ver se a gente está de bota, não pode trabalhar de tênis, tem que ser de bota. Aí quando a gente sai de lá já sai moída porque a gente fica em pé o dia todinho, né e de bota. (Edileuza, 44 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 12 de agosto de 2015).

A fiscalização não se estabelece apenas sobre os corpos dos trabalhadores, mas se realiza principalmente sobre as atividades executadas. Todo o processo produtivo é acompanhado de perto por fiscais que avaliam a quantidade e a qualidade do trabalho realizado.

Os trabalhadores ficam subordinados diretamente a um ou dois, a depender da atividade, fiscais de área. Estes fiscais, por sua vez, respondem aos encarregados de produção, que são subordinados a coordenadores ou gerentes de campo. Constrói-se em cada empresa toda uma rede controle do processo produtivo, garantindo que a produção alcance os quantitativos já negociados e o padrão de qualidade previamente exigido.

2.11. Trabalho “avulso”, o ápice da precariedade do trabalho no SMSF

O trabalho por diária é uma dinâmica comum na fruticultura irrigada do SMSF. Existem em Juazeiro e Petrolina locais específicos onde trabalhadores que não conseguem contratos temporários no período de safra ou que estão fora do mercado de trabalho, devido à idade ou falta de qualificação, negociam com intermediários das fazendas o trabalho por diária.

Esses locais ficam próximos a bairros periféricos da cidade, em entroncamentos viários que dão acesso aos perímetros irrigados da região. Na cidade de Petrolina os trabalhadores se reúnem em um posto de gasolina, em Juazeiro os espaços de venda da força de trabalho é na área externa do Mercado do Produto, o Centro de Abastecimento Agroalimentar (CEASA) da cidade.

Fotografia 05 – Posto Asa Branca - local de arregimentação de mão de obra em Petrolina



Foto: Guilherme Mota

Fotografia 06 – Mercado do Produtor - local de arregimentação de mão de obra em Juazeiro



Foto: Camilla de Almeida Silva

Acompanhamos a dinâmica de funcionamento desses espaços ao longo de duas semanas, portanto as reflexões que levantamos neste tópico da dissertação são frutos de uma pesquisa exploratória nesses locais e apresentam apenas problematizações iniciais sobre a precariedade das relações de trabalho que se estabelecem a partir dali.

Nos primeiros dias de campo tivemos uma grande dificuldade de conseguir aprofundar as conversas com trabalhadores. Todos ficaram bastante desconfiados com a nossa presença e aqueles que se dispuseram a conversar, rapidamente necessitavam sair em vista de conseguir alguma oportunidade. Optamos então por aplicar questionários com esses trabalhadores, longe

de qualquer possibilidade de generalização, os questionários nos serviram como tópicos guias para entrevista-los e como uma forma de construir uma primeira interação.

O movimento de trabalhadores nesses locais se inicia ainda de madrugada, antes das 05h da manhã os trabalhadores começam a chegar e se reunir em pequenos grupos, a partir da 5h30min o movimento fica mais intenso, o número de trabalhadores aumenta consideravelmente e alguns grupos já começam a sair em vans ou ônibus sem qualquer identificação. A partir das 06h30min o movimento começa a enfraquecer, os trabalhadores que não conseguiram oportunidade de trabalho começam a regressar para suas casas, ou buscar outras atividades.

Em Juazeiro, por estarem ao lado do CEASA existe a possibilidade de se conseguir alguma outra oportunidade, ainda mais precária e pior remunerada. Por vezes vimos mulheres debulhando grandes bacias de feijão por apenas R\$ 4,00, normalmente dividido por duas pessoas. Ouvimos também relatos de homens que ao não conseguir trabalho na diária da fruticultura, se dispõem a fazer a carga ou descarga dos caminhões que param no CEASA.

Fotografia 07 – Trabalhadoras diaristas debulhando feijão após não conseguir serviço



Foto: Camilla de Almeida Silva

Alguns trabalhadores informais aproveitam o movimento intenso para vender café, bolos, tapioca e sanduíches. Em Juazeiro percebemos ainda uma dinâmica similar as feiras dos bairros onde existe também a venda de roupas e objetos utilizados. Além disso, observamos todos os dias, em ambos locais, pontos de venda de cachaça, alguns trabalhadores que não conseguem oportunidade de trabalho se agrupam em torno dessas bancas de bebida.

Fotografia 08 – Banca de bebidas**Foto: Camilla de Almeida Silva**

Praticamente todos os trabalhadores chegam carregando garrafas térmicas com água, seus almoços e alguns objetos para trabalho ou proteção, como bonés, casacos, tesouras. Todos os trabalhadores com os quais conversamos alegaram não ter acesso à água, banheiro e muito menos equipamentos de proteção individual nesse trabalho por diária.

A grande maioria dos trabalhadores são homens, apesar de presentes todos os dias, o número de mulheres é bem inferior ao de homens. A faixa etária desses trabalhadores nos chamou atenção por ser bem superior a daqueles que são contratados como trabalhadores fichados nas empresas, em geral os trabalhadores avulsos possuem idade superior aos 30 anos, não raro conversamos com pessoas com mais de 50 anos.

Também percebemos que esses trabalhadores em grande medida são migrantes e moram há pouco tempo na região, nascidos em cidades do interior da Bahia, Pernambuco e Ceará vieram para Petrolina e Juazeiro em busca de emprego. A origem rural também é algo marcante, a maioria já possui alguma experiência na agricultura, normalmente justificam a migração alegando insucesso na agricultura ainda na terra natal.

Todos os trabalhadores que conversamos eram residentes das periferias das duas cidades, os bairros do João de Deus e São Gonçalo, em Petrolina, e Tabuleiro, Itaberaba, Juazeiro 8, e Antônio Cassimiro, em Juazeiro, são onde residem a maior parte dos trabalhadores rurais.

No tocante a qualificação desses trabalhadores pudemos perceber que, em geral, possuíam apenas educação primária, alguns com nível fundamental incompleto. Em casos

raros, apenas três, encontramos trabalhadores que possuíam nível médio. Com relação a qualificação profissional, apesar de todos possuírem, carteira de trabalho, poucos podiam comprovar experiências profissionais anteriores. Nenhum possuía curso técnico ou qualquer outra qualificação profissional além das experiências de trabalho anteriores.

Fotografia 09 – Trabalhadores diaristas embarcando em uma van



Foto: Camilla de Almeida Silva

A baixa qualificação desses trabalhadores faz com que eles sejam designados para a realização de atividades sempre bastante precárias. Percebemos que são geralmente contratados para as seguintes atividades: colheita e carregamento de caminhões de manga, colheita e higienização de melão, colheita de cebola, acerola, segunda colheita da uva, processo no qual se colhe as uvas deixadas no parreiral por não cumprirem o padrão de qualidade, e além disso para atividades de roço, capina, trabalho pesado com enxada.

Um intermediário, popularmente chamado de gato, fica responsável por reunir um grupo de trabalhadores e levar até a empresa. Em alguns casos o “gato” é também trabalhador diarista, entretanto com uma maior relação de confiança com empregador e recebendo um adicional por arregimentar a mão de obra. Os trabalhadores buscam constituir redes de contato com os “gatos” e em alguns casos são comunicados por telefone na noite anterior da existência de um trabalho.

Apesar de não se tratar de um contexto de migração esse tipo de relação guarda certa semelhança com as formas de contratação dos trabalhadores migrantes do interior dos estados nordestinos que vão para São Paulo trabalhar na colheita da cana. Essas formas de arregimentação de trabalhadores foram analisadas por Menezes e Cover (2012; 2016) que observam o papel desse agente intermediário entre a usina e os trabalhadores. Entre os canavieiros, essa pessoa é denominada de “turmeiro”.

A similaridade desse processo se encontra justamente no fato da contratação se estabelecer em torno da rede de contatos do “turmeiro”, no caso da cana, e do “gato” na fruticultura. Além disso, esse agente intermediador da mão de obra acaba construindo outras relações com os trabalhadores, mediando a relação destes com a empresa. Por um lado, “turmeiro” assume o papel de fiscal trabalhando de forma a garantir que os trabalhadores cumpram as atividades acordadas, por outro cumpre também a função interlocutor das demandas e reclamações para dos trabalhadores (MENEZES; COVER, 2012; 2016).

Geralmente a remuneração de um dia de trabalho nessa condição é de R\$ 70,00, podendo ser superior em alguns casos se o contrato for estabelecido por empreita, ou se o local de trabalho for em outro município. As mulheres, entretanto, afirmaram receber menos, entre R\$ 50,00 e R\$ 60,00. Existe um acordo tácito entre os trabalhadores para não rebaixar esse valor, contudo a capacidade de resistência a isso é ínfima, e não raro eles firmam contratos por até R\$ 30,00.

A negociação das atividades realizadas, normalmente, não se estabelece em termos de jornadas ou horas de trabalho, mas sim pela empreita de determinado serviço. Normalmente se estabelece o cumprimento de uma atividade específica, como, por exemplo, colher uma determinada área plantada, lavar determinada quantidade melão ou colher e empacotar um caminhão de manga.

Diária na manga é muito bom! É setenta reais... é muito pesado, porque você colhe e embala. Aí, uma equipe quinze, dezessete... aí pega aquela produção de fazer um caminhão. Um caminhão é... Eu não sei te dizer se é cento e oitenta... Não! Acho que é umas duzentas e poucas caixas, acredito eu. Mas você tem aquele compromisso de colher no campo e amarrar o carro. Embalar todinha... É pesada! É por isso que a diária é bom já! Já é setenta reais. Mas aí é bem, oh! Suado mesmo! (Iranilda Caetano, 32 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 23 de maio de 2015).

A negociação do trabalho por empreitas torna o trabalho ainda mais degradante. Conversando com estes trabalhadores sobre suas jornadas típicas de trabalho a resposta de não ter hora para voltar para casa era algo recorrente. Os trabalhadores saem por volta das 04h da manhã de suas casas e assumem um serviço que não lhes garante hora de retorno para casa. Na maioria das vezes nem mesmo sabem aonde realizaram tal serviço.

Apesar de toda a precariedade da relação de trabalho, da ausência de direitos, da falta de equipamentos de segurança, de água e alimentação, banheiros e todo o contexto de exploração os trabalhadores ponderam coisas positivas dessa relação de trabalho. O primeiro aspecto que é levantado por eles é a comparação do valor recebido por um dia de trabalho, em

torno de R\$ 70,00, com relação à remuneração diária do assalariado com carteira assinada, que é R\$ 30,00, no ano de 2016.

Além do cálculo simplista que não leva em consideração a quantidade de dias trabalhados, a maior parte dos trabalhadores afirmou não conseguir trabalho por mais de 3 dias em uma semana, a noção de autonomia também é muito relevante entre esses trabalhadores. Não ter patrão, não ser “cativo”, ter certa independência foram questões sempre muito valorizadas. Por outro lado, a falta de acesso a direitos como auxílio doença e aposentadoria foram apontados como aspectos negativos dessa relação de trabalho.

A condição precária é também reveladora da inexistência de uma cultura associativista, esses trabalhadores não reclamam seus direitos coletivamente, nunca participaram de greve ou paralisações, desconhecem por completo o sindicato e suas atribuições.

Por sua vez, os sindicatos de trabalhadores rurais também não se fazem presentes nesses espaços. Chama ainda a atenção à negligência do poder público em coibir essa forma de contratação ou, minimamente, tentar regular tais práticas a partir do cumprimento da lei. A arregimentação de trabalho “avulso” acontece explicitamente em ambas as cidades e inexistente iniciativa das delegacias regionais do trabalho para coibir tal prática.

2.12. Considerações do Capítulo

Produzir frutas em pleno semiárido brasileiro parece ser algo inviável do ponto de vista natural e biológico. Por sua vez, produzir frutas no semiárido brasileiro para consumo nos Países Europeus e no Estados Unidos parece algo ainda menos coerente se partirmos nossa análise de racionalismo econômico simplista.

Diante disso, não podemos pensar o desenvolvimento do capitalismo apenas como desenvolvimento de forças produtivas e avanços técnicos e científicos que tornam possível a produção de frutas de clima temperado no semiárido brasileiro. É necessário compreender também que o desenvolvimento capitalista forja e é forjado por relações sociais e dessa forma, produzir uva e manga a milhares de quilômetros de distância do seu local de consumo pode ser rentável e funcional à dinâmica de acumulação do capital.

Para tanto, a construção social dessa viabilidade econômica se faz a partir da ampliação dos mecanismos de exploração do trabalho através dos contratos sazonais, da contratação de mulheres e não valorização de suas qualificações profissionais, da flexibilização

das jornadas, da intensificação e precarização das condições de trabalho e diversos outros mecanismos que buscam ampliar a exploração reduzindo os custos de reprodução social da força de trabalho.

CAPÍTULO III

A NEGOCIAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO E AS FORMAS COTIDIANAS DE RESISTÊNCIA DOS ASSALARIADOS RURAIS

3.1. Apresentação do capítulo

O trabalho na fruticultura irrigada do SMSF acontece sob uma organização e dinâmica particular, com relação ao que tomamos frequentemente por trabalho agrícola ou do mundo rural. Como analisamos no capítulo anterior, o processo produtivo da manga e da uva destinadas à exportação acontece em regime semelhante ao fabril, com dinâmicas de flexibilização, intensificação e grande controle das atividades do trabalho.

Compreendemos que esse processo se realiza em função da própria lógica de acumulação do capital de forma a viabilizar a produção de frutas no semiárido brasileiro para serem consumidas nos mercados europeus e estadunidense. Contudo, ao observarmos a realidade apenas dessa perspectiva estrutural corremos o risco de compreender as relações sociais intrínsecas a esse processo apenas como consequência inevitável de uma dinâmica maior.

Quando nos dedicamos a lançar nosso olhar para as relações sociais que constituem o processo de trabalho, observamos uma realidade mais diversa e complexa, distinta daquela que a análise macrossociológica nos possibilita. Percebemos como relações de conflito, negociação, disputa, resistência, consentimento forjam o processo produtivo.

Uma análise mais focada na ação social nos permite perceber os trabalhadores não apenas como homens e mulheres que vivem as consequências da lógica de exploração capitalista, mas como sujeitos ativos na definição do processo produtivo e das suas condições de vida e trabalho. Não queremos negar com isso que existem condicionamentos estruturais, porém compreendemos que o desenvolvimento de uma análise que transite entre os processos macro e microssociológicos nos permite uma compreensão mais fidedigna da realidade.

Nesse sentido, observamos como os trabalhadores resistem e negociam as suas condições de trabalho ante as dinâmicas de dominação e exploração do trabalho. Com uma orientação teórica e metodológica mais atenta a esses processos podemos perceber como essas

práticas se constituem. Analisamos a seguir algumas estratégias públicas e ocultas que conseguimos apreender a partir do trabalho de campo e do diálogo com os trabalhadores.

Buscamos dialogar com abordagens teóricas que permitam analisar os processos sociais a partir da articulação entre a ação social e as estruturas. Possibilitando observarmos as dinâmicas de trabalho e as práticas de resistência dos assalariados rurais como fruto de relações locais, mas que também estão articuladas com processos globais e condicionantes estruturais.

Esse capítulo se coloca então de maneira crítica frente a algumas teorias que reduzem a autonomia dos atores sociais e que pensam os processos sociais numa análise centrada nas estruturas sociais. Poderíamos demarcar de maneira evidente a teoria da modernização e as compreensões do marxismo estruturalista.

Por sua vez, como orientação epistemológica, propomos a problematização das representações conceituais instituídas, evitando dessa forma enquadrar a realidade social observada em uma camisa de força conceitual.

3.2. O processo de trabalho como negociação: a perspectiva de Michael Burawoy

O processo produtivo, analisado no capítulo anterior, não pode ser restrito, pura e simplesmente, ao trabalho enquanto atividade humana que transforma matérias-primas em bens úteis. Observamos que o processo produtivo também envolve todo um arcabouço de relações sociais e formas de regulação que dão conta da efetivação da produção.

Analisaremos neste capítulo justamente as relações sociais intrínsecas ao processo produtivo, buscando compreender aquilo que Burawoy (1990) denomina de política de produção, ou seja, os conflitos e negociações associados ao trabalho no espaço da produção. Observar essa esfera do trabalho é, sobretudo, chamar a atenção para o fato de que os trabalhadores não são polos passivos na dinâmica cotidiana, mas negociam, debatem, resistem, consentem às dinâmicas e atividades que lhes são impostas pelos que detêm os meios de produção e gerenciam o trabalho.

Burawoy observa que apesar de realizar uma análise extremamente refinada das condições de reprodução do capitalismo, Marx não distingue os aparelhos políticos de produção do processo de trabalho. “Marx não reconhece os aparelhos políticos de produção como sendo analiticamente distintos do processo de trabalho, porque vê no despotismo de

mercado o único modo de regulação desse processo compatível com a indústria moderna” (BURAWOY, 1990, p. 01).

Dessa forma, os trabalhadores se submetem à coerção do processo produtivo justamente por não possuírem alternativa de subsistência além da venda da força de trabalho em troca de salário, e teriam reduzidas as capacidades de resistir às arbitrariedades do trabalho com o processo fragmentação das atividades, onde conhecimento especializado e qualificação deixam de ser base de poder.

Nesse contexto, a necessidade de reprodução social colocaria os trabalhadores no que o autor denomina de “regime despótico de trabalho”, onde prevaleceria a coerção do mercado ante as capacidades de negociação política dos trabalhadores.

Para Burawoy, a emergência do capitalismo monopolista e a conquista de uma margem de seguridade social pelos trabalhadores fez surgir uma nova dinâmica no processo produtivo. A relação que antes era gerida sob o despotismo do mercado, onde a coação econômica preponderava, dá lugar a uma nova dinâmica, menos arbitrária, onde a garantia de uma regulação mínima do trabalho e de reprodução social, possibilita aos trabalhadores capacidade de negociação de sua condição.

A intervenção estatal rompe o elo entre a reprodução da força de trabalho e a necessidade de participação na atividade produtiva. Portanto, as relações de trabalho se modificam a partir da constituição de uma legislação previdenciária que garante reprodução social aos trabalhadores mesmo não participando diretamente da produção, como o direito ao seguro desemprego, aposentadoria, auxílio doença e etc; somado ao estabelecimento de um salário mínimo legal; e as legislações que visam à regulação das relações de trabalho, reconhecimento dos sindicatos e de espaços institucionais de negociação dos conflitos.

Em primeiro lugar, a legislação previdenciária garante a reprodução da força de trabalho em um nível mínimo que independe da participação na produção. Além disso, esse sistema efetivamente estabelece um determinado mínimo de salário - que também pode ter vigência imposta pela lei -, o qual restringe o uso da remuneração por rendimento. As taxas de salário por peça já não podem ser arbitrariamente contadas a fim de extrair-se uma quantidade maior de esforço em troca da mesma remuneração. Em segundo lugar, o Estado limita diretamente os métodos de dominação gerencial que exploram a dependência salarial dos trabalhadores. O reconhecimento compulsório dos sindicatos; o sistema formal de resolução de reclamações e a negociação coletiva protegem os operários das demissões, de cobranças de multas e de cortes arbitrários de salário; dessa maneira, reforçam a autonomia da reprodução da força de trabalho (BURAWOY, 1990, p.03).

Cabe observar que este não é um processo homogêneo ou necessariamente com um viés paternalista. A garantia de seguridade social e de uma legislação trabalhista são

conquistas dos trabalhadores nas diversas disputas políticas no âmbito do Estado. Dessa perspectiva, não é possível pensar o Estado como um bloco monolítico, mas sim como um espaço de disputas que sofre pressões constantes, inclusive, para desmonte e desregulação dessas políticas sociais.

A garantia de certa seguridade social e de regulação das relações de trabalho limita a coação econômica do mercado sob as relações sociais no processo produtivo. Diante disso, o processo de trabalho deve se realizar a partir da coordenação de interesses do capital e dos trabalhadores. Um jogo de negociações para estabelecimento de um consenso que garanta o funcionamento do processo produtivo. Dessa forma, de acordo com Burawoy, as relações de trabalho tendem a passar de um “regime despótico” para um “regime hegemônico”.

Hoje em dia, as gerências não podem mais confiar exclusivamente na coação econômica do mercado, nem podem impor um despotismo arbitrário. Os operários devem ser *persuadidos* a cooperar. Os interesses dos trabalhadores devem ser coordenados com os do capital. Os *regimes despóticos* dos primeiros anos do capitalismo, nos quais prevalecia a coerção sobre o consentimento, têm que ser substituídos por *regimes hegemônicos*, em que o consenso predomina, embora não se exclua totalmente a coerção. Não é só que o recurso à coerção esteja limitado e regularizado; a própria aplicação da disciplina e da punição torna-se objeto de consentimento. A natureza *genérica* do regime fabril é, portanto, determinada de modo independente das formas do processo de trabalho e das pressões da concorrência empresarial. Na realidade, ela se determina pela dependência dos trabalhadores em relação ao emprego assalariado e pelo atrelamento deste último ao desempenho nos locais de trabalho. A previdência social reduz a primeira dependência; a legislação trabalhista limita a segunda (BURAWOY, 1990, p.03).

Evidentemente esse processo de regulação e garantia de direitos trabalhistas acontece de maneira distinta nos diversos países e contextos. As formas que os regimes despóticos e hegemônicos se realizam nos diferentes contextos varia de acordo com a autonomia da subsistência dos trabalhadores e a extensão dos esquemas previdenciários e de regulação das relações trabalhistas. O equilíbrio entre consenso e coerção se estabelece a partir dessas distintas variáveis.

Com o conceito de regime fabril hegemônico, Burawoy, reorienta a análise do processo produtivo, ampliando a capacidade de compreensão do trabalhador enquanto sujeito ativo em um campo de negociação das relações de trabalho. A ideia de que o processo produtivo se estabelece a partir de um jogo, que busca alcançar o consentimento do trabalhador quanto às condições de reprodução do capital, está centrada não na perspectiva de consentimento passivo, mas de uma negociação onde as regras desse jogo devem ser mutuamente respeitadas.

Observando o trabalhador como sujeito ativo no processo produtivo é possível perceber que apesar do trabalho representar uma série de privações, como por exemplo desgaste físico, cansaço, monotonia, tédio pelo esforço repetitivo, ele não se traduz exclusivamente por sensações negativas. A realização do trabalho gera também satisfações, como o domínio do trabalho, sensação de atenuação do tempo, de produtividade, competência. Essas sensações positivas, por sua vez, seriam relativas ou meramente aparentes, pois se originam justamente na privação do trabalho (BURAWOY, 1990).

Contudo, seria justamente em busca dessas satisfações relativas que os trabalhadores estabeleceriam tais jogos de negociação. A partir de seu trabalho etnográfico, numa fábrica de motores em Chicago, Michael Burawoy (1989) observa como os trabalhadores estabelecem jogos de acordo com os sistemas de remuneração e as demandas de produção.

Trabalhando por 10 meses, entre os anos 1974 e 1975, como operário da Allied, Burawoy notou como os trabalhadores estabeleciam estratégias relacionadas ao sistema de remuneração por produção da fábrica. Uma primeira estratégia observada seria o jogo de “*making-out*”, onde os operários regulavam um teto máximo a ser produzido, ou seja, continham a produção acima da meta estabelecida pela empresa, evitando assim a desvalorização do trabalho pela intensificação.

Outro mecanismo dos trabalhadores era a recusa ao trabalho por produção quando consideravam impossível alcançar as metas estabelecidas ou acreditavam que o valor a ser recebido não compensava aquele esforço. Essa estratégia era denominada entre os operários de “*goldbriking*”.

A partir dessas estratégias Burawoy observou como se estabelecia um jogo que regulava o processo produtivo. Por um lado, esse jogo visava normatizar e demarcar os limites para exploração do trabalho; e, por outro, assegurava o consentimento dos trabalhadores quanto à dinâmica de reprodução do capital.

Essa análise nos permite colocar os trabalhadores como sujeitos ativos no processo produtivo, possibilitando observar as relações sociais e como o poder está distribuído no espaço do trabalho. Percebemos que o processo produtivo, portanto, não é apenas mera consequência das estruturas de dominação e exploração de classe.

3.3. As resistências cotidianas dos trabalhadores: contribuições de James Scott

A análise do processo produtivo privilegiando como enfoque a ação social no espaço do trabalho nos possibilita refletir e compreender a partir de outras perspectivas atuação política dos trabalhadores. Permite, inclusive, significar determinadas práticas que a partir de uma leitura que privilegia as estruturas sociais passariam despercebidas ou tomadas como incoerentes e insignificantes.

As reflexões teóricas de Burawoy quanto à consolidação de um jogo de negociações, entre direção e trabalhadores, para o estabelecimento do consenso em torno do processo produtivo, nos orientam a dar mais atenção às práticas cotidianas dos trabalhadores. Principalmente, para aquelas que estão ligadas diretamente a contestação das atividades do trabalho.

Porém, alguns outros discursos ou estratégias de que lançam mão os trabalhadores, às vezes, não são identificados se atentarmos apenas para o aspecto explícito do jogo.

Nessa perspectiva, propomos o diálogo também com as formulações teóricas de James Scott, em torno de suas reflexões sobre as formas cotidianas de resistência. A partir de Scott podemos pensar de quais estratégias os trabalhadores lançam mão, coletiva ou individualmente, para resistir às dinâmicas de exploração no processo produtivo.

Essa perspectiva teórica nos permite perceber que as práticas de resistência dos trabalhadores não passam necessariamente pelas tradicionais formas de luta coletiva, organizada no espaço institucional e formal.

Sem desconsiderar a importância dos movimentos sociais, Scott entende que, na maioria das vezes, a resistência às relações de dominação se expressa em práticas rotineiras e através de expressões difusas e fragmentadas. O autor centrou sua atenção, especialmente nas tensões e lutas não visíveis dentro da estrutura social, dedicando-se a analisar formas de resistência cotidiana, tanto individual como coletiva (MENEZES; MALAGODI, 2011, p. 19).

O conceito de formas cotidianas de resistência, desenvolvido por Scott a partir de seu trabalho etnográfico em uma pequena aldeia, no interior da Malásia, propõe uma reorientação teórica e metodológica da análise acadêmica sobre os movimentos, luta e transformação social no campo.

Para o autor a produção acadêmica das ciências sociais, historicamente, privilegiou em suas análises os momentos de ruptura e a ação coletiva nas lutas sociais camponesas. Deixando a entender, justamente por não lançar o olhar para outros contextos, que nas lacunas

entre os períodos de ebulição e conflito social explícito reinava uma paz no campo, estabelecida sobre a resignação e resiliência dos trabalhadores.

Nesse sentido, se faz necessário atentar para as formas de lutas dos trabalhadores que não aparecem no espectro da ação política no contexto de revoltas, rebeliões ou revoluções camponesas, e nem mesmo passam pelas organizações formais tais como sindicatos, movimentos sociais ou partidos.

Pelo contrário, pareceu mais importante considerar o que podemos chamar formas cotidianas de resistência camponesa – a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros. A maioria das formas que essa luta toma cessa ao ser coletivamente desafiada. Aqui tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. Essas formas brechtianas de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite. Entender essas formas comuns de luta é entender o que muitos dos camponeses fazem nos períodos entre as revoltas para melhor defender seus interesses (SCOTT, 2002, p. 11, 12).

Observar como políticas essas ações que são percebidas fora do contexto de conflito social e dos espaços institucionais é, antes de tudo, compreender que os trabalhadores agem politicamente e consciente de seu local de classe sem, necessariamente, se envolver em organizações coletivas ou revolucionárias ou vivenciarem explicitamente a luta de classes.

Porém, não dá para conceber as resistências cotidianas como uma ação política, de classe, se nos restringirmos à compreensão atribuída a esse conceito pelo marxismo estruturalista, onde a tomada de consciência de classe está localizada em um momento, necessariamente, anterior ao da ação política.

A concepção de E. P. Thompson com relação ao conceito de classe enquanto um processo, e não como uma estrutura fechada, é mais adequada para entender as estratégias de resistências cotidianas como ações políticas. Para Thompson:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência da classe (THOMPSON, 1987, p. 10).

O avanço das reflexões deste autor encontra-se na compreensão da experiência de classe vivenciada pelos sujeitos como intermediadora de uma consciência de classe.

Thompson compreende o conceito de experiência, portanto, como o nexos entre o modo de produção vivido e a consciência de classe. O conceito de experiência seria capaz de observar o papel ativo dos sujeitos no processo de tomada de consciência e luta de classes:

Homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

A partir disso podemos compreender a ação dos trabalhadores como fruto de um processo ativo de elaboração e interpretação das experiências de classe vivenciadas. A consciência de classe aparece como resultado dessa interpretação e encarna todo um sistema de ideias e valores que são compartilhados pelos trabalhadores.

As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesma como uma classe, vindo, pois a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência são sempre o último e não o primeiro degrau do processo histórico (THOMPSON, 2012, p. 274).

Portanto, a classe não é dada pela mera condição objetiva dentro do modo de produção, mas é formada como resultado de um longo processo de interpretação das experiências de classe vivenciadas, onde são identificados interesses antagônicos e forjados nos processos de luta.

As formas de resistência, inclusive aquelas definidas por Scott como cotidianas, seriam parte desse movimento apontado por Thompson como um debater-se diante dos vínculos de interesses antagônicos que possibilita aos sujeitos descobrirem-se enquanto classe.

A interpretação do historiador inglês nos permite compreender as ações dos trabalhadores como processos de luta e resistência, mesmo nos momentos em que a luta de classes se apresenta de maneira velada e o conflito, portanto, não é explícito. Porém, apesar da luta velada, o antagonismo e as contradições de classe não deixam de se fazer sentir.

Essas ações, como percebe Scott, nem sempre são fruto de um longo processo de elaboração coletiva ou articulação institucional. As ações de resistência cotidianas segundo Scott não pressupõem grande organização explícita, mas necessariamente estão enraizadas nas condições materiais vivenciadas pela classe.

A natureza intrínseca e, em certo sentido, a “beleza” de muitas das expressões de resistência camponesa é o fato de, frequentemente, conferir vantagens imediatas e concretas e, ao mesmo tempo negar recursos às classes apropriadoras, sem requerer pouca ou nenhuma organização explícita. A obstinação e a força de tal resistência decorrem diretamente do fato de que ela é firmemente enraizada na luta material vivenciada e partilhada por uma classe (SCOTT, 2002, p. 27).

Relacionando os termos de Scott à noção de experiência oferecida por Thompson, podemos compreender que é da própria experiência de classe, ou seja, a interpretação das condições materiais vivenciadas e partilhadas por uma classe, que os sujeitos elaboram as práticas de resistência de que lançam mão. Dessa forma, o partido, sindicato, a instituição de representação e organização de classe não é condição indispensável para ação política.

O fato de partirem da própria experiência de classe dos sujeitos e não de um espaço de organização formal identificável possui aspectos positivos. A ausência de organização formal é compensada pela flexibilidade e persistência com que as ações se desenvolvem, e justamente por não partirem de uma estrutura identificável elas são difíceis de serem impedidas (SCOTT, 2002).

Por sua vez, Scott também chama atenção para o fato de que as formas como as ações de resistências se estabelecem não dependem exclusivamente da situação vivenciada pela classe. Essas ações se expressam, principalmente, nas fissuras das estruturas de dominação e repressão instituídas pela classe dominante.

Os parâmetros da resistência também são estabelecidos, em parte, pelas instituições da repressão. Na medida em que tais instituições fazem, efetivamente, seu trabalho, podem evitar qualquer forma de resistência que não seja individual, informal e clandestina. Então, é perfeitamente legítimo distinguir entre vários níveis e formas de resistência [...] Classificar somente os atos abertos e radicais como resistência, significa aceitar que a estrutura de dominação defina para nós o que é e o que não resistência (SCOTT, 2002, p. 29).

No processo de dominação institui-se todo um arcabouço ideológico, cultural, político que se expressa nas instituições sociais como forma de reprimir e subordinar as classes dominadas. As práticas de resistência explícita e contestação do sistema partem, preponderantemente, dos espaços onde essa força repressora não se faz sentir tão presente ou quando esta já está fragilizada.

Não dá para conceber as estratégias dos trabalhadores somente a partir daquelas expressões que se tornam públicas frente aos processos de dominação. Nesse sentido, Scott chama atenção para existência de um discurso oculto de resistência, que se consolida justamente quando o exercício do poder não deixa brechas para as contestações públicas.

La relación dialéctica entre el discurso público y el oculto es obvia. El discurso oculto, por definición, representa un lenguaje -gestos, habla, actos- que normalmente

el ejercicio del poder excluye del discurso público de los subordinados. La práctica de la dominación, en lances, crea el discurso oculto. Si la dominación es particularmente severa, lo más probable es que produzca un discurso oculto de una riqueza equivalente. El discurso oculto de los grupos subordinados, a su vez, reacciona frente al discurso público creando una subcultura y oponiendo su propia versión de la dominación social a la de la elite dominante. Ambos son espacios de poder y de intereses (SCOTT, 1990, p. 53)¹⁴.

Os instrumentos de dominação que restringem a contestação pública dão origem às formas ocultas de resistências que se expressam numa linguagem de gestos, falas, atos. Essas práticas, por sua vez, relacionam-se dialeticamente com as práticas públicas.

A observação de que as formas de resistência não partem, exclusivamente, do interesse e capacidade de ação dos dominados, permite compreender a diversidade que essas práticas podem tomar diante dos distintos contextos de dominação.

É perfeitamente legítimo – até importante – distinguir entre vários níveis e formas de resistência (formal/informal; individual/coletiva; pública/anônima; que desafiam o sistema de dominação/que objetivam ganhos marginais). Mas deve, simultaneamente, ficar claro que o elemento a ser realmente medido é o nível de repressão que estrutura as opções que estão disponíveis. Dependendo de circunstâncias que enfrentam, os camponeses devem oscilar de atividades eleitorais organizadas a confrontações violentas, a atos anônimos e silenciosos de “fazer corpo mole” e de roubar (SCOTT, 2002, p. 29).

Diante do nível de repressão, as estratégias ganham contornos distintos, e as formas de interação variam entre discursos públicos e ocultos. Como discurso público Scott considera as relações explícitas entre os subordinados e os detentores de poder. Porém, para o autor essas interações sociais seriam teatralizadas e dificilmente dariam conta do que acontece nas relações de poder.

Scott observa que as atitudes de deferência com que os subordinados tratam seus superiores nem sempre são expressões de respeito ou condescendência, mas podem ser apenas uma simulação, ou ser uma ação dotada de outros significados.

En cualquier modelo de estratificación existen indicios bastante seguros sobre quién da órdenes y quién las recibe. [...] Los ocupantes de cada posición *tratan con deferencia* a los que están arriba de ellos. Vista de esta manera, la deferencia es una de las consecuencias de un sistema de estratificación, más que su causa. Por lo tanto, corremos el peligro de cometer un grave error siempre que saquemos conclusiones sobre las creencias o las actitudes de alguien en particular sólo porque él o ella haya realizado un acto de aparente condescendencia. En sentido estricto, no tenemos ninguna razón para sacar dicha conclusión, y lo mejor será concebir el ténnino

¹⁴ A relação dialética entre o discurso público e o oculto é óbvia. O discurso oculto, por definição, representa uma linguagem – gestos, fala, ações – que normalmente o exercício do poder exclui do discurso público dos subordinados. A prática da dominação, em conjuntos, cria o discurso oculto. Se a dominação for particularmente severa, o mais provável é que se produza um discurso oculto de uma riqueza equivalente. O discurso oculto dos grupos subordinados, por sua vez, reage frente ao discurso público criando uma subcultura e opondo a sua própria versão de dominação social à da elite dominante. Ambos são espaços de poder e de interesses (SCOTT, 1990, tradução nossa).

deferencia como "la forma de interacción que se presenta en situaciones em que se ejerce una autoridade tradicional".; Es casi obvio que los actos de deferencia -por ejemplo, uma inclinación de saludo o el uso de un título honorífico para dirigirse a un superior- se usan para dar la impresión de conformidad con las normas de los superiores. Sólo hasta aquí podemos llegar con certa seguridad. Dichos actos se pueden realizar casi automáticamente, como si fueran un rito o un hábito; pueden también ser el resultado del cálculo; pueden ser una perfecta simulación o pueden surgir del deseo consciente de honrar a un respetado superior (SCOTT, 1990, p. 48)¹⁵.

Portanto, para Scott, o discurso público quando não é claramente enganoso, dificilmente retrata fielmente as relações de poder, pois a interações sociais são tratadas de maneira teatralizadas pelos indivíduos que assumem distintos papéis sociais de acordo com as situações de poder. Fica evidente a forte influência do interacionismo simbólico e das contribuições teóricas de Erving Goffman (2008).

Os discursos públicos, entretanto, não se configuram sempre como formas de deferência e respeito, sejam elas verdadeiras ou não. A dominação é um exercício constante, e no seu esforço para extrair mais trabalho, impostos, bens, serviços, produz atritos, formas de resistência. Esses atritos, formas de resistência, podem ganhar expressões públicas e se revelam em ações como manifestações, greves, boicotes, motins, rebeliões, revoltas.

Por sua vez, discursos ocultos seriam aqueles que acontecem “fora do palco”, à margem do processo de interação e para além da observação direta dos detentores de poder. Esse tipo de discurso se expressaria em práticas como rumores, fofocas, folclore, piadas, músicas, rituais, códigos e eufemismos. Como prática de resistência cotidiana o discurso oculto pode envolver ocultação do serviço mal feito, absenteísmo, códigos secretos de comunicação, fofoca, furto.

Discursos públicos e ocultos articulam-se de acordo com as circunstâncias que vivenciam os trabalhadores. A apreensão das distintas formas de discurso nos possibilita atentar para a ação política dos trabalhadores e suas condicionantes estruturais. Compreendendo, portanto, que determinadas práticas de resistência não se configuram mais

¹⁵Em qualquer modelo de estratificação existem indícios bastante seguros sobre quem dá ordens e quem as recebe. [...] Os ocupantes de cada posição *tratam com deferência* os que estão acima deles. Vista dessa maneira, a deferência é uma das consequências de um sistema de estratificação, ao invés de sua causa. Portanto, corremos o perigo de cometer um grave erro sempre que tiremos conclusões sobre as crenças e as atitudes de alguém em particular só porque ele ou ela tenha cometido um ato de aparente condescendência. Estritamente falando, não temos nenhuma razão para chegar a tal conclusão, e o melhor será conceber o termo deferência como “a forma de interação que se apresenta em situações em que se exerce uma autoridade tradicional”. É quase obvio que as ações de deferência – por exemplo uma saudação ou o uso de um título honorário para se dirigir a algum superior – se usam para dar a impressão de conformidade com as normas dos superiores. Só até aqui podemos chegar com certa segurança. Tais ações podem se realizar quase automaticamente, como se fosse m um ritual ou um hábito; podem também ser o resultado do cálculo; podem ser uma perfeita simulação, ou podem surgir do desejo consciente de honrar a um respeitado superior (SCOTT, 1990, tradução nossa).

reais e eficientes apenas partirem de um contexto de maior organização ou por possuírem expressão pública.

3. 4. As formas de resistência e negociação do trabalho na fruticultura irrigada

As reflexões teóricas articuladas a um esforço metodológico orientado para os atores sociais nos possibilitou, no decorrer da pesquisa, perceber e compreender dinâmicas da realidade empírica que não nos eram evidentes no contexto de pesquisas anteriores. A atenção voltada ao processo produtivo e a análise deste enquanto um espaço de relações sociais nos permite compreender as ações políticas dos trabalhadores para além dos espaços políticos formais.

Diante disso, um conjunto de estratégias e ações políticas dos trabalhadores nos chama atenção e nos permitem compreender o quanto os trabalhadores são sujeitos ativos na negociação do processo produtivo, elaborando distintas formas de resistência à exploração do trabalho.

Distinguimos as estratégias e práticas de resistência observadas em três formas, detalhadas a seguir:

3.4.1. A negociação do processo produtivo e as formas cotidianas de resistência à intensificação

Como vimos no capítulo anterior, os trabalhadores da fruticultura irrigada, em grande medida, possuem vínculos formais de trabalho, que apesar de temporários, de acordo com o período de safra e a janela de exportação, garantem o recebimento de um salário mínimo¹⁶ estabelecido na convenção coletiva de trabalho e a regulação legal da jornada de 44 horas semanais.

Além disso, comumente as empresas fruticultoras estabelecem sistemas de remuneração que garantem aos trabalhadores a possibilidade de receber salários acima do piso da categoria, de acordo com sua produtividade. Esses sistemas normalmente baseiam-se em prêmios de produtividade, no qual os trabalhadores são remunerados por atividade executada acima de uma meta diária estabelecida.

¹⁶ O salário da categoria historicamente tem sido superior ao salário mínimo. O piso salarial aprovado para o ano de 2015, quando a pesquisa foi realizada, correspondia a R\$ 816, 00. Superando em R\$ 28,00 o salário mínimo.

Como exemplo genérico, podemos pensar uma trabalhadora assalariada temporária que tem como meta diária o raleio de 800 cachos de uva. Caso não alcance essa meta ela será cobrada pelo fiscal de campo, e a reincidência da baixa produtividade poderá ocasionar uma não renovação do seu contrato temporário, ou na dificuldade de ser novamente contratada pela empresa na próxima safra.

Por sua vez, para cada cacho que for raleado além da meta, a trabalhadora receberá um valor correspondente, em geral alguns poucos centavos, mas que diante da intensidade do trabalho e da habilidade desenvolvida pelas trabalhadoras resulta em bons adicionais salariais ao final do mês.

Boa parte das atividades do processo produtivo funcionam sob essa lógica. Observamos que além do raleio, as atividades de poda, amarrio, desbrota, despenca, pinicado e até mesmo as de aplicação de agrotóxicos possuem mínimos diários estabelecidos.

Do ponto de vista da gestão do trabalho, essa dinâmica não apresenta nenhuma novidade. A atribuição de metas e remuneração adicional contribuem para ampliação da intensidade do trabalho, uma maior produtividade e conseqüente redução de custos. O que nos chamou atenção foi a forma como os trabalhadores lidam cotidianamente com esse processo.

Em uma de nossas primeiras entrevistas conversamos com Edileuza, uma trabalhadora de 44 anos, que a mais de doze anos trabalha no cultivo da uva, em diversas empresas em Petrolina. Na época em que a entrevistamos, ela estava com um vínculo temporário em uma das maiores empresas produtoras de uva de SMSF. Questionada sobre as metas estabelecidas pela empresa, Edileuza nos revelou uma dinâmica interessante:

Pesquisador: Tem meta na empresa?

E: Lá só trabalha com meta, se for sem meta não trabalha não. Porque o pessoal não trabalha sem meta.

Pesquisador: E qual é a meta?

E: Depende do serviço. O raleio eu não sei, porque nesse tempo todinho eu só raleei lá uma vez. Não botam eu no raleio, só bota eu em serviço pesado, assim, tipo desbrota, né? Porque eles só botam as pessoas que ande, porque a desbrota tem que andar. Mas parece que a meta do raleio, não sei se é mil, alguma coisa assim.

Pesquisador: Isso tudo!? Aí o que fizer além disso ganha extra?

E: Eu vi as mulheres falando lá, não sei se é mil... Mas tem mulher que faz dois mil e quinhentos, que eu vi lá. Oh, no tempo que eu era fiscal tinha mulher que fazia quatro, cinco mil. É tanto que é uma briga todo dia lá, que eles querem almoçar e voltar. Aí eles ficam brigando.

Pesquisador: E na desbrota qual é a meta?

E: Na desbrota a meta é cinquenta plantas.

Pesquisador: É muita planta? Tu consegues fazer quantas?

E: Não, eu faço só as cinquenta mesmo, dez horas, dez e meia eu tô acabando. (Risos).

Pesquisador: Aí depois tem que ficar lá até cinco da tarde. Aí faz o que até cinco da tarde?

E: Dormindo! (Risos) Toma banho e vai dormir... (Edileuza, 44 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 12 de agosto de 2015).

Na fala da trabalhadora algumas questões nos chamam a atenção. A primeira é a observação de que os trabalhadores preferem trabalhar com sistema de metas. Podemos compreender a partir disso que os processos de intensificação do trabalho não apresentam apenas a face do desgaste físico e precarização, mas também, sendo desejados pelos trabalhadores, refletem “satisfações relativas”, como, por exemplo, a ampliação dos ganhos ou até mesmo a possibilidade de passar parte da jornada de maneira ociosa.

Outro aspecto é que apesar de ser contratada para cumprir uma jornada de oito horas diárias, a trabalhadora encerra as suas atividades após o cumprimento da meta estabelecida pela empresa. Edileuza consegue cumprir a meta em menos da metade da jornada e teria todo o turno da tarde disponível para aumentar sua produtividade, caso avaliasse conveniente.

Não podemos pressupor que a avaliação quanto à viabilidade de realizar, ou não, trabalho adicional parte meramente do cálculo econômico. A entrevistada, por exemplo, considera a atividade da desbrota, realizada por ela, como um serviço pesado, ou seja, de grande desgaste físico. Em contraposição, ela observa que as outras trabalhadoras que realizam a atividade do raleio excedem a meta com facilidade e querem retornar ao trabalho antes mesmo do término do horário reservado ao almoço.

Para os trabalhadores, portanto, o desgaste físico, ou até mesmo o tédio pelo esforço repetitivo, a depender da atividade, podem ser motivos que não possibilitam o estímulo a produção excedente. A prática de Edileuza não é exceção entre os trabalhadores, ao longo da pesquisa de campo e das conversas com os trabalhadores percebemos que essa é uma dinâmica comum. Inclusive, algumas trabalhadoras dedicam-se a venda de roupas e acessórios para os colegas de trabalho no período ocioso, como forma de complementar a renda. Entretanto, tal prática, em geral, é coibida pelos supervisores de campo.

Buscando compreender o ponto de vista patronal com relação a essa e outras dinâmicas do processo de trabalho, entrevistamos profissionais do setor de recursos humanos

das empresas. Conversamos com Alisson e Poliana, administrador e assistente social, responsáveis pela gestão de pessoas de uma dessas empresas exportadoras¹⁷.

Na fala dos gestores o suposto desinteresse pelo ganho monetário adicional é tratado como um aspecto cultural dos trabalhadores, que apesar das estratégias da empresa, não se sentem estimulados a produzir mais.

Poliana: Inclusive, a gente assim queria entender também essa situação, porque é incrível, mas é cultural mesmo. E por mais que você tenha, crie metas de estímulo, eles têm aquela situação: “Ah, eu já fiz o que tinha que fazer, então eu vou descansar” e é difícil mudar isso, mas aí há uma possibilidade de implantar uma coisa que faça com que eles produzam mais, mas eles são mais resistentes mesmo.

Pesquisador: E aí os estímulos que são dados tendem a não surtir efeito?

A: É. Porque acha o seguinte: “Olha, fiz a minha obrigação ali e acabou”. Então aí é um trabalho do RH também, na integração a gente diz: “Olha você é contratado para trabalhar o dia inteiro”. Porque não é nada demais se eu terminei aqui o que tinha para fazer e surgiu uma necessidade urgente e eu posso contribuir, eu estou no meu horário de trabalho né. Mas no geral as pessoas dizem: “Eu terminei, acabou não vou fazer mais nada”. Realmente é um pouco esquisito e a gente realmente até como gestor, como empresa também, nessa avaliação a gente pensa nisso, mas não é algo fácil de manusear.

Pesquisador: Esse trabalhador que quer parar às 11 horas e não se sente estimulado a produzir mais, ele é regra ou exceção?

Alisson: É regra, é a maioria. Aí inclusive esse prêmio de produtividade é estímulo a isso. Olha minha meta é 100 e se o cara produzir normal, até dez, dez e pouca ele faz aquela meta ali, mas só que como a gente está falando se disser: “Vai trabalhar o dia inteiro normal”. Aí ele só faz noventa. Aí você diz: “Se você fizer a partir das 120, o que você fizer a mais você ganha em cima”. Então assim você não tem uma corda no pescoço lhe dizendo você tem que produzir trezentos, mas como eu sei que vou ganhar mais, se eu fizer trezentos imagine, se a minha meta é 120, eu vou poder receber bem mais aí. (Alisson Carvalho, 31 anos e Poliana Santos da Silva, 33 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 01 de outubro de 2015).

As falas de Alisson e Poliana evidenciam o quanto a empresa segue um padrão taylorista no processo de trabalho. O estímulo econômico é apresentado como estratégia para garantir esforço suplementar e maior produtividade, o que em geral é rejeitado pelos trabalhadores.

A rejeição ao estímulo econômico é explicada, pelos gestores, como expressão de uma cultura dos trabalhadores. Como nesse contexto apenas a racionalidade econômica parece ser provida de significado para os gestores, podemos compreender que eles interpretam a cultura dos trabalhadores como desajustada com as demandas da empresa.

Compreender a resistência dos trabalhadores aos estímulos econômicos a partir dessa perspectiva é colocar a questão numa chave de análise dicotômica entre o tradicional e o

¹⁷ Coincidentemente Alisson e Poliana respondem pelo setor de Recursos Humanos da mesma empresa que Edileuza trabalhou no ano de 2015.

moderno, onde este último seria expressão clara do capitalismo. A ideia de um desajustamento cultural entre trabalhadores e processo de trabalho nos remete as análises realizadas por Lopes (1964), com referência ao início da industrialização nacional.

Não compreendemos, entretanto, que esta análise dicotômica, apresentada pelos gestores, nos possibilita explicar essa realidade. Sobretudo, por não considerarmos que a racionalização econômica é única passível de explicar a ação dos trabalhadores. Nesse sentido, cabe atentar para as observações de Burawoy:

Si aceptáramos el comportamiento “verbal” de los trabajadores como indicativo de una tendencia real, sería fácil explicar el éxito parcial del sistema de retribución a destajo en función del “estímulo económico”, y atribuir su fracaso parcial a la mala gestión de ese estímulo... Pero algunos “casos negativos” que parecían desmentir la influencia todo poderosa del “estímulo económico” e indicaban que era necesario un análisis más profundo de las respuestas al sistema llamaron la atención del autor. Por ejemplo, a veces los trabajadores no se esforzaban por conseguir los ingresos correspondientes a la “cota” cuando era posible alcanzar ésta, o interrumpían la producción antes de llegar a ese nivel. Además, manifestaban su indiferencia ante la posibilidad de optimizar sus ingresos netos a) con su resistencia a trabajar horas extraordinarias, b) “renunciando pronto” tras trabajar parte del turno cuando no se sentían a gusto con la tarea, o c) “dejando de trabajar para rehuir el trabajo monótono”. Por otra parte, en ocasiones el comportamiento “verbal” de los trabajadores indicaba que “no les preocupaba el dinero” (Roy, Donald; 1952, p. 499 *apud* Burawoy, 1989, p. 110)¹⁸.

Os trabalhadores resistem à intensificação do trabalho ou ao menos negociam a forma como ela se realizará não meramente considerando os ganhos econômicos, mas avaliando o desgaste físico, a satisfação e o seu bem estar diante das demandas do trabalho. Observamos, por exemplo, que muitos trabalhadores prezam por realizar suas atividades no período matutino, diante da incidência solar e do calor embaixo do parreiral ao longo da tarde.

A garantia de um salário mínimo estabelecido, neste caso o salário negociado na CCT, abre margem para que os trabalhadores instituem “jogos”, negociações com a gestão das empresas quanto ao processo de trabalho. Percebemos isso com relação ao trabalho por metas, por exemplo:

¹⁸Se aceitarmos o comportamento verbal dos trabalhadores como indicativo de uma tendência real, seria fácil explicar o êxito parcial do sistema de retribuição por peça em função do estímulo econômico, e atribuir seu fracasso parcial a má gestão desse estímulo... Mas alguns “casos negativos” que parecem desmentir a influência do todo poderoso “estímulo econômico” indicavam que era necessário uma análise mais profunda das respostas ao sistema, isso chamou a atenção do autor. Por exemplo, às vezes os trabalhadores não se esforçavam para conseguirem ganhos correspondentes a “cota” quando era possível alcançá-la, ou interrompiam a produção antes de chegar a esse nível. Ainda manifestavam sua indiferença diante da possibilidade de otimizar seu ganho líquidos a) com a resistência realizar horas extras, b) renunciando de imediato parte do turno de trabalho quando não sentiam gosto pela tarefa realizada, ou c) deixando de trabalhar para reduzir o trabalho monótono. Por outra parte, em diversas ocasiões o comportamento “verbal” dos trabalhadores indicava que não lhes preocupava o dinheiro (BURAWOY, 1989, tradução nossa).

Pesquisador: A empresa trabalha com metas diárias? Como funciona isso?

A. C.: Existem metas. Existe uma programação, que aí entra na parte de produção, na programação da produção que é necessária produzir. Então dá para ter uma ideia de quanto uma pessoa consegue fazer e tal. E aí termina sendo cultural também, geralmente a gente diz: “olha a meta para você fazer o amarril são 120 plantas”, por exemplo, aí uma pessoa fez as 120, terminou. Às vezes tem gente que termina onze horas, meio dia e passa o restante do dia sem fazer nada. Realmente nesse ponto é cultural mesmo essa situação. Aí se você disser: “Vai trabalhar o dia inteiro normal”, o que o normal, te contratei para trabalhar o dia inteiro, vai trabalhar o dia inteiro normal. Aquelas 120 plantas que está na minha meta, eu só faço 100. Mas se eu disser se você terminar a meta cedo está liberado, aí 11 horas eles terminam (Alisson Carvalho, 31 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 01 de outubro de 2015).

A partir da fala de um dos responsáveis pela gestão do trabalho na empresa, podemos perceber como os trabalhadores lançam mão de estratégias para negociar o processo produtivo. Apesar de serem contratados para trabalhar oito horas diárias, quando são cobrados a cumprir essa norma, os trabalhadores reduzem intencionalmente o ritmo do trabalho.

Ou seja, o sistema de remuneração da empresa só se realiza diante do consentimento dos trabalhadores. As metas, por sua vez, são programadas de acordo com as demanda comercial da empresa. Normalmente, as vendas das frutas do SMSF são realizadas em feiras internacionais ou a partir de escritórios específicos de comercialização, com isso a quantidade e o padrão de qualidade a ser exportado é previamente estabelecido.

Dessa forma, o setor comercial da empresa repassa um quantitativo de frutas já comercializados para o setor de produção. Esse setor, por sua vez, coordena o processo desde o início do ciclo, definindo quantas plantas devem ser podadas, como deve ser realizada a seleção de cachos, qual o padrão de qualidade e como deve ser realizada a seleção de bagas. Porém, para esse processo acontecer é necessário consentimento dos trabalhadores, que executam tais atividades.

Nesse sentido, percebemos como os trabalhadores tem consciência do seu poder de negociação e jogam com a gestão da empresa. Isso aparece não apenas pelo interesse de trabalhar com meta, como já foi relatado, mas também na definição da meta a ser alcançada.

Pesquisador: Me dá uma margem de qual a meta do raleio? Geralmente. Eu sei que isso varia.

I: Geralmente a meta do raleio é mil cachos.

Pesquisador: E quem estabelece essa meta?

I: É o encarregado.

Pesquisador: E caso vocês não consigam bater a meta o que acontece? Como é essa relação?

I. P.: Aí a gente reclama. Porque assim, se você atingir a meta lá na empresa que eu trabalho é assim, se você atingir a meta você ganha R\$ 6,80, por dia. Se você não atingir a meta você não ganhou nada, e o que você passa da meta aí você vai contar por cacho, três centavos de cada cacho.

Pesquisador: Quanto?

I.P.: Três centavos. Tem empresa que é um centavo, tem empresa que é dois centavos, entendeu? E também vai assim da relação do encarregado com o trabalhador. Porque tem trabalhador que tudo que diz, aceita. E lá nessa empresa é porque eu jogo muito duro. “Vai ser tanto”, não desse jeito a gente não aceita não, tem que ser assim.

Pesquisador: Existe então uma negociação?

I.P.: É uma negociação, então se às vezes a gente não consegue negociar com o encarregado, ou o fiscal, aí eu vou até o dono e falo não tem como a gente trabalhar, a gente trabalha oito horas, nove horas por dia em cima de um banco, subindo e descendo o banco o dia todo, raleando para quando chegar o final do dia pra quê? Vamos se esforçar pra quê? Se a gente tem condições de fazer dois mil cachos.

Pesquisador: Além da conversa existem outras formas de negociação?

I.P.: Tem que ter. Quando eu tô no campo, aí as vezes tem alguém no campo e liga, né? “Irene, assim, assim.. Deu essa meta? Nós tirou a meta ontem, deu um pouquinho só. Aí Irene, aumentaram a meta”. “Então vocês fazem menos para não atingir nem a meta de ontem”. Quero ver ele não diminuir! Ele quer o serviço feito, e nós não estamos aqui pra brincar, não. Se eles quer o serviço, nós estamos aqui pra fazer. Aí assim, a nossa bola é essa aí, porque se não for. Se todo dia ele aumentar, e todo dia a gente for fazer... Ai quando ele chega, “O que foi que aconteceu?” O que aconteceu é que nós quer uma meta que dê pra nós tirar. As vezes passa quatro dias nisso. E a gente sempre só naquilo ali, fazendo só fazendo aquilo. (Irene Pereira Gomes, 40 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 14 de janeiro de 2016).

Irene é funcionária de uma empresa de porte médio. Por ser delegada sindical ela é vista pelos demais trabalhadores como a pessoa capaz de negociar com os superiores, ou até mesmo com o dono da empresa, as situações cotidianas do trabalho. Quando as metas estabelecidas são impossíveis de serem alcançadas, os trabalhadores delegam à Irene a missão de reclamar com o fiscal e, caso este não resolva, que dialogue diretamente com o patrão.

Por sua vez, quando a situação não é resolvida no diálogo inicial e as metas inalcançáveis ou extenuantes são mantidas, os trabalhadores lançam mão de outras estratégias, como, por exemplo, amarrar o serviço. Ainda nessa situação, Irene é tomada como referência pelos colegas, que articulam com ela a possibilidade de reduzir o ritmo de trabalho.

Amarrar a produção ou o serviço, ou seja, reduzir o ritmo do trabalho é algo que aparece de maneira frequente na literatura da sociologia do trabalho como estratégia dos trabalhadores para negociar as condições do trabalho, ou até mesmo para reduzir o desgaste físico em determinadas atividades. Leite Lopes (1976) observa essas estratégias entre os operários das usinas açúcar, na Zona da Mata pernambucana.

Essa prática aparece na fruticultura irrigada do vale como possibilidade de negociar com fiscais e encarregados as metas de produtividade exigida aos trabalhadores. Em geral, como os trabalhadores na produção de uva trabalham em turmas de cerca de 10 pessoas, essa não é uma prática realizada individualmente.

Teve uma vez no raleio, nós não faz mil, mil e oitocentos no dia? Aí nós fazia só quatrocentos. Todo dia. Quatro dia, quatrocentos todo dia. Ai ele disse “Não, desse jeito não tem jeito, não”. Ai eu disse “Então vamos sentar, e vamos ver o jeito que é. Porque...” Ai ele disse “Mas quando vocês foram assinar a carteira de vocês, não tava dizendo que vocês iam fazer quatrocentos”. Ai eu digo “E nem tava dizendo que nós ia fazer mil”. Nós tamo o dia todinho no campo, então nós não tamo parado, nós tamo trabalhando. Agora nossa velocidade quem comanda é nós. Se nós tiver algum ganho, nós vamos na mesma velocidade. Se não... (Irene Pereira Gomes, 40 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 14 de janeiro de 2016).

O relato de Irene demonstra como nesses casos os trabalhadores esquivam-se das tentativas de coerção cobrando para si a autonomia sobre seus corpos. Se anteriormente observamos as semelhanças entre o trabalho na fruticultura e o trabalho fabril, aqui demarca-se uma forte distinção. Em determinados sistemas do trabalho industrial o trabalhador perde, inclusive a autonomia sobre seu corpo, quando o ritmo do trabalho se estabelece pela máquina.

Essas práticas de resistência tornam-se públicas, justamente pela limitação do domínio do processo produtivo sobre os corpos dos trabalhadores. Ou seja, a relativa autonomia do trabalhador sobre o seu corpo e sobre o seu ritmo de trabalho, faz com que eles elaborem e expressem publicamente a sua resistência às estruturas de dominação que demandam a intensificação do trabalho. É justamente nessa fissura da estrutura de poder e dominação que os trabalhadores agem e formulam suas transcrições públicas, ou discursos públicos de resistência.

Na fruticultura irrigada, no espaço do campo, a entrada de máquinas e o trabalho mecânico ainda é muito restrito, sobretudo porque é justamente o trabalho manual que valoriza a produção. Entretanto, nos galpões de empacotamento, seleção e classificação das frutas o ritmo é, em grande medida, ditado pela esteira e a intensificação do trabalho possui outras características.

Porém, isso não significa que a capacidade de resistência à intensificação é anulada. Inclusive, a velocidade da esteira é ditada de acordo com o tipo da uva, e a velocidade que os trabalhadores estiverem dispostos a desenvolver.

Pesquisador: No Packing é tudo na esteira? A esteira passando e vocês vão fazendo. E o ritmo dessa esteira? Às vezes ela é mais e outras mais devagar ou é constante?

I.P.: Depende o jeito que a uva tiver e também o tanto de caixa que a gente tiver. Porque se está fazendo só duas caixas, aí é rápido. Se a gente está fazendo três já diminui mais, já vai mais lento.

Pesquisador: Isso depende também do jeito que vocês estão fazendo, então dá para amarrar também?

I.P.: Quando a gente tá na classificação, você olhou o cacho e colocou lá. É rápido, né? Então, se você não tá satisfeito, ou a meta não tá do tanto que a gente quer, aí você vai olhar o cacho direitinho, você vira pra um lado, vira pra outro. De todo jeito, tem jeito, tem jeito. (Irene Pereira Gomes, 40 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 14 de janeiro de 2016).

Sob o pressuposto de um maior rigor na limpeza, seleção ou classificação dos cachos os trabalhadores conseguem diminuir a intensidade do seu trabalho e reivindicar novas metas ou outras questões.

Os encarregados e fiscais de campo exercem também um papel importante no funcionamento desses jogos. São justamente os funcionários de gestão e fiscalização que garantem, em suas posições de classe contraditórias, espaços para as negociações, realizando a intermediação entre os interesses patronais e as demandas dos trabalhadores.

Pesquisador: Os fiscais de certa forma estão atentos a isso?

I.P.: Mas aí eles tem consciência que a gente tá amarrando por causa disso mesmo. Aí diz “não gente, vamos mais... vamos aumentar mais porque aí a gente vai ver a meta como é”. Vai ver, não! Diga a meta que a gente acelera. Porque eles não são malucos. Eles veem, né? Que a diferença de oitocentos para quatrocentos é muita diferença. Aí também essas contagem passa pro patrão. Aí ele diz assim “o que foi que aconteceu nesse período que as mulheres tavam fazendo só isso?”. Aí ele vai e diz “não, porque a gente aumentou a meta aí elas não tavam atingindo, aí elas tavam fazendo só isso”. (Irene Pereira Gomes, 40 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 14 de janeiro de 2016).

Observamos como as estratégias dos trabalhadores se estabelecem também em função dos canais de diálogo que são possíveis, e não em oposição pura e simplesmente à gestão da empresa. Com isso compreendemos que as estratégias de resistência e negociação de que lançam mão os trabalhadores são mais complexas e devem ser analisadas para além de uma visão reducionista e antagônica, atentando para como essas práticas respondem as condições objetivadas pelas próprias regras do “jogo”.

En síntesis, puede afirmarse, que, por regla general, los juegos de los trabajadores no se establecen de forma autónoma en oposición a la dirección, como han sostenido, desde distintas perspectivas, Elton Mayo y Cornelius Castoriadis. Los juegos aparecen históricamente en el marco de un proceso de lucha y negociación, pero se desarrollan dentro de límites definidos por la necesidad de salarios mínimo y márgenes aceptables de beneficios. La dirección, al menos en sus escalones inferiores, no solo participa activamente en la organización del juego, sino en el cumplimiento de sus reglas. El deseo de participar en esos juegos nace tanto de la inexcusable necesidad de ir a trabajar y de atenerse a las exigencias del proceso productivo en el lugar de trabajo, como de la aparición de necesidades radicales o de una nueva concepción de trabajo o de la elaboración de un código alógico. Se

participa en el juego para obtener satisfacciones relativas. El juego constituye una necesidad que en sentido estricto es producto de una sociedade cuyos intereses dominantes imponen la represión. La satisfacción de esa necesidad no sólo reproduce la sumisión voluntaria (el consentimiento), sino también una mayor riqueza material (BURAWOY, 1989, p. 107)¹⁹.

Atentar par as formas públicas de resistência dos trabalhadores nos possibilita perceber como o processo de trabalho não se concretiza exclusivamente a partir dos interesses de reprodução do capital. Para que a acumulação capitalista se realize é necessária a participação do trabalhador e este não pode ser tratado como sujeito passivo nesse processo.

Não podemos pressupor também que todas as formas de resistência e organização dos trabalhadores passam pelos espaços institucionais organizados, como por exemplo, os sindicatos. As práticas de resistência que observamos nesse contexto passam ao largo da política sindical realizada pelos STRs, não são estimuladas ou percebidas com atenção pelos diretores dos sindicatos.

Apesar disso, os delegados sindicais, eleitos pelos STRs nas empresas, são personagens importantes para o funcionamento da estratégia dos trabalhadores. Tanto por, em geral, serem sujeitos com perfil de liderança e contestação de possíveis irregularidades; como também por possuírem autoridade e respeito frente aos patrões, pois representam o canal direto do sindicato na empresa.

Observamos, portanto, que essas práticas apesar de estarem presentes nas falas de grande parte dos trabalhadores com quem conversamos, não são homogêneas em todas as empresas. Não são também ações coordenadas no âmbito de uma única empresa, aparecem de maneira espontânea e não necessariamente como estratégia coletiva.

Essas práticas estão, porém arraigadas na experiência dessa classe e são apreendidas no próprio processo de tornar-se trabalhador rural da fruticultura irrigada. Quando lançar mão dessas estratégias, é uma decisão que nem sempre passa por um processo de elaboração coletiva.

¹⁹Em síntese, pode afirmar-se que, por regra geral, os jogos dos trabalhadores não se estabelecem de forma autônoma em oposição à direção, como sustentaram a partir de distintas perspectivas, Elton Mayo e Cornelius Castoriadis. Os jogos aparecem historicamente no marco de um processo de luta e negociação, mas se desenvolvem dentro de limites definidos pela necessidade de salários mínimos e margens aceitáveis de benefícios. A direção, ao menos em seus escalões inferiores, não só participa ativamente na organização do jogo, como também no comprimento de suas regras. O desejo de participar desses jogos nasce tanto da inescusável necessidade de ir trabalhar e de ater-se as exigências do processo produtivo no local de trabalho, como do aparecimento de necessidades radicais ou de uma nova concepção de trabalho, ou ainda da elaboração de um código alógico. Participa-se do jogo para obter satisfações relativas. O jogo constitui uma necessidade que no sentido estricto é produto de uma sociedade cujos interesses dominantes impõem a repressão. A satisfação dessas necessidades não só reproduzem a submissão voluntária (o consentimento), como também uma maior riqueza material (BURAWY, 1989, tradução nossa).

3.4.2. Resistências ocultas: a burla da fiscalização e outras questões

O controle de qualidade é uma questão fundamental para a comercialização dos frutos produzidos no SMSF. O respeito aos padrões fitossanitários e a garantia de um padrão estético são pré-requisitos estabelecidos pelo mercado consumidor internacional.

O padrão de qualidade é uma exigência tão presente no processo produtivo que são constantes os relatos de contêineres de frutas incinerados já na Europa pelo não cumprimento das exigências comerciais e a inviabilidade financeira de retornar as frutas para o Brasil. Acreditamos, porém, que esses relatos são constantes não pela frequência em que acontecem, mas justamente para reforçar no imaginário dos trabalhadores os prejuízos que podem ser causados diante de uma produção fora dos padrões.

O controle sobre a quantidade produzida e qualidade do trabalho é constante. Geralmente o trabalho no parreiral é realizado em equipes de cerca de oito ou dez trabalhadoras, normalmente, denominadas de turmas. Cada turma realiza o trabalho em uma rua – espaço entre dois parreirais –, e são acompanhadas por um fiscal. Após a passagem da turma, outro fiscal contabiliza as atividades realizadas por cada trabalhador, e um supervisor avalia a qualidade do trabalho.

Algumas atividades possuem uma fiscalização ainda mais intensa, como por exemplo o raleio. Esta atividade é responsável por moldar os cachos das uvas de acordo com padrão estético exigido, ou seja, manter o cacho em um formato considerado bonito e eliminar as bagas com marcas, estragadas ou pouco desenvolvidas.

Durante o raleio a fiscalização é mais intensa, como relata Irene:

Quando a gente está raleando mesmo, uma pessoa vai contando os cachos que a gente faz e outra pessoa vai contando as bagas do cacho. Então se você fez uma planta e já está em outra planta, aquela pessoa tá ali contando. Aí diz: “Olha Irene, naquela planta ali você está passando quinze, vinte bagas, então vá diminuindo mais um pouquinho se não vai ficar cheio.” Então, eu acho que a maior exigência mesmo é quando está raleando. Por que assim nos outros a gente já sabe como é que faz, eles também já confiam na gente, tem vezes que eles passam cedinho e às vezes passam meio dia, mas quando está raleando é vinte e quatro horas. (Irene Pereira Gomes, 40 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 14 de janeiro de 2016).

As demais atividades do processo de produção da uva também são de fundamental importância para a boa qualidade final do fruto. Um bom processo de seleção inicial de brotos e gemas, além de todo o cuidado no desenvolvimento do cacho, garante um fruto quase

perfeito, porém a atenção, em termos de fiscalização, volta-se para o momento do releio, pois esta é etapa de definição estética do cacho e último processo antes da colheita.

Os trabalhadores diante dessa pressão vivem uma dinâmica de trabalho intensa. Os frágeis vínculos temporários renovados a cada trinta dias, por no máximo cinco meses, representa uma forte pressão para cumprimento, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo das cobranças realizadas pelos fiscais.

O respeito total aos padrões exigidos torna-se impossível se levarmos em consideração a quantidade e a forma de realizar as atividades. Esforços repetitivos, braços permanentemente para cima, altas temperaturas e forte incidência solar são alguns dos aspectos ergonômicos e ambientais desse trabalho. Inevitavelmente as trabalhadoras erram, e para escapar da constante fiscalização algumas estratégias são desenvolvidas.

Às vezes a gente tem que conversar no banheiro porque lá em todo canto tem ouvido... Aí eu digo assim, porque às vezes você vai fazendo na tesoura e não controla bem. Aí ela pega, derruba uma penca toda, aí vão chamar atenção. “Meninas, quando acontecer isso, pega esse cacho e pinica todinho no chão, porque aí não vai ver”. O que tinha de defeito, não ficou mais. Acabou. Porque aí se ele ver um, dois, três, quatro, e continuar isso, aí primeiro vai vim a advertência, depois... Então elimina logo pra não ter disso. Na desbrota, se a gente tá tirando e não é pra tirar os brotos que tem cacho, mas gente tira sem dar fé, aí a gente vai lá, arranca o cachinho, esfrega, e deixa o broto sem cacho. [...] Cada tipo de serviço tem sua estratégia. (Irene Pereira Gomes, 40 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 14 de janeiro de 2016).

Essas estratégias são apreendidas através da transmissão pelos trabalhadores mais experientes, porém as conversas e ensinamentos de tais práticas tem caráter quase que sigiloso, como afirma Irene. Como a fiscalização é constante o banheiro acaba tornando-se um dos poucos espaços de liberdade.

Tomar conhecimento e conversar com os trabalhadores sobre essas práticas foi um processo longo. A primeira referência que tivemos sobre as formas como os trabalhadores esquivam-se da fiscalização foi em uma atividade de campo, quando uma dirigente sindical, na ausência do fiscal, repreendeu de maneira jocosa uma turma de trabalhadoras por elas estarem fazendo “cocó”.

O modo como os trabalhadores denominam essas práticas variam, nesta empresa específica nos deparamos com a expressão fazer “cocó”, essa era a maneira que os trabalhadores referiam-se a esse tipo de burla. Por sua vez, em nenhuma outra empresa ou entrevista, os trabalhadores identificaram essa expressão.

Pesquisador: Você sabe o que é fazer cocó?

E: Cocó!? Eu não sei não!

Pesquisador: Foi essa expressão que a gente ouviu. É quando, por exemplo, no raleio o trabalhador corta o cacho, sem intenção, aí enrola e joga no chão para o fiscal não ver.

E: Não, lá a gente diz que é comer. Se derrubou um cacho, a gente diz, “come logo antes que o fiscal venha!”.

Pesquisador: Agora na desbrota não dá para fazer não?

E: Faz! Que às vezes você derruba um galho que não é pra tirar com o cacho, né? Aí veio com o cacho, aí arranca o cacho, mas como o cacho é pequenininho aí é só esfregar na mão, aí dá pra passar. Agora no raleio quando os cachos tá grande, aí tem que comer. (Edileuza, 44 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 12 de agosto de 2015).

As formas de denominar e as próprias estratégias variam nas empresas, em algumas situações “comer” a uva que foi cortada sem intenção é uma alternativa. As trabalhadoras estabelecem uma ajuda mutua nessas situações, mesmo que essas ações não sejam precisamente coordenadas.

Esse tipo de prática nos remete ao conceito de Scott de práticas cotidianas de resistência, sobretudo quando o autor remete-se às formas ocultas de resistir à dominação. Aqui não se apresenta uma estratégia coordenada, pública e nem mesmo que tenha a intencionalidade de contestar o sistema de dominação. Entretanto, não podemos desconsiderar o repertório acionado pelas trabalhadoras diante da condição de intensa fiscalização.

Outra situação, que não está relacionada à questão do controle, mas que apareceu de maneira recorrente nas falas dos entrevistados e nas visitas de campo, foi a prática de depredação dos banheiros comuns nas áreas produtivas. Por razões evidentes não identificamos nenhum trabalhador que declarasse praticar esse tipo de ato, mas com frequência essa reclamação apareceu na pesquisa.

Entre os trabalhadores, as reclamações com relação aos banheiros apareceram tanto por conta da limpeza como pela ausência de água, papel e outros itens básicos. A distância entre o local de trabalho e os pontos de apoio, onde ficam os banheiros também aparece como problema. Conforme relata Iranilda:

Eles cobram muito que a gente não vá no mato, fazer xixi no mato, mas não tem como! Os banheiros é uma verdadeira imundice. Em alguns casos são as pessoas que usam que parece que do jeito que faz em casa, vai fazer lá. E outra coisa, às vezes não tem água, nunca tem papel. É aquela bagaceira. E eles cobram coisas que eles deveriam primeiro fazer. As condições do banheiro, muitas vezes a gente vai pro mato. Lá foi várias pessoas picadas por cobra bem venenosas, inclusive teve alguns que andou bem mal, mas o povo continua indo, por quê? O banheiro é bem... A gente tá numa área, o banheiro é bem distante, a gente não vai, porque se a gente for vai demorar entre quinze a vinte minutos. Se eles pegar uma pessoa indo nesse intervalo de tempo reclamam! (Iranilda Caetano, 32 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 23 de maio de 2015).

Existe uma tensão com relação aos banheiros, primeiramente por conta das condições disponibilizadas ao espaço de uso coletivo. Em todas as empresas que visitamos ouvimos reclamações desse tipo por parte dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Outro aspecto se refere à distância e o tempo de trabalho perdido para ir ao banheiro, também gera conflitos entre trabalhadores e gestores. Os fiscais repreendem os trabalhadores que fazem suas necessidades fisiológicas no campo não apenas pelos riscos relatados por Iranilda, mas também pelas condições fitossanitárias que devem ser mantidas no local de produção.

Cabe chamar atenção que desde a primeira convenção coletiva de trabalho, negociada em 1994, consta como cláusula a obrigação dos patrões oferecerem instalações adequadas e com condições de uso para que os trabalhadores supram suas necessidades fisiológicas, alcem e descansem.

Da perspectiva empresarial, os gestores e proprietários também reclamam da situação dos banheiros, alegando que os trabalhadores são responsáveis pela depredação do espaço. Expressam isso como uma falta de consciência dos trabalhadores que não preservam um lugar que é da empresa, mas de uso dos mesmos.

Banheiro a gente, assim, ajuda muito. Eles quebram muito também, mas é por questão pessoal. Tem uma maldade. Eles quebram. Pegam papel higiênico e jogam no mato e tal... É uma coisa pra eles. É da fazenda, mas é pra eles. Quem usa são eles (Thaysa Amorim, 26 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, em 28 de maio de 2015).

Thaysa é gestora e filha de proprietários de uma empresa produtora de manga e uva, localizada no município de Sobradinho/BA. Segundo ela, na empresa da família, as ações de depredação e outras práticas tidas como negativas partem de um grupo de trabalhadores específicos.

O tipo de problema que o pessoal de Sobradinho dá, não paga a conta. É melhor fretar, a gente tem dois ônibus de Petrolina, um de Tapera e um de Sobradinho. Ai quer tirar esse de Sobradinho. Eu não sei o que é, não sei se é uma cultura da cidade... Eles são os que quebram os banheiros, são os que fazem arruaça, são os que fazem conversinha no parreiral, e chacota. E a gente tem muito problema pessoal, não é uma questão operacional. É coisa pessoal. E a gente tem que resolver isso. Ai tem que tirar (Thaysa Amorim, 26 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, em 28 de maio de 2015).

É interessante observar como a gestora percebe esse grupo de trabalhadores, especificamente, como os que causam os problemas que não estão relacionados apenas com a questão dos banheiros, mas outros discursos ocultos como fofoca, picuinha, chacota.

A alternativa encontrada pela empresa para esse tipo de problema é contratar trabalhadores que se deslocam de outros municípios, principalmente de Petrolina, acrescentando uma distância de mais de 50 quilômetros de deslocamento dos funcionários.

Pesquisador: Fazer gestão de pessoas num ambiente desses acaba tornando-se difícil?

T.A.: É. Todo dia com cento e quarenta e oito pessoas, não dá, não. Não dá mesmo! Aí a gente esbarra nisso, porque nenhum curso de administração ou de contabilidade ensina você a tratar disso. Isso é vivência. E tem horas que a pessoa que é a responsável, tá sem a menor paciência de lidar com picuinha. Ai vai fazer o que? Mas tem muito disso, e é o pessoal de Sobradinho, a gente já viu. O pessoal de Petrolina é assim, “cheguei, vou trabalhar. Almocei, vou trabalhar, vou pra casa”. Porque é um pessoal que acorda megamente cedo. Três horas da manhã tem que tá de pé, tem que fazer a comida pra família, tem que ajeitar a casa, e tem que ir trabalhar. Não é um trabalho fácil. É campo, é rural, é sol, é em pé (Thaysa Amorim, 26 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, em 28 de maio de 2015).

A fala da gestora estabelece uma oposição entre os trabalhadores de Sobradinho e aqueles que se deslocam de Petrolina. Estes seriam mais dedicados e centrados no trabalho. A contratação de trabalhadores “de fora” aparece então como um mecanismo de controle do trabalho. Chama ainda a atenção como no discurso da gestora a precariedade das condições trabalho, como por exemplo, a necessidade de acordar às três da manhã para fazer almoço é caracterizada como algo positivo, que valoriza o empenho do trabalhador.

Se considerarmos, como observa Scott, que o nível de repressão estrutura as opções de discurso disponíveis, podemos perceber que a ampliação da precariedade das condições de trabalho apresenta-se também como mecanismo de dominação e, por sua vez, restringe as formas de resistência.

Nesta empresa foi estabelecido um acordo para que a jornada fosse de nove horas diárias, cumprindo o trabalho do sábado ao longo da semana. De segunda a quinta, portanto, os trabalhadores entram na empresa às sete horas da manhã e encerram suas atividades às dezessete horas.

Considerando o tempo gasto no transporte entre o local de residência e a empresa, os assalariados precisam estar na parada de ônibus por volta de cinco horas da manhã para aguardar o ônibus da empresa. Dessa maneira, os trabalhadores vivem uma situação bastante cansativa necessitando sair de casa antes das cinco horas da manhã e retornando apenas após as dezoito horas.

Como as empresas, em geral, só oferecem alimentação no local de trabalho para os funcionários de escritório, os trabalhadores precisam acordar ainda mais cedo para preparar o

almoço antes de sair de casa o que acaba reduzindo ainda mais o tempo de descanso. Os trabalhadores afirmam acordar por volta de três, quatro horas da manhã.

O esgotamento físico é consequência clara dessa dinâmica de trabalho. Os trabalhadores que residem próximo das empresas conseguem, portanto, levar a vida de uma maneira menos cansativa. Porém, não podemos considerar que somente a dinâmica de trabalho e o desgaste físico dos trabalhadores podem explicar o fim das situações que aparecem como problemáticas para os gerentes da empresa. Por outro, observamos que atribuir esses atos a certa cultura, ou maldade de um determinado grupo não colabora para o entendimento.

Sendo assim, ainda que corresponda apenas a um contexto de migração pendular não nos parece equivocado perceber que a condição de migrante do trabalhador que sai de Petrolina para Sobradinho permite que ele elabore sobre sua experiência de classe de maneira distinta daquela vivenciada pelo trabalhador local.

Entretanto, não podemos pressupor com isso que esses trabalhadores são passivos, dóceis e mais comprometidos com o trabalho. É preciso estar atento a como as disputas de poder que se estabelecem dentro das relações de trabalho, podem influenciar as interpretações, práticas sociais e identidades dos trabalhadores.

Menezes (2000) realiza esse esforço interpretativo entre os trabalhadores do Agreste e Sertão paraibano que migram para trabalhar nas usinas da Zona da Mata pernambucana. Mesmo diante das representações sobre os migrantes, criadas pelos gerentes das usinas e reproduzidas pelos próprios trabalhadores, quanto ao maior interesse pelo trabalho e menor disposição às ações coletivas, Menezes (2000) observa como estes trabalhadores migrantes interpretam a realidade em que vivem e elaboram suas identidades e práticas sociais que não correspondem, necessariamente, passividade e subordinação das representações instituídas.

Dessa forma, compreendemos que para entender o significado e intencionalidade das práticas cotidianas de resistência se faz necessário um estudo muito mais cauteloso e dedicado à análise das relações de poder e representações estabelecidas em cada local de trabalho. As pesquisas realizadas até momento nos possibilitaram somente perceber que as estratégias de resistência existem, são elaboradas de maneira distinta em cada situação específica e são significativas da contestação dos processos de dominação do trabalho.

3.4.3. Outras práticas de resistência e a interseção com a dinâmica institucional

Os trabalhadores lançam mão de outras formas de resistência. Algumas delas apesar de não surgirem articuladas pelas suas organizações de representação política estabelecem uma relação íntima com estas. Este é o caso das paralisações que são mobilizadas pelos trabalhadores, mas que sempre contam com a presença dos STRs.

Ao longo do período de pesquisa, mapeamos e acompanhamos algumas paralisações realizadas pelos trabalhadores nas empresas localizadas no município de Petrolina/PE. Como a nossa inserção no campo se deu a partir do diálogo com os STRs, todas as paralisações que observamos tiveram a presença e participação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Petrolina.

Entretanto, não podemos assegurar que não houve outras mobilizações no período analisado. Entre pequenas, médias e grandes são milhares as empresas produtoras de frutas no SMSF, e é bastante provável que aconteçam paralisações sem o conhecimento público ou mesmo da representação sindical.

Entre os meses de dezembro de 2014 e junho de 2016, mapeamos oito paralisações em empresas localizadas na cidade de Petrolina/PE. Conseguimos mapear essas mobilizações através do acompanhamento das atividades sindicais, estivemos frequentemente ao longo do ano de 2015 e primeiro semestre de 2016 na sede do STR-Petrolina.

Além disso, acompanhamos as páginas referentes ao sindicato e os perfis dos diretores nas redes sociais, bem como os noticiários de sites e blogs da região. Através disso identificamos as seguintes mobilizações:

Tabela 02 – Paralisações dos trabalhadores entre Dez/2014 e Mar/2016

Data	Empresa/Local	Motivo
15 a 18/12/2014	Agrivale – Petrolina	Implantação do Banco de Horas
02/06/2015	Orgânica do Vale – Petrolina	Superlotação do transporte
08/01/2016	Queiroz Galvão – Petrolina	Paralisação por descumprimento de cláusula da CCT (Pós-chuva)
22/01/2016	Agrivale – Petrolina	Paralisação por descumprimento de cláusula da CCT (Pós-chuva)
25/01/2016	Terra do Sol – Petrolina	Paralisação por descumprimento de cláusula da CCT (Pós-chuva)
03/02/2016	Vittis Agrícola – Petrolina	Não identificado
15/02/2016	Secchi Sweet Fruits – Petrolina	Demissão do delegado sindical e implantação do banco de horas
08/06/2016	Não identificada Região de Pedrinhas – Petrolina	Não realização do pagamento do salário

Fonte: Dados organizados pelo autor.

Essas paralisações possuem como semelhança o fato de terem sido mobilizadas e organizadas pelos próprios trabalhadores, que, normalmente, na noite anterior comunicam ao sindicato para que ele esteja presente e coordene a atividade.

Apesar de ser acionado apenas quando o contexto de mobilização já está estabelecido, e os trabalhadores estão dispostos a paralisar as atividades, o STR possui um papel fundamental nessas atividades e assegura, inclusive, a legitimidade da ação política.

Dessa forma, ainda que a reivindicação cause indignação de todos os trabalhadores, eles se organizam de maneira discreta e a manifestação apenas torna-se pública, paralisando as atividades, com a presença e liderança do sindicato. Os delegados sindicais, normalmente, exercem o papel de liderança, mobilização e são os responsáveis por contatar a direção do sindicato antes da paralisação.

Os patrões e gerentes encontram formas de tentar desmobilizar esses movimentos, em alguns casos utilizam-se de ameaças, como relatou um trabalhador em momento anterior a paralisação:

Estamos na prévia de uma greve. O patrão, o gerente geral já deu uma pressão nos trabalhadores pelo argumento de ameaça. Arrodeando com educação, mas por outro lado tá dizendo: “Se você for pra greve, tá na rua”. Em outras palavras, né? Hoje teve outra, do gerente de campo, com a mesma conversa, “Vocês vão pra greve, se botar o cadeado no portão nós vamos chamar a polícia”. (Daniel Araújo Saldanha, 34 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 05 de agosto de 2015).

A participação do Sindicato é fundamental para evitar que os trabalhadores se exponham enquanto mobilizadores das atividades. A presença dos diretores do sindicato visa assegurar que nenhum trabalhador será penalizado ou perseguido posteriormente. Os delegados sindicais, por possuírem estabilidade no emprego no período do mandato, acabam também se expondo mais e liderando as mobilizações.

Apesar das particularidades, esses movimentos não se distinguem completamente daqueles analisados por Menezes e Cover (2016). A principal similaridade está justamente no fato das paralisações partirem de um movimento espontâneo dos trabalhadores e a partir disso desencadear a mobilização de outros atores, como por exemplo, o sindicato.

Chama a atenção o fato de que, geralmente, as paralisações são motivadas pelo descumprimento, por parte da empresa, de questões que estão estabelecidas na convenção coletiva de trabalho. Isso, por um lado, evidencia a eficiência da política sindical na divulgação dos resultados da convenção e informação dos trabalhadores, que reclamam seus direitos e, por outro, reforça a importância da presença sindical nessas atividades para reafirmar o que foi negociado anteriormente.

Uma situação que causou forte mobilização dos trabalhadores, no período analisado, foi com relação à realização do trabalho após a ocorrência de chuvas. Na convenção vigente no ano de 2015, foi negociada uma cláusula que proibia o trabalho após chuva, até que a planta estivesse em condições adequadas ao trabalho²⁰.

Ao negociarem a cláusula, no final do ano 2014, os STRs alegaram que a realização de atividades com as plantas ainda molhadas da chuva ocasionava riscos a saúde do trabalhador, devido à propagação de agrotóxico através da água da chuva. A cláusula passou na negociação sem grandes conflitos, sobretudo pelo baixo índice de chuvas da região, e foi anunciada pelos sindicatos como uma grande conquista para os trabalhadores.

Apesar da negociação tranquila os trabalhadores tiveram um longo esforço para fazer valer seus direitos. Entre os meses de dezembro e fevereiro, quando aumenta a incidência de chuva na região, os trabalhadores tiveram que se mobilizar para fazer valer seus direitos.

Uma coisa que ficou mais revoltado foi o pós chuva, lá no dia que a gente parou e ficou todo mundo... aí o encarregado se retou. “Vou botar falta em todo mundo!” Eu digo “bota, depois a gente procura nossos direitos para ver se tá certo botar falta ou não. Não vou discutir com você”. Aí o dono estava viajando, né? Passou dois dias, com dois dias ele chegou. Aí eu disse “não vou conversar com encarregado, não. Vou conversar é com ele”. Aí fui conversar com ele, aí ele disse “não, mas se tá na convenção tem que aceitar” (Irene Pereira Gomes, 40 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 14 de janeiro de 2016).

A resistência de algumas empresas em cumprir o que foi negociado, resultou em mobilizações dos trabalhadores, ao menos três grandes empresas tiveram suas atividades paralisadas com mobilizações em dias de chuva.

Fotografia 10 – Trabalhadores paralisados na empresa Terra do Sol



Fonte: Acervo pessoal de Simone Paim

As outras paralisações que aconteceram no período analisado também foram motivadas por descumprimento da convenção coletiva de trabalho. Uma pauta que também

²⁰ Cláusula trigésima quinta da convenção coletiva de trabalho 2014/2015.

mobiliza os trabalhadores é a questão da jornada semanal de trabalho. Os trabalhadores reclamam a possibilidade de não trabalhar aos sábados, cumprindo a jornada de trabalho ao longo dos dias úteis da semana.

A maior demanda hoje é pagar as 44 horas na semana. Não trabalhar aos sábados. Nós não estamos fugindo, nós não estamos pedindo pra redução da jornada de trabalho. Nós estamos pedindo, porque o trabalho da uva é complicado no sol, pra que nós pague essas 44 horas na semana, até na quinta trabalhando nove horas diárias, e na sexta normal. (Daniel Araújo Saldanha, 34 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 05 de agosto de 2015).

Como os trabalhadores saem para as empresas, que ficam longe do centro urbano, todos os dias muito cedo e retornam praticamente à noite eles tem grande dificuldade de conseguir tempo disponível para resolver suas questões pessoais, como, por exemplo, pagar uma conta, fazer supermercado ou ir ao comércio.

A liberação do trabalho ao sábado para trabalhadores representa a possibilidade de resolver suas situações pessoais em horário comercial. Outros trabalhadores, sobretudo as mulheres, nos disseram que o sábado é o dia em que elas cuidam da casa, e própria beleza. Além disso, alguns mais religiosos fazem o do sábado o dia de devoção e de ir à igreja.

As empresas, por sua vez, exigem o que é estabelecido legalmente e fazem com que os trabalhadores cumpram a jornada, inclusive aos sábados. Em alguns casos, como alternativa ao trabalho aos sábados, as empresas propõe aos trabalhadores a implantação do sistema de compensação de jornadas, denominado também de “Banco de Horas”.

O “banco de horas” baseia-se, basicamente, na ampliação das jornadas de trabalho, em determinados períodos, que são compensados através da diminuição ou liberação do trabalho em períodos subsequentes de menor demanda de trabalho.

Para as empresas fruticultoras, a inserção do sistema de compensação de jornadas representa uma maior capacidade de gestão da força de trabalho, permitindo, principalmente a redução de custos. Dessa forma, nos períodos de colheita, onde a demanda de trabalho é mais intensa, as jornadas de trabalho são ampliadas sem a necessidade de pagamento de horas extras.

As horas adicionais trabalhadas são compensadas com folgas ou diminuição da jornada nos períodos de menor demanda de trabalho. As folgas nesse sistema acontecem geralmente aos sábados. Somente em caso de não compensação total das horas trabalhadas, ou em caso de demissão, sem justa causa, as horas extraordinárias devem ser remuneradas.

O banco de horas aparece como a alternativa disponibilizada pela empresa para que os trabalhadores folguem em alguns sábados fora do período de safra, em troca eles perderem a possibilidade de ganhos adicionais com o recebimento de horas extras.

Pesquisador: O trabalho aos sábados é um problema para empresa? Os trabalhadores reclamam de trabalhar aos sábados aqui também?

A.C.: Tem demais. A gente teve inclusive uma paralisação há um tempo atrás por esse entendimento também. Como a gente já vem trabalhando com o banco há algum tempo é aquela situação o pessoal acha que é muito normal você não trabalhar aos sábados, só que tem que ter um acordo para isso. Na verdade a legislação fala em quarenta e quatro horas semanais, todo contrato de trabalho é isso. Então, as pessoas entendem e, inclusive foi o que gerou essa paralisação, é que as pessoas entendem que podem não trabalhar aos sábados. E a gente diz que até podem, mas aí tem que negociar. Mas as pessoas queriam não ter banco e não trabalha aos sábados. “Então vocês querem o quê?” Que é uma visão só favorecendo ao extremo ao trabalhador e não vendo o lado da empresa. E aí não tem como você fazer. [...] Aí a gente diz “olha vocês passam o ano inteiro sem trabalhar aos sábados praticamente”. É um ou outro sábado que se trabalha e nesse período [durante a colheita], se trabalha. Então é você trocar cinquenta e três sábados, por oito, nove, dez sábados. Eu acho que é uma troca boa. (Alisson Carvalho, 31 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 01 de outubro de 2015).

O banco de horas é a alternativa que a empresa aponta frente à reclamação dos trabalhadores de trabalhar aos sábados. Na fala de Alisson, parece ser algo muito coerente trabalhar aos sábados por dois ou três meses e folgar, durante todos os outros sábados do ano. O que ele não leva em consideração é o fato de que boa parte dos trabalhadores possuem vínculos temporários e não gozarão essas folgas em período subsequente.

A possibilidade de negociar a gestão da jornada de trabalho e abonar algumas eventuais faltas sem ter o valor descontado, nem perder os demais benefícios ofertados pela empresa, é também argumentado como um aspecto positivo do banco de horas.

Eu entendendo de ser muito positivo, até porque essas situações de falta, então a gente abre uma negociação muito boa, por exemplo, “eu precisei resolver uma situação outra e tal” você tem a opção de colocar no banco de horas e aí você não tem a falta daquela dia. Então às vezes tem uma necessidade para resolver, inclusive essa falta do banco de horas não gera desconto em folha. Então coloca no banco, você não vai ser descontado na folha de pagamento, a cesta básica você também não perde por esse tipo de falta, porque em outro momento você vai quitar esse dia. Então tem essa vantagem. E sabe que nesse período agora, período bem específico vai precisar trabalhar aos sábados, porque é um período delicado (Alisson Carvalho, 31 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 01 de outubro de 2015).

Os trabalhadores, em geral, levam em consideração outros aspectos quando questionados sobre o banco de horas, como a impossibilidade de fazer hora extra, a necessidade de trabalhar oito horas aos sábados, o recebimento de folgas sem aviso prévio e ainda a possibilidade de abonar eventuais faltas nem sempre é tão fácil quanto a gestão da empresa faz parecer.

Pesquisador: Você acha o banco de horas pior?

E: Eu acho porque a gente trabalha muito. Assim, porque o sábado que a gente tem que tá em casa, né? Tá trabalhando. Vamos supor, se ele der quinze folgas, aí não vai ter que trabalhar esses quinze sábados seguidos? Aí eu sou mais eles botar pra gente ganhar. Pra acabar banco de horas e a gente ganhar, fazer uma horinha... Porque vale a pena. Aí a gente trabalha com mais coragem.. Mas esse banco de horas?

Pesquisador: Eles dão as folgas quando? Como é isso?

E: Eles dão folga sem a gente nem esperar. [...] Pronto, oh, eles inventaram umas folgas lá que... Tão dando folga lá a um bocado de gente. Pra depois botar nós para pagar no *packing* [...] Outro dia eu fui bater o cartão de tarde, cheguei lá aí ele disse: “Ei, tu só aparece aqui no dia doze”. Quatro dias de folga. Aí eu disse: “Oxente! Sem eu nem pedir, como é que me dá essas folgas?”. Aí ele: “só apareça aqui no dia doze!”. Aí eu disse: “tá bom! Agora eu quero ver mais na frente”.

Pesquisador: Normalmente é nos sábados?

E: É, nos sábados.

Pesquisador: Aí no sábado pega também até meio dia?

E: Que meio dia? É o dia todinho. É a mesma jornada da semana. Se fosse só até meio dia tava bom. Mas é o dia todinho. Aí fica muita gente brigando, dizendo que o banco de horas é melhor, mas eu não acho, não. Porque o banco de horas você não ganha mais nada. Eles não deixam você passar do horário. E se você tiver, vamos supor que às vezes a gente trabalha, né? E tem gente que vai trabalhando sem ficar devendo, né? Pra depois deixar dia dentro. E se você folgar como hoje, sem avisar a eles, quando chegar lá eles não botam, não. Desconta o dia. Aí fica difícil (Edileuza, 44 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 12 de agosto de 2015).

As tensões sobre a questão do trabalho aos sábados e o banco de horas às vezes tornam-se impasses difíceis de resolver. Os trabalhadores resistem em trabalhar aos sábados, os sindicatos mantêm uma forte mobilização contra o banco de horas e as empresas apresentam o sistema como única alternativa viável para a demanda dos trabalhadores.

Conforme a convenção coletiva de trabalho a empresa só pode estabelecer o banco de horas a partir da negociação de um acordo coletivo com os trabalhadores e com a presença da representação sindical.

Algumas empresas conseguem fazer com que os trabalhadores aceitem o sistema de compensação, mesmo diante da atuação do sindicato. É o caso da empresa em que trabalham Alisson, como gestor de pessoas, e Edileuza, como assalariada rural.

Porém, em dezembro 2014, insatisfeitos com fato de trabalhar todos os sábados consecutivos, os trabalhadores resolveram paralisar as atividades. A recusa da empresa em negociar a possibilidade de liberar os trabalhadores da jornada do sábado aumentou a insatisfação entre os trabalhadores e diante da mobilização estimulada pela delgada sindical os trabalhadores resolveram acionar o sindicato.

Edileuza conta como aconteceu esse processo:

Pesquisador: Teve paralisação na empresa?

E: Foi três dias. Foi esse ano, não sei se foi o mês de janeiro...

Pesquisador: E porque foi? O que foi lá que aconteceu?

E: Pra tirar o sábado. Nós tava trabalhando sábado até meio dia. Todo sábado, todo sábado até mio dia.

Pesquisador: E antes não era assim, vocês não trabalhavam o sábado?

E: Não, antes a gente trabalhava um sábado sim, e um sábado não.

Pesquisador: Aí eles tavam botando vocês pra trabalhar todo sábado, aí vocês resolveram parar?

E: Aí fizemos uma greve.

Pesquisador: E como foi isso? Vocês chamaram o sindicato?

E: A delegada. Ela quem organizou. Aí eles achavam.. A Agrivale nunca tinha feito uma greve dessa não. Achavam que os trabalhadores não iam fazer.

Pesquisador: E aí parou todo mundo, aquelas turmas tudo ali?

E: Parou! Condução e tudo. As uvas chega já tava no chão, já. Deitada, já. As uvinhas nova, que já era pra tá já no parreiral.

Pesquisador: Mas como foi? Na segunda-feira vocês nem entraram na empresa? Ou vocês entraram e cruzaram os braços lá dentro?

E: Foi na segunda. Nós não entramos, não. Nós chegamos na porta e o sindicato já tava. O sindicato chegava primeiro do que nós. Ficava lá... Primeiro dia ninguém entrou, segundo ninguém entrou e ninguém queria fazer acordo. Aí desde o segundo dia teve um pessoal que entrou, né? “Homi, tem nada, não. Não entrando tudo”. Aí entrou bem pouquinha gente. Dez pessoas só, acho que com medo de perder o emprego, né? Aí nós ficamos, aí quando foi no penúltimo dia não teve acordo, aí era pra no outro dia... Aí quando chegaram o acordo no dia a gente foi e entrou.

Pesquisador: Aí agora vocês não trabalham mais aos sábados, não? Ou é Sábado sim, sábado não?

E: Nós não trabalha nenhum. Mas agora o sindicato vai lá pra fazer a assembleia para ver se o banco de horas vai voltar ou não (Edileuza, 44 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 12 de agosto de 2015).

Após a mobilização dos trabalhadores, a delegada sindical Neide entrou em contato com o sindicato e solicitou que eles dessem apoio a paralisação dos trabalhadores. Na segunda-feira, dia 15 de dezembro de 2014, os diretores do sindicato realizaram um piquete na porta da empresa, garantindo que os trabalhadores não precisassem entrar para trabalhar.

Apesar da paralisação de todos os funcionários a empresa não se dispôs a negociar e a mobilização continuou no dia seguinte. Segundo os diretores do sindicato, diante da previsão de uma forte chuva para aquela terça-feira a empresa novamente não se dispôs a negociar, acreditando que com a chuva os trabalhadores retornariam ao trabalho.

Fotografias 11 e 12 - Trabalhadores definem paralisação na empresa Agrivale



Fonte: Acervo pessoal de Simone Paim

Os dirigentes sindicais afirmam, entretanto, que foi justamente a chuva que garantiu o sucesso do movimento paredista. Quando a chuva iniciou os trabalhadores levantaram uma lona e mantiveram-se ainda mais mobilizados diante das condições adversas e da indisposição da empresa em negociar.

Fotografias 13 e 14 - Trabalhadores paralisados na empresa Agrivale



Fonte: Acervo pessoal de Simone Paim

Somente no terceiro dia de paralisação e com o intermédio da gerencia regional do Ministério do Trabalho aconteceu um entendimento entre os trabalhadores e a empresa. Como resultado da paralisação ficou reestabelecido o banco de horas e a garantia de que os trabalhadores não trabalhariam aos sábados durante os quatro meses seguintes. Os trabalhadores tiveram ainda que repor as horas trabalhadas.

Apesar do resultado da mobilização ter sido a repactuação do sistema de compensação de jornadas, os dirigentes sindicais avaliaram positivamente o resultado da paralisação, tanto pela capacidade de mobilização dos trabalhadores, como também por eles terem demonstrado consciência dos direitos que possuem.

Francisco Pascoal (Chicou), presidente do STR-Petrolina reafirmou ainda, em entrevista a imprensa, a importância da conquista dos trabalhadores:

Muitos podem pensar que foram poucas coisas, mas para eles foram muitas, pois trabalhando aos sábados muitas donas de casa deixam de cuidar da família e dos deveres de casa (Francisco Pascoal, entrevista concedida ao Blog do Carlos Brito em 19 de dezembro de 2014).

A fala de Chicou, apesar de reforçar os estereótipos de gênero, demarca também a importância das trabalhadoras no processo de mobilização na empresa Agrivale. A insatisfação com o trabalho aos sábados, que era preponderantemente uma pauta das mulheres, motivou a paralisação, a atuação de Neide, delegada sindical, também foi fundamental para a mobilização dos trabalhadores.

Silva (2016), analisando as ações políticas desenvolvidas pelas trabalhadoras rurais na fruticultura, observa como a participação e mobilização das mulheres foi central no desenvolvimento dessa mobilização. A autora observa como o fim da jornada de trabalho aos sábados é uma pauta que mobiliza as mulheres, principalmente, devido a necessidade de conciliação das atividades domésticas e o trabalho fora de casa.

A experiência das paralisações realizadas pelos trabalhadores com atuação conjunta ao sindicato revela como as formas autônomas de resistência dos trabalhadores podem se articular e dialogar com as práticas políticas mais institucionalizadas que partem dos espaços formais de organização.

Esses processos influenciam mutuamente tanto os trabalhadores, como a política sindical. Se por um lado os trabalhadores acumulam com a experiência política, conscientizam-se com relação aos seus direitos e o poder que possuem, por outro a política sindical é oxigenada, constrói-se a partir das bases e percebe como suas as pautas dos trabalhadores.

Evidentemente essa relação entre a política institucionalizada e as formas de resistência elaboradas pelos trabalhadores nem sempre é consensual. Apesar de estar em um mesmo lado na estrutura de classes, a interpretação da realidade por parte de trabalhadores e dirigentes sindicais nem sempre são homogêneas. O que nos parece fundamental, porém, é compreender como essas formas de atuação se articulam e, sobretudo, como elas expressam o próprio fazer da classe trabalhadora.

3.5. Considerações do capítulo

As análises realizadas neste capítulo nos permitem pensar o processo de trabalho não como condição estrutural para a constituição da classe, mas como um espaço de enfrentamento onde as classes se constituem. Nessa perspectiva, as ações cotidianas de resistência elaboradas pelos trabalhadores ganham significado político e representam o próprio movimento da classe em seu processo de constituição.

Para tanto, é necessário como propõem Sader e Paoli (1986) desmitificar as representações instituídas sobre a ideia de classe. Compreender as práticas sociais e políticas dos trabalhadores como dotadas de sentido e peso político é perceber os trabalhadores como sujeitos que influenciam no processo histórico, atores de uma dinâmica social que não está previamente determinada.

Essa perspectiva analítica nos permite visualizar que a classe não se constitui somente no espaço da organização formal como sindicato ou o partido. Além disso, ela colabora ainda para que compreendamos os espaços de organização formal como forjados também por relações sociais e políticas. Como veremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO IV

SINDICALISMO E A LUTA DOS TRABALHADORES NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO

4.1 Apresentação do capítulo

A proposta deste último capítulo é lançar o olhar sobre as práticas coletivas de luta dos trabalhadores a partir dos espaços institucionais. Nesse sentido, nos propomos a observar os processos de construção da política sindical dos trabalhadores assalariados da fruticultura irrigada tentando compreender essa dinâmica a partir de três aspectos: 1) como a política sindical se relaciona e é condicionada pelas estruturas de reprodução social; 2) como as experiências que permeiam a história dessas organizações contribuem para a elaboração de uma compreensão da realidade, de um discurso e de uma prática política; e 3) de que forma os espaços institucionais de ação coletiva abrem-se para compreender a dinâmica das relações sociais cotidianas.

Diante disso, buscamos evitar compreender as instituições e ações de classe dos trabalhadores rurais da fruticultura irrigada como simples atualizações das estruturas dadas. Buscamos identificar como os sujeitos coletivos agem, constroem a história e elaboram alternativas ante as condicionantes estruturais.

Dessa forma, percebemos que a convenção coletiva de trabalho, negociada a mais de vinte anos entre patronato e sindicatos dos trabalhadores rurais do SMSF, não pode ser compreendida apenas como consequência do processo de modernização das forças produtivas e como domesticação do conflito.

A convenção, principal estratégia da política institucional definida pelas organizações dos trabalhadores é um espaço político aberto e seu processo de negociação evidencia a capacidade de agencia dos trabalhadores organizados.

Sem desconsiderar as perspectivas de análise macro, a intensão desse último capítulo é enfatizar as possibilidades e a capacidade de agencia das organizações políticas dos trabalhadores.

4.2 O processo de construção de uma política sindical para os trabalhadores rurais da fruticultura

Os sindicatos dos trabalhadores rurais localizados no Submédio São Francisco tiveram historicamente suas ações e políticas sindicais associadas aos pequenos produtores rurais das áreas de sequeiro. Com a intervenção estatal e a emergência de novas práticas de trabalho no campo, estes sindicatos, principalmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Boa Vista, iniciaram um processo de reorientação de suas políticas sindicais. Passando, não sem conflitos, a orientar suas ações também junto à categoria dos assalariados rurais.

Os documentos coletados e, principalmente, as entrevistas realizadas com dirigentes sindicais e outros atores envolvidos nesse processo de reorientação política, evidenciam que até a ascensão da fruticultura irrigada a atuação dos sindicatos foram essencialmente voltadas aos pequenos produtores da agricultura familiar.

Nessa perspectiva, Selwyn (2007) defende que desde a fundação até a década de 1980 o STR de Petrolina teve uma atuação estritamente voltada para a agricultura familiar em áreas de sequeiro. Com a instalação dos perímetros irrigados, a política sindical passou a ter uma nova orientação na década de 1980; o sindicato passou a defender os direitos dos colonos nas áreas irrigadas. Somente a partir dos anos 1990 é que as atenções do STR voltaram-se para as relações de assalariamento na fruticultura.

Segundo Paulo José Mendes, auditor fiscal do Ministério do Trabalho, que no início da década de 1990 estava lotado em Petrolina ocupando o cargo de subdelegado do trabalho na região, a modificação das relações de trabalho promoveu uma dificuldade de orientação política nos sindicatos da região que tinham em suas bases, majoritariamente, os produtores da agricultura familiar.

Naquela época havia o domínio, muito intenso por parte do empresariado, porque os trabalhadores, a mão de obra trabalhadora ela era oriunda de economia familiar de sequeiro, da economia no sequeiro e aí começou as empresas a assumir o projeto Senador Nilo Coelho, transformando a mão de obra familiar em mão de obra trabalhadora, em mão de obra vinculada, isso fez com que o sindicato encontrasse algo novo, que era a relação de trabalho vinculada. Isso criou uma dificuldade de intervenção de ordem política para fazer com que o sindicato dos trabalhadores compreendesse que eles tinham que olhar esse lado dos trabalhadores com mão de obra vinculada. Até porque tanto a Contag, como a FETAPE sempre defenderam do movimento sindical rural que não deveria existir trabalhador rural empregado, sempre existiu essa dificuldade de compreensão política por parte do movimento sindical do meio rural e Petrolina tinha isso muito claro. A partir do momento das nossas conversas aí é que eles passaram a fazer uma intervenção também do

trabalhador assalariado (Paulo José Mendes de Oliveira, auditor fiscal do trabalho. Entrevista realizada em Recife/PE, 30 de Abril de 2012).

A fala de Paulo Mendes é expressiva de como a inserção de novas dinâmicas produtivas modificou as relações de trabalho na região, evidenciando inclusive um processo de proletarização dos pequenos produtores e o autoritarismo das relações que se estabeleciam. Entretanto, por conta do local que ocupava na época, sua fala acaba por subestimar, em certa medida, a ação da CONTAG e da FETAPE diante do processo de orientação política para a ação sindical junto aos assalariados rurais, supervalorizando, por outro lado, o papel da DRT em apontar aos sindicatos essas novas dinâmicas de trabalho.

As falas de outros entrevistados evidenciam que as dificuldades no processo de construção dessa nova ação sindical não se davam apenas por incompreensão política das novas dinâmicas de trabalho, mas por conflitos internos aos sindicatos, diante da multiplicidade de categorias representadas por estas organizações.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Petrolina, por exemplo, vivenciou esse dilema. Neste sindicato grande parte dos associados e até mesmo parte dos dirigentes do sindicato eram pequenos produtores, alguns inclusive assalariavam trabalhadores em suas pequenas propriedades e isso gerou um conflito interno, que só foi solucionado a partir da compreensão da importância dessa luta junto aos assalariados.

De acordo com Maria Aparecida Pedrosa, “Cida Pedrosa”, assessora jurídica da FETAPE, no início dos anos 1990, a superação desse dilema só foi viabilizada através de intensos debates internos no sindicato, e somente após a construção do consenso foi possível de fato a constituição de uma política sindical ativa junto aos assalariados.

A gente teve que travar também uma luta interna dentro dos sindicatos que era a grande discussão, nós temos pequenos produtores que assalariam, nós vamos ter um conflito dentro do sindicato de duas categorias, o assalariado e o pequeno produtor que também assalaria, então existia um medo dentro da própria direção do sindicato muito grande, isso foram frutos de conversas e de paus bons, imensos, de discussões acirradas, até a gente poder ir pra rua, porque a gente tinha que ir pra rua com uma cara só, a gente não podia ir pra rua com esses conflitos internos que não tivesse resolvido (Maria Aparecida Pedrosa Bezerra, advogada. Entrevista realizada Recife/PE, 16 de dezembro de 2011).

O sindicalismo rural brasileiro se constituiu historicamente como um espaço representativo de diversas categorias de trabalhadores do campo. Essa característica acaba por reunir no interior dos sindicatos pequenos agricultores, meeiros, pescadores, assalariados rurais, assentados e diversas outras categorias. A multiplicidade de categorias em torno dos sindicatos rurais levanta a necessidade de que as organizações sindicais construam uma

unidade de ação em torno dos diversos interesses, que às vezes se apresentam de maneira contraditória.

A forma legal de organização do trabalho rural deixou uma estrutura de sindicato rural em que as diversas categorias existentes no campo, como ribeirinhos, assalariados, meeiros, pescadores, inclusive os pequenos proprietários de terras etc, tinham que partilhar sob um mesmo assento esse espaço de relações. (MEDEIROS, 1997; NOVAES, 1991).

Entretanto, apesar das contradições vivenciadas inicialmente, a construção de uma política voltada aos assalariados provocou modificações no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina, tanto do ponto de vista político, como do ponto de vista estrutural. A partir do trabalho de base e compreensão da legitimidade do sindicato pelos trabalhadores, o número de sindicalizados foi ampliado, o que segundo Francisco Pascoal, “Chicou”, representou também o aumento na arrecadação do sindicato²¹, e esse potencial pôde ser revertido na atuação política, não só junto aos assalariados, mas também para as demais categorias que compunham o sindicato.

Francisco Pascoal, diretor do STR Petrolina na época, relatou essas mudanças em entrevista:

Pra você ter ideia, o sindicato não tinha uma bicicleta pra andar, depois que a gente fechou que foi pagamento, os trabalhadores começaram a acreditar e pagar o sindicato, com menos de três meses a gente já tinha comprado um carro pra o sindicato. Então o sindicato foi crescendo dentro dessa luta, tanto na política de assalariado como na política de agricultura familiar. (Francisco Pascoal Cipriano da Silva, dirigente sindical do STR Petrolina. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 14 de dezembro de 2011).

A ampliação da base do sindicato viabilizou a construção de uma política sindical mais efetiva, na medida em que possibilitou o crescimento de sua estrutura e de sua atuação. O aumento na arrecadação é significativo também do ponto de vista da representatividade e legitimidade que a organização sindical estava construindo junto à base.

As contribuições da FETAPE nesse processo não podem ser descartadas. O histórico de atuação da federação, principalmente na Zona da Mata, junto aos assalariados rurais da cana de açúcar foi fundamental para o desenvolvimento da luta com os assalariados rurais do Submédio São Francisco. A partir das experiências com os trabalhadores da cana de açúcar, a

²¹ O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Petrolina conta hoje com uma grande estrutura organizacional. São sete diretorias, contando com presidência e vice-presidência, quatro secretarias, e mais de quinze funcionários. Segundo dados apresentados em Assembleia Geral Extraordinária do STR-Petrolina, no dia 22 de julho de 2015, o sindicato teve uma receita anual, em 2014, de R\$ 2.197.715,98, cerca de 90% desse valor corresponde à arrecadação por mensalidades. Apesar da elevada receita, no exercício de 2014 o sindicato teve despesas no valor de R\$ 2.246.026,07 operando, portanto com um déficit de R\$ 48.310,09.

FETAPE começou a influenciar e incentivar a construção de uma política voltada ao assalariamento rural no Vale do São Francisco, no início da década de 1990.

As experiências de luta dos canaveiros na Zona da Mata pernambucana são fundamentais para compreender o processo de construção e desenvolvimento da política sindical dos assalariados rurais do Vale do São Francisco. Não se pode desconsiderar a importância de greve dos canaveiros 1979, que simbolizou a retomada das mobilizações e luta dos trabalhadores rurais após 1964, na construção do sindicalismo rural pernambucano e brasileiro.

Sigaud (1980) analisando a greve dos canaveiros, em outubro de 1979, aponta as semelhanças e contrastes desse movimento com as mobilizações dos trabalhadores urbanos. A luta por melhores salários, a defesa da representação sindical no engenho, a reivindicação da regulamentação das atividades e valores de remuneração e, inclusive, a luta pela terra eram reivindicações presentes entre os assalariados da cana.

Não por acaso, o caminho da negociação coletiva, encontrado pelos canaveiros, foi também o percurso adotado pelos sindicatos dos trabalhadores rurais no Vale do São Francisco. A defesa dos delegados sindicais que aparece também como pauta primordial na fruticultura, tem sua origem na experiência da cana.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Pernambuco (FETAPE) teve um papel preponderante no processo de compartilhar as experiências de lutas nas distintas áreas de assalariamento rural no estado de Pernambuco.

As mudanças dramáticas na demanda de mão de obra relacionadas a esses cultivos mudaram consideravelmente a visão e as estratégias de organização dos sindicatos dos trabalhadores rurais. As federações estaduais dos trabalhadores rurais, especialmente a FETAPE, tiveram um papel predominante nas mudanças das estratégias dos sindicatos locais da região de Petrolina-Juazeiro. [...] Em 1991, a FETAPE começou a transmitir habilidades de organização ao sindicato local de Petrolina através da concessão permanente e assalariada de dois membros importantes, enviados com a finalidade de treinar novas lideranças e promover discussões sobre a importância de interagir não somente com os pequenos produtores, mas também com os trabalhadores rurais assalariados (DAMIANI, 2003, p. 23).

A participação da FETAPE neste processo de reorientação da ação sindical para a luta do assalariamento rural no polo sindical do São Francisco, não se limitou apenas a orientações, compreendendo a importância daquele contexto, a federação construiu espaços de integração e compartilhamento de experiências.

No mês de março de 1992, diretores e delegados dos sindicatos de Trabalhadores Rurais de Petrolina e Santa Maria da Boa Vista participaram do encontro estadual e do

encontro nacional de assalariados rurais. Após retornarem desse momento, os sindicalistas e a FETAPE construíram um evento para que os participantes compartilhassem as experiências apreendidas nos encontros de assalariados.

Esse evento aconteceu nos dias 02 e 03 de abril, e reuniu dezoito pessoas entre delegados sindicais, funcionários e diretores dos sindicatos dos STR's de Petrolina e Santa Maria. Coordenado pela FETAPE o Encontro dos sindicatos teve como objetivo o repasse das experiências apreendidas e construção de encaminhamentos para o fortalecimento da luta dos assalariados. O relatório do encontro apresenta como encaminhamento a necessidade estabelecer contato com sindicatos de outros municípios da região que possuem assalariamento rural, ampliar o número de lideranças e delegacias sindicais nas empresas, realizar reuniões e panfletagem nos bairros, fazer visitas às empresas, participar dos próximos encontros de assalariados.

Foram diversos os encontros realizados no início da década de 1990 com contribuição da FETAPE e com orientação de consolidar uma agenda sindical para os trabalhadores assalariados rurais na região.

A FETAPE atuou também de forma essencial enviando pessoas que já vivenciavam a luta sindical juntos aos assalariados rurais na Zona da Mata para contribuir, trocar experiências e trabalhar junto aos sindicatos do Vale do São Francisco na construção dessa política sindical.

Apesar da vasta atuação junto aos assalariados da cana de açúcar, a experiência da FETAPE no polo sindical do São Francisco representou também aprendizados e acúmulos para a federação, principalmente diante das diferenças existentes entre os processos produtivos da cana e da fruticultura. Embora ambas fossem condições de assalariamento do trabalho rural, o contexto e as relações de produção nos perímetros irrigados possibilitavam experiências de classe distintas das vivenciadas pelos trabalhadores da cana.

As dinâmicas de trabalho num contexto de produção de frutas de alto valor agregado, com grande rigor de qualidade e necessidade de certo nível especialização do trabalho, imprimem especificidades na condição de classe vivenciada por esses trabalhadores. Nesse sentido que se faz necessária à reflexão sobre como o sindicato se apresentou enquanto espaço de articulação de interesses e construção de identidades e ações coletivas, e, além disso, de como as experiências biográficas dos sujeitos foram também fundamentais nessa construção.

Uma das pessoas enviadas ao Vale pela FETAPE e que teve um papel fundamental na construção da convenção coletiva de trabalho da fruticultura irrigada foi Cida Pedrosa. Até o

ano de 1989, Cida Pedrosa atuou como militante e advogada da FETAPE junto aos trabalhadores assalariados da cana de açúcar na Zona da Mata pernambucana, entretanto a partir de uma situação de intenso conflito e sob orientação da federação Cida passou a trabalhar no Vale, advogando para os Sindicatos de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Afrânio e Orocó, sendo orientada também a organizar a luta sindical com os assalariados rurais da fruticultura.

Como relatou Cida Pedrosa na entrevista concedida:

O movimento sindical se reuniu, a FETAPE se reuniu e viu que não dava para eu ficar lá [Zona da Mata], mas que achava que eu devia cumprir um papel em um outro lugar que estava precisando de quem entendesse de assalariamento, de mobilização. [...] Então foi discutido que eu iria pro Vale do São Francisco pra pegar a experiência que eu tinha da cana e trabalhar no vale. Houve uma reunião aqui em Recife, depois houve uma reunião com os sindicatos do vale, e o pessoal achou que era uma boa me receberem lá, como o sindicato não tinha condições de pagar o meu salário, por que era um sindicato que vivia basicamente da contribuição da agricultura familiar. Eu fui como advogada da FETAPE (Maria Aparecida Pedrosa Bezerra, advogada. Entrevista realizada em Recife/PE, 16 de dezembro de 2011).

O histórico de militância de Cida Pedrosa foi preponderante para o promissor encaminhamento da política sindical para os assalariados rurais iniciadas na região. Enquanto estudante do curso de direito da Universidade Federal de Pernambuco, Cida Pedrosa foi estagiária da Comissão de Justiça e Paz do Estado de Pernambuco, coordenada por Dom Helder Câmara.

Após sua formatura, Cida foi contratada pela Diocese e logo depois pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmares, município da Zona da Mata pernambucana, para trabalhar na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais da cana de açúcar naquela região. Neste período, meados da década de 1980, os sindicatos de trabalhadores rurais da Zona da Mata vivenciam um momento conflituoso de retomada dos sindicatos das mãos dos interventores colocados ainda durante a ditadura militar.

Aquilo que eu já fazia com as “bênçãos” da Igreja, passamos a fazer no sindicato, só que na Igreja você é mais protegido de certa forma, por conta de toda a estrutura, estrutura política que a Igreja tem. No sindicato nós começamos a ser muito perseguidos embora estivéssemos fazendo o mesmo trabalho, só que agora com a legitimidade do sindicato, mobilização, paradeiro... Conseguimos fazer com que um engenho inteiro que não tinha férias, nunca tinha recebido férias desde o advento das férias em 1960, fazer o patrão pagar férias de vinte anos, para cento e cinquenta trabalhadores e isso foi criando uma angústia, uma celeuma, um processo de conflito muito grande que terminou no assassinato do meu companheiro. Primeiro na tentativa de assassinato minha, depois no assassinato do meu companheiro, em 13 de dezembro de 1988. Aí eu não pude mais ficar, ainda tentei, aconteceu o assassinato dele, três meses antes eu tinha sofrido uma tentativa e tinha perdido o meu primeiro filho, estava grávida de sete meses. Eu não tinha mais condições de ficar porque eu estava muito ameaçada de morte (Maria Aparecida Pedrosa Bezerra, advogada. Entrevista realizada em Recife/PE, 16 de dezembro de 2011).

Através da orientação e articulação da FETAPE com os sindicatos do polo São Francisco, e visando preservar sua vida, Cida Pedrosa chegou ao Sertão pernambucano para prestar assessoria jurídica aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, contribuindo também na construção de uma política sindical voltada aos assalariados rurais da fruticultura. As experiências de militância e vivências de Cida Pedrosa foram fundamentais na construção dessa ação sindical, sobretudo pelo apontamento da necessidade de aproximação do sindicato a esses trabalhadores.

Inicialmente, a atuação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Petrolina consistiu na construção de reuniões nos bairros periféricos das cidades de Petrolina e nos distritos de Vermelhos, Izacolândia e Lagoa Grande, onde reside grande parte dos trabalhadores assalariados das empresas fruticultoras. Essas reuniões funcionavam como um meio de aproximação entre os sindicatos e os trabalhadores, além de possibilitar um perfil para os sindicatos, de quem eram aqueles trabalhadores e quais eram as suas reais demandas.

Essas reuniões também contribuía na apropriação destes trabalhadores às garantias que a legislação trabalhista lhes assegurava, proporcionando também uma dinâmica de reprodução do conhecimento. Na medida em que os trabalhadores que participavam das reuniões se apropriavam de seus direitos, eles buscavam repassar, numa dinâmica de cursinhos, essas informações dentro das fazendas em que trabalhavam, contribuindo assim para o processo de conscientização dos assalariados rurais a respeito dos seus direitos e o crescimento da representação sindical. Como relata Cida em outro trecho da Entrevista:

E o que é que nós discutíamos inicialmente, primeiro era conhecer que assalariamento era esse, como é que se davam as relações de trabalho, quem é que ele empregava, os níveis de direitos cumpridos, e aí a gente foi criando grupinho e começou a fazer uma coisa que a gente fazia na igreja, eu, no caso que vinha com essa experiência, que era fazer os cursinhos, os cursinhos é as pessoas se apropriarem dos seus direitos e levarem isso para a empresa, então juntar grupos de seis, sete, oito apresentar o que são os direito do trabalho, direito a carteira assinada, a questão do agrotóxico, das férias, do entender eu tenho esses direitos e tenho direito a cobrar isso, e aí fomos criando representantes por estrutura, nesse ano a gente foi criando, mas a gente não divulgava pra eles não perderem o emprego por eles não tinham garantias (Maria Aparecida Pedrosa Bezerra, advogada. Entrevista realizada em Recife/PE, 16 de dezembro de 2011).

As estratégias iniciais de atuação demonstram como a construção dessa política sindical se fez a partir de um forte vínculo com a base. Com o acesso do sindicato ainda restrito nos locais de trabalho, a solução encontrada foi ir aos bairros periféricos da cidade para conhecer quem eram os trabalhadores e a partir daí compartilhar as experiências de trabalho vivenciadas, construindo novas perspectivas e apresentando direitos. A partir disso

foi possível a atuação de representantes por empresa que inicialmente tinham o papel de repassar o conhecimento construído nas reuniões nos locais de trabalho.

As condições vivenciadas pelos trabalhadores assalariados, no início da década de 1990, eram bastante precárias, evidenciando com frequência o uso de transporte irregular, da exploração do trabalho infantil e, sobretudo, de trabalho extenuante. Na pesquisa documental que realizamos encontramos diversas reportagens de jornal que denunciavam as precárias e degradantes condições de trabalho²². A forma que os trabalhadores eram transportados e a ausência de condições de trabalho minimamente adequadas eram sempre relatadas.

Fotografias 15 e 16 – Transporte dos trabalhadores e local para descanso e refeições



Fonte: Acervo do STR Petrolina

Diante das precárias condições de trabalho, paralelamente às reuniões com os trabalhadores, o STR - Petrolina passou a fazer fiscalizações nas empresas, entretanto, diante do não reconhecimento da legitimidade do sindicato pelo patronato, houve grande resistência à permissão do acesso do sindicato às empresas.

Um relatório de atividades do STR de Petrolina apresenta as atividades desenvolvidas pela secretaria de assalariados entre os meses de julho e agosto de 1993. Neste período foram realizadas visitas a dezessete fazendas, no intuito de informar os trabalhadores, fiscalizar as condições de trabalho e mobilizar. Os diretores fizeram ainda visitas aos trabalhadores diaristas, e reuniões nos bairros com os trabalhadores.

No mês de agosto de 1993 os diretores do sindicato estiveram em reunião com o Delegado Regional do Trabalho, Mário Gantois, e com o Subdelegado, Paulo Mendes, para

²² “DRT notifica empresas com irregularidades”. Jornal do Commercio, Recife, 1993.; “Trabalhadores arriscam a vida para ganhar o pão”. Jornal Diário da Região, Juazeiro, 15 de novembro de 1993.

entrega de um documento de reivindicação de ampliação da atuação da DRT na fiscalização das empresas.

A Delegacia Regional do Trabalho assumiu um papel importante nesse momento, atuando junto com o sindicato, a DRT passou a realizar fiscalizações nas empresas em busca de irregularidades. Francisco Pascoal “Chicou” relatou essa aproximação do sindicato com a DRT:

Para levantar esse trabalho de assalariados, começou esse trabalho na base, muito difícil, a fiscalização era muito difícil, mas a gente também contou com um grande apoio do Dr. Paulo Mendes, subdelegado do trabalho aqui em Petrolina, nos apoiou nos primeiros momentos em que os patrões não aceitavam a gente entrar nas suas propriedades, não deixava, era tudo fechado (Francisco Pascoal Cipriano da Silva, dirigente sindical. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 14 de dezembro de 2011).

Paulo Mendes, ao conceder entrevista, também identificou que naquele momento havia uma grande resistência da classe patronal em reconhecer a legitimidade da organização sindical e permitir o acesso do STR às empresas. Apontando ainda o seu entendimento quanto à importância da presença do sindicato nas fiscalizações.

A gente fazia questão que as fiscalizações elas fossem acompanhadas pelo sindicato, o que criou um problema também, porque o empresariado não queria aceitar a presença da entidade sindical nas fiscalizações o que é permitido, desde que não haja, digamos assim, algo que impeça o desempenho da fiscalização estatal (Paulo José Mendes de Oliveira, auditor fiscal do trabalho. Entrevista realizada em Recife/PE, 30 de Abril de 2012).

Segundo relatório de atividades sindicais do STR de Petrolina, entre os dias 17 e 20 de agosto de 1993, o diretor de assalariados do sindicato, Francisco Pascoal, acompanhou a fiscalização da DRT em sete fazendas, identificando nesse período 629 trabalhadores sem carteira assinada.

Fotografias 37 e 18 – Fiscalização DRT nas empresas fruticultoras



Fonte: Acervo do STR Petrolina

A atuação da Delegacia Regional do Trabalho ganhou destaque na imprensa regional e foi noticiada, inclusive, em matéria do *Jornal do Commercio*²³. Com o título “DRT notifica empresa com irregularidades”, a matéria afirma que mais de vinte empresas instaladas no distrito de irrigação Nilo Coelho foram notificadas por irregularidades e não cumprimento da legislação trabalhista e que, segundo o Subdelegado da DRT, foram encontradas pessoas trabalhando sob condições muito precárias, havendo inclusive trabalho infantil.

O sindicato atuava também através dos meios de comunicação. Contando com o apoio da Diocese de Petrolina, o STR transmitia todos os domingos o programa de rádio A voz do trabalhador rural, na rádio Emissora Rural de Petrolina. O STR utilizava-se também desse espaço para comunicação com os trabalhadores, trabalhando no processo de formação e apresentando as ações do sindicato.

Após três anos de trabalho e mobilizações com os assalariados rurais, no ano de 1992, os STR's de Petrolina e Santa Maria da Boa Vista realizaram uma grande assembleia com a presença de mais de 700 trabalhadores em Izacolândia distrito de Petrolina. Após esse momento e demonstrada à legitimidade e capacidade de ação dos sindicatos, deram-se início as primeiras interlocuções com as grandes empresas. Essas negociações iniciais tinham o intuito de garantir a assinatura da carteira de trabalho e dessa forma reivindicar os direitos fundamentais dos trabalhadores (SOUTO JR; SILVA, 2013).

A superação da informalidade foi o marco inicial para a modernização das relações de trabalho na fruticultura irrigada. A inexistência de contratos e relação formal de trabalho, em muitos casos, impunha dificuldades na atuação jurídica do sindicato que acaba por limitar-se a denunciar as irregularidades às autoridades competentes. Como nos relatou, um dos dirigentes sindicais desse período, Francisco Pascoal:

E aí a gente fica sem saber o que fazer quanto trazia para a Doutora [Aparecida Pedrosa, advogada do sindicato] ela dizia isso aqui só resolvia se tivesse o contrato de trabalho, muita gente era avulso, o pessoal que era de carteira fichada era o pessoal de escritório, o outro pessoal eram clandestinos, que aqui na época a gente chamava de avulso, trabalhador avulso (Francisco Pascoal Cipriano da Silva, dirigente sindical. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 14 de dezembro de 2011).

Todo esse trabalho, iniciado em 1989, com reuniões de aproximação e reconhecimento junto à base, de fiscalização das empresas e da própria compreensão interna dos sindicatos sobre a necessidade da luta com a categoria dos assalariados, além das primeiras interlocuções com a classe trabalhadora e o diálogo com a DRT, teve como consequência a assinatura da

²³ “DRT notifica empresas com irregularidades”. *Jornal do Commercio*, Recife, sem data.

primeira Convenção Coletiva de Trabalho dos assalariados rurais do Vale do São Francisco no início do ano de 1994.

4.3 As estratégias de luta pelo caminho institucional

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais estudados possuem uma agenda sindical que ocupa diversas frentes. A atuação dessas organizações não se restringe às contradições específicas da relação “capital x trabalho” no espaço do processo produtivo, mas diz respeito também à questões vinculadas às condições de vida dos trabalhadores.

Nesse sentido, apesar de dedicarmos a nossa análise à política elaborada em uma pasta específica dos sindicatos, no caso as diretorias de assalariados rurais, não podemos perder de vista que essas organizações representam uma categoria ampla e diversa. Dessa forma, cabe atentar para o fato de que os espaços e estratégias de construção política a que se dedicam os sindicatos estudados são múltiplos.

Acompanhamos nos últimos anos diversas agendas políticas mobilizadas pelos sindicatos como, por exemplo, manifestações políticas em defesa dos direitos previdenciários, campanhas contra o uso indiscriminado de agrotóxico, campanhas em defesa do rio, mobilizações em defesa da democracia.

Não podemos deixar de demarcar a agenda anual de mobilizações organizadas pelas federações e pela confederação das quais os STR's participam como o Grito da Terra, em que a cada edição possui uma pauta específica direcionada aos poderes públicos, além também da marcha das margaridas, mobilização em defesa dos direitos das mulheres.

Porém, nesta seção nos deteremos à análise da política e estratégias de ação sindical, construídas pelos STR's, tomando como referência os assalariados rurais da fruticultura irrigada.

4.3.1 A convenção coletiva de Trabalho

A política sindical construída pelos STR's, para os trabalhadores rurais da fruticultura é voltada, em grande medida, para a negociação da convenção coletiva de trabalho. Os diretores das pastas de assalariados dedicam suas energias durante todo o ano, prioritariamente, para a construção da CCT.

Negociada, anualmente, desde 1994, a convenção tornou-se o principal espaço institucional de mobilização da categoria em torno das questões do trabalho. Discutindo as questões do trabalho no espaço da convenção os sindicatos abriram espaço também para construir outros debates que dizem respeito à categoria.

Chama atenção no processo de desenvolvimento da convenção coletiva de trabalho da fruticultura irrigada a inserção de questões que não estão somente orientadas para a normatização das atividades do processo produtivo, ou garantia das condições adequadas de trabalho.

Nesse sentido, cabe destacar as questões relacionadas à equidade de gênero e as especificidades do trabalho feminino, analisadas por Silva (2016), as questões que se referem aos jovens e os direitos da criança e adolescente, as cláusulas que dizem respeito à saúde do trabalhador, garantindo folga para a realização de exames preventivos de câncer, dentre outras questões ampliam o debate para além da situação específica do trabalho.

Além desses aspectos, percebemos também que ao longo dos vinte e três anos de negociação coletiva, os trabalhadores tiveram avanços significativos em termos econômicos. Identificamos a questão salarial como uma das conquistas mais significativas dos trabalhadores a partir da construção da convenção coletiva.

Na maior parte das convenções o salário unificado da categoria negociado foi superior ao salário mínimo nacional, inclusive entre os anos de 1994 e 2000 a negociação coletiva estabeleceu que o piso não poderia ser inferior ao salário mínimo acrescido de 10%.

A superioridade com relação ao salário mínimo, entretanto, não garante que os aumentos salariais representam ganho real. Quando comparamos os aumentos salariais estabelecidos anualmente com a inflação calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE, percebemos que em alguns anos o aumento não conseguiu superar os índices de inflação do período, não representando dessa forma ganho real.

Tabela 03 – Reajuste salarial estabelecido na CCT em comparação com INPC-IBGE Brasil 1994 - 2016

ANO	SALÁRIO MINIMO	SALÁRIO UNIFICADO	AUMENTO SALARIAL	INPC	GANHO REAL
1994	URV 64,79	URV 71,27	-	-	-
1995	R\$ 100,00	R\$ 110,00	-	-	-
1996	R\$ 112,00	R\$ 128,00	16,36%	22,00%	-4,62%
1997	R\$ 120,00	R\$ 139,00	8,59%	8,42%	0,15%
1998	R\$ 130,00	R\$ 146,00	5,03%	4,38%	0,62%
1999	R\$ 136,00	R\$ 150,00	2,74%	2,28%	0,45%
2000	R\$ 151,00	R\$ 177,12	18,08%	8,38%	8,95%
2001	R\$ 180,00	R\$ 181,21	2,30%	5,44%	-2,98%
2002	R\$ 200,00	R\$ 207,00	19,75%	9,77%	9,10%
2003	R\$ 240,00	R\$ 240,00	15,95%	18,54%	-2,2%
2004	R\$ 260,00	R\$ 268,00	11,67%	8,62%	2,80%
2005	R\$ 300,00	R\$ 308,00	14,92%	6,08%	8,33%
2006	R\$ 350,00	R\$ 358,00	16,23%	4,15%	11,60%
2007	R\$ 380,00	R\$ 390,00	8,94%	2,92%	5,85%
2008	R\$ 415,00	R\$ 425,00	8,97%	5,42%	3,37%
2009	R\$ 465,00	R\$ 476,00	12%	6,43%	5,23%
2010	R\$ 510,00	R\$ 521,00	9,45%	4,36%	4,88%
2011	R\$ 545,00	R\$ 560,00	7,48%	6,52%	0,9%
2012	R\$ 622,00	R\$ 640,00	14,28%	5,63%	8,19%
2013	R\$ 678,00	R\$ 700,00	9,37%	6,63%	2,57%
2014	R\$ 724,00	R\$ 748,00	6,86%	5,26%	1,52%
2015	R\$ 788,00	R\$ 816,00	9,09%	6,23%	2,69%
2016	R\$ 880,00	R\$ 913,00	11,89%	11,03%	0,69%

Fonte: Dados organizados pelo autor

A tabela 03 mostra os reajustes salariais estabelecidos na convenção coletiva entre os anos 1994 e 2016, comparando-os com o salário mínimo estabelecido em cada ano e tomando como referência o aumento salarial da categoria em relação ao INPC-IBGE. A partir da tabela podemos perceber que apenas nos anos de 1996, 2001 e 2003 os assalariados da fruticultura não obtiveram ganhos salariais reais.

Percebemos, portanto como a possibilidade de negociar coletivamente os salários e as condições de trabalho possibilitou aos trabalhadores também uma garantia, ainda que economicamente restrita, de distribuição de renda. Em alguns anos os trabalhadores conquistaram aumentos salariais com ganhos reais significativos, como por exemplo, 2005, 2006 e 2012.

Além de significar conquistas efetivas de direitos para os trabalhadores, a primeira CCT representou, principalmente, a modernização das relações de trabalho no Vale do São Francisco. Nesse sentido, a convenção foi fundamental por inserir os trabalhadores no mundo do direito e impor aos patrões os limites legais da relação capitalista de trabalho.

As garantias e regulamentações negociadas nas 61 cláusulas aprovadas na primeira CCT foram mantidas com algumas variações nas convenções posteriores, outras 19 cláusulas foram inseridas ao longo dos anos, constando 82 cláusulas na convenção de 2016.

4.3.2 Os delegados sindicais como parte preponderante para construção da política sindical

Acompanhamos durante alguns dias as atividades do STR's de Petrolina e Juazeiro. Podemos perceber que cotidianamente os diretores da pasta de assalariados, de ambos os sindicatos, saem para realizar visitas às empresas no horário de almoço. Essas visitas geralmente possuem o objetivo de informar os trabalhadores sobre os seus direitos, conquistas da convenção e a eleição de delegados sindicais.

Os delegados sindicais são atores fundamentais na construção da política sindical para os assalariados e também no processo de construção e negociação da convenção coletiva. Desde a primeira CCT, os sindicatos garantiram o direito de estabelecer delegacias sindicais em cada empresa. O número de delegados inicialmente era proporcional ao número de funcionários das empresas; entretanto, atualmente a convenção estabelece um limite de até quatro delegados nas empresas com mais de quatrocentos funcionários.

O STR de Petrolina possui cerca de 70 delegados, em sua maioria, funcionários de grandes empresas. Como o número de empresas fruticultoras em Juazeiro é inferior ao da cidade pernambucana, o STRJ possui em torno de 30 delegados.

Os delegados têm assegurados pela convenção coletiva a garantia de estabilidade no trabalho e de que não serão transferidos e nem colocados em funções afastadas dos demais trabalhadores. Até o ano de 2014 os delegados possuíam dois anos de estabilidade garantidos pela CCT, contudo essa conquista foi reduzida para apenas um ano na negociação de 2014. Isso impõe uma grande corrida dos sindicatos para reeleger os delegados após cada negociação, evitando assim que eles sofram alguma retaliação.

Os trabalhadores que se dispõem a assumir a função de delegado sindical normalmente possuem um perfil mais comunicativo e de liderança, em geral, também estão preocupados com as condições de trabalho e costumam reclamar seus direitos.

Acompanhamos algumas eleições de delegados sindicais nas empresas. Observamos que a maioria dos trabalhadores se esquivam desta responsabilidade, mas sempre indicam aquelas pessoas que acreditam ter o perfil para assumir tal função. Não acompanhamos nenhuma eleição onde houvesse dois ou mais interessados. Normalmente o delegado escolhido é aclamado pelos colegas.

Existe também uma forte preocupação entre os assalariados de não eleger como delegado os trabalhadores que eles denominam de “babões”. Os babões seriam aqueles que atuam mais em defesa do patrão do que do trabalhador, que tem medo de contestar os superiores e que às vezes até tenta influenciar os demais colegas a concordar com determinadas normas ou demandas empresa que os prejudiquem.

Menezes e Cover (2016) percebem o uso dessa mesma expressão entre os canavieiros. Apesar da análise se realizar em um contexto de greve, o uso da expressão “babão” entre os canavieiros também visa classificar aqueles que optam por ficar ao lado do patrão e não se solidarizam com os trabalhadores. Neste caso os trabalhadores chamados de babão foram aqueles que furaram a greve.

É fundamental, portanto, para os trabalhadores que os eleitos como delegados sindicais demonstrem pertencimento à classe e tenham uma postura combativa. Inevitavelmente diante do desinteresse geral da categoria pela atribuição sindical, nem todos os delegados eleitos compartilham desse perfil.

Existe ainda um esforço por parte da diretoria de assalariados do STR Petrolina em eleger mulheres como delegadas. Diante do grande quantitativo de trabalhadoras na

fruticultura a representatividade das mulheres nesta função torna-se fundamental, sobretudo porque eles são os principais atores no momento de construção da pauta para a convenção coletiva.

Embora esteja normatizado na convenção que o trabalhador eleito delegado sindical não sofrerá represália por sua função, vários dos delegados com quem conversamos alegaram sofrer perseguições no emprego, ou serem constantemente mudados de serviço, colocados em atividades de pouco contato com os trabalhadores, ou em atividades de maior esforço físico, como relata Daniel:

Hoje eu estou na enxada pela questão de ser delegado sindical. Lá mesmo eu trabalho com enxerto, amarrio, poda, desbrota, raleio. Eu conheço todas as áreas da uva. [...] Tá na enxada é o serviço bruto, é o serviço mais bruto que tem, é a enxada e a estrovenga. Estrovenga é o roço, né? Enxada é reduzir a altura do mato. Isso Já foi depois de uma questão que nós estamos entrando lá em busca de conseguir melhoria para os trabalhadores, e eles se revoltaram comigo e me colocaram agora só no serviço pesado (Daniel Araújo Saldanha, 34 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 05 de agosto de 2015).

Apesar de se perceber qualificado e de já ter realizado diversas atividades no ciclo produtivo da uva, por conflitos causados diante da contestação das metas definidas e dos valores da remuneração por produção, Daniel foi colocado para capinar alguns lotes que não estavam sendo cultivados. Dessa forma, a empresa o manteve afastado dos demais trabalhadores e de certa forma ainda o puniu com a atribuição de um serviço considerado pesado.

Os delegados sindicais são, portanto, personagens fundamentais na construção da política sindical. Eles funcionam como ponte entre o sindicato e as empresas. Atuam no local de trabalho para defender os direitos dos trabalhadores e acionam os sindicatos naqueles conflitos que não conseguem dirimir. Como foi visto no capítulo anterior, por sua função, os delegados acabam tornando-se referência dos trabalhadores em algumas práticas de resistência como nas estratégias de amarrar o serviço ou burlar a fiscalização.

Percebemos que diante da incapacidade do sindicato de dar conta das centenas de empresas fruticultoras instaladas no Vale, os delegados desenvolvem um papel essencial para a construção de uma política sindical mais atrelada à base, que dê conta de perceber as relações que se estabelecem no local de trabalho. Como observa Irene, delegada sindical do STR – Petrolina:

Tem hora que o sindicato quer uma coisa que o trabalhador... Que nós, como delegados que tamo lá no campo, às vezes o sindicato entende de uma forma, e a gente que tá no campo que sabe que aquela forma não é a melhor pro trabalhador. Então eu acho que o papel do delegado é esse, é trazer a demanda do trabalhador lá

do campo e mostrar para o sindicato que as coisas não é nem do jeito que eles querem, nem que pensa. Tem que ser do jeito que o trabalhador que tá lá é que tá sentindo. (Irene Pereira Gomes, 40 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 14 de janeiro de 2016).

Por outro lado, observamos também que os diretores do sindicato dão pouca atenção à formação política e ao diálogo com esses sujeitos. Apesar de terem direito, pela convenção, de dois dias por mês à disposição do sindicato, poucas vezes esses trabalhadores são convocados para participar de cursos ou reuniões. Esse processo acontece apenas quando se aproxima a convenção coletiva de trabalho.

O acervo do sindicato nos permite perceber que em outro momento as reuniões foram muito mais frequentes. São diversos os relatórios de reuniões com delegados sindicais entre os 1992 e 1997. Pelos relatórios identificamos também que a metodologia utilizada nas reuniões era bastante diferente do modelo atual, onde os delegados eram convidados a participar, refletir sobre seus problemas e definir coletivamente os encaminhamentos.

Observamos, portanto, que apesar do sindicato compreender a importância da representação sindical no local de trabalho, os processos de construção política tornaram-se menos abertos à diversidade e à construção coletiva. Os diretores, que já estão na gestão do sindicato há alguns mandatos, parecem ter se acomodado às estruturas de poder e não conseguem construir os espaços políticos tão democraticamente.

4.3.3 A participação em outros espaços institucionais

Se os delegados podem ser considerados atores fundamentais na construção de uma política sindical dos, e para, os assalariados rurais, não podemos perder de vista que os sindicatos lançam mão também de outras estratégias de contestação das condições de trabalho e defesa da categoria.

Além da negociação coletiva, e da constituição de delegacias sindicais nas empresas, os sindicatos tem atuado na construção de outros espaços políticos institucionais como os conselhos municipais de transporte, educação, saúde, mulheres, alimentação escolar, nos quais diretores dos STR's ocupam cadeiras.

A participação dos diretores nesses espaços é justificada pela defesa dos interesses das categorias que representam no processo de construção de políticas públicas. Constrói-se assim um sindicalismo preocupado com a questão da cidadania, seja do ponto de vista da construção

de uma convenção coletiva preocupada com direitos que estão relacionados para além das relações de trabalho, seja no processo de construir políticas públicas através dos espaços institucionais.

Fazemos parte de todos os Conselhos porque entendemos que é importante, os Conselhos de Saúde, Educação, todos eles, Desenvolvimento Rural Sustentável, todos eles nós fazemos parte. Por que fazemos parte disso? Porque a políticas que vem, nós realizamos Grito da Terra, que é onde nós buscamos, então se nós buscamos, nós temos que acompanhar como é que ele está sendo executado no município. Então a gente faz parte de todas essas políticas do município. [...] Então, fazemos parte do Conselho de Saúde, Educação, Conselho do Idoso, Conselho da Juventude, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, tem mais algum? (Maria Gilvaneide, dirigente sindical do STR de Santa Maria da Boa Vista. Entrevista realizada em Santa Maria da Boa Vista, 11 de julho de 2011).

Os sindicatos concebem a necessidade de representar os interesses da categoria em outros espaços institucionais de construção política. Dessa forma, os conselhos municipais, e as conferências estaduais e nacionais são espaços adequados para fiscalizar a execução e cobrar políticas para a categoria.

Percebemos, portanto, como os sindicatos assumem o papel de sujeito social buscando influenciar nos processos de formulação e gestão de políticas públicas que visem a garantir aos trabalhadores o acesso a direitos e a uma melhor qualidade de vida. Os sindicatos elaboram dessa forma uma política sindical que não está atenta apenas às contradições das relações de trabalho nos espaços das empresas, mas que busca garantir também o acesso dos trabalhadores aos direitos.

Véras de Oliveira (2011), analisando a trajetória da Central Única dos Trabalhadores (CUT), observa como a partir da década de 1990, diante das mudanças na dinâmica das relações de trabalho e da sociabilidade em geral, a noção de cidadania ganha centralidade, com grandes tensões internas, na política sindical definida pela CUT, e conseqüentemente na política sindical nacional.

Observamos na política sindical construída pelos STR's do Vale do São Francisco como essa característica também se fez presente. Seja através da consolidação de uma convenção coletiva, atenta a questões dos direitos e da cidadania, seja na ocupação de espaços públicos de formulação e execução de políticas públicas.

4.3.4 Ações políticas mais radicais: paradesiros e greves

Em diversos momentos na luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores os STR's lançaram mão de estratégias de luta mais enfáticas como greve e paradesiros. Essas mobilizações aconteceram, na maior parte das vezes, em função da convenção coletiva de trabalho, em alguns momentos por dificuldade de avançar com as negociações, em outros para garantir seu cumprimento.

Para cada situação os trabalhadores lançam mão de estratégias distintas. Greves e paradesiros aparecem como práticas diferentes nas falas dos sindicalistas e são realizadas em situações específicas. Apesar das discussões conceituais ou normativas sobre greve e paralisações no local de trabalho, assumiremos nessa análise os termos utilizados pelos sindicalistas.

A gente teve várias greves. Agora paradesiro... Não tinha mês para não ter um ou dois. Está descumprindo a convenção, a gente ia lá, pedia parada. Ia lá e conseguia parar. Era de empresa para empresa, por que o cara não estava querendo negociar. Não estava querendo cumprir aquilo que estava na convenção (Francisco Pascoal, líder sindical. Entrevista concedida a Leite (2013), em abril de 2012).

Francisco Pascoal, “Chicou”, esclarece a diferença entre as estratégias de greve e paradesiro. Os sindicalistas compreendem a greve como uma mobilização geral que paralise diversas empresas em um ou mais municípios, normalmente motivadas pela dificuldade de avançar no processo de negociação coletiva de trabalho. Já os paradesiros são paralisações pontuais, em empresas específicas e acontecem, normalmente, pelo descumprimento de alguma questão negociada na convenção.

A primeira greve... Houve paradesiros pra fazer cumprimentos, o patrão não estava cumprindo a convenção, então a gente organizava os trabalhadores e fazia paradesiros, mas nós só vamos ter greve, em 97. Essa foi a nossa primeira greve do Vale do São Francisco, partiu de Santa Maria da Boa Vista porque o patronal de lá queria tirar todos os direitos, começou por lá em Santa Maria da Boa Vista, em 97. Viemos ter outra greve, pesada, por questão da convenção coletiva em 2002, foi uma convenção também pesada, que nós perdemos nas estratégias e não foi muito positiva para os trabalhadores (Francisco Pascoal, líder sindical. Entrevista concedida a Leite (2013), em abril de 2012).

Como aponta “Chicou”, os paradesiros sempre foram constantes, e aparecem como estratégia de sindicalistas e trabalhadores para garantir o cumprimento do que foi negociado na convenção. Como observamos no capítulo anterior, os paradesiros possuem uma dinâmica mais espontânea, apesar de serem quase sempre relacionados à noção de descumprimento de direitos, a organização dos paradesiros não passam diretamente pelo espaço da diretoria dos sindicatos, mas se dá mais especificamente nos locais de trabalho.

Os paradesiros são significativos da atuação pedagógica dos sindicatos em processo de garantir com que os trabalhadores apropriem-se dos seus direitos. Nesse sentido, destacamos as estratégias iniciais que foram utilizadas como as reuniões nos bairros, os cursinhos onde alguns trabalhadores compartilhavam seus aprendizados sobre a legislação com os demais colegas nos espaços de trabalho e, sobretudo as cartilhas distribuídas para os trabalhadores com os resultados das negociações.

Ao realizarmos pesquisa documental nos acervos de jornais impressos de circulação regional percebemos como essas estratégias foram eficientes. Através das reportagens dos jornais constatamos que já nós primeiros anos após o início das negociações coletivas, 1994, 1995 e 1996, foram diversas as paralisações que aconteceram exigindo melhores condições de trabalho e o cumprimento da convenção coletiva de trabalho.

Temos como exemplo o paradeiro deflagrado no mês de outubro de 1994, onde mais de 200 trabalhadores das fazendas Central, Isabela e Juliana, todas do Grupo Garziera, paralisaram as atividades por 24 horas exigindo o pagamento do piso salarial, pagamento de adicional insalubridade aos funcionários que trabalham na aplicação de agrotóxicos, repasse da contribuição sindical e fornecimento de equipamentos de proteção individual, todas essas reivindicações já negociadas e estabelecidas pela convenção coletiva²⁴.

Nos anos de 1995 e 1996 constatamos que aconteceram outros movimentos paredistas. No mês de outubro de 1995 os trabalhadores da Empresa Agropecuária Dan Ltda. cruzaram os braços denunciando o trabalho forçado, o uso excessivo de agrotóxicos, e a demissão irregular de trabalhadores, além do descumprimento de outras cláusulas da convenção²⁵. No mês de dezembro do mesmo ano os trabalhadores das fazendas do Grupo Garziera paralisaram novamente as atividades denunciando o descumprimento da convenção²⁶. Em abril de 1996, foi à vez dos trabalhadores da empresa Timbaúba Agrícola, pertencente ao grupo Queiroz Galvão, paralisar as atividades por dois dias reivindicando também o cumprimento da Convenção Coletiva²⁷.

Esse movimento de paralisações destacado pelos jornais entre os anos de 1994 e 1996 é simbólico da apropriação dos trabalhadores diante das regulamentações estabelecidas nas

²⁴ “Agricultores voltam a negociar”. *Jornal do Commercio*, 11 de outubro de 1994.

²⁵ “Trabalhadores denunciam exploração”. *Jornal do Commercio*, 3 de outubro de 1995.

²⁶ “Trabalhadores fazem greve em fazenda”. *Jornal do Commercio*, 07 de dezembro de 1995

²⁷ “Trabalhador faz acordo e termina greve em fazenda”. *Jornal do Commercio*, 18 de abril de 1995.

negociações coletivas, refletindo também a capacidade de atuação e mobilização dos sindicatos no sentido de se fazer cumprir a convenção coletiva de trabalho.

Não constatamos mais os registros dessas mobilizações no levantamento documental que realizamos nos acervos dos e nem mesmo nos registros documentais dos sindicatos. Acreditamos que a ausência de registros documentais não significa que os paradesiros deixaram de acontecer. Acompanhando a dinâmica do STR percebemos que não grande preocupação em documentar esses acontecimentos, porém eles são constantes nas memórias e narrativas dos trabalhadores e sindicalista.

Acompanhando as atividades do sindicato ao longo do ano de 2015 e primeiro semestre de 2016, percebemos que os paradesiros para cumprimento da convenção coletiva de trabalho continuam constantes e são significativos do processo de organização e luta dos trabalhadores²⁸.

As greves, consideradas pelos sindicalistas mobilizações maiores que paralisam mais de uma empresa em um ou mais municípios, são bem menos constantes que os paradesiros. A partir das entrevistas e pesquisas documentais identificamos quatro movimentos grevistas dos assalariados rurais. Todas essas mobilizações ocorreram em decorrência da dificuldade em avançar nas negociações coletivas de trabalho.

A primeira greve geral dos assalariados rurais aconteceu no ano de 1997, como destacou “Chicou” em sua entrevista. A greve foi consequência de um grande impasse nas negociações, sobretudo com relação aos produtores das cidades de Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista que recusavam a garantir o aumento salarial.

Naquele ano os trabalhadores reivindicavam um salário de R\$ 175, 00 e a contraproposta patronal era a manutenção do salário vigente de R\$ 128,00²⁹. Após três dias sem avanços na negociação os trabalhadores resolveram cruzar os braços e montaram acampamento em uma praça pública, em frente à prefeitura municipal de Juazeiro.

O movimento paredista durou cerca de uma semana, e segundo “Chicou”, contou com a participação de mais de 90% dos trabalhadores assalariados da região. Na avaliação dos sindicalistas a primeira greve dos assalariados foi vitoriosa e, através da mediação do

²⁸ Conforme analisamos no capítulo 3.

²⁹ “Trabalhadores entram em greve por melhores salários”. Jornal de Juazeiro, fevereiro de 1997.

Ministério do Trabalho, os trabalhadores conseguiram um aumento salarial de 8,5%, ficando o piso salarial da categoria no valor de R\$ 139,00 no ano de 1997³⁰.

O processo de negociação da convenção coletiva do ano 2000 também foi bastante conflituoso e provocou a deflagração da segunda greve geral dos assalariados rurais. Dentre os principais pontos reivindicados pelos trabalhadores, segundo informações do jornal Diário da Região³¹, extinção do banco de horas, igualdade salarial entre homens e mulheres, segurança no transporte dos trabalhadores e o pagamento de 100% sob a hora extra de trabalho, que no anterior havia sido reduzido de 80% para 70% sobre a hora de trabalho normal.

Outra matéria divulgada pelo jornal Diário da Região, no dia 18 de janeiro de 2000³² traz ainda a denúncia do presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado da Bahia (FETAG-BA), sobre a existência de dois “sindicatos de assalariados rurais laranjas” nas cidades de Lagoa Grande - PE e Santa Maria da Boa Vista – PE.

O sindicato citado pelo Presidente da FETAG-BA como sindicato laranja era o Sindicato dos Trabalhadores de Hortifrutigranjeiros de Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista. Essa organização sindical que não era reconhecida pela FETAPE, nem pela CONTAG, foi acusada pelos trabalhadores de ter sido criada pelo patronato. Naquele ano os empresários das cidades de Lagoa Grande e Santa M^a da Boa Vista não compareceram as negociações da convenção coletiva unificada, alegando já ter estabelecido um acordo com os sindicatos de assalariados rurais das cidades.

Após dois dias de negociações, a classe patronal apresentou uma contraproposta à reivindicação dos trabalhadores. Dentre as propostas apresentadas pelos empregadores³³, estava à permanência do banco de horas, a redução do valor da hora extra de 70% para 50% do valor da hora normal, e o congelamento dos salários com relação ao ano anterior.

Não aceitando negociar nessas condições, e almejando um aumento salarial para R\$170,00, os trabalhadores rurais de todos os municípios da região decretaram greve no dia 25 de janeiro de 2000, somando-se aos trabalhadores de Santa Maria da Boa Vista e de Lagoa

³⁰Conforme a cláusula 2 da Convenção Coletiva de Trabalho da Hortifruticultura do Submédio Vale do São Francisco para o ano de 1997.

³¹ "Trabalhadores Rurais começam as negociações salariais para esse ano". Jornal Diário da Região. Juazeiro, 7 de janeiro de 2000, p. 08.

³² "Trabalhadores Rurais tentam acordo com patrões". Jornal Diário da Região. Juazeiro, 18 de janeiro de 2000, p. 08.

³³ "Negociações com trabalhadores rurais continuam emperradas". Jornal Diário da Região. Juazeiro, 20 de janeiro de 2000, p. 08.

Grande, que já haviam decretado greve desde o dia 20 de janeiro, devido à impossibilidade de negociação com os patrões.

A greve atingiu os municípios de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande, Juazeiro, Sobradinho, Sento Sé, Curaçá e Casa Nova. Além da paralisação foram realizados vários piquetes e outros movimentos de conscientização dos trabalhadores, que foram coordenados pela CONTAG, FETAPE, FETAG-BA e pelos STR's³⁴.

Antes de completar dois dias de greve, trabalhadores e patrões conseguiram chegar a um acordo. A classe patronal, após o anúncio de greve cedeu nas propostas, ficando aprovada a extinção do banco de horas, o aumento do piso salarial para R\$ 163,00, além do acordo em relação à remuneração de horas extras³⁵.

No ano de 2002 os trabalhadores assalariados deflagraram outra greve geral, novamente em decorrência de impasses na negociação salarial. Neste ano a reivindicação era de que o piso salarial da categoria fosse de R\$214,00³⁶, novamente essa proposta não foi aceita pelo patronato que oferecia apenas R\$190,00. A dificuldade de encaminhar o processo de negociação terminou na deflagração de mais uma greve geral.

A greve do ano de 2002 durou oito dias, mobilizando toda a categoria, a greve foi marcada por conflitos com as forças policiais e protestos cobrando ações da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) na fiscalização das irregularidades nas empresas³⁷.

O saldo do movimento paredista também foi considerado positivo pelos sindicatos. Apesar dos valores da reivindicação inicial não terem sido alcançados os trabalhadores conquistaram um aumento salarial de 19,7%, efetivando o piso salarial da categoria em R\$207,00.

A última greve geral aconteceu no ano de 2004, e foi considerada a maior dos assalariados rurais no SMSF. O principal impasse entre patronato e trabalhadores foi também decorrente da negociação salarial, a classe patronal oferecia um abono de R\$5,00 sobre o salário mínimo que na época correspondia a R\$260,00, enquanto a proposta dos trabalhadores era de R\$330,00³⁸.

³⁴ “Greve paralisa irrigação no Vale do São Francisco”. Jornal Diário da Região. Juazeiro, 25 de janeiro de 2000, p. 08.

³⁵ “Trabalhadores Rurais voltam às atividades depois de acordos com patrões” Jornal Diário da Região. Juazeiro, 26 de janeiro de 2000, p. 03.

³⁶ “Trabalhadores entram em Greve”. Jornal do Commercio. Recife, 7 de fevereiro de 2002.

³⁷ “Tensão marca greve no São Francisco”. Jornal do Commercio. Recife, 12 de fevereiro de 2002.

³⁸ “Trabalhadores Rurais do VSF estão em estado de greve” Jornal Diário da Região. Juazeiro, 07 de março de 2004, p. 03.

Os trabalhadores tencionaram as negociações e rejeitaram a proposta salarial dos patrões. Por outro lado, a classe patronal recusou-se a negociar o valor de R\$330,00, declarando ser esta uma proposta abusiva e fora da realidade financeira dos produtores³⁹.

Segundo o Jornal Diário da Região, com uma adesão de quase 80% de toda a categoria, foi deflagrada a greve nos municípios de Juazeiro, Casa Nova, Curaçá, Sento Sé, Sobradinho, Abaré, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande⁴⁰. O movimento grevista, que durou uma semana, só foi finalizado com a intermediação da Delegacia Regional do Trabalho.

Trabalhadores e patrões alcançaram um consenso quanto à questão salarial, ficando estabelecido que o reajuste salarial da categoria se daria de acordo com Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), o que representou um aumento de R\$8,00 sobre o salário mínimo⁴¹.

Após 2004 não houve nenhuma outra grande mobilização dos assalariados rurais da fruticultura irrigada. Desde então as negociações coletivas tem acontecido com certa tranquilidade e, dessa forma, o artifício da greve parece não ter sido necessário. Ao menos quando analisamos os resultados da negociação salarial dos últimos doze anos.

A partir de 2004 os reajustes salariais negociados na convenção coletiva da fruticultura irrigada do SMSF registraram valores sempre superiores a inflação, calculada através do Índice Nacional de Preços (INPC-IBGE). Tal dinâmica não foi distinta das negociações salariais de outras categorias acompanhadas pelo DIEESE.

As boas condições da economia internacional somadas à gradativa retomada do fomento estatal ao desenvolvimento econômico e a ampliação dos programas públicos de geração e distribuição de renda, dentre elas a política de recuperação do salário mínimo, garantiu a melhora no cenário político e econômico e apresentou reflexos nas negociações salariais, cujos resultados foram mais positivos. Após 2004, ampliou-se o percentual de negociações salariais que registraram reajustes acima do INPC-IBGE acumulado (DIEESE, 2012).

Nos últimos 12 anos a convenção coletiva de trabalho garantiu ganhos reais, do ponto de vista salarial, aos trabalhadores, inclusive após 2009 quando a crise econômica mundial

³⁹ "Trabalhadores Rurais do VSF estão em estado de greve" Jornal Diário da Região. Juazeiro, 07 de março de 2004, p. 03.

⁴⁰ "Trabalhadores Rurais reclamam de ação da PM e pedem apoio à DRT" Jornal Diário da Região. Juazeiro, 12 de março de 2004, p. 03.

⁴¹ "Maior greve dos Trabalhadores Rurais do São Francisco garante conquista para a categoria". Juazeiro, 18 de março de 2004, p. 05.

afetou a economia brasileira e impôs instabilidade às relações comerciais dos produtores do SMSF com o mercado externo.

Diante disso, os STR's não lançaram mão das greves na última década. Não podemos desconsiderar que a ausência de greves e grandes mobilizações pode representar também a redução da capacidade de mobilização dos sindicatos. Ao acompanharmos a negociação coletiva do ano de 2016 observamos como unanimidade entre os sindicalistas a avaliação da inviabilidade da deflagração de um movimento grevista no atual contexto de mobilização, evidenciando, de certa maneira, uma perda de protagonismo dos sindicatos junto às bases.

Apontamos a partir disso que os movimentos denominados como greve pelos sindicalistas possuem uma dinâmica e participação diferenciada do sindicato com relação às paralisações denominadas de paradesiros.

Analisando o desenvolvimento dos movimentos grevistas dos assalariados rurais percebendo a atuação preponderante dos sindicatos no processo de mobilização e organização do movimento. Diferente dos paradesiros que acontecem nas empresas, durante as greves atuação dos sindicatos acontecem preponderantemente nos bairros. Como relata Rita Rosa, assessora da FETAPE, para Leite (2013) sobre a greve de 2002:

Aí a gente ajudava a parar os ônibus, e ia para os bairros, desta vez a gente investiu muito nos bairros. A gente fez muita investida nos bairros. Ia para as empresas também e nos bairros onde o pessoal ia sair e a gente entrava nos ônibus para não deixar eles [saíssem] (Rita Rosa. Entrevista realizada em 04 de maio 2012).

Os assalariados rurais da fruticultura residem preponderantemente nos bairros periféricos das cidades de Juazeiro e Petrolina. Ante a inviabilidade de realizar piquetes nas centenas de empresas existentes na região, os sindicalistas e trabalhadores organizam as mobilizações grevistas nas paradas onde os trabalhadores pegam os ônibus para ir ao trabalho.

Maria da Graça, funcionária do STR-Petrolina, também em entrevista a Leite (2013) sobre a greve de 2002, relatou o seguinte:

A gente foi para a base, fizemos os panfletos e fomos para a base, colocamos a proposta que eles [patrões] tinham dado para gente. O João de Deus [bairro de Petrolina] foi o primeiro que parou total, me lembro que eram 40 ônibus só saindo de lá de dentro. Eram quarenta ônibus e ninguém entrou nos ônibus. Ficamos todos na rua. A polícia veio, queriam que os trabalhadores entrassem a pulso, os trabalhadores foram para cima. Gente foi preso, alguns que tentaram ir, o pessoal não deixou sair de jeito nenhum. Não deixou de jeito nenhum. Paramos os quatro cantos da cidade, Juazeiro tomou de conta de lá, e ficamos o tempo todo parado, ninguém foi trabalhar não, foi 100%. (Maria da Graça. Entrevista realizada em 24 de abril de 2012).

A estratégia de impedir que os trabalhadores tomem a condução para a empresa garante o caráter geral da mobilização. Bairros como o João de Deus, na periferia de

Petrolina, são habitados por milhares de trabalhadores da fruticultura, das mais diversas empresas. A fala de Graça evidencia ainda outros dois aspectos importantes, a repressão policial sofrida pelos grevistas durante essa greve e a organização entre os sindicalistas para a realização de um movimento conjunto em todas as cidades, cada um se responsabilizando por garantir a paralisação de sua base.

As formas de organização, mobilização e, inclusive, de deflagração das greves e dos paradesiros são bastante distintas. Diferentemente da greve que precisa ser mobilizada nos bairros e são deflagradas diante da inviabilidade da negociação coletiva e sob decisão do sindicato, os paradesiros possuem uma dinâmica mais espontânea, são elaborados pelos próprios trabalhadores nos locais de trabalho, apesar de ainda assim demandarem o agenciamento do sindicato.

Apesar de mais vinculados à dinâmica cotidiana dos trabalhadores, e originarem-se de relações menos orientadas pelos diretores dos sindicatos, os paradesiros realizados pelos trabalhadores da fruticultura irrigada não acontecem à revelia da política sindical, inclusive, eles recobram a mediação dos sindicatos para serem realizados. Os STR's podem ser percebidos aqui como um espaço de agenciamento social no sentido atribuído por (Sader, 1988).

4.4 A construção da convenção coletiva de 2016

Acompanhamos a construção da convenção coletiva do ano de 2016. Desde os momentos de construção da pauta até a efetiva negociação entre os sindicatos dos trabalhadores e as organizações de representação patronal e as posteriores atividades de divulgação e avaliação do que foi aprovado.

A convenção é construída e negociada a partir de um longo processo que pode ser dividido em cinco momentos distintos: 1) reconhecimento das demandas e reunião de formação com os delegados sindicais; 2) Elaboração coletiva da pauta de negociação pelos distintos sindicatos e delegados sindicais; 3) assembleias de ratificação da pauta nas bases de cada sindicato; 4) rodadas de negociação entre os sindicatos dos trabalhadores e organizações patronais; 5) espaço de avaliação da convenção e trabalho de divulgação do que foi negociado.

Todos esses momentos acontecem ao longo do ano, mas são realmente intensificados a partir do segundo semestre quando se aproxima da data base da categoria. Desde a convenção

de 2014, os sindicatos avaliaram com o patronato a necessidade de retroagir a data base que era 1º de fevereiro, para o dia 1º de janeiro, garantindo que os trabalhadores não tivessem perdas econômicas em situações de aumento do salário mínimo no primeiro dia do ano.

Portanto, o processo mobilização dos trabalhadores, construção e aprovação da pauta aconteceu todo ao longo do ano de 2015. Devido às festividades de final de ano. A negociação foi atrasada e só teve início na segunda semana de janeiro, o que acabou não garantindo os ganhos propostos com a antecipação da data base.

Ainda com relação à data base, cabe observar que historicamente as negociações acontecem entre os meses de janeiro e fevereiro, fato que em grande medida, reduz o poder de barganha dos sindicatos. Como observamos no capítulo dois, com o fechamento das janelas de exportação nos meses de novembro e dezembro, boa parte dos contratos de trabalho são encerrados e as atividades nas empresas são consideravelmente reduzidas.

Isso, porém não faz com que a possibilidade de greve seja desconsiderada pelos trabalhadores em um contexto de inviabilidade das negociações. A classe patronal também não nega essa possibilidade e tenta garantir que a negociação transcorra de maneira conciliatória. Apesar de não ter as mesmas consequências do que no período de colheita, uma greve durante a entressafra compromete todo o calendário produtivo das empresas.

Acompanhando todo o processo de construção da convenção nos dedicamos a analisar as relações que se estabelecem entre sindicalistas e trabalhadores, as disputas de poder, os conflitos, e de que maneira os sindicatos se propõem a construir uma política institucional mais próxima dos trabalhadores e que visualiza suas demandas.

Apresentamos a seguir nossas observações realizadas em cada um dos momentos de construção e negociação da convenção coletiva de trabalho:

Reconhecimento das demandas e reuniões com delegados sindicais

Os delegados sindicais são atores fundamentais na construção da convenção coletiva. Dessa forma, ao longo do ano os diretores dos sindicatos esforçam-se para eleger o maior número possível de delegados nas empresas fruticultoras. Os delegados possuem a garantia de liberação do trabalho duas vezes por mês para tratar dos assuntos sindicais.

Quando se aproxima o período de construção da pauta de negociação, os STR's costumam reunir os trabalhadores em momentos de formação política, realizando debates

sobre a conjuntura política e econômica, tanto do ponto de vista nacional, como das situações locais. Acompanhamos três dessas reuniões realizadas pelo STR-Petrolina.

Fotografia 19 – Reunião do STR-Petrolina com delegados e delegadas sindicais



Foto: Guilherme Mota

Esses momentos possuem, sobretudo, o caráter formativo, mas funcionam também como espaço de integração entre os delegados e compartilhamento das experiências e situações de trabalho vivenciadas em cada empresa. Um esboço das principais demandas dos trabalhadores e da situação geral das condições de trabalho é também elaborado a partir desses momentos iniciais.

Percebemos, porém certa dificuldade dos diretores em construir metodologias mais participativas para esses espaços. As reuniões são sempre coordenadas e pautadas pelos sindicalistas que, na maioria das vezes, estão mais preocupados em falar do que ouvir os trabalhadores. Dessa forma, a pesar de construírem espaços de diálogo com a base, as metodologias adotadas não dão conta de compreender efetivamente quais as demandas dos trabalhadores.

Elaboração coletiva da pauta de negociação

Após cada Sindicato reunir e discutir internamente com sua base municipal, os oito sindicatos⁴² de trabalhadores rurais que negociam a convenção coletiva participam de um

⁴²Participaram da Convenção Coletiva de 2016 os Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos seguintes Municípios: Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Belém do São Francisco, em Pernambuco, e Juazeiro, Sobradinho, Casa Nova e Curaçá, na Bahia.

momento de construção conjunta da pauta de reivindicação. O objetivo desse momento é unificar as demandas levantadas nas reuniões anteriores e redigir um único documento para ser aprovado em assembleia.

Os sindicatos chamam esse momento de “Seminário de Preparação de Pauta de Reivindicações”. Neste seminário reúnem-se, por dois dias, diretores, delegados sindicais, representações das federações baiana e pernambucana dos trabalhadores na agricultura, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), além de representantes estaduais das centrais sindicais.

As comitivas de delegados sindicais eram compostas de maneira equitativa com relação ao gênero, possuindo várias mulheres como delegadas sindicais. Com relação à base de cada sindicato o STR de Petrolina, por possuir mais empresas em sua base territorial, possui um número muito superior de delegados sindicais. Estavam no seminário por volta de 150 delegados, mais de um terço, cerca de 60 faziam parte da comitiva do STR Petrolina, outros 30 correspondiam aos delegados do STR de Juazeiro e algo em torno de 20 delegados representavam as empresas de Casa Nova, os demais compunham as comitivas dos outros sindicatos.

Acompanhamos todo o seminário que aconteceu nos dias 28 e 29 de setembro, em um hotel na cidade de Juazeiro. Os momentos de elaboração da pauta foram precedidos das falas dos diretores e representantes institucionais. Em geral, todos reforçavam o histórico de conquistas do processo de negociação coletiva no Vale do São Francisco, mas alertavam quanto o contexto de crise econômica e hídrica⁴³ seriam empecilhos para negociação desse ano.

Após as falas das autoridades na abertura do evento, os presentes assistiram ainda a palestras de formação sobre as crises econômica e política, bem como a situação hídrica vivenciada no SMSF. Com exceção a um curto momento para realização de perguntas após as palestras, em nenhum desses espaços os delegados sindicais foram convidados a falar.

⁴³ A região semiárida passou entre os anos de 2013 e 2015 por um longo ciclo de seca. A redução do nível pluviométrico provocou uma drástica redução do nível de água do reservatório da Barragem de Sobradinho. Segundo boletim do Operador Nacional do Sistema Elétrico, em dezembro de 2015, o reservatório atingiu o volume mais baixo desde a sua construção, com 2,11% de sua capacidade de armazenamento preenchida. O baixo nível do lago afetou diretamente o sistema de captação de água dos perímetros irrigados e havia a previsão de paralisação do fornecimento de água para a agricultura irrigada. Diante desse cenário catastrófico produtores e políticos locais mobilizaram-se e conseguiram junto aos governos federal, estaduais e municipais recursos na ordem de 38 milhões de reais para construção de estações flutuantes de captação de água, evitando assim a paralisação do fornecimento de água.

Percebemos grande incomodo entre os trabalhadores com fato de passar longas horas, sentados em um auditório, assistindo as falas dos diretores sindicais e as palestras.

Uma questão que nos chama a atenção é a maneira como os delegados se organizam no auditório. Sentados reunidos cada um com sua delegação, o auditório se divide com um lado ocupado pelos delegados baianos e o outro lado ocupado pelos delegados pernambucanos. Essa forma de se organizar foi repetida em todos os outros espaços coletivos e revelou para nós uma primeira dificuldade de integração dos delegados das distintas bases sindicais. Tal situação se repete, inclusive, nos momentos de confraternização posteriores.

Fotografia 20 – Delegados sindicais no Seminário de Construção de Pauta da CCT 2016



Foto: Guilherme Mota

As atividades no auditório, que começaram pela manhã, foram encerradas já no início da noite. Antes de dormir, os delegados e sindicalistas participaram de um momento de confraternização na área de lazer do hotel, com apresentações de forró e campeonato de futebol. As distinções entre baianos e pernambucanos ficaram evidente mais uma vez, agora na disputa esportiva.

O segundo dia do Seminário foi dedicado à elaboração coletiva da pauta de reivindicação a ser negociada com o patronato. Esse momento foi marcado pelo direcionamento do sindicato para elaboração de uma pauta “enxuta”. Os diretores avaliam, a partir da experiência das negociações anteriores, que quanto maior a lista de reivindicações mais demorada é a negociação, maior o desgaste dos trabalhadores e menores são conquistas.

Esse direcionamento dos diretores faz com que parte das demandas dos trabalhadores seja excluída, principalmente aquelas que dizem respeito a questões específicas em algumas

empresa, ou situações que não dizem respeito a toda categoria, como, por exemplo, questões relacionadas ao trabalho feminino.

Os sindicatos utilizam como metodologia para esse momento a separação de grupos de delegados sindicais. Esses grupos fazem o levantamento das demandas entre si, e definem quais as questões devem ser prioritárias na negociação, além disso, definem um valor para a pedida salarial. A coordenação de cada um desses grupos é realizada pelos diretores dos sindicatos e o levantamento das demandas é orientado por um esboço de pauta previamente estabelecida pelos diretores a partir das reuniões anteriores, podendo surgir novas demandas a ser adicionadas.

Após esse momento de reunião em grupos, os delegados retornaram à plenária e socializaram o resultado das pautas elaboradas por cada um dos grupos. Cabe ao assessor de assalariados rurais, da Contag, Carlos Eduardo, o papel de organizar as diversas demandas apresentadas, preservando apenas aquelas de caráter mais geral.

Percebemos que nesse momento acontece já uma seleção de quais questões são consideradas importantes pelos dirigentes. O assessor da Contag tem também a tarefa de organizar, posteriormente, essas demandas em formato de pauta, com linguagem formal, para ser aprovada em assembleia.

Em geral, o momento de apresentação e definição de quais daquelas demandas ficarão para a pauta definitiva é bastante tranquilo, preponderando o consenso. Porém no momento de definição da pauta correspondente ao salário foi instalado um grande dilema entre delegados e diretores sindicais.

Duas propostas foram avaliadas pelos participantes: a primeira era que o piso salarial da categoria fosse R\$940,00, um valor de R\$60,00 superior ao mínimo previsto para ser aprovado a partir de 1º de janeiro de 2016. A outra proposta salarial era superior, e defendida pela maior parte dos presentes era que o piso salarial fosse no valor de R\$965,00.

A disputa estava centrada não necessariamente nos valores, pois tanto dirigentes como delegados sindicais, sabiam que esses valores eram apenas referências iniciais para o processo de negociação e certamente eles deveriam ser reduzidos para que a negociação pudesse avançar.

A discordância se estabeleceu em torno de qual estratégia seguiu: fazer uma pedida salarial alta e ter uma margem grande com relação ao mínimo para negociar com o patronato. Ou realizar uma pedida também superior ao mínimo, mas mais próxima daquela que acreditava-se que realmente seria aprovada em negociação.

A divergência foi capitaneada pelo presidente do STR de Petrolina, Francisco Pascoal, que defendia uma pedida mais alta e pelo Secretário de assalariados do STR de Juazeiro, José Manuel dos Santos, defendendo um salário mais próximo da realidade. O diretor do sindicato juazeirense apontava que uma pauta com um salário muito alto geraria uma expectativa na base que seria frustrada no momento de negociação, causando uma imagem negativa para os delgados e sindicalistas.

As propostas foram colocadas em votação e o resultado garantiu a vitória da proposta dos sindicalistas pernambucanos, definindo como pauta salarial o valor de R\$ 965,00. Essa disputa gerou certo clima de animosidade entre os delgados, tornando a contenda entre baianos e pernambucanos mais evidentes.

Após a definição da pauta, foi procedido o encerramento do evento. Neste momento, os diretores dos sindicatos realizaram a avaliação do Seminário reforçando o espaço como muito positivo e o caráter coletivo da pauta construída. Naquele momento foi realizado um esforço em todos os discursos para reafirmar a união dos sindicatos.

A pauta elaborada no Seminário continha quatorze itens, dez deles propondo alterações em cláusulas já existentes na convenção e outros quatro propondo inserção de novas questões, que eram: 1) realização de exame de colinesterase no ato de admissão e demissão dos trabalhadores como forma de aferir uma possível contaminação por agrotóxico decorrente da atividade de trabalho; 2) liberação dos trabalhadores alojados nas empresas por dois dias após o pagamento do salário para que eles pudessem visitar seus familiares; 3) proibição da atividade do “roço aéreo”, essa atividade consiste na poda da parte superior do parreiral e causa de diversos acidentes de trabalho e 4) alimentação no local de trabalho.

Algumas pautas levantadas pelas trabalhadoras como, por exemplo, a ampliação da licença maternidade para seis meses e garantia de licença médica em caso de aborto espontâneo, apesar de terem sido apresentadas nos espaços de elaboração da pauta, não foram colocadas na pauta final. O intuito de construir uma pauta “enxuta” acaba por silenciar determinadas particularidades das experiências vivenciadas por cada trabalhador.

Fotografia 21 – Atividade de “roço aéreo” em uma grande fazenda de uva



Fonte: Leite (2013)

Foi definido no seminário que além da questão salarial a pauta central para negociação naquele ano seria do fornecimento de alimentação no local de trabalho para todos os trabalhadores. Além disso, ficou definido também um esforço para tentar garantir também que as empresas disponibilizassem cesta básica para os trabalhadores, sem caráter remuneratório.

As assembleias de ratificação da pauta nas bases de cada sindicato

Após a elaboração da pauta de reivindicações para a negociação coletiva, os delegados e sindicalistas saem com a missão de divulgar para os demais trabalhadores o documento construído no seminário e a data da assembleia de aprovação. O processo de mobilização para assembleia é bastante intenso, visando atingir o maior número de trabalhadores possíveis.

Cada sindicato realiza uma assembleia em sua base de representação, acompanhamos o processo de mobilização e a assembleia dos STR de Petrolina e Juazeiro, que aconteceram no mês de novembro de 2015. Como a participação do maior número de trabalhadores é fundamental para legitimar a pauta construída entre diretores e delegados sindicais os STR's fazem das assembleias grandes espaços festivos.

As assembleias acontecem normalmente em clubes com piscina, churrasco e bebida a vontade para os trabalhadores, shows com bandas de forró, campeonatos esportivos com premiação em dinheiro, bingos e sorteio de prêmios. Toda essa estrutura visa garantir participação massiva dos trabalhadores.

No final da tarde, após toda a programação festiva, os trabalhadores são convidados a apreciar a pauta de negociação elaborada no seminário. Já cansados das diversas atividades do dia a pauta é legitimada sem grandes questionamentos ou mesmo uma apresentação mais detalhadas de cada um dos itens da proposta.

Fotografia 22 – Panfletos de divulgação das assembleias do STR-Petrolina para aprovação de pauta da CCT



Fonte: página virtual do STR-Petrolina

A construção da assembleia dessa forma evidencia a pouca capacidade dos sindicatos em mobilizar os trabalhadores para as questões políticas. A necessidade de distribuir prêmios e ter atrações musicais faz com que a assembleia se torne menos um espaço de debate e formação política e mais um momento de confraternização entre os trabalhadores.

Com a aprovação da pauta de reivindicação por unanimidade nas assembleias os sindicatos notificaram as organizações de representação patronal, basicamente o Sindicato de Produtores Rurais de Petrolina e a Valexport (Associação dos Produtores e Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco), e agendaram o início das negociações para o mês de janeiro de 2016.

Negociação entre os sindicatos dos trabalhadores e organizações patronais

Após todo processo de construção coletiva da pauta de reivindicações e aprovação junto às bases de cada sindicato acontece o momento de negociação da pauta com patronato. A primeira rodada de negociação da convenção coletiva de 2016 aconteceu entre os dias 12 e 14 de janeiro.

A convenção aconteceu no auditório de um hotel na orla da cidade de Petrolina. Este local é definido pelas organizações patronais e nos últimos anos a negociação tem acontecido neste hotel, anteriormente havia um revezamento entre as cidades de Juazeiro e Petrolina como sede da negociação da convenção.

O fato de a negociação acontecer em um hotel causa certa insatisfação entre os trabalhadores e diretores sindicais. Constantemente funcionários do hotel solicitam que os trabalhadores não façam muito barulho e o suporte a serviços básicos como fornecimento de água deixa a desejar. O contrato com o hotel estabelece também o limite de horário de uso do espaço até às dezoito horas, o que impede que as negociações adentrem o período da noite, questão que em alguns momentos não é respeitada.

A abertura das negociações acontece com a composição da mesa, onde ficam presentes representantes dos sindicatos trabalhadores rurais, das federações e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Petrolina, um representante da Valexport e os advogados contratados por cada uma das categorias para fazer a negociação.

Os advogados contratados para conduzir a negociação são os atores fundamentais nesse processo. Bruno Ribeiro Paiva, contratado pelos STR's, e Marcelo Brandão Lopes, contratado pelo sindicato patronal, possuem vasta experiência com negociação coletiva, pois negociam anualmente convenções de diversas outras categorias, inclusive as negociações dos canavieiros na Zona da Mata pernambucana. Marcelo e seu sócio representam a classe patronal desde a primeira negociação coletiva da fruticultura do Vale, em 1994.

Já no início do processo de negociação os discursos de cada uma das autoridades presentes enfatiza o caráter conciliatório daquele espaço. Ressaltando o acúmulo histórico e o amadurecimento conquistado nos últimos vinte e dois anos de negociação. O discurso cordial é também estabelecido e reforçado pelos advogados em toda condução do processo.

A mesa de negociação se estabelece ao menos três vezes por dia. Nesses momentos trabalhadores e patrões apresentam em quais aspectos podem evoluir em cada uma das pautas, sempre condicionando um movimento concessão a outro. Por exemplo, já no primeiro dia de negociação o patronato aceitou a pauta dos trabalhadores para transformar o dia 17 de fevereiro em feriado referente ao dia do trabalhador rural da fruticultura, condicionado a isso os trabalhadores deveriam compensar esse dia de folga em outro momento e se comprometer a elaborar um cronograma para compensação dos demais feriados.

Fotografia 23 – Mesa de negociação da XXIII Convenção Coletiva de Trabalho da Hortifruticultura do SMSF



Foto: Guilherme Mota

Trabalhadores e patrões passam, portanto, maior parte do tempo reunidos entre si, articulando estratégias de negociação, avaliando em quais aspectos podem ceder e quais

devem tomar como prioritários para negociar. Apenas em alguns momentos, previamente acordados, sentam novamente a mesa para apresentar suas propostas reformuladas.

A ênfase em uma postura conciliatória e os discursos cordiais são desfeitos juntamente com a mesa. Na medida em que os patrões vão se retirando do auditório os trabalhadores iniciam palavras de ordem como: “Se não negociar, o Vale vai parar!” e sem os patrões presentes as avaliações e estratégias são apresentadas com muito mais vigor conflitivo.

Essa situação traz à tona o aspecto de teatralização característico desse momento. O esforço público em todo processo é de se mostrar disposto à negociação mesmo que para isso seja necessário disfarçar as contradições inerentes as condições de classe. Trabalhadores e patrões têm interesses opostos, mas os discursos públicos legitimam a negociação como espaço para dirimir o conflito de classes.

Evidentemente harmonia e consenso são valores que correspondem à lógica de dominação. Os discursos públicos tomam a aparência que favorece ao grupo dominante, como observa Scott:

Las exigencias teatrales que generalmente se imponen en las situaciones de dominación producen un discurso público que corresponde mucho a la apariencia que el grupo dominante quiere dar. El dominador nunca controla totalmente la escena, pero normalmente logra imponer sus deseos. A corto plazo, al subordinado le conviene actuar de una manera más o menos verosímil, usando los parlamentos y haciendo los gestos que, él sabe, se espera que haga. De esto resulta que - excepto em caso de crisis - el discurso público es sistemáticamente desviado hacia el libreto, el discurso, representado por los dominadores. En términos ideológicos, el discurso público va casi siempre, gracias a su tendencia acomodaticia, a ofrecer pruebas convincentes de la hegemonía de los valores dominantes, de la hegemonía del discurso dominante (SCOTT, 1997, p. 26)⁴⁴.

Observamos como a manutenção de uma postura conciliatória é favorável ao espaço negocial e visa, principalmente, afastar a possibilidade de um discurso mais radical entre trabalhadores e uma possível ameaça de greve. Por outro lado, percebemos também que as palavras de ordem, manifestações de desaprovação dos trabalhadores como vaias a determinadas propostas e até mesmo alguns discursos mais inflamados dos sindicalistas na mesa compõe também parte desse aparato de negociação.

⁴⁴As exigências teatrais que geralmente são impostas em tais situações de dominação produzem um discurso público que corresponde muito para a aparência que o grupo dominante quer dar. O dominador nunca contro la totalmente a cena, mas normalmente consegue impor seus desejos. A curto prazo, ao subordinado convém atuar de uma maneira mais ou menos plausível, usando os parlamentos e fazendo os gestos que se espera que faça. Disso resulta que – exceto em caso de crise – o discurso público é sistematicamente desviado para o script, o discurso, representado pelos dominadores. Em termos ideológicos, o discurso público é quase sempre devido à sua tendência acomodaticia a oferecer provas convincentes da hegemonia dos valores dominantes, da hegemonia do discurso dominante (SCOTT, 1997, tradução nossa).

A bravata, a intimidação, o esforço em demonstrar que estão organizados para a deflagração de uma greve faz parte das estratégias dos trabalhadores e sindicalistas para pressionar os patrões. Percebemos esses discursos também como representações, pois no momento em que estão reunidos sem a presença patronal os trabalhadores confidenciam as dificuldades e limitações reais de iniciar um processo de mobilização para uma greve.

Nos intervalos entre as negociações e os momentos de avaliação, os delegados sindicais promovem um clima menos formal ao espaço. Quando os microfones estão livres das mãos dos advogados ou longe dos discursos dos sindicalistas eles são utilizados para animar os trabalhadores. Alguns trabalhadores levaram também instrumentos musicais e várias músicas são cantadas no momento de descontração. Em geral, os trabalhadores cantam músicas de forró, pagode, ou até mesmo músicas gospel que agrada aqueles mais religiosos.

Algumas das músicas cantadas, porém fogem do perfil comercial e revelam também uma cultura de classe. Além das músicas tocadas nas rádios os trabalhadores cantam músicas que revelam a sua disposição de lutar para melhorar sua condição de vida.

As canções remetem sempre a precária condição salarial dos trabalhadores e a disposição em deflagrar uma greve como forma de conquistar melhorias:

“Agora já, agora já,
Organizar a greve pro salário aumentar
Se o patrão não der o que a gente quer
A gente para! Dê no que der
Se o patrão ficar zangado
Ele vai trabalhar e a gente ficar parado”.

Enfatiza-se também a necessidade de organização dos trabalhadores para enfrentar as possíveis consequências de uma greve. O salário aparece também como direito do trabalhador, a parte de lhe cabe no processo de trabalho e as canções nesse sentido remetem a uma noção de justiça.

“Patrão, patrão, patrão
O que aconteceu?
Cadê nosso salário, que você não deu?
Patrão, patrão, patrão
Negocie o que é meu
Quem enricou com promessa, faz tempo que morreu”.

Além disso, dizem respeito também as constantes promessas de melhorias do salário e das condições de vida feita pelos patrões, mas que nunca se realizam. A alternativa para o patrão “enrolado” seria os trabalhadores organizados dispostos a parar o trabalho.

“Já me falaram que o patrão é enrolado
Que não se importa em aumentar o salário
Já me falaram que o patrão é enrolado
Que não se importa em aumentar o salário
Se você não aumentar o salário do novo
Vamos parar o povo do Vale todo”.

A animação dos intervalos contrasta com a monotonia que prepondera nos momentos de negociação e definição de estratégia. Durante boa parte da negociação os delegados sindicais cumprem um papel bastante restrito, ficam como espectadores de um processo que interfere diretamente em suas vidas. A incumbência de negociar cabe aos advogados e diretores sindicais. Em alguns poucos momentos a possibilidade de fala é aberta e os delegados sindicais são convidados a ilustrar com suas falas e vivência a importância de alguma pauta.

A primeira rodada foi encerrada com poucos avanços, após três dias de negociação. Ao longo dos três dias os trabalhadores fizeram dois movimentos de redução da pedida salarial, passando da pedida inicial de R\$965,00 para R\$950,00 e depois reduzindo ainda mais para R\$930,00. Com a redução da pauta salarial esperava-se que o patronato concedesse algum avanço com relação às outras cláusulas, sobretudo a que trata da alimentação no local de trabalho.

Entretanto as movimentações patronais foram bastantes conservadoras. A contraproposta salarial apresentada foi de R\$905,00 e a aceitação parcial das pautas do exame de colinesterase, restrito aos trabalhadores que desenvolvem as atividades de aplicação de agrotóxico, aprovação do feriado do dia trabalhador assalariado da fruticultura irrigada com compensação da folga, e o abono de três dias de trabalho em caso de falecimento de parentes próximos.

Diante do quadro de poucos avanços, sindicatos e patrões resolveram interromper as negociações no dia 17 de janeiro, com o compromisso de retomá-la no dia 27 do mesmo mês. As entidades de representação patronal saíram da mesa de negociação com a missão ampliar o debate com os produtores e tentar viabilizar o avanço em outras questões da pauta.

Fotografia 24 – Panfleto informativo elaborado pelos sindicatos após primeira rodada de negociação da CCT 2016



XXII CAMPANHA UNIFICADA DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS (as) RURAIS DA HORTIFRUTICULTURA DO VALE DO SÃO FRANCISCO BA/PE 2016 REAJUSTE SALARIAL, SAÚDE E TRABALHO DECENTE
SSTRs - FETAG-BA - FETAPE - CONTAG - CUT - CTB

Os patrões não avançam nas conquistas dos trabalhadores porque não querem! Eles não oferecem nem a Inflação dos últimos 12 meses: 11,28% INPC e os trabalhadores querem ganho REAL.

As exportações de Uva e Manga são crescentes a cada ano e o dólar está em alta em média R\$ 4,00.

Confira:

PERNAMBUCO	PERNAMBUCO
Exportação de Uva - Petrolina, Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande	Exportação de Manga - Petrolina, Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande.
Período: 01/2014 até 12/2014 Peso (KG): 21.536.098	Período: 01/2014 até 12/2014 Peso (KG): 23.176.317
Período: 01/2015 até 12/2015 Peso (KG): 27.305.899	Período: 01/2015 até 12/2015 Peso (KG): 26.309.654
BAHIA	BAHIA
Exportação de Uva - Juazeiro, Casa Nova, Sobradinho, Curaçá	Exportação Manga - Juazeiro, Casa Nova, Sobradinho, Curaçá
Período: 01/2014 até 12/2014 Peso (KG): 6.775.502	Período: 01/2014 até 12/2014 Peso (KG): 66.576.139
Período: 01/2015 até 12/2015 Peso (KG): 6.936.830	Período: 01/2015 até 12/2015 Peso (KG): 79.947.291
Uva - Crescimento 5.931.129 KG (21%) <small>Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)</small>	Manga - Crescimento 18.552.775 KG (17,12%) <small>Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)</small>

Informativo dos SSTRs BA/PE

Após 04 dias de negociações da Convenção Coletiva de Trabalho da Hortifruticultura do Vale do São Francisco, **NÃO HOUVE ACORDO** entre Trabalhadores (as) e Empregadores.

Proposta dos Trabalhadores (as)	Proposta dos Empregadores (as) (Patrões)
Salário Unificado R\$ 930,00	Salário Unificado R\$ 905,00
Fornecimento mensal de uma cesta básica alimentar in natura	Cesta Básica - NÃO
Alimentação gratuita no local de trabalho	Alimentação gratuita no Local de trabalho - NÃO
Salário para Tratorista, Irrigante, Podador, Raliador e Amarrador: R\$ 1.395,00	Abono integral para acompanhamento de filho menor de 14 anos e de Idoso acima de 60 anos - NÃO
Reajuste salarial de 13% para os Trabalhadores que recebem salário acima do piso da categoria	Realização de exame de Colinesterase - Só para aplicadores de agrotóxicos
Abono integral para acompanhamento de filho menor de 14 anos e de Idoso acima de 60 anos	Dois pares de botas, 01 PVC e 01 de couro e dois pares de uniformes - NÃO
Realização de exame de Colinesterase para todos os trabalhadores	Salário para Tratorista e Irrigante - Patrão só oferece R\$ 77,52 para Tratorista e Irrigante
Dois pares de botas, 01 PVC e 01 de couro e dois pares de uniformes	Reajuste salarial de 13% para os Trabalhadores que recebem salário acima do piso da categoria - NÃO
Abono em caso de falecimento de parentes ascendentes e descendentes a partir do dia seguinte do óbito	Abono em caso de falecimento de parentes ascendentes e descendentes a partir do dia seguinte do óbito - SIM
Manutenção das conquistas	

A segunda rodada das negociações da CCT, será realizada nos dias 27 à 29/01. Trabalhadores (as) fiquem atentos. A solução é a mobilização. Retroceder jamais! Avançar sempre.



NÃO FIQUE SÓ. FIQUE SÓCIO, FIQUE SÓCIA!

SSTRs -- FETAG-BA -- FETAPE -- CONTAG -- CUT e CTB

Fonte: página virtual do STR-Petrolina

Os sindicatos de trabalhadores e delegados sindicais, por sua vez, encerraram a rodada de negociação com o compromisso de informar os trabalhadores e mobiliza-los para uma possível greve, diante da análise pessimista que fez desse primeiro momento. Os sindicatos elaboraram um panfleto informativo para ser distribuídos entre os trabalhadores (Fotografia 24).

Além de trazer informações sobre os poucos avanços na primeira rodada de negociação o panfleto informativo trazia também dados sobre a ampliação das exportações de manga e uva da região ao longo do ano de 2015. Essa informação visava contrastar o discurso de crise econômica reiterado frequentemente pelos patrões para justificar os poucos avanços.

A segunda rodada de negociação começou no dia 27 de janeiro. Os trabalhadores se dispuseram a realizar uma movimentação inicial na pedida salarial, abaixando para R\$920,00, ainda com a expectativa de que outras questões fossem atendidas pelos patrões.

Observamos como a pauta salarial é central no processo de negociação. O avanço em outras questões está sempre condicionado ao ajuste de uma pedida salarial que atenda às

demandas de patrões e trabalhadores. Nesse sentido, vamos percebendo que quanto mais a distância da pedida salarial dos trabalhadores vai se aproximando do salário mínimo legal, mais reduzida vai ficando a margem de negociação e mais tenso fica o processo.

Apesar da movimentação de caráter financeiro dos trabalhadores, a situação pouco se modificou no primeiro e segundo dia de negociação. Apenas no terceiro dia, já no final da tarde, os representantes patronais retornaram com uma contraposta salarial e algumas movimentações com relação às outras pautas.

Um aspecto que chama atenção nesse momento é que começam a se fazer presentes no auditório vários proprietários e gerentes das empresas, isso demarca que a negociação está caminhando para ser finalizada. Diferentemente da primeira rodada, onde as empresas enviavam apenas funcionários dos setores de recursos humanos, com pouco poder de decisão, neste segundo momento a presença dos proprietários revela que a definição dos rumos da convenção está próxima. Isso é percebido pelos trabalhadores e sindicalistas.

No final do dia 29 de janeiro, terceiro dia da segunda rodada de negociação, o patronato apresentou uma proposta de piso salarial em R\$913,00, um aumento que representava um ganho real de 0,69%. Além do aumento salarial a proposta patronal concordava ainda com as pautas de abono integral do dia de trabalho em caso de acompanhamento hospitalar de parente idoso sob responsabilidade do trabalhador, garantia de folga no dia 17 de fevereiro em comemoração ao “Dia do Trabalhador Rural na Hortifruticultura” e direito a três dias de ausência do trabalho em caso de parentes próximos.

Após apresentação das propostas, delegados e diretores sindicais se reuniram para avaliar a proposta patronal. Dentre os caminhos possíveis estava a possibilidade de aceitar a proposta de aumento real, apesar de aquém do esperado e sem resposta positiva quanto à alimentação no local de trabalho ou encerrar aquela rodada de negociação e mobilizar os trabalhadores para o enfrentamento de uma greve.

Para otimizar as discussões os diretores dos Sindicatos propuseram que os delegados fossem jantar, ficando apenas um delegado de sindicato avaliando a proposta. O que fosse decidido seria posteriormente colocado em votação. Nesse momento, os delegados sindicais saíram do auditório e os rumos da negociação foram definidos pelos diretores, representantes das federações e confederação, assessores dos sindicatos.

Após mais de duas horas de debate, os delegados foram novamente convidados a entrar no auditório. Os diretores dos sindicatos repassaram que haviam avaliado a necessidade de aceitar a proposta patronal por ela representar um aumento real, em um contexto de crise

econômica onde boa parte das categorias que realizam negociações coletivas não estava conquistando nem mesmo índices de reposição inflacionária.

Já passando das 23:00 horas e exaustos de um longo dia de negociações, os delegados sindicais concordaram com a avaliação realizada pelos sindicalistas e representante jurídicos e ratificaram a decisão de aceitar a proposta patronal.

Dessa forma, os representantes patronais foram chamados ao auditório e a convenção coletiva foi encerrada, como de costume, já no início da madrugada. A avaliação dos presentes foi de que o acordo foi positivo, embora a pauta da alimentação do local de trabalho não tivesse sido conquistada, ainda assim o aumento real significava uma conquista importante.

Alguns delegados sindicais, entretanto, demonstravam certa frustração. As expectativas construídas no momento de elaboração da pauta e os discursos mais radicais na defesa de uma grande greve acabaram dando lugar a uma visão mais pragmática e coerente diante das capacidades políticas reais.

Espaços de avaliação da convenção e trabalho de divulgação do que foi negociado

Após a negociação e homologação da convenção coletiva de trabalho negociada os sindicatos elaboram cartilhas informativas para ser distribuídas entre os trabalhadores. Nas cartilhas constam todas as cláusulas aprovadas na convenção e os contatos do sindicato.

Fotografia 25 – Cartilhas informativas das cláusulas negociadas nas Convenções Coletivas



Foto: Guilherme Mota

Os diretores de assalariados dos STR's de Petrolina e Juazeiro também voltam a realizar diariamente visitas às empresas fruticultoras, buscando reeleger os delegados

sindicais e eleger novos, além de informar os trabalhadores sobre os direitos garantidos pela CCT.

Além disso, três meses após a negociação, no mês de abril, os STR's e delegados sindicais que construíram a convenção reuniram-se novamente avaliando os aspectos positivos e negativos da convenção negociada. Esse momento de avaliação é aproveitado também para reafirmar o discurso de união entre os sindicatos e dirimir qualquer conflito criado no contexto de negociação.

4.5 Considerações do capítulo

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais constituíram-se ao longo das últimas duas décadas como os espaços políticos de representação dos interesses dos trabalhadores assalariados da fruticultura irrigada. Construindo uma política sindical voltada preponderantemente para o processo de negociação coletiva de trabalho os STR's legitimaram-se como instituições representativas dos e para os trabalhadores.

Observamos que o processo histórico de construção da política sindical para os assalariados rurais aconteceu de maneira fértil articulando os acúmulos institucionais da estrutura sindical, com as experiências dos trabalhadores das condições de classe vivenciadas.

Essa interação entre acúmulos institucionais e experiências de vida possibilitou a construção de uma política sindical representativa, que se expressa na amplitude de questões inseridas já na primeira convenção coletiva de trabalho.

Entretanto, percebemos que o processo de elaboração das ações políticas tem se acomodado a partir do discurso e prática dos diretores sindicais como os sujeitos dotados de um “saber fazer”, que na medida em que se coloca como forma eficiente, fecha possibilidades para apreender a diversidade e as demandas da categoria.

Dessa forma, a convenção coletiva de trabalho tem sido eficiente em alcançar ganhos econômicos para os trabalhadores, mas por outro lado a forma como ela tem sido construída não permite as instituições apreender as contradições vivenciadas pelos trabalhadores no local de trabalho.

Isso fica evidente quando percebemos que em nenhum momento os sindicalistas demonstram-se preocupados em discutir questões como intensificação e controle do trabalho, e de como a precária situação do vínculo temporário de trabalho não aparece na agenda dessas organizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de compreender como e a partir de quais processos os trabalhadores assalariados rurais da fruticultura irrigada elaboram suas práticas de resistência e ações políticas, nos permite não apenas observar tais estratégias, mas também refletir sociologicamente sobre os processos históricos e as atuais dinâmicas de trabalho no Submédio Vale do São Francisco.

Nesse sentido, para bem compreender as atuais relações de trabalho na fruticultura irrigada não podemos perder de vista os processos de intervenção estatal visando a modernização agrícola e a consolidação da agricultura irrigada empresarial nesta região.

A adoção de um modelo de desenvolvimento voltado para a agricultura empresarial promoveu implicações econômicas e sociais diversas como, por exemplo, a consolidação de uma agricultura tida como moderna, por utilizar insumos químicos e técnicas racionais de produção; um vasto processo de desapropriação e desapossamento, despojando os trabalhadores dos meios ou das relações sociais que lhes garantia subsistência; o surgimento de um mercado de trabalho intimamente relacionado com as dinâmicas e exigências do mercado internacional e marcado pela sazonalidade.

Não podemos, no entanto, desconsiderar os condicionamentos que essa dinâmica produtiva voltada para o mercado internacional acarreta sobre as relações de trabalho. Percebemos que apesar da maior parte da produção frutícola do SMSF ser comercializada no mercado interno, as relações de trabalho que se estabelecem na agricultura irrigada são condicionadas pela possibilidade de acesso e pelos padrões de qualidade do mercado internacional.

A sazonalidade do trabalho, intimamente relacionada com as janelas de exportação, e a contratação de mulheres, que através de um trabalho delicado e meticuloso valorizam a produção, são as características mais marcantes desses condicionamentos. Porém, analisando de maneira mais acurada, percebemos que a intensificação do trabalho, o rígido controle e fiscalização, e a flexibilização das jornadas são dinâmicas que também estão atreladas a essa lógica produtiva. A precarização do trabalho aparece na fruticultura irrigada como forma de garantir os padrões de acumulação capitalista frente aos altos custos de produção e exportação.

Diante desse contexto poderíamos pressupor que as dinâmicas do mercado estruturam o trabalho, e as relações que a partir daí se estabelecem podem ser explicadas em sua totalidade pelas condicionantes estruturais. Entretanto, o esforço teórico e metodológico realizado ao longo desse estudo nos permitiu compreender as práticas sociais e políticas dos trabalhadores como dotadas de sentido e peso político, percebendo os trabalhadores como sujeitos que influenciam no processo histórico, atores de uma dinâmica social que não está previamente determinada.

Dessa forma, sem desconsiderar as condicionantes estruturais, percebemos que os trabalhadores também são sujeitos ativos na definição do processo de trabalho. A análise das ações e estratégias políticas dos trabalhadores nos permite compreender como eles negociam as dinâmicas da atividade produtiva e resistem aos processos de intensificação e controle do trabalho.

Percebemos isso tanto do ponto de vista das ações cotidianas no local de trabalho, como também das práticas políticas mais institucionalizadas e elaboradas a partir dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. As práticas cotidianas, geralmente, apresentam-se como mais espontâneas e menos atreladas às dinâmicas institucionais revelaram-se, por exemplo, nas estratégias de limitar a produção, reduzir o desgaste físico no trabalho, burlar a fiscalização, de mobilização em torno de demandas específicas do local de trabalho.

Por sua vez, as estratégias políticas mais institucionalizadas contam com um saber fazer mais definido, marcado por uma prática e estratégia pautada na ideia de eficiência da política negocial. Nesse campo, se apresenta claramente como principal agenda política dos sindicatos o processo de negociação da convenção coletiva de trabalho que, sem dúvidas, tem representado avanços nas condições de trabalho da fruticultura irrigada nas últimas duas décadas.

Não podemos pressupor com isso que as práticas institucionais possuem resultados previamente determinados e que a dinâmica negocial põe fim ao conflito intrínseco a relação de classe. Inclusive, demonstramos isso quando observamos que apesar de todo esforço em negociar a convenção, em alguns momentos a greve geral foi a estratégia encontrada pelos sindicatos e trabalhadores para terem atendidas as suas demandas.

Não afirmamos, portanto, que as ações políticas institucionalizadas nos sindicatos são engessadas, desatreladas dos trabalhadores ou menos representativas. Observamos que apesar de muitas vezes serem elaboradas a partir de caminhos e espaços distintos, tanto as ações

institucionais como práticas cotidianas de resistência informam-se mutuamente e constituem como parte do processo do fazer-se da classe trabalhadora.

Entretanto, esse processo não é homogêneo, pressupõe conflitos, construção de entendimento, compartilhamento das experiências de classe. Observamos como nem sempre diretores sindicais e trabalhadores interpretam a realidade da mesma maneira. Nesse sentido, destacamos o papel do delegado sindical como sujeito fundamental no processo de elaboração das ações políticas e mediação entre sindicatos e trabalhadores.

Evidentemente compreendemos que a análise aqui realizada possui limites. Nem todos os aspectos apresentados foram exaustivamente analisados e, por vezes, encontramos limitações entre o aparato metodológico utilizado e as problematizações elaboradas ao longo do processo de pesquisa. Reconhecemos que para a compreensão dos processos de elaboração e emergência das ações coletivas se faz necessário ainda uma análise ainda mais minuciosa e atenta aos discursos dos atores. Assumimos essa como uma questão para as pesquisas posteriores.

Percebemos também que novas dinâmicas se estabelecem na política sindical. No ano de 2015, a estrutura institucional do sindicalismo rural iniciou um processo readequação, a partir de um entendimento nacional dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, em 31 de outubro de 2015, foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR).

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, assim como as federações estaduais iniciaram também o processo construção das instituições de representação estadual e municipal dos assalariados rurais. Essa dinâmica, certamente, promoverá intensas transformações na política sindical nacional e no Submédio Vale do São Francisco. Compreender os processos que corroboram para essas transformações e as influências dessas mudanças sobre as ações políticas e organização local dos trabalhadores é outro aspecto imprescindível nos futuros estudos sobre o trabalho assalariado rural nesta região.

Dessa forma, mesmo após cerca de seis anos de estudos e reflexões sobre as relações de trabalho e a organização política dos trabalhadores assalariados rurais da fruticultura, compreendemos que nossos esforços encontram-se ainda em fase inicial e diversos aspectos dessa realidade ainda precisam ser sociologicamente compreendidos.

LISTA DE ENTREVISTADOS

Aparecida “Cida”, 44 anos, Cláudia, 24 anos, e Gabriela, 29 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 08 de junho de 2015.

Daniel Saldanha, 34 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 05 de agosto de 2015.

Domingos Rocha Gomes, 51 anos. Entrevista realizada em Juazeiro/BA, 09 de junho de 2015.

Edileuza, 44 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 12 de agosto de 2015.

Iranilda Caetano, 32 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 23 de maio de 2015.

Irene Pereira Gomes, 40 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 14 de janeiro de 2016.

José Manuel dos Santos (Zezinho), 27 anos. Entrevista realizada em Juazeiro/BA, 13 de agosto de 2015.

Magda Alane Alves, 27 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 09 de julho de 2015.

Maria Alice, 46 anos, e Maria Dias Socorro, 51 anos. Entrevista realizada em Juazeiro/BA, 30 de maio de 2015.

Maria Joelma. Entrevista realizada em Petrolina/PE, em 2013

Marina Rocha, 57 anos. Entrevista realizada em Juazeiro/BA, 09 de junho de 2015.

Paulo José Mendes de Oliveira. Entrevista realizada em Recife/PE, 30 de Abril de 2012

Poliana Santos da Silva, 33 anos, e Alisson Rogério Carvalho de Araújo, 31 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 01 de outubro de 2015.

Thaysa Amorim Pereira, 25 anos. Entrevista realizada em Petrolina/PE, 28 de maio de 2015.

REPORTAGENS DE JORNAIS E REVISTAS

“Agricultores voltam a negociar”. *Jornal do Commercio*, 11 de outubro de 1994.

“Baixa produtividade leva Cica Norte a fechar fábrica de Juazeiro”. *Jornal do Comércio*. Recife, 05 fev. 2000.

“DRT notifica empresas com irregularidades”. *Jornal do Commercio*, Recife, 1993.;
“Trabalhadores arriscam a vida para ganhar o pão”. *Jornal Diário da Região*, Juazeiro, 15 de novembro de 1993

“Empresa de manga é autuada por trabalho escravo em Petrolina”, G1 portal de notícias, em 02 de julho de 2014.

“Fruticultura atrai investidores para o semi-árido”. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 08 jun. 1999. p. B-20.

“Greve paralisa irrigação no Vale do São Francisco”. *Jornal Diário da Região*. Juazeiro, 25 de janeiro de 2000, p. 08.

“Incentivos viabilizam a fruticultura irrigada no Vale do São Francisco”. *Jornal do Commercio*, Recife. Out/2000. Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/cadernosdonordeste/ne2710_19.htm. Acesso em: 13 jun. 2012.

“Maior greve dos Trabalhadores Rurais do São Francisco garante conquista para a categoria”. Juazeiro, 18 de março de 2004, p. 05.

“Negociações com trabalhadores rurais continuam emperradas”. *Jornal Diário da Região*. Juazeiro, 20 de janeiro de 2000, p. 08.

“No sertão a história é outra”. *Jornal do Commercio*, Recife, 18 jan. 1994. p. 05.

“O país do São Francisco”. *Revista Realidade*, nº 72, de 27 de março de 1972.

“Tensão marca greve no São Francisco”. *Jornal do Commercio*. Recife, 12 de fevereiro de 2002.

“Trabalhadores denunciam exploração”. *Jornal do Commercio*, 3 de outubro de 1995.

“Trabalhadores fazem greve em fazenda”. *Jornal do Commercio*, 07 de dezembro de 1995.

“Trabalhador faz acordo e termina greve em fazenda”. *Jornal do Commercio*, 18 de abril de 1995.

“Trabalhadores entram em greve por melhores salários”. *Jornal de Juazeiro*, fevereiro de 1997.

“Trabalhadores entram em greve”. Jornal do Commercio. Recife, 07 fev 2002. Disponível em: < http://www2.uol.com.br/JC/_2002/0702/ec0702_6.htm>. Acesso em: 13 jun. 2012.

“Trabalhadores entram em Greve”. Jornal do Commercio. Recife, 7 de fevereiro de 2002.

“Trabalhadores rurais entram em greve por melhores salários”. Jornal de Juazeiro. Juazeiro, 22 fev. 1997. p. 03.

“Trabalhadores Rurais reclamam de ação da PM e pedem apoio à DRT” Jornal Diário da Região. Juazeiro, 12 de março de 2004, p. 03.

“Trabalhadores Rurais tentam acordo com patrões”. Jornal Diário da Região. Juazeiro, 18 de janeiro de 2000, p. 08.

“Trabalhadores Rurais voltam às atividades depois de acordos com patrões” Jornal Diário da Região. Juazeiro, 26 de janeiro de 2000, p. 03.

"Trabalhadores Rurais começam as negociações salariais para esse ano". Jornal Diário da Região. Juazeiro, 7 de janeiro de 2000, p. 08.

"Trabalhadores Rurais do VSF estão em estado de greve" Jornal Diário da Região. Juazeiro, 07 de março de 2004, p. 03.

“Traça devora 50% do lucro do tomaticultor”. Folha de São Paulo. São Paulo, 14 nov. 1989. Caderno Agrofólia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. 4ª Ed. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. Produção de energia e modernização do Vale do São Francisco. Revista de Economia Política. Vol, 4, n 1, 1984.

ANTUNES, Ricardo. SÉCULO XXI: NOVA ERA DA PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO? In: Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 2008.

ARAÚJO, T. B. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? Recife: Fundaj, 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=470&Itemid=414/obte013.doc> . Acesso em jun. 2016..

BEDOR, Cheila Nataly Galindo et al. Vulnerabilidades e situações de riscos relacionados ao uso de agrotóxicos na fruticultura irrigada. In: Rev Bras Epidemiol, 12(1): 39-49, 2009.

BEDOR, Cheila Nataly Galindo. Estudo do potencial carcinogênico dos agrotóxicos empregados na fruticultura e sua implicação para a vigilância da saúde (Tese de Doutorado). FIOCRUZ. Recife, 2008.

BEZERRA, J. E. A fruticultura no Nordeste Semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2012.

BLOCH, Didier. As frutas amargas do Velho Chico: irrigação e desenvolvimento no Vale do São Francisco. Livros da Terra: Oxfam. São Paulo, 1996.

BRASIL – LEI 6.088, 16 de Julho de 1974. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6088.htm>. Acessado em: Jun. 2016.

BRASIL. (1974). II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79). Brasília: Imprensa Oficial.

BRASIL. SUDENE. Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste I 1961/1963 2ª Ed. Recife, SUDENE, Divisão de Documentação, 1966.

BRASIL. SUDENE. Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste II 1963/1965 2ª Ed. Recife, SUDENE, Divisão de Documentação, 1966.

BRASIL. SUDENE. Plano Diretor do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste III 1966/1968 1ª Ed. Recife, SUDENE, Divisão de Documentação, 1966.

BRASIL. SUDENE. Plano Diretor do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste IV 1969/1973 1ª Ed. Recife, SUDENE, Divisão de Documentação, 1968.

BRITTO, M.C. de S. y. Petrolina: origem, fatos, vida, uma história (do desbravamento do município a 1992). Petrolina, PE: Tribuna do Sertão, 1995.

BURAWOY, M. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 29-50, jun. 1990.

BURAWOY, M. El consentimiento en la producción: Los cambios del proceso productivo en el capitalismo monopolista. Madri: Ministerio de trabajo y seguridad social, 1989.

CAVALCANTI, J. S. B.; DIAS, G. H. Cadeias globais de alimentos, redes de atores e qualidades na produção de frutas para exportação: elos Entre Brasil e Alemanha. In: *Revista Estudos de Sociologia*, Recife, Vol. 2 n. 21. pp. 279 – 310, 2015.

CAVALCANTI, Josefa Saete Barbosa. Frutas para o mercado global. *Estudos Avançados*, 11, 29, pp. 79- 93, 1997.

CAVALCANTI, J. S. B. Os trabalhadores no contexto da globalização dos alimentos. GT Anpocs Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social Seminário Intermediário. USP. São Paulo – SP, 2003.

DAL ROSSO, S. Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2015.

DAMIANI, O. Beyond market failures: irrigation, the state, and non-traditional agriculture in Northeast Brazil. 1999. 235f. Tese (Doctor of Philosophy) - Department of Urban Studies and Planning, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1999.

DAMIANI, O. Diversificação Agrícola e Redução de Pobreza: A Introdução no Nordeste Brasileiro de Produtos Agrícolas Não-Tradicionais de Alto Valor e Seus Efeitos sobre Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais Assalariados. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 34, n. 1, jan-mar. 2003.

DIEESE. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. *Estudos e Pesquisas*. Nº 74 - outubro de 2014.

DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. Artigo. *Nova Economia: Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG*. Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, 2009.

EMBRAPA. Cultivo da Mangueira. *Sistemas de Produção*, 2 - 2ª edição, Versão Eletrônica, 2010.

Disponível

em:

<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Manga/CultivodaMangueira_2e/d/index.htm> . Acesso em jun. 2016.

EMBRAPA. Cultivo da Videira. Sistemas de Produção, 1 – 2a. edição, Versão Eletrônica, 2010. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/CultivodaVideira_2ed/index.html>. Acesso em jun. 2016.

FRESHINFO. UK Market Availability. Disponível em: <<http://www.freshinfo.com/index.php?s=r&ss=se>>. Acesso em: jun. de 2016.

FURTADO, C. Operação Nordeste. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959b.

FURTADO, C. Orientação da economia do Nordeste. Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, 1959. 19 p. Trabalho apresentado no Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste, Garanhuns, 1959a.

GOFFMAN, Erving. A Representação do Eu na Vida Cotidiana. 15ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOMES, Gustavo M.; VERGOLINO, José R. A macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/1994. Texto para discussão, Nº 372, IPEA, Brasília, 1995.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. OPARA – Formação histórica e social do Submédio São Francisco. Gráfica Franciscana, Petrolina/PE, 1997 (Edição eletrônica disponibilizada pelo autor).

GRAZIANO DA SILVA, J. A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste. Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp/PRONI. 1989.

GRAZIANO DA SILVA, José. A Industrialização e a Urbanização da Agricultura Brasileira. Rev. São Paulo em Perspectiva 7(3):2-10, julho/setembro 1993

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. Estudos Avançados, V. 11, Nº 29, São Paulo, 1997

HEINZE, B. C. L. B. A. Importância da agricultura irrigada para o desenvolvimento da Região Nordeste do Brasil. Monografia apresentada ao curso MBA em Gestão Sustentável da Agricultura Irrigada da ECOBUSINESS SCHOOL/FGV. Brasília: 2002.

KERGOAT, Danièle. Da divisão do trabalho entre os sexos. Tempo social, 1(2):73-103, 1989.

LEITE LOPES, J. S. O Vapor do Diabo: O Trabalho dos Operários do Açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEITE, Ângelo Antônio Macêdo. O desenvolvimento da viticultura irrigada na região de Juazeiro-BA e Petrolina-PE: o trabalho na contramão do discurso dominante (tese de doutorado). São Carlos: UFSCAR, 2013,

LOPES, J. R. B. A Sociedade Industrial no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, [1964] 2008.

MAGALHÃES, Ermi Ferrari. A importância das barcas no desenvolvimento do São Francisco. Gráfica Beira Rio Ltda, Juazeiro, 1986.

MARTINS, Rodrigo Constante. Modernização e relações de trabalho na agricultura brasileira. In: AGRÁRIA, São Paulo, Nº 4, pp. 165-184, 2006.

MARX, Karl. O capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (1997), Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, v.11, n.2, p.65-72, abr./jun.

MENEZES, M. A. Experiência Sindical de Trabalhadores migrantes. In: XXIV Encontro Anual da ANPOCS, 2000, Petrópolis. XXIV Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 2000.

MENEZES, M. A.; COVER, M. Alojamentos de trabalhadores migrantes em usinas de cana de açúcar: espaço social de dominação e resistência. Iluminuras (Porto Alegre), v. 13, p. 85-103, 2012.

MENEZES, M. A.; COVER, M. MOVIMENTOS ESPONTÂNEOS?: a resistência dos Trabalhadores migrantes nos canaviais. Caderno CRH (UFBA. Impresso), 2016.

MENEZES, M. A.; MALAGODI, Edgard Afonso. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: Schneider, Sérgio; Gazolla, Marcio. (Org.). Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. 1a.ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, v. , p. 49-66.

NOVAES, R. Reyes. (1991), “Continuidades e rupturas no sindicalismo rural”. In. Armando Boito (org.), O sindicalismo brasileiro nos anos oitenta. Rio de Janeiro : Paz e Terra.

OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira. Crítica a razão dualista. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1981. Publicado originalmente em Estudos CEBRAP (2), 1972.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia Para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ORTEGA, Antônio Cesar; SOBEL, Tiago Farias. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E PERÍMETROS IRRIGADOS: avaliação das políticas governamentais implantadas nos perímetros irrigados Bebedouro e Nilo Coelho em Petrolina (PE). Revista planejamento e políticas públicas (PPP), n. 35, 2010.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. In: Estudos Avançados, vol. 3, no.7 São Paulo, 1989.

PIERSON, Donald. O Homem no Vale do São Francisco. Tomo II, Ministério do Interior – Superintendência do Vale do São Francisco, Rio de Janeiro, 1972.

RAMOS, S. F. Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas: a fruticultura irrigada em Petrolina (PE) / Juazeiro (BA). 2002. 166 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) USP, São Paulo, 2001.

RIBEIRO, E. Juazeiro na esteira do tempo. 2. ed. Petrolina: Gráfica Franciscana, 2005.

SADER, E. & PAOLI, M.C. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. In CARDOSO, R. (Org.) *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SADER, E. Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1988.

SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: *Raízes*, Campina Grande, v. 21, n. 01, p.10-31, jan/jul. 2002.

SCOTT, J. C.. Los dominados y el arte de la resistencia. México: Ediciones Era, 1990.

SELWYN, B. Labour Process and Worker’s Bargaining Power in Export Grape Production, North East Brazil. *Journal of Agrarian Change*. Vol. 07 No. 4, October 2007.

SELWYN, Ben. Globalized Horticulture: The Formation and Global Integration of Export Grape Production in North East Brazil. In: *Journal of Agrarian Change*, Vol. 10 No. 4, 2010.

SELWYN, Ben. Labour flexibility in export horticulture: a case study of northeast Brazilian grape production, *Journal of Peasant Studies*, 36: 4, 2009.

SELWYN, Ben. The Political Economy of Class Compromise: Trade Unions, Capital–Labour Relations and Development in North East Brazil. In: *Antipode* Vol. 43 No. 4, 2011.

SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. “Seminaire sur la Gestion de l’Environnement: comparaison des approches au Brésil et eu Europe de l’Ouest”, session “Gestion de l’environnement et Communautés Rurales”. Academie de l’Environnement / Université de Genève. COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Genebra, junho, 1991.

SIGAUD, Lygia. Os Clandestinos e os Direitos. Estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco. São Paulo: Livraria das Duas Cidades, 1979.

SIGAUD. L. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SILVA, Camilla de Almeida. “O QUE A GENTE QUER PRA UM, A GENTE QUER PRO OUTRO”: Uma análise sobre as questões de gênero e a agenda política dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na fruticultura irrigada do polo Petrolina/PE-Juazeiro/BA. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. 2016.

SILVA, Camilla de Almeida Silva; SILVA, Guilherme J. Mota. Relações Gênero e Sindicalismo Rural na Fruticultura Irrigada do Submédio São Francisco. Anais XIV Encontro Nacional da ABET. Campinas, SP, 2015.

SILVA, Guilherme J. Mota; SILVA, Camilla de Almeida; SOUTO JR, José Fernando. FRUTOS DO DESENVOLVIMENTO: trabalho, ação coletiva e sindicalismo no Submédio São Francisco. Anais XIV Encontro Nacional da ABET. Campinas, SP, 2015.

SILVA, Pedro C. A dinâmica dos serviços na fruticultura irrigada do Pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA. In: Congresso Mundial de Sociologia Rural, 10.; Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 38. Anais..., Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, Pedro C. Articulação dos interesses públicos e privados no pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas. 2001. 245f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2001.

SILVA, Pedro C. Gama da. “Dinâmica e Crise da Fruticultura Irrigada no Vale do São Francisco”. In: Aldenôr Gomes da Silva; Josefa Saete Barbosa Cavalcanti; Maria de Nazareth B. Wanderley. (Org.). Diversificação dos Espaços Rurais e Dinâmicas Territoriais no Nordeste do Brasil. 1 ed. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009.

SILVA, Pedro C. Gama da. Caso de Brasil. In: Empleo e condiciones de trabajo de mujeres temporeras agrícolas. Nações Unidas. CEPAL/OIT/FAO. TOMO 1, 2013.

SOBEL, T. F. Desenvolvimento Territorial nos Perímetros Irrigados do Submédio do Vale do São Francisco: o caso dos perímetros Nilo Coelho e Bebedouro (PE). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: 2006.

SOUTO JR, J. Fernando; SILVA, Guilherme J. Mota; LIMA, Sara C. Lisboa de. O Lugar da Ausência: Luta de classes e direitos na fruticultura irrigada do São Francisco. In: Rio São Francisco: Ocupação Territorial: problemas socioambientais: desafios e possibilidades. Regina Celeste de Almeida Souza, Carolina de Andrade Spínola, Elvina Perpétua Ramos Almeida (orgs.). Salvador: UNIFACS, 2012

SOUZA, R. C; AMATO NETO, J. A inserção de produtores brasileiros de manga e uva no mercado global. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 45. 2007, Londrina. Anais... Londrina: UEL, 2001. p. 01-21.

THOMPSON, E. P. "Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência'". In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Antonio Luigi Negro e Sérgio Silva (Organizadores). 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

THOMPSON, E. P. A Formação da Classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 – 1988.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VALEXPOR. Há 26 anos unindo forças para o desenvolvimento do Vale do São Francisco e da fruticultura brasileira. 21p., 2014.

VALEXPOR. O potencial do Vale do São Francisco Brasil. 37p., 2013.

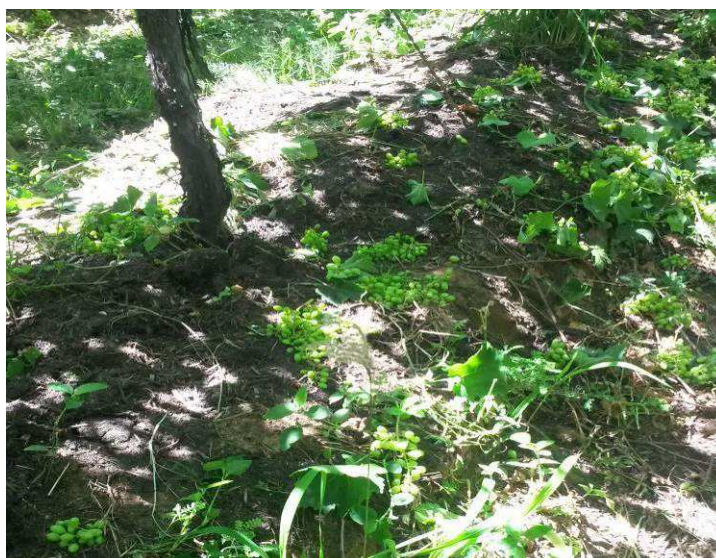
VEIGA, J. E. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. São Paulo: Annablume, 2011.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R.. Desenvolvimento e trabalho no Nordeste: velha nova problemática. In: Nascimento, Angela; Lima, Marcos Costa. (Org.). O Nordeste brasileiro em questão: uma agenda para reflexão. 1aed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014, v. 01, p. 63-118.

ANEXO I**Estrutura da Latada – Mourão e Arames****Troncos das videiras sobre estrutura de “latada”**

Fotos: Camilla de Almeida Silva. Fazenda Aliança, Petrolina/PE

Parreiral em período de dormência induzida**Frutos descartados após a seleção de cachos**

Fotos: Camilla de Almeida Silva. Fazenda Aliança, Petrolina/PE

Trabalhador realizando o amarrio com auxílio do Tapene



Trabalhadora realizando o pinicado (raleio com os dedos)



Fotos: Camilla de Almeida Silva. Fazenda Aliança, Petrolina/PE

Trabalhadora realizando o raleio com tesoura



Foto: Iane Bastos. Fazenda Europa, Petrolina/PE

Trabalhadores pulverizando agroquímicos



Foto: Camilla de Almeida. Fazenda Aliança, Petrolina/PE

Transporte de uvas para o *Packing House*



Fotos: Iane Bastos. Fazenda Europa, Petrolina/PE

Trabalho no *Packing House*

